



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LX - SUP. AO Nº 71 - QUARTA-FEIRA, 1º DE JUNHO DE 2005 - BRASILIA-DF

| MESA DO SENADO FEDERAL | | |
|---|--|---|
| Presidente Renan Calheiros – PMDB – AL 1º Vice-Presidente Tião Viana – PT – AC 2º Vice-Presidente Antero Paes de Barros – PSDB – MT 1º Secretário Efraim Morais – PFL – PB 2º Secretário João Alberto Souza – PMDB – MA | 3º Secretário Paulo Octávio – PFL – DF 4º Secretário Eduardo Siqueira Campos – PSDB – TO Suplentes de Secretário 1º Serys Slhessarenko – PT – MT 2º Papaléo Paes – PMDB – AP 3º Alvaro Dias – PSDB – PR 4º Aelton Freitas – PL – MG | |
| LIDERANÇAS | | |
| LIDERANÇA DO PMDB E DA MAIORIA – 23 LÍDER Ney Suassuna Vice-Líderes Amir Lando Valdir Raupp Gilberto Mestrinho Valmir Amaral Garibaldi Alves Filho Papaléo Paes LÍDER DO PMDB – 23 Ney Suassuna VICE-LÍDERES DO PMDB Maguito Vilela Hélio Costa Luiz Otávio Gerson Camata Leomar Quintanilha João Batista Mota | LÍDER DO PT – 13 Delcídio Amaral – PT VICE-LÍDERES DO PT Robert Saturnino – PT Ana Júlia Carepa – PT Flávio Arns – PT Fátima Cleide – PT LÍDER DO PTB – 3 Mozarildo Cavalcanti VICE-LÍDER DO PTB Sérgio Zambiasi LÍDER DO PL – 4 Marcelo Crivella VICE-LÍDER DO PL Aelton Freitas LÍDER DO PSB – 2 João Capiberibe LÍDER DO PDT – 4 Osmar Dias VICE-LÍDERES DO PDT (vago) LÍDER DO GOVERNO Aloizio Mercadante – PT VICE-LÍDERES DO GOVERNO Ideli Salvatti – PT Maguito Vilela – PMDB | Líder Garibaldi Alves Filho – PMDB (vago) Fernando Bezerra – PTB Patrícia Saboya Gomes – PPS LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB) – 29 LÍDER José Jorge – PFL VICE-LÍDERES Tasso Jereissati – PSDB César Borges – PFL Eduardo Azeredo – PSDB Rodolpho Tourinho – PFL LÍDER DO PFL – 16 José Agripino VICE- LÍDERES DO PFL Demóstenes Torres César Borges Rodolpho Tourinho Maria do Carmo Alves Romeu Tuma Jonhas Pinheiro LÍDER DO PSDB – 13 Arthur Virgílio VICE- LÍDERES DO PSDB Lúcia Vânia Leonel Pavan Almeida Lima Flexa Ribeiro |
| EXPEDIENTE | | |
| Agaciel da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial | Raimundo Carreiro Silva Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal Ronald Cavalcante Gonçalves Diretor da Subsecretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia | |

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF) 4-5-2005

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

| | |
|---|-----|
| 1 – ATAS DE COMISSÕES | |
| 1.1 – Comissão de Assuntos Sociais | |
| 1ª Reunião Ordinária, realizada em 22 de fevereiro de 2005..... | 4 |
| 2ª Reunião Ordinária, realizada em 24 de fevereiro de 2005..... | 11 |
| 3ª Reunião Ordinária, realizada em 03 de março de 2005..... | 18 |
| 4ª Reunião Ordinária, realizada em 10 de março de 2005..... | 20 |
| 5ª Reunião Ordinária, realizada em 16 de março de 2005..... | 29 |
| 6ª Reunião Ordinária, realizada em 30 de março de 2005..... | 39 |
| 7ª Reunião Ordinária, realizada em 30 de março de 2005..... | 47 |
| 8ª Reunião Ordinária, realizada em 7 de abril de 2005..... | 59 |
| 9ª Reunião Ordinária, realizada em 14 de abril de 2005..... | 91 |
| 10ª Reunião Ordinária, realizada em 19 de abril de 2005..... | 110 |
| 12ª Reunião Ordinária, realizada em 5 de maio de 2005..... | 125 |
| 1ª Reunião da Subcomissão Permanente de Assistência Social aos Portadores de Necessidades Especiais, realizada em 17 de maio de 2005..... | 127 |
| 1ª Reunião da Subcomissão Permanente do Trabalho e Previdência, realizada em 7 de abril de 2005..... | 134 |
| 1ª Reunião da Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde, realizada em 06 de abril de 2005..... | 136 |
| 1.2 – Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle | |
| 7ª Reunião Ordinária, realizada em 26 de abril de 2005..... | 141 |

SENADO FEDERAL**SUBSECRETARIA DE COMISSÕES****COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS****ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO DE INSTALAÇÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 3^a SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 52^a LEGISLATURA REALIZADA NO DIA 22 DE FEVEREIRO DE 2005, TERÇA-FEIRA, ÀS 11:30 HORAS.**

Às doze horas e doze minutos, do dia vinte e dois de fevereiro de dois mil e cinco, na Sala de reuniões da Comissão de Assuntos Sociais, sob a presidência da Senhora Senadora Lúcia Vânia, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos Senadores **JONAS PINHEIRO, RODOLPHO TOURINHO, FLEXA RIBEIRO, LEONEL PAVAN, LÚCIA VÂNIA, TEOTÔNIO VILELLA FILHO, VALDIR RAUPP, MÃO SANTA, SÉRGIO CABRAL, PAPALÉO PAES, AELTON FREITAS, ANTÔNIO CARLOS VALADARES, FLÁVIO ARNS, IDELI SALVATTI, MARCELO CRIVELLA, PAULO PAIM, PATRÍCIA SABOYA GOMES, SIBÁ MACHADO, AUGUSTO BOTELHO, CÉSAR BORGES, HERÁCLITO FORTES, ROMEU TUMA, EDUARDO AZEREDO, ALMEIDA LIMA, ARTHUR VIRGÍLIO, RAMEZ TEBET, ANA JÚLIA CAREPA, FRANCISCO PEREITA, FERNANDO BEZERRA, FÁTIMA CLEIDE, JOÃO CAPIBARIBE E JUVÉNCIO DA FONSECA**. Estiveram Presentes também os Senhores Senadores, Renan Calheiros, Presidente do Senado e Aloízio Mercadante, Líder do governo no Senado Federal. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão, justificando ausência a Senhora Senadora **ROSEANA SARNEY**, ofício GSRS nº 0050/2005. Fizeram uso da palavra os senhores senadores **ARTHUR VIRGÍLIO, PAPALÉO PAES, EDUARDO AZEREDO, FLÁVIO ARNS, PATRÍCIA SABOYA GOMES, PAULO PAIM, ANTÔNIO CARLOS VALADARES e LÚCIA VÂNIA**. A presente reunião destina-se à eleição do Presidente e Vice-Presidente da Comissão para o biênio 2005/2006. Distribuídas as cédulas e procedida a votação, a Senhora Presidenta convida os Senhores Senadores João Capibaribe e Mão Santa para servirem como escrutinadores, sendo verificado o seguinte resultado: para Presidente – Senador Antônio Carlos Valadares, com 22 votos a favor; para Vice-Presidente – Senadora Patrícia Saboya, com 22 votos a favor. São declarados eleitos o Senador Antônio Carlos Valadares e a Senadora Patrícia Saboya Gomes, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente. A Senadora Lúcia Vânia agradece a honra com que foi distinguida pelos seus pares para presidir tão importante Comissão, e expõe sobre a importância dos trabalhos nesta Comis-

são. O Senador Antônio Carlos Valadares, presidente eleito assume a presidência, agradece os votos de seus pares e marca a próxima reunião da Comissão de Assuntos Sociais para o dia 24 de fevereiro de 2005 às 10 horas. Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, encerra-se a reunião às treze horas e três minutos, lavrando eu, **Gisele Ribeiro de Toledo Camargo**, Secretária da Comissão de Assuntos Sociais, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Senador Antônio Carlos Valadares, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Antônio Carlos Valadares**, Presidente.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia – PSDB-GO) – Havendo número regimental, declaro aberta a 1^a Reunião de Instalação da Comissão de Assuntos Sociais da 3^a Sessão Legislativa Ordinária da 52^a Legislatura.

A presente reunião destina-se à eleição do Presidente e do Vice-Presidente desta Comissão para o biênio 2005/2006. Para Presidente, foi indicado o Senador Antonio Carlos Valadares; para Vice-Presidente, a Senadora Patrícia Saboya Gomes.

Antes de iniciarmos a votação, gostaria de fazer alguns agradecimentos. Em primeiro lugar, gostaria de agradecer ao Líder do meu partido, Arthur Virgílio, a confiança em mim depositada para a honrosa missão de presidir esta Comissão por dois anos. Agradeço também ao Vice-Presidente da Comissão, um companheiro que esteve ao meu lado durante todos esses dois anos, sempre presente, sempre colaborando e fazendo com que os trabalhos desta Comissão pudessem ter um efeito positivo no resultado dos trabalhos que nos foram delegados.

Esta Comissão foi palco de grandes debates. Contamos com a colaboração de vários Srs. Senadores. Entre esses debates, podemos destacar a questão trabalhista, aqui trazida pelo Senador Paulo Paim; o debate das células-tronco; o debate sobre o meio ambiente, trazido pelo Senador Antonio Carlos Valadares; e o grande debate da reforma da Previdência. Durante esse período pudemos contar com a colaboração de todos os membros desta Comissão. Portanto, gostaria de nominar, um a um, todos os responsáveis pela nossa produção em relação aos trabalhos sociais.

Também tivemos aqui o debate do programa Primeiro Emprego; discutimos a questão do Bolsa-Família; da área de saúde; da área de agricultura; da área de assistência social; da área da Previdência, enfim, de todas as áreas. Para que esses trabalhos tivessem um resultado positivo, contamos com a presença dos Srs. Senadores que faziam parte da gestão da Comissão de Assuntos Sociais.

Quero agradecer aos Senadores: Demostenes Torres, Edison Lobão, Jonas Pinheiro, Maria do Carmo Alves, Rodolpho Tourinho, Roseana Sarney, Flexa Ribeiro, Leonel Pavan, Reginaldo Duarte, Teotônio Vilela Filho, João Batista Motta, Mário Calixto, Valdir Raupp, Mão Santa, Sérgio Cabral, Papaléo Paes, Aelton Freitas, Antonio Carlos Valadares, Flávio Arns, Ideli Salvatti, Marcelo Crivella, Paulo Paim, Patrícia Saboya Gomes, Sibá Machado, Augusto Botelho.

Agradecemos também aos Srs. Senadores suplentes que deram assistência a esta Comissão: César Borges, Heráclito Fortes, José Jorge, Marco Maciel, Romeu Tuma, Eduardo Azeredo, Alvaro Dias, Almeida Lima, Arthur Virgílio, Sérgio Guerra, Hélio Costa, Ramez Tebet, José Maranhão, Pedro Simon, Romero Jucá, Gerson Camata, Cristovam Buarque, Ana Júlia Carepa, Francisco Pereira, Fernando Bezerra, Eduardo Suplicy, Fátima Cleide, Mozarildo Cavalcanti, João Capiberibe e Juvêncio da Fonseca.

Presidiu a Subcomissão do Meio Ambiente o Senador Juvêncio da Fonseca; a Subcomissão de Saúde, o Senador Papaléo Paes; a Subcomissão do Idoso, o Senador Sérgio Cabral; a Comissão da Infância e da Juventude, a Senadora Patrícia Saboya Gomes; e a Subcomissão de Portadores de Deficiência foi presidida pelo Senador Flávio Arns.

Eu gostaria de desejar ao novo Presidente, Senador Antonio Carlos Valadares, êxito na presidência. S. Ex^a fará desta Comissão um grande fórum de debates para a área social, pois se trata de um homem de extrema sensibilidade e um grande colaborador dos nossos trabalhos. Teremos momentos importantíssimos para a vida do povo brasileiro. E tenho certeza de que, pela sua presidência, pela sua determinação, pelo seu comprometimento com um País mais humano e mais justo, teremos uma grande colaboração a dar, não apenas a esta Casa, mas principalmente ao País e ao Governo, do qual S. Ex^a faz parte da base de sustentação.

Senador Antonio Carlos Valadares, aceite os nossos cumprimentos e também a nossa colaboração porque estaremos aqui também como membro titular desta Comissão, prestando a nossa colaboração aos seus trabalhos.

Cumprimento a companheira Patrícia Saboya pela sua determinação e pelo seu companheirismo. S. Ex^a foi, sem dúvida nenhuma, uma grande companheira com quem pude contar na Comissão. Tivemos oportunidade de viajarmos juntos para a 1^a Conferência das Mulheres Parlamentares, em Roma, onde pudemos levar o relatório que aqui desenvolvemos da CPI de Combate à Prostituição Infantil. Com esse trabalho, mostramos a seriedade desta Casa, onde estamos

encarando um grave problema não só brasileiro, mas um problema mundial.

Naquela conferência, representando a Comissão de Assuntos Sociais, mostramos os trabalhos desenvolvidos no País, principalmente na área de assistência social, de erradicação do trabalho infantil, bem como outros programas de interesse desta Comissão.

Encerro as minhas palavras desejando ao Presidente e à Vice-Presidente inteiro sucesso.

E, mais uma vez, gostaria de agradecer o apoio decisivo do Senador Arthur Virgílio, Líder do meu Partido, que me confiou a honrosa missão de presidir esta Comissão. Com essa responsabilidade, procurei corresponder não apenas a essa confiança partidária, mas trabalhar dentro de um princípio de isenção que, sem dúvida nenhuma, deve orientar todos os trabalhos de quem preside uma comissão desta envergadura.

Portanto, aceite, Sr. Líder, os meus cumprimentos, os meus agradecimentos por todo o apoio nos momentos de dificuldades e de alegria pelos quais passamos.

A todos os companheiros e companheiras os meus agradecimentos pelo trabalho que pudemos aqui desenvolver.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Sr^a Presidente, peço a palavra pela ordem.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia – PSDB-GO) – Com a palavra, pela ordem, o Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Sr. Presidente, ao PSDB cabia, no biênio passado, precisamente, apenas uma comissão técnica, a de Assuntos Sociais. Portanto, não havia a menor dificuldade de se escolher, dentro da nossa Bancada tão valorosa, mas se escolher a pessoa que era, precisamente, a especialista teórica e prática em políticas sociais. Teoricamente, porque estudou as matérias. E, na prática, porque, no Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, logrou implantar políticas com começo, meio e fim com consequências que não eram meros instrumentos de *marketing* baratos. Eram políticas que tinham cabeça, tronco e membros, portanto, começo, meio e fim, E se implantaram naquele Governo políticas que deram certo, que renderam fruto, que foram, de fato, gestos compensatórios na direção dos menos favorecidos. E é precisamente por esse respeito que a Bancada e eu, como líder do PSDB, temos por V. Ex^a que a indiquei para exercer, com relevantes funções, a primeira vice-liderança da nossa representação aqui no Senado Federal. Gostaria de, sem dúvida alguma, louvar, ao seu lado, o trabalho, a atenção, a cordialidade, a gentileza e o companheirismo do Senador

Papaléo Paes, figura por todos nós querida e por todos nós respeitada.

Desejo à nova dupla que assume esta Comissão, o Senador Antonio Carlos Valadares, outro mestre da cordialidade, da firmeza, do bom senso, do espírito público; e a Senadora Patrícia Saboya Gomes, que tem todo um acervo de serviços prestados aos menos favorecidos nesta terra, neste País, nesta pátria brasileira. Desejo aos dois que exercitem as suas capacidades da maneira mais lúcida que consigam. Sei que conseguirão porque são de fato figuras públicas da melhor lucidez, digo melhor lucidez porque a melhor lucidez para mim é a lucidez bem intencionada. E ambos são lúcidos, de modo bem intencionado. Tenho certeza que darão certo nesta Comissão, apoiados por V. Ex^a e por todos aqueles que compõem essa minoria que, por ter número expressivo, é uma minoria que influi decisivamente sobre os destinos do Senado da República.

Eu, portanto, fico na expectativa positiva em relação aos que assumem a Comissão e na homenagem muito fraterna, muito carinhosa aos que deixam a direção da Comissão de Assuntos Sociais, a Senadora Lúcia Vânia e o Senador Papaléo Paes. E V. Ex^a, Senadora, é uma figura pública extraordinária que orgulha o Estado de Goiás, é respeitada em todo o País, e enche de orgulho também os seus companheiros de PSDB. V. Ex^a tem todo um trabalho daqui pra frente, porque daqui pra trás o Brasil só deve ter reconhecimentos pelo muito que V. Ex^a tem feito pelo seu povo.

Muito obrigado, Sr^a Presidente.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia – PSDB-GO) – Agradeço ao Senador Arthur Virgílio e passo a palavra ao Senador Papaléo Paes e, logo em seguida, ao Senador Eduardo Azeredo.

O SR. PAPALÉO PAES (PMDB-AP) – Sr. Presidente, Sr^ss e Srs. Senadores, inicio as minhas palavras agradecendo ao PTB, partido ao qual eu pertencia, que fez a indicação dessa vice-presidência e, apesar de ter trocado de partido, me manteve na vice-presidência da Comissão. Tenho essa gratidão ao PTB.

Agradeço também ao PSDB porque nos concedeu a oportunidade de termos a Senadora Lúcia Vânia presidindo esta Comissão, com muita sabedoria, com muita inteligência, com muita compreensão, com muita participação. E fico realmente gratificado por isso, pelo convívio que tive com a Senadora Lúcia Vânia. Eu só fiz ganhar: ganhei um pouco da experiência da Senadora no exercício dessa função, um pouco da experiência da Senadora no relacionamento com os companheiros, com os colegas e um pouco da experiência da Senadora no seu relacionamento político. Enfim, passei por aqui e saio daqui com muita satisfação de ter convivido

com a senhora, pelo seu desempenho na presidência desta Comissão.

Quero parabenizar, mais uma vez, o PSDB pela lucidez de ter escolhido V. Ex^a para a presidência. E, diretamente, agradeço V. Ex^a pela atenção ao seu vice, pelo prestígio que sempre me deu. Isso, logicamente, guardamos em nosso coração com muita gratidão.

Agradeço, claro, aos nossos companheiros e companheiras, senadores e senadoras, a forma como sempre nos relacionamos na Subcomissão, um relacionamento firme, de debate, de respeito, enfim, um relacionamento de nível. E podemos até hoje considerar que esta Casa realmente está cumprindo sua missão por intermédio da Comissão de Assuntos Sociais. Agradeço aos meus companheiros da Subcomissão de Saúde. Fizemos um trabalho bom, dentro do possível. E deixamos aí matérias e mais matérias para que pudéssemos discutir nacionalmente.

Então, Sr^a Presidente, agradeço a V. Ex^a, mais uma vez, e parabenizo o Senador Antonio Carlos Valadares, o novo Presidente eleito; e a Senadora Patrícia Saboya Gomes, que será a nossa Vice-Presidente para desempenhar essa função, que é muito relevante para o nosso Senado e para o nosso País.

Muito obrigado.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia – PSDB-GO) – Agradeço ao Senador Papaléo.

Antes de passar a palavra ao Senador Eduardo Azeredo, eu gostaria de iniciar a votação dizendo que as cédulas de votação encontram-se à disposição dos Srs. Senadores, devidamente rubricadas pela Presidência, as quais deverão ser utilizadas após a chamada nominal para a votação.

Quebrando o ritual da Comissão, indago se o Presidente da Casa, que se encontra presente, gostaria de dizer alguma coisa. (Pausa.)

Com a palavra o Senador Eduardo Azeredo.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Senadora Lúcia Vânia, na presença do Presidente do Senado, Renan Calheiros, quero dizer a V. Ex^a que nos orgulhamos muito do seu trabalho realizado nessa Comissão.

A Comissão de Assuntos Sociais é de extrema relevância para o País. Este é um país com extremas diferenças sociais; portanto, aqui os temas são discutidos e têm reflexo imediato na população.

A sua atuação foi serena, uma atuação de quem tem sensibilidade com as questões sociais do País. Agradecemos a V. Ex^a a sua atuação. Em nome do nosso Partido, o PSDB, que tenho a honra de presidir, quero lhe agradecer muito o seu trabalho. Agradeço também o trabalho do Senador Papaléo Paes, que, juntamente com V. Ex^a, deu realmente o andamento

adequado aos trabalhos, com muitos resultados para esta Comissão.

Da mesma maneira, quero – como as coisas aqui no Senado caminham mais tranqüilamente, discutimos nas comissões no estilo do PSD antigo – cumprimentar os que serão eleitos: a Senadora Patrícia Saboya como Vice-Presidente; e o Senador Antonio Carlos Valadares, como Presidente. Aqui no Senado é tudo calmo, não tem problema: vamos votar tudo em paz, e os eleitos já são conhecidos.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia – PSDB-GO) – Agradeço ao Senador Eduardo Azeredo e passo a palavra ao Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT-RS) – Sr^a Presidente, também quero enaltecer o trabalho de V. Ex^a e do Senador Papaléo Paes. V. Ex^a já foi Secretária Nacional de Assistência Social no governo passado. Repetindo na mesma linha as palavras do Senador Eduardo Azeredo, destaco a importância desta Comissão para o Brasil: tratam-se de temas de saúde, portador de deficiência, idoso, criança e adolescente, trabalho, tantas coisas fundamentais para o Brasil.

Tivemos aqui um período tranqüilo, positivo e construtivo. Realmente, tivemos bons resultados. Criou-se um clima de construção nesta Comissão de Assuntos Sociais.

Parabenizo V. Ex^a e o Senador Papaléo Paes e, ao mesmo tempo, o Senador Valadares e a Senadora Patrícia. Faço votos que dêem continuidade – temos certeza que sim – a esse clima de entendimento, de diálogo e de aprovação de projetos fundamentais.

E quero saudar também a presença do Presidente do Senado Federal, Senador Renan Calheiros, que muita honra esta Comissão de Assuntos Sociais e enaltecer o trabalho que S. Ex^a vem desenvolvendo no Senado Federal.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia – PSDB-GO) – Agradeço ao Senador Flávio Arns.

Com a palavra a Senadora Patrícia Saboya.

A SR^a PATRICIA SABOYA GOMES (PPS-CE) – Senadora Lúcia Vânia, prometo que vou ser breve nas minhas palavras, mas eu não poderia deixar de parabenizar V. Ex^a pela condução dos trabalhos desta Comissão, a Comissão de Assuntos Sociais. Pelo relato de V. Ex^a e por tudo que acompanhamos durante esses dois anos, temos que registrar o seu empenho, a sua dedicação, o amor por essa causa, o que é reconhecido por todos nós, não só nesta Casa, mas por todo o País, pela bandeira que vem levantando ao longo da sua vida pública, da sua vida pessoal: a paixão pela defesa dos direitos de crianças, dos adolescentes, dos idosos, dos portadores de necessidades especiais. São temas bastante polêmicos que tivemos a oportunidade

de debater, de confrontar nossas idéias. V. Ex^a, sempre de forma bastante firme e, ao mesmo tempo, com muita atenção e com um carinho muito especial por cada um de nós nesta Casa, inclusive colocando esses interesses acima de quaisquer outros, na relatoria de projetos importantes, como representante de seu Partido, o PSDB, teve o discernimento de dar oportunidade a todos para mostrarmos a nossa vocação, o nosso trabalho e o nosso empenho.

Da mesma forma, quero parabenizar o Senador Papaléo Paes, que teve um papel importantíssimo como Vice-Presidente, assumindo em alguns momentos a Presidência, dando o melhor de si, de seu conhecimento, de sua experiência a cada um de nós.

Portanto, quero falar da imensa honra, do prazer e do privilégio que foi trabalhar com a Presidente Lúcia Vânia e com o Senador Papaléo Paes, tendo a certeza de que iremos dar continuidade a esse trabalho.

Há muito a ser feito. Vivemos num País ainda muito injusto, com muitas dificuldades, onde milhões de pessoas são excluídas de nossa sociedade. Portanto, esta Comissão tem muito a fazer, e todos nós, juntos, com o mesmo desejo e com a mesma vontade, certamente iremos ajudar a mudar essa realidade ainda tão triste, ainda tão difícil em que vivem tantos e tantos brasileiros e brasileiras.

Portanto, meus parabéns a V. Ex^a, desejando que continue, onde estiver, brilhando como sempre.

Parabéns.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia – PSDB-GO) – Obrigada, Senadora Patrícia Saboya Gomes. Vou passar a palavra ao Senador Paulo Paim e, logo em seguida, fazer a chamada, senão vamos ter problema aqui na votação.

Com a palavra o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT-RS) – Senadora Lúcia Vânia, falarei no máximo dois minutos, com o único objetivo de cumprimentar V. Ex^a pelo brilhante trabalho, junto ao Senador Papaléo Paes. No período que estive na Vice-Presidência do Senado Federal, foi nesta Comissão que acabei atuando indiretamente. Toda vez que eu tinha um problema, era a esta Comissão que eu recorria, fosse com relação aos sindicalistas, aos aposentados, à questão racial, à questão do salário mínimo, enfim, a Comissão de Assuntos Sociais acabou sendo para mim o palco do grande debate das questões que interessam a todo o nosso povo e a toda a nossa gente.

Meus cumprimentos, Senadora, pelo seu brilhantismo, assim como ao Senador Papaléo Paes. Tenho certeza de que também o Senador Antonio Carlos Valadares e a Senadora Patrícia Saboya Gomes darão continuidade a esse trabalho, e estarei aqui para somar.

Mas encerro, dizendo: parabéns, Senadora; parabéns, Senador, pelo brilhante trabalho que fizeram.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia – PSDB-GO) – Muito obrigada, Senador Paulo Paim.

Passamos agora a chamar pelo nome. Aqueles que já votaram é só se manifestarem.

(Procede-se à votação nominal.)

Convido os Senadores João Capiberibe e Mão Santa para procederem à apuração.

(Procede-se à apuração.)

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia – PSDB-GO)

– Srs. Senadores, estão eleitos o Senador Antonio Carlos Valadares e a Senadora Patrícia Saboya Gomes por unanimidade. Parabéns.

Passo a Presidência ao Senador Antonio Carlos Valadares e a Vice-Presidência à Sr^a Patrícia Saboya Gomes.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares – Bloco/PSB-SE) – Convido nossa Vice-Presidente, Senadora Patrícia Saboya Gomes, para assumir a meu lado, com muita honra, o comando de nossos trabalhos.

Em primeiro lugar, eu gostaria de agradecer a todos os integrantes desta Comissão de Assuntos Sociais, que, por unanimidade, sufragaram meu nome e de nossa querida Vice, Senadora Patrícia Saboya Gomes, para que possamos, nesses próximos dois anos, dirigir esta Comissão, quem sabe com a mesma eficiência, a mesma inteligência, a mesma competência da direção anterior, sob o comando da Senadora Lúcia Vânia e com a participação do Vice-Presidente Senador Papaléo Paes.

Temos consciência das responsabilidades que estamos assumindo neste instante pela importância de que se revestem as ações e as funções desta Comissão, que, desde os interesses do trabalhador, passando pela saúde, pelo idoso, pelo sindicalismo, pelo trabalhismo, enfim, são as mais variadas atividades que perfazem o corpo de funções desta Comissão. Participei dela, primeiro como suplente, depois, como Senador efetivo, sob a direção da Senadora Lúcia Vânia, e pude sentir de perto a relevância dos assuntos aqui tratados.

Iniciei minha vida pública como Prefeito da cidade em que nasci. Já exercei cargos no Legislativo do Estado de Sergipe, de deputado estadual duas vezes e de Presidente da Assembléia; também fui eleito deputado federal; fui Secretário de Educação e Cultura do Estado, Vice-Governador e já exercei o cargo de Governador do Estado por quatro anos. Eleito Senador por duas vezes como o mais votado do Estado, sempre me dedicando, em todos esses cargos eletivos que foram objeto de confiança de meu povo de Sergipe, ao

desenvolvimento econômico, mas, em primeiro lugar, ao desenvolvimento social de nossa gente. Aqui no Senado Federal, no primeiro mandato como Senador, tive a ocasião, Senadora Patrícia Saboya Gomes, de defender de forma ardorosa a participação da União, dos Estados e dos Municípios, criando um fundo de desenvolvimento da saúde. Felizmente, conseguimos isso por meio de uma PEC que nasceu aqui e depois de outra na Câmara dos Deputados. Fui Relator desta PEC. Por meio dela, os Estados, os Municípios e a própria União ficam obrigados a contribuir, a dar sua participação no desenvolvimento de ações de saúde.

Trabalho, logicamente, pela revitalização do rio São Francisco. Não somos contra a que os Estados, como o Ceará, o Rio Grande do Norte, a Paraíba e Pernambuco tenham a possibilidade de ter recursos hídricos para tocarem seus projetos voltados para o abastecimento de água. Está aqui a Senadora Patrícia que trabalhou decisivamente naquela CPI que chamou a atenção de todo o Brasil para o problema grave da prostituição. Com aquele trabalho tenaz e construtivo, S. Ex^a conseguiu demonstrar sua capacidade e, de forma objetiva, apresentar um relatório que está sendo, naturalmente, levado em conta, não apenas pelas autoridades federais, como por todos os segmentos interessados no fortalecimento do social em nosso País na correção das injustiças, distorções e desigualdades.

Quero também enfatizar que esta Comissão dirigida pela Senadora Patrícia agirá da mesma forma como agia a Senadora Vânia, abrindo a possibilidade da construção de novas subcomissões, como a que já foi proposta, por antecipação, antes mesmo da eleição desta nova Mesa. O Senador Paulo Paim, que tem dado um tributo inestimável ao fortalecimento do trabalhador na correção e na descrição racial, propõe, por meio de um requerimento, a criação de uma subcomissão do trabalho racial, que conta desde logo com o nosso apoio e o nosso entusiasmo. Também enfatizo o trabalho primoroso que aqui foi exercido durante esses dois anos por um Senador que entrou aqui sem nenhuma experiência, mas provou ao longo do tempo que tem condições de exercer um trabalho efetivo em favor do desenvolvimento social do Brasil, o Senador Flávio Arns, aqui presente. Tenho certeza de que S. Ex^a, por meio de sua participação, dará a colaboração de que precisamos para o fortalecimento do trabalho que aqui devemos exercer de forma democrática.

Portanto, agradeço mais uma vez à Liderança do nosso Bloco, por meio do Senador Delcídio Amaral e do Líder do Governo, nosso Senador Aloizio Mercadante; aos demais Líderes que compõem o Bloco aliado do PL; à nossa Patrícia Saboya, que também participa desse

Bloco; ao PTB, que contribuiu para nossa eleição; e aos Líderes dos demais partidos, que estimularam nossa candidatura e nossa indicação: o PSDB, o PMDB e o próprio PDT, enfim, todos que participam deste Senado aceitam de forma alegre e feliz a indicação do meu nome, agora fortalecido pelo que nos vai engrandecer, sem dúvida alguma: o nome de Patrícia Saboya, que é uma figura respeitadíssima pelo trabalho que realizou no Ceará e vem realizando no Senado Federal. Nossa Vice-Presidente pode estar certa de que faremos uma direção igual, ou seja, o Presidente se sentirá honrado quando a Vice-Presidente estiver dirigindo os trabalhos porque tenho certeza absoluta que não haverá descontinuidade administrativa nem política.

Por isso, agradeço a todos. Que Deus nos ajude a realizar um grande trabalho.

Com a palavra a nossa Vice-Presidente.

A SR^a PATRÍCIA SABOYA GOMES (PPS-CE) – Eu gostaria apenas, Presidente Valadares, em primeiro lugar, de agradecer as suas palavras tão carinhosas e generosas. Espero aprender muito com V. Ex^a ao seu lado nesta Comissão, da qual tive o privilégio, como disse, de ser membro, participando, ao lado da Senadora Lúcia Vânia, com a sua força e determinação. Esta Comissão é muito importante porque trata de assuntos da maior relevância: questões sobre os mais excluídos da nossa sociedade, pessoas mais pobres, mais humildes, que precisam, certamente, de uma comissão que seja forte e capaz de juntar todos os membros desta Casa para discutir projetos que sejam alternativas para o nosso País. Certamente, nesta Comissão, têm assento os Senadores e as Senadoras que têm uma trajetória política voltada para a área social, pessoas que realmente se interessam por essa causa.

Por isso, para mim é um grande privilégio trabalhar ao lado de V. Ex^a, que já ocupou tantos cargos importantes, tanto no seu Estado como em todo o País, servindo como referência principalmente na luta pela saúde, o que tive a oportunidade de acompanhar. É um privilégio muito especial poder ser sua companheira durante esses dois anos em que iremos trabalhar juntos. Meu agradecimento, inclusive, porque V. Ex^a, na hora da escolha da vice-presidência, também citou meu nome. Fico muito grata por isso. Espero que possamos trabalhar muito, pois há muita coisa para fazer este ano. Principalmente, quero dar o melhor de mim com o que pude aprender no meu Estado do Ceará, com os mais simples, os mais pobres, os mais humildes: a lição que a gente deve fazer política, antes de qualquer coisa, para essas pessoas.

Portanto, coloco-me à disposição de V. Ex^a e desta Comissão.

Agradeço a todos os membros por terem nos dado esse crédito e esta oportunidade de fazer este trabalho que é uma vocação e, mais do que isso, certamente, é uma paixão por esta causa.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares – Bloco/PSB-SE) – Mais uma vez agradeço à Senadora Patrícia Saboya as palavras generosas pronunciadas a meu respeito.

Antes de encerrar esta reunião e conceder a palavra ao Senador Paim, eu gostaria de fazer uma ponderação. Assim como a Senadora Lúcia Vânia tinha o cuidado de sempre observar o quórum nesta Comissão para a realização de sessões deliberativas, nós poderíamos estabelecer o seguinte: que as reuniões sejam realizadas, até de forma extraordinária, como se fazia anteriormente, às quintas-feiras, às 10 horas. Assim, haveria maior possibilidade do comparecimento de senadores e senadoras. Já que, na quarta-feira, às 2h, ou mesmo às 4h30min da tarde, seria praticamente impossível a realização dessas reuniões, tendo em vista que, nesse horário, o Senado, às vezes, está reunido; em outras, os Senadores e as Senadoras estão almoçando. Seria impossível obtermos o quórum exigido.

Por isso, seria melhor que todas as reuniões, pelo menos nesta fase inicial, até que possamos ver o que é melhor, sejam fixadas como anteriormente: às quintas-feiras, às 10 horas. Para a próxima quinta-feira, está convocada uma reunião, que será presidida, inicialmente, pela Senadora Patrícia, uma vez que tenho um compromisso no Tribunal de Contas da União, vou fazer uma visita ao Presidente do Tribunal.

Então, a primeira reunião desta Comissão será presidida pela nossa Senadora Patrícia Gomes, com muita honra, o que será um privilégio para mim, porque tenho certeza absoluta de que não apenas a sua competência como também a sua simpatia vão comandar os trabalhos desta Casa.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT-RS) – Senador Antonio Carlos Valadares, rapidamente, eu gostaria apenas de dizer que é com uma enorme satisfação que estou nesta Comissão. A Senadora Lúcia Vânia é testemunha disso. Quantas vezes eu incomodei sem estar aqui. Como Vice-Presidente, S. Ex^a sempre nos atendeu. Considero esta Comissão uma das principais Comissões do nosso Senado da República. E por quê? Porque vamos tratar das questões sociais. Vamos tratar do emprego, da renda, dos idosos, dos deficientes, dos discriminados – não só negro e índio, mas mulheres, crianças –, do trabalho escravo, dos adolescentes.

Quando houve o debate no Bloco, naturalmente surgiu aquela boa vontade de todos os Senadores de estarem nas Comissões mais importantes. Eu disse: "Podem me tirar a possibilidade de participar de todas, mas há uma da qual quero ser titular: esta Comissão".

Quero dar esse depoimento, porque é a única Comissão de que sou titular e fiz isso com a maior tranqüilidade, porque entendo que a Comissão é o coração dos assuntos sociais, como diz o próprio nome. Esse é o meu depoimento.

Sinto-me muito feliz de ter sido liderado pela Senadora Lúcia Vânia, num primeiro momento, e de estar sendo liderado agora pela Senadora Patrícia Saboya Gomes e pelo Senador Antonio Carlos Valadares.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares – Bloco/PSB-SE) – Concedo a palavra à Senadora Lúcia Vânia.

A SR^a LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Senador Antonio Carlos Valadares, eu gostaria de dizer que V. Ex^a é um privilegiado em ter, na Comissão, o Senador Paulo Paim como membro titular. A exemplo do que fez o Senador Flávio Arns, com relação ao problema da pessoa portadora de necessidades especiais, tenho certeza de que a área do trabalho vai ganhar novo patamar nesta Comissão. A presença do Senador Paulo Paim, sem dúvida alguma, vem enriquecer os nossos trabalhos.

Confesso que estou extremamente entusiasmada com a Comissão, porque tenho certeza de que a sua tendência é, cada vez mais, firmar-se e consolidar-se com uma das mais importantes Comissões desta Casa.

Muito obrigada.

Desejo à Senadora Patrícia Saboya Gomes e ao Presidente êxito total nesta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares – Bloco/PSB-SE) – Concedo a palavra ao Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT-PR) – Sr. Presidente, da minha parte, também quero dizer da alegria de ter participado desta Comissão – já me manifestei anteriormente –, juntamente com a Senadora Lúcia Vânia, que tem uma experiência extraordinária, e com o Senador Papaléo Paes. Agora, como membro titular, faz parte da Comissão o Senador Paulo Paim, que também é uma referência nesta área do trabalho.

Realmente, esta Comissão é fundamental. Pensar nos desafios do Brasil hoje, na área do trabalho, é essencial, e tudo deve ser debatido, discutido, aprovado e acompanhado por esta Comissão. Se analisarmos a área da assistência social, perceberemos que crianças e adolescentes estão em situação de risco pessoal e social. A Senadora Patrícia Saboya Gomes tem-se dedicado muito a uma área importante. Há, ainda, a questão do idoso, do portador de deficiência, dos dependentes químicos, dos grupos específicos de saúde. A área da saúde também é essencial. Há tanto para ser debatido, discutido, e esta Comissão deve ser um canal de comunicação com a sociedade.

A importância da Comissão no atual cenário do Brasil é de alta relevância, e a participação das pessoas nesta Comissão, com toda a experiência que trazem, também é essencial.

Quero desejar a V. Ex^a, novamente, Senador Antonio Carlos Valadares e à Senadora Patrícia Saboya Gomes um ótimo período de trabalho, muita animação, muito entusiasmo, e que possam realmente sempre, como já ocorre, aglutinar as forças, unir as pessoas. Estamos juntos nesta caminhada, e espero que, daqui a dois anos, possamos dizer que foi um bom período, que valeu a pena, e que, particularmente, a sociedade brasileira também possa dizer: "Que bom que vocês estão na Comissão de Assuntos Sociais discutindo o que é fundamental para a construção da cidadania".

Felicitações!

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares – Bloco/PSB-SE) – Quero agradecer a todos, mais uma vez, e enfatizar que os líderes acertaram em cheio na indicação de seus membros, porque são pessoas identificadas com o social, com a pobreza, com a população mais carente, com os grandes problemas sociais que atormentam o nosso País. E aqui já foi dito sobre a importância, o realce de que se revestem as ações desta Comissão.

Portanto, mãos à obra. Vamos lutar para que esta Comissão continue sendo importante e valorizada, despertando o interesse da sociedade brasileira. Isto eu quero agradecer: sem dúvida alguma, o trabalho primoroso feito pela Senadora Lúcia Vânia projetou, aos olhos do Brasil, a nossa Comissão. E tenho o dever, ao lado da Senadora Patrícia, de continuar projetando bem alto o nome desta Comissão, elaborando projetos, a serem apreciados pelo Plenário do Senado Federal, que sejam importantes para a área social e venham contribuir, decisivamente, para a correção das injustiças em nosso País.

Está encerrada a presente reunião.

ATA DA SEGUNDA REUNIÃO (extraordinária) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 52ª LEGISLATURA REALIZADA NO DIA 24 DE FEVEREIRO DE 2005, QUINTA-FEIRA, ÀS 10:00 HORAS.

Às onze horas e quinze minutos, do dia vinte e quatro de fevereiro de dois mil e cinco, na Sala de reuniões da Comissão de Assuntos Sociais, sob a presidência do Senhor Senador ANTÔNIO CARLOS VALADARES, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos (as) Senadores (as) **MARIA DO CARMO ALVES, RODOLPHO TOURINHO, FLEXA RIBEIRO, LEONEL PAVAN, REGINALDO DUARTE, MÃO SANTA, PAPALÉO PAES, ANTÔNIO CARLOS VALADARES, FLÁVIO ARNS, MARCELO CRIVELLA, PAULO PAIM, SIBÁ MACHADO, AUGUSTO BOTELHO, CÉSAR BORGES, HERÁCLITO FORTES, EDUARDO AZEREDO E EDUARDO SUPILY**. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão, justificando ausência a Senhora Senadora **ROSEANA SARNEY**, ofício GSRS nº 0050/2005 e o Senhor Senador **VALDIR RAUPP**. O Senhor Senador Antônio Carlos Valadares declara aberto os trabalhos, propondo a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Passa-se a apreciação dos itens da pauta. O Senhor Senador Antônio Carlos Valadares abriu a reunião com discussão técnica acerca das novas competências da Comissão, assim como o novo número de membros, reduzido para 21 de acordo com a Resolução nº 01 de 2005. Foi abordado também o novo horário regimental da Comissão que passa a ser às 5ª feiras às 11:30 horas. **Item 1 – REQUERIMENTO Nº 1, DE 2005 – CAS**, requer a extinção da Subcomissão permanente do Meio Ambiente, no âmbito desta Comissão de Assuntos Sociais. Autor: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. **Item 2 – REQUERIMENTO Nº 2, DE 2005 – CAS**, requer a criação da Subcomissão Permanente do Trabalho e Previdência, no âmbito desta Comissão de Assuntos Sociais. Autor: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. Fizeram uso da palavra os Senhores Senadores Paulo Paim, Sibá Machado, Marcelo Crivella, Augusto Botelho e Mão Santa. Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, encerra-se a reunião às doze horas, lavrando eu, **Gisele Ribeiro de Toledo Camargo**, Secretária da Comissão de Assuntos Sociais, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Senador Antônio Carlos Valadares, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Antônio Carlos Valadares**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Havendo número regimental, declaro aberta a

2ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior. As Srªs e os Srs. Senadores que a aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

A presente reunião, Srªs e Srs. Senadores, tem como objetivo uma discussão técnica, porque depois da nova configuração dada à Comissão de Assuntos Sociais é necessário que venhamos a estabelecer diretrizes pelas quais fique definida de uma vez por todas a competência da nossa Comissão, assim como o direcionamento de muitas matérias que estão aqui para a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle e a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, novas Comissões que foram criadas recentemente pelo Senado Federal.

As Lideranças de todos os Partidos receberam um comunicado da Mesa nos seguintes termos:

Tendo em vista a promulgação da Resolução nº 1, de 2005, que cria no Senado Federal a Comissão de Agricultura, altera a denominação e atribuições de Comissões permanentes e dá outras providências, foram alteradas as competências e composição da Comissão de Assuntos Sociais. Em face da referida alteração, o número de membros daquela Comissão [da Comissão de Assuntos Sociais] foi reduzido para 21 membros titulares. Nesse sentido, visando o cumprimento da referida resolução, encaminho a V. Exª o cálculo da proporcionalidade partidária estabelecido no início desta Sessão Legislativa, a fim de proceder ao ajuste necessário na composição do mencionado Colegiado.

Quem assina este ofício dirigido aos Líderes partidários é o Senador Renan Calheiros.

Aqui temos a nova composição. Nossa Comissão passou de 29 membros para 21. Nossa assessoria nos trará, em breve, dentro da proporcionalidade, quanto caberá a cada Partido indicar.

O Bloco da Minoria, que atualmente tem onze membros, indicará oito.

O PMDB, que tinha sete, passará a indicar seis.

O Bloco do Governo, que tinha sete, também indicará seis membros.

O PDT indicará um membro. Na Legislatura anterior eram dois, o Senador Augusto Botelho e um cargo vago. De qualquer maneira, o Senador Augusto Botelho, que é médico e é da área, continuará indicado pelo PDT.

Quero fazer essa comunicação. Os Líderes já têm ciência de que haverá uma redução numérica da nossa Comissão. Acho até razoável que isso ocorra, porque com 21 membros será mais fácil fazer as reuniões, alcançar o quórum, com 11 Senadores podemos iniciar e deliberar sobre as matérias.

Quanto às novas atribuições da Comissão de Assuntos Sociais, o art. 100 estabelece, no Item 1, que teremos como competência “relações de trabalho, organização do sistema nacional de emprego e condição para o exercício de profissões, seguridade social, previdência social, população indígena, assistência social (...”).

Eu gostaria agora de continuar o Item 2, ainda no Regimento Interno, art. 100. Quanto às demais atribuições, elas continuam inalteradas. Mas eu gostaria de ler para relembrar.

Art. 100. O Inciso I já li. O que saiu do Inciso I? Sai “normas gerais de proteção e integração social das pessoas portadoras de deficiências e proteção à infância, à juventude e aos idosos” – que foi para a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Agora, o Inciso II trata da “proteção e defesa da saúde” – uma atribuição nossa –, condições e requisitos para remoção de órgãos, tecidos e substâncias humanas para fins de transplante, pesquisa, tratamento e coleta de sangue humano e seus derivados, produção, controle e fiscalização de medicamentos, saneamento, inspeção e fiscalização de alimentos e competência do Sistema Único de Saúde.”

As atribuições contidas no Inciso III foram para a Subcomissão do Meio Ambiente: “Normas gerais sobre proteção do meio ambiente e controle da poluição, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais”, etc.

Então, em resumo, a Comissão de Assuntos Sociais ficou ainda com ampla atribuição. Por exemplo, no que diz respeito à assistência social, os Artigos 153, 154, 195, 204, 199, 203 e 194 da Constituição Federal falam da assistência social. Quer dizer, quando, a meu ver, se tratar de assistência social, por exemplo, ao estudante, ao adolescente, ao idoso, ao mais pobre, toda e qualquer matéria que dispuser sobre assistência social – sabemos que a assistência social é uma parte da seguridade social; seguridade social compreende a Previdência, que pode ser a privada ou a pública, e assistência social. Só em um item já temos uma atribuição ampla de nossa Comissão. A saúde já é no Inciso II do art. 100. A saúde continua aqui. Transgênicos, por exemplo, transplante de órgãos, células-tronco, toda matéria que se relaciona a esses assuntos ficará aqui. Agora, pergunta-se: e quando se tratar, por exemplo, de bolsas de estudo para os mais pobres? Eu acho

que isso está relacionado com assistência social. Todo e qualquer projeto que disponha sobre essa matéria passará por aqui. Logicamente, as normas gerais sobre idosos, a questão racial, tudo isso passará por outras Comissões. Entretanto, continuamos, volto a dizer, com uma atividade bastante intensa em vários setores da Administração Pública, principalmente na área da assistência social.

Quero abrir a palavra, em primeiro lugar, para agendarmos as reuniões.

De acordo com o novo Regimento, está fixado um novo horário para as reuniões desta Comissão: todas as quintas-feiras, às 11h30min. No entanto, podemos ou antecipar as reuniões ou, se for o caso, realizá-las em outro dia, extraordinariamente.

Em primeiro lugar, vamos tratar do dia da reunião e do horário e se estão de acordo.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, Senador Antonio Carlos Valadares, quero dizer da minha alegria em participar desta Comissão.

A distribuição ficou razoável em relação à Subcomissão de Meio Ambiente, que sai desta e vai para a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, e quanto à questão dos idosos e deficientes, que serão tratadas na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

Quanto ao horário e o dia, sei que existe um organograma em comum acordo, inclusive, com a **TV Senado**, a fim de que esta Comissão seja transmitida ao vivo. Isso é fundamental. Por isso, temos que ver se há essa sintonia. Naturalmente, eu não tenho problema algum com o dia, pode ser segunda, terça, quarta, quinta ou sexta-feira – só como referência. Mas é preciso que haja essa sintonia.

Esta Comissão terá visibilidade, sem sombra de dúvida. Vou levantar um debate, na Casa, sobre o que é comissão de mérito. Por exemplo, a CCJC, no meu entendimento, tem de cuidar não quanto ao mérito desse ou daquele projeto, mas quanto à sua legalidade, se é constitucional ou não. Teremos de aprofundar esse debate aqui. O mérito dos projetos de assuntos sociais tem de ser debatido nesta Comissão. Pelo menos – quero apenas contribuir para o debate –, na Câmara, é assim. A CCJ da Câmara dos Deputados não interfere no mérito. O relator tem de dizer se o projeto é constitucional ou é inconstitucional. Não podemos discutir um mérito aqui e ele ser alterado na CCJ. O mérito é de nossa autoridade. Temos de fazer o debate e tomar a resolução.

Sei que não é este o momento, mas devemos nos aprofundar no debate a fim de estabelecermos a competência, de fato, de cada Comissão. A Comissão

de Assuntos Econômicos, a CAE, é claro, irá tratar de tudo aquilo que lhe corresponde. Um projeto aprovado aqui, como, por exemplo – falo muito, mas não tenho como não falar –, sobre o salário-mínimo irá para a CAE. Mas a CCJC tem de dar parecer somente sobre a sua constitucionalidade ou não. Ela não deve interferir no mérito do projeto, por exemplo, do salário-mínimo. Esse é um debate que faremos com tranquilidade, no momento adequado.

Quanto ao dia, é importante haver a sintonia com a **TV Senado**, a qual dá visibilidade à população brasileira, possibilitando-lhe perceber, efetivamente, o que está sendo discutido e aprovado nesta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares)

– Concedo a palavra ao Senador Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, V. Ex^a falou do horário regimental, obrigatório: 11h30min das quintas-feiras. Costumeiramente, as sessões de quinta-feira, nesta Casa, estão se iniciando às 10 horas. Temo que 11h30min seja exatamente o momento do início da Ordem do Dia. Como tem sido cada vez mais freqüentes sessões às quintas-feiras pela manhã no plenário da Casa, sugiro a V. Ex^a que já possamos interferir no Regimento, antecipando a reunião, pelo menos, em uma hora. As reuniões seriam às quintas-feiras, às 10 horas. Teríamos entre uma hora e trinta minutos a duas horas de trabalho, podendo ele ser suspenso para um horário posterior. Essa é a primeira observação que faço a V. Ex^a.

A segunda é a seguinte: se pudéssemos fazer as antecipações, já as cruzando com as decisões das outras Comissões. Há, agora, dez Comissões Permanentes, mais as Subcomissões dessas Comissões Permanentes, e mais o conjunto de outras Comissões Especiais que estão sendo criadas em virtude da força conjuntural. Creio que esta será, com certeza, uma das Comissões mais atuantes, como tem sido. E, mesmo algumas de suas atribuições tendo sido tiradas de sua competência, não vejo prejuízo na riqueza do trabalho e das proposições que ela tem feito.

Peço atenção a essas duas considerações. Ainda sobre o que Senador Paulo Paim nos colocou, eu não sei qual é a velocidade nos trâmites dos projetos. Tomei conhecimento no pronunciamento do Presidente que deixou a Presidência da CCJ, tanto quanto o que assumiu a Presidência, de que temos encalhado lá mais de 1.500 projetos.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares)
– Aqui são 245 Projetos apenas.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Então, se tomarmos a atitude de analisar alguns méritos, depois de ouvida a CCJ, tenho medo que de que isso possa se tornar uma espécie de trancamento de pauta,

por força regimental. Eu pediria, neste momento, que pudéssemos conversar melhor. Talvez, levantarmos as preocupações todas e, em um momento posterior, trazer algumas sugestões para o fato de como conduziríamos o nosso trabalho aqui.

Por último, Sr. Presidente, eu estava lendo aqui dois requerimentos - acho que do Senador Paulo Paim. A Subcomissão do Meio Ambiente funcionava, nesta Casa, no âmbito desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares)
– Exatamente.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Nós não a temos mais aqui. Um assunto da Ordem do Dia que poderíamos tratar – eu pediria até que o Senador Paulo Paim pudesse reproduzir para nós, rapidamente – é da importância das duas Subcomissões que S. Ex^a está propondo aqui, porque acho que realmente poderíamos, diante dessas duas Subcomissões, ponderar essas velocidades de alguns projetos que possam estar encalhados na CCJ, avaliando a sua constitucionalidade.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares)
– Em face da nova configuração numérica desta Comissão, da sua redução numérica de 29 Senadores para 21 Senadores, Senador Paulo Paim, não seria de bom alvitre fazermos uma votação neste momento, a não ser que a maioria aceite, já que alguns membros serão deslocados para outras Comissões. Eu consultaria o Plenário, porque é da maior importância que tenhamos esta Subcomissão funcionando plenamente, a Subcomissão de Trabalho e Previdência, da iniciativa do Senador Paulo Paim, já que temos vários assuntos a serem tratados e debatidos, como a Previdência, a PEC Paralela, e a nova reforma sindical que está a caminho do Senado Federal, enfim, eu consultaria o Plenário, e inclusive a própria assessoria, se poderíamos colocar em votação para se criar logo esta Subcomissão, em substituição a do Meio Ambiente, que foi para a Comissão apropriada, a específica.

Nós iríamos extinguir a Subcomissão do Meio Ambiente, em primeiro lugar, e, depois, aprovaríamos a Subcomissão a que me referi. Eu consultaria o Plenário se há alguma objeção a respeito da deliberação dessas matérias.

O SR. MARCELO CRIVELLA (PL – RJ) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares)
– Com a palavra o nobre Senador Marcelo Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (PL – RJ) – Sr. Presidente, primeiro, eu gostaria de saudá-lo na Presidência desta Comissão e desejar-lhe uma legislação profícua, uma direção que possa trazer à sociedade brasileira avanços nas suas questões sociais. Tenho

certeza de que V. Ex^a vai contar com todos os membros desta Comissão, para que não falte quórum e para que não falte também os relatórios, com rapidez, para que a nossa Comissão, ao término do seu mandato, não tenha nem sequer perto do número de projetos que hoje possui ainda sem solução.

Na minha opinião, Sr. Presidente, acho que é tão relevante a Subcomissão de Trabalho e Previdência que, se pudermos deliberar esse assunto hoje, já que não vamos poder tratar de votação de projetos, de relatoria, seria uma etapa vencida ou uma etapa que poderíamos deixar para trás. Tanto é assim que acho, Sr. Presidente, que, se colocarmos tanto a extinção quanto a criação dessas Subcomissões, podemos aprovar-las hoje e sairmos daqui já com o horizonte do que vamos ter pela frente. Acho que, a partir do momento da criação da Subcomissão, o Senador Paulo Paim irá visitar os gabinetes e os Senadores Membros desta Comissão, para que possa ter os Membros necessários ao funcionamento da sua Subcomissão de Trabalho e Previdência. Portanto, Sr. Presidente, eu sou favorável e encaminho favoravelmente à votação.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares)

– Tenho uma sugestão. Como vamos reduzir o número de Membros desta Comissão de 29 para 21 e, naturalmente, a composição vai mudar, nós aprovaríamos os requerimentos de extinção da Subcomissão do Meio Ambiente e da criação da Subcomissão de Trabalho e da Previdência **ad referendum** da nova composição, porque quando nós tivermos uma composição completa, dos vinte e um, eu colocarei novamente em votação para confirmar.

Vamos colocar em votação o primeiro requerimento, o da extinção.

Nos termos da Resolução nº 1, de 2005, do Senado Federal, venho, na melhor forma de direito, requerer a extinção da Subcomissão Permanente do Meio Ambiente no âmbito desta Comissão de Assuntos Sociais. Senador Paulo Paim.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares)

– Finalmente, vamos agora deliberar sobre o requerimento da criação da Subcomissão Permanente de Trabalho e Previdência.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares)

– Tem a palavra o Senador Eduardo Azeredo, com muito prazer.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Eu quero que fique bem claro que na verdade a Subcomis-

são de Meio Ambiente está sendo extinta aqui porque ela passou a fazer parte de outra Comissão. Somente para deixar claro.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares)

– Exatamente. Está escrito aqui: no âmbito desta Comissão. O Senador teve o cuidado de colocar assim: “(...)no âmbito desta Comissão de Assuntos Sociais”.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Ela passou para a Comissão...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares)

– De Fiscalização, Controle e Meio Ambiente.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Fiscalização, Controle e Meio Ambiente, não é? Isso, por decisão da Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares)

– Por decisão da Mesa.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Defesa do Consumidor. Está ótimo. Tudo bem.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares)

– Então, agora passemos à aprovação do segundo requerimento, de autoria do Senador Paulo Paim, que nós sabemos ser um especialista em assuntos de trabalho, e na questão racial, que vai ser tratada na Comissão de Direitos Humanos.

Então, o Senador Paulo Paim propõe a criação da Subcomissão Permanente do Trabalho e Previdência, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares)

– Logicamente, iremos submeter esses dois requerimentos à nova composição que será deferida de acordo com as Lideranças Partidárias.

Eu quero crer que sobre o funcionamento desta Comissão, já que há uma exigência dos Srs. Senadores, que eu considero legítima, de uma transparência maior dos seus trabalhos por meio da **TV Senado**. No dia em que o Senado Federal fizer reuniões pela manhã, às quintas-feiras, podemos antecipar nossas reuniões para quarta-feira ou terça-feira, naturalmente combinado com o Plenário. Mas fica desde logo convocada uma outra reunião, a não ser que haja outro assunto a ser abordado.

Senador Sibá Machado, faltou-me responder a V. Ex^a. Está entendido.

Então, se há outro assunto ou alguma dúvida sobre a nova atribuição da Comissão de Assuntos Sociais, ou se alguém quiser discutir pormenores sobre isso, eu concederei a palavra antes de encerrar esta reunião.

Com a palavra o Senador Augusto Botelho.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Não é para discutir, mas para fazer uma observação. Eu acho que, com essa redução de competências e atribuições da nossa Comissão, a minha área da saúde ficou melhor, porque nós teremos mais espaço para discuti-la e debatê-la. Fiquei satisfeito com isso, porque nós vamos...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Saiba V. Ex^a que na Câmara dos Deputados existe uma Comissão somente para tratar da Saúde, e aqui nós estamos tratando de saúde, de segurança social e de tantos outros assuntos.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Por isso fiquei muito satisfeito em relação a isso: nós vamos ter mais espaço para debater, para fazer audiências, para discutir melhor o assunto da saúde, principalmente em relação às polêmicas células-tronco e outros temas que interessam aos paraplégicos que estão aí com esperança, pois é a única esperança dessas pessoas de voltarem a andar, os lesados de medula, é com a evolução e desenvolvimento da pesquisa com as células-tronco. Não existe ainda uma solução matemática com as células-tronco, não. Então, quanto mais tempo levarmos para iniciar a prática da pesquisa com células-tronco, mais tempo essas pessoas vão esperar para poder andar. Muitos nunca vão poder andar porque vão morrer antes que possamos aplicar em seres humanos a pesquisa.

Fiquei satisfeito principalmente por isso, em relação aos seqüelados medulares do Brasil, que é um número muito grande, principalmente no meu Estado, onde ocorre freqüentemente acidente de motocicleta, um Estado que, infelizmente, tem as piores estatísticas de acidente de trânsito no Brasil

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Agradeço a V. Ex^a. V. Ex^a tem razão, nós podemos inclusive fazer um trabalho mais aprofundado debatendo sobre o SUS – Sistema Único de Saúde, que tem suas falhas nos Estados, nos Municípios, precisamos coibir determinadas falhas, determinadas irregularidades e desvios e uma Subcomissão, quem sabe, poderia ser criada só para tratar do SUS. V. Ex^a poderia tomar essa iniciativa: uma fiscalização só para fiscalizar o andamento dessa instituição que tem recebido críticas. Na verdade, o Ministro da Saúde coloca as verbas nos Estados, nos Municípios e a responsabilidade direta não é do Ministério da Saúde, mas de quem executa o serviço. Poderíamos ouvir autoridades municipais, autoridades estaduais, autoridades do próprio Ministério para que possamos fazer posteriormente um relatório circunstanciado sobre a situação da saúde, o que representa o SUS no atendimento às pessoas mais

pobres do Brasil. A questão, por exemplo, da PEC da Saúde, a Emenda nº 29, há uma querela que não se sabe quando será resolvida entre o Ministério da Fazenda e o Ministério da Saúde. Hoje mesmo o Ministro da Saúde telefonou para a Presidência desta Comissão e me pediu que transmitisse a V. Ex^as que ele estaria à disposição para qualquer explicação do Ministério a respeito do funcionamento do seu órgão e a qualquer convocação ele atenderia de pronto para fazer essa integração entre a Comissão de Assuntos Sociais e o Governo através do Ministério da Saúde.

Não havendo mais...

O SR. MARCELO CRIVELLA (PL – RJ) – Sr. Presidente, ...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Pois não, Senador Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (PL – RJ) – Eu gostaria – já que V. Ex^a levantou um tema tão importante como o da saúde, e o nosso Senador Botelho falou sobre os acidentes que ocasionam seqüelas à medula –, que existem aqui, nesta Comissão, tramitando já há dois anos, propostas em que eu tratei do assunto. No Rio de Janeiro, cidade onde nasci, e em São Paulo, todos os dias, um grande número de motoboys trafegam nas grandes avenidas dessas cidades, levando encomendas, de documentos, e muitos se acidentam. De dez acidentes ocorridos, dois são fatais, acarretando impossibilidade permanente de locomoção.

Existe já agora, Sr. Presidente, o airbag de motocicleta, que eu trouxe para cá para mostrar aos Srs. Senadores. Esse é um item que deveríamos obrigar a que todas as fábricas de motocicleta fizessem com que elas já saíssem de fábrica com esse item para evitar esses acidentes. Normalmente, vitimam gente muito nova, são rapazes. Algumas moças também já estão trabalhando nessa profissão.

Mas não é só no Rio e em São Paulo, não. Morei em Irecê, uma pacata cidade no sertão, no semi-árido baiano, na Chapada Diamantina, a cerca de setecentos quilômetros de Salvador e vi que ali o motoboy é uma profissão que alimenta muitos jovens e moças também. Acredito que isso ocorra também em todo o interior do Brasil, pois carregam passageiros.

Então, há uma série de proposições que pediria ao Sr. Presidente, já que há um consenso entre os membros desta Casa sobre a célula-tronco, vamos falar disso também preventivamente, quer dizer, antes do acidente acontecer, que são normalmente vítimas, ou de acidentes com armas ou de acidentes com motocicletas. Antigamente, eram os carros, quando não havia aquele encosto de cabeça nos bancos, pelo efeito do chicote na frenagem. Agora, são as motocicletas.

E já existem avanços que podemos implementar na nossa Comissão que, certamente, irão melhorar o sofrimento de milhões de brasileiros.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares)

– Agradeço a V. Ex^a. E V. Ex^a terá todo o apoio nessa sua pretensão. E gostaria de lembrar o seguinte: os Senhores Senadores da Comissão que tenham prioridade no andamento de alguma proposição, por favor, mandem a sua assessoria entrar em contato com a Secretaria da Comissão para que possamos colocá-la nas próximas pautas para votação. Inclusive, o Senador Marcelo Crivella tem um projeto da maior importância sobre cargas...

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Pois é, gostaria, se fosse permitido, dar uma opinião.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valares)

– Pois não, Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Primeiro, quero cumprimentá-lo e, ao lado dos cumprimentos, relembrar Napoleão Bonaparte que disse: “O francês é tímido, preguiçoso, até tem dificuldade...mas, como grande comandante, ele vale por cem e por mil”. Então, sem dúvida nenhuma, a Comissão de Assuntos Sociais tem o melhor comandante do Senado, que é V. Ex^a. É hoje o símbolo do legislador, compromissado com a lei boa e justa.

Então, a sensibilidade do grande engenheiro e homem de Deus, Marcelo Crivella, tem um projeto de lei que visa diminuir a carga que os estivadores transportam hoje de 50 kg para 20 kg. Isso inspirado, primeiro, em Deus, na sensibilidade dele; e, também, em avanços na Europa. E isso foi motivo de um debate. Há um requerimento nosso, por sugestão do debate da maioria, que defende essa corrente, outro engenheiro, que é o Senador César Borges, que houvesse – e exige – o debate.

Sendo assim, ele está sendo solicitado à audiência pública, há muito, e não andou. E solicitariamos a V. Ex^a que ela fosse à primeira audiência pública para elucidarmos isso, quer dizer, ele solicita que seja uma Legislação, que um saco de cimento nunca tenha 50 kg; que seja só pacote de 20 kg.

Isso vai dar um transtorno, na indústria, nos próprios profissionais, que chamamos de estivadores, da estiva. Então, que dê andamento e convoque para a primeira audiência pública.

E eu, que sou bíblico assim como ele, acho que ele deveria ponderar, no meu ponto de vista, como diz a Bíblia, o Rei Salomão: “A verdade está no meio”. De 50 kg para 20 kg é meio distante. Então, que fosse uns 40 kg ou 35 kg, porque se, na hora em que tiver só o pacote de 20 kg, vai acarretar desemprego para esses trabalhadores de cargas, que chamamos de estiva – pelos menos é assim no Nordeste. E o desemprego é uma preocupação.

Então, que V. Ex^a, com a sua inteligência, dê uma conclusão a esse Projeto de Lei inspirado na ge-

nerosidade e na bondade do nosso Senador Marcelo Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (PL – RJ) – Sr. Presidente, quero, em primeiro lugar, agradecer ao Senador Mão Santa não só pelas suas palavras elogiosas, mas V. Ex^a tem sido sempre muito generoso comigo.

Sr. Presidente, o nosso Projeto visa não obrigar o trabalhador brasileiro a transportar, individualmente, quer dizer, não é em carrinho-de-mão ou em qualquer outro artefato mecânico, cargas acima de 30 quilos. Na Europa, os países avançados – Itália, Inglaterra, Alemanha, França – é de 20 quilos. Aqui, como na Emenda do Senador Ney Suassuna e consultando os técnicos do Governo, nós, então, passamos para 30 quilos. Agora, Sr. Presidente, aqueles que argumentam que vai aumentar o Custo-Brasil, é bom lembrar que no SUS, já sobrecarregado, o maior índice de dores localizadas são lombares. São pessoas que chegam à idade adulta comprometidas na sua região lombar e, normalmente, são estivadores ou trabalhadores da construção civil. A indústria do cimento, neste País, – todos os dias saímos jornais – é uma indústria cartelizada. O cimento é uma farofa de calcário e argila com a adição posterior de gesso que jamais poderia custar R\$30,00 por um saco de 50 quilos. Para o Brasil, é calcário, argila e gesso. E mais: 85% de um saco de cimento que passa de 45 quilos pode ser a escória de auto-forno, Sr. Presidente. Estou falando em cimento porque foi o que o nobre Senador Mão Santa citou. Mas 85% de um saco de cimento pode ser a escória de auto-forno, quer dizer, as fábricas de cimento são associadas. Tem a Votorantim que é a maior do Brasil, tem a Siderúrgica Barra Mansa e ali do lado, em Volta Redonda, tem a Fábrica de Cimento Votorantim. Ela pega a escória da Siderúrgica Barra Mansa – que não tem preço, é uma escória – mói e põem no saco. A Fábrica de Cimento Tupy pega a escória da Siderúrgica Nacional. Então, sempre do lado de uma siderúrgica tem uma fábrica de cimento. Por quê? Porque no processo de fabricação do aço, quando se coloca o minério de ferro – o ferro gusa – no alto-forno, sobe, fica em suspensão, uma borra que é retirada mecanicamente e cai para fora do alto-forno como se fosse um carvão de uma churrasqueira qualquer. Aquilo é escória, aquilo não se aproveita para nada – como o nome diz, é escória. Agora, no Brasil, graças aos nossos técnicos e cientistas, isto pode ser usado no saco de cimento e todo o cimento Porteland é de alto-forno – é por isto que se chama de alto-forno – tem 85% de escória. Quer dizer, 85% da matéria prima não tem preço e o cimento é caríssimo. Agora, se reduzirmos o tamanho do pacote, vamos gerar emprego, porque ao se descarregar um caminhão, a embalagem é a mesma – a embalagem só vai ser partida ao meio. Quer dizer, não há despesa alguma o sujeito fazer um pacote de 50 e dois de 25 é a mesma coisa. Na hora de desembarcar um caminhão de cimento, como é feito hoje? Ninguém consegue carregar um saco de cimento até porque ele é

muito maleável. Você tenta suspendê-lo e ele deforma de um lado, de outro e você não tem uma resistência – um ponto de alavanca – para levantá-lo. Quando um caminhão, carregado de cimento, vai descarregá-lo em uma obra, o que é que se faz? Colocam dois operários na carroceria do caminhão e vêm aqueles meninos em fila indiana, com a camiseta enrolada na cabeça, e colocam sobre ele um saco de cimento, e ele sai todo torto – porque é um peso muito elevado – até chegar no almoxarifado da obra onde então dá um impulso e joga aquele saco. Ali outros operários vão armazenar o produto.

Sr. Presidente, nós estamos comprometendo os nossos jovens. Estamos comprometendo os nossos idosos – nas fazendas, carregando sacos pesados.

No meu Projeto, na Fazenda Nova Canaã, no interior da Bahia, – eu planto feijão – e olhem: não há ninguém que, sozinho, consiga pegar um saco padronizado de 60 quilos de feijão. Normalmente, esses sacos a granéis – é como falei a V. Ex^{as}s – eles não são como um tronco de madeira que nós conseguimos dar um efeito de alavanca para levantar e colocar nas costas. Eles se deformam, eles são maleáveis. É difícil conseguir colocá-los nas costas ou na cabeça.

Por isto eu faço um apelo aos meus companheiros: vamos ao debate, vamos trazer aqui a Confederação-Geral dos Trabalhadores, vamos trazer o pessoal da construção civil, vamos trazer médicos do Ministério do Trabalho que me auxiliaram nesse projeto, e vamos colocar esse problema diante da opinião pública. Acredito que vamos fazer um avanço muito grande se retirarmos essa carga dos nossos trabalhadores, lembrando também que um operário da construção civil, um servente, ganha hoje um R\$1,89 por hora, o que não lhe dá o direito sequer de comprar Unguento Passarinho para colocar no seu lombar, que custa de R\$4,00 a R\$5,00.

Esse é o apelo que faço a meus companheiros em nome dos trabalhadores do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Antes de passar a palavra ao Senador Paulo Paim, eu gostaria de enfatizar que as Lideranças foram muito felizes ao indicarem pessoas tão abalizadas, com o conhecimento pormenorizado sobre os mais variados assuntos da área social e ficou demonstrado, pelos pronunciamentos hoje, que estamos bem representados e grandes debates serão aqui realizados. O Senador Mão Santa, que é médico, um homem voltado para o social, foi Governador e se dedicou a esta área com ardor, com devoção e com idealismo; o Senador Crivella; enfim, todos aqueles que compõem esta Comissão têm um trabalho realizado no passado, que agora querem dar continuidade na Comissão e contam com o nosso total apoio.

Tenho certeza, Senador Crivella, que o seu projeto será debatido amplamente aqui pela sociedade e terá o respeito de todos nós, e o seu trâmite será normal e rápido para que a sociedade brasileira venha a se beneficiar, principalmente os trabalhadores.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, como vemos, esta Comissão é rica. Os mais variados assuntos que atingem diretamente os trabalhadores do campo e da cidade, aposentados e pensionistas, serão aqui tratados. Eu tive a felicidade e a alegria de ler o projeto do Senador Crivella. Entendo que ele é de suma importância, quero colaborar aqui inclusive na convocação dos sindicatos dos estivadores, que ficam mais nos portos, dos transportadores de cargas, na área dos caminhoneiros; enfim, na área mais urbana e como também as centrais sindicais. Naturalmente vamos colaborar para que eles participem desse debate como também as confederações de trabalhadores. Quero somar-me ao pronunciamento dele e do Senador Mão Santa, e dizer, Sr. Presidente, que quero agradecer ao conjunto da Comissão, aos funcionários, a V. Ex^a e todos os Senadores pela aprovação por unanimidade dessa Subcomissão que tratará o mundo do trabalho e da previdência. Sem sombra de dúvida, esse ano, o Congresso vai ter que debater a reforma sindical e a reforma trabalhista, e no meu entendimento esta é a Comissão de mérito para debater esse tema. Aqui temos a oportunidade de aprofundar quais serão as novas relações no mundo do trabalho, a partir do ano que vem, provavelmente – e aí vai desde a negociação, a importância do sindicato, como também a nossa CLT, a Constituição do art. 6º ao 12º, a própria relação dos servidores públicos. Porque quando falo Comissão do Trabalho alguns dizem: trabalhador da área privada e da área pública. Para mim o mundo do trabalho, naturalmente, somos trabalhadores da áreas pública, da área privada, os avulsos até àqueles que estão na informalidade, mas que gostariam de contribuir um dia para a Previdência para ter o direito à sua aposentadoria.

É mais um agradecimento que faço, pela aprovação. Claro que V. Ex^a foi muito transparente, dizendo que faremos ainda **referendum** da próxima reunião, com a nova composição. Era isso.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares)

– Senador Crivella, antes de encerrar, queria lembrar a V. Ex^a, que o Senador Mão Santa já tem um requerimento aprovado por esta Comissão, para a realização de uma audiência pública, para debater todos os pormenores, os artigos, os dispositivos que compõem a proposição de V. Ex^a, então estamos aguardando a audiência.

Na próxima reunião, antes do seu início, podemos conversar; e iremos sugerir quais as autoridades, quais os sindicatos que deverão ser chamados. Isso poderá ser feito na próxima reunião.

O SR. MARCELO CRIVELLA (PL – RJ) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares)

– Muito obrigado.

Está encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 12 horas.)

ATA DA TERCEIRA REUNIÃO (Ordinária) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 52ª LEGISLATURA REALIZADA NO DIA 03 DE MARÇO DE 2005, QUINTA-FEIRA, ÀS 11:30 HORAS.

Às onze horas e cinqüenta e oito minutos, do dia três de março de dois mil e cinco, na Sala de reuniões da Comissão de Assuntos Sociais, tendo presidido a Senhora Senadora PATRÍCIA SABOYA GOMES, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos (as) Senadores (as) **MARCO MACIEL, JONAS PINHEIRO, RODOLPHO TOURINHO, FLEXA RIBEIRO, LÚCIA VÂNIA, REGINALDO DUARTE, VALDIR RAUPP, MÃO SANTA, SÉRGIO CABRAL, PAPALÉO PAES, FLÁVIO ARNS, MARCELO CRIVELLA, PAULO PAIM, PATRÍCIA SABOYA GOMES, AUGUSTO BOTELHO, HERÁCLITO FORTES, ROMEU TUMA E PEDRO SIMON**. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão, justificando ausência o Senhor Senador Antonio Carlos Valadares e o Senhor Senador Mozarildo Cavalcanti.

A Senhora Senadora Patrícia Saboya Gomes declara aberto os trabalhos, propondo a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Passa-se a apreciação dos itens da pauta. **Item 1 – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 51, DE 2004**, “Altera a redação do art. 260 e acrescenta artigos à lei nº 8.069, de 13 julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente dispõe dedução do Imposto de Renda para doação aos Fundos Nacional, Estaduais e Municipais em favor da criança e do adolescente”. Autora: Deputada Ângela Guadagdin. Relatora: Senadora Fátima Cleide. Relatora “AD HOC” Senadora Lúcia Vânia. Parecer: Favorável. Resultado: Pedido de vista ao Senador Flávio Arns.

Item 2 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 190, DE 2002, “Retirado de pauta para atender solicitação da SSCLSF de requerimento de tramitação conjunta. Os demais itens 3, 4, 5, 6, 7, e 8, foram adiados por estar a pauta do plenário sobrestada, em razão da MP 225, de 2004. Foram referendados os Requerimento Nº 1, DE 2005 – CAS, requer a extinção da Subcomissão permanente do Meio Ambiente, no âmbito desta Comissão de Assuntos Sociais e Requerimento Nº 2, DE 2005 – CAS, requer a criação da Subcomissão Permanente do Trabalho e Previdência, no âmbito desta Comissão de Assuntos Sociais, anteriormente aprovados na última reunião, por sugestão do Senador Paulo Paim. Fizeram uso da palavra os Senhores Senadores Flávio Arns e Paulo Paim. Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, encerra-se a reunião às doze horas e dez minutos, lavrando eu, **Gisele Ribeiro de Toledo Camargo**, Secretária da

Comissão de Assuntos Sociais, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Senadora Patrícia Saboya Gomes vice-presidente, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senadora **Patrícia Saboya Gomes**, Presidente em Exercício.

A SRª PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes. PPS-CE) – Havendo número regimental, declaro aberta a 3ª Reunião Ordinária da Comissão de Assuntos Sociais da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam querem permanecer sentados. (*Pausa.*)

Aprovada.

Comunico às Srªs e aos Srs. Senadores que o Item nº 2 (Projeto de Lei nº 190, de 2002) fica retirado da pauta para atender à leitura de requerimento de tramitação conjunta atendendo à solicitação de remessa de proposição da Subsecretaria de Coordenação Legislativa do Senado Federal.

Vamos colocar em discussão o Projeto de Lei da Câmara nº 51, que altera a redação do art. 260, e acrescenta artigos à Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), que dispõe sobre dedução do Imposto de Renda para doação aos fundos nacional, estaduais e municipais em favor da criança e do adolescente. É de autoria da Deputada Ângela Guadagnin, e a Relatora é a Senadora Fátima Cleide.

Pediria à Senadora Lúcia Vânia para relatar o parecer da Senadora Fátima Cleide.

A SRª LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Srª Presidente, Srªs e Srs. Parlamentares, da Comissão de Assuntos Sociais sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 51, de 2004, que altera a redação do art. 260, e acrescenta artigos à Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

A proposição a ser apreciada é oriunda do Projeto de Lei nº 1.300, de 1999, de autoria da Deputada Ângela Guadagnin, ao qual foram apensados o PL nº 4.141 e 4.888, ambos de 2001, de autoria do Deputado Moreira Ferreira e da Deputada Rita Camata, especificamente.

ANÁLISE

Esta Comissão deve pronunciar-se sobre o mérito das proposições que digam respeito, entre outros, à seguridade social, à assistência social, a normas gerais de proteção à infância e à juventude e a outros assuntos correlatos.

O Estatuto da Criança e do Adolescente é uma lei fundamental ao desenvolvimento social da Nação e foi inspirada no capítulo da Constituição consagrado à família, à criança, ao adolescente e ao idoso.

O art. 227 da Carta Magna consagra o dever da família, da sociedade e do Estado de assegurar à criança e ao adolescente com absoluta prioridade o vasto elenco de direitos ali enunciados.

O ECA, ao permitir a milhões de contribuintes pessoas físicas e jurídicas destinarem parte de Imposto de Renda devido aos fundos administrados pelos Conselhos da Criança e do Adolescente, instituídos no âmbito de três esferas do Governo, visou claramente ampliar a participação popular no amparo de crianças e adolescentes.

Entretanto, os problemas práticos não previstos pelo legislador como a impossibilidade de o contribuinte saber quanto de imposto ele vai pagar no momento da doação, comprometem a eficácia da citada lei. Urge, pois, aperfeiçoar a norma para que não se torne letra morta nem se frustrre o objetivo que a norteou.

Não vislumbramos vícios de injuridicidade ou de técnica legislativa que devam ser corrigidas.

Ressalte-se que o substitutivo foi fruto de amplo consenso partidário, na Câmara dos Deputados, e contou de forma até inusitada com o trabalho técnico do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente e de entidades não-governamentais à frente dos Sindicato Nacional de Auditores Fiscais da Receita Federal.

VOTO

Diante do exposto, nosso voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 51, de 2004.

A Relatora é a Senadora Fátima Cleide, tendo sido relatado por mim, Relatora **ad hoc**, Lúcia Vânia.

A SR^a PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes. PPS-CE) – Em discussão.

Com a palavra o Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT-PR) – Em primeiro lugar, esse projeto de lei aborda algo que me parece da mais fundamental importância com relação às doações que são destinadas ao Fundo da Criança e do Adolescente.

Algumas mudanças já estão ocorrendo nos Conselhos da Criança e do Adolescente, porque, no Brasil e no mundo, as pessoas desejam destinar recurso para uma iniciativa específica, de que conhecem o trabalho, ou seja, buscam a credibilidade da iniciativa.

Os conselhos municipais e estaduais, em grande número, permitem que a empresa e a pessoa física façam a destinação para a finalidade específica, para entidades da criança, de meninos de rua, de portadores de deficiência, da pastoral da criança, e que daquele

valor depositado, 80%, por exemplo, sejam destinados à entidade, e 20% fiquem no fundo para atender os projetos gerais.

Isso é uma coisa que a sociedade reclama como uma mudança que deva ocorrer.

Outra mudança fundamental é a que está prevista neste projeto, porque, pelas regras atuais, a pessoa física ou a pessoa jurídica deve fazer a doação para o fundo no ano anterior. Isso dificulta extraordinariamente o processo de doação no Brasil, porque a pessoa física tem que antecipar o dinheiro.

Podemos imaginar que, em razão da dificuldade pelas quais as pessoas e as empresas passam, adiantar o dinheiro para, lá na frente, calcular o imposto de renda e ver se aquilo está dentro do cálculo seja uma dificuldade enorme.

O óbvio seria fazer exatamente o que esse projeto de lei está propondo, ou seja, na época da declaração do imposto de renda, se a pessoa tiver imposto a pagar, ela pode dizer que vai doar uma parte desse imposto para a entidade tal, que esteja registrada no Conselho da Criança e do Adolescente, ao invés de doar para o Governo, e o projeto ficaria extremamente simplificado.

Nesse sentido, até as grandes empresas brasileiras, devido a essa dificuldade na legislação, quando têm um compromisso social, fazem um adiantamento para o funcionário, para que o mesmo faça doação para o Fundo. É um processo que causa muitos transtornos para todo mundo, mas o objetivo é dos mais meritórios.

Se todos conseguirmos melhorar essa burocracia que impede, inclusive, que as pessoas doem para os fundos da criança e do adolescente, se conseguirmos arrumar esses empecilhos, daremos um salto extraordinário em termos de Brasil.

Agora, ao mesmo tempo, existem algumas dificuldades, que, inclusive, são destacadas pela Liderança do Partido, sobre as quais as pessoas pediram que houvesse um aprofundamento um pouco maior. Mas antecipo a minha posição: se isso for bem encaminhado, se todos acordarmos bem sobre o conteúdo, se virmos que realmente não há dificuldade, empecilho ou burocracia e se as pessoas fizerem essas doações, teremos um recurso, Senadora Lúcia Vânia – V. Ex^a que já foi, inclusive, Secretária Nacional de Assistência social –, extraordinário para esta área.

Sou totalmente favorável à iniciativa. Inclusive, fui alertado por algumas pessoas para ver se, de fato, tudo isso está entendido dessa maneira.

Para facilitar, eu gostaria de pedir vista até a semana que vem para que, dentro desse espírito, es-

teja realmente líquido e certo aquilo que o projeto se propõe a fazer.

A SR^a PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes. PPS-CE) – Concedido o pedido de vista ao Senador Flávio Arns para que, na próxima reunião, possamos voltar à discussão e votação do projeto.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT-RS) – Senadora Patrícia Saboya Gomes, cheguei atrasado porque estava debatendo a questão das crianças índias que estão morrendo lá no Mato Grosso.

Eu só queria tentar assegurar, ainda nesta reunião, que possamos referendar uma decisão tomada, por votação, na última reunião desta Comissão, que mudou o critério do número de participantes. Esta é a explicação que nos deram, ou seja, eles eram vinte e poucos e passaram para vinte e um.

Assim mesmo, naquela oportunidade, o Presidente da Comissão colocou em votação a criação de uma Subcomissão do Trabalho e da Previdência. Mas para efeito legal, embora tenha sido votada por unanimidade, esta Comissão teria que referendar isso, já que, neste momento, o número correto de Senadores e Senadoras está assegurado. Eu só queria esse referendo, se possível, para a criação dessa subcomissão. Naquele momento, eu argumentava, mas creio que não vai ser preciso argumentar de novo, que a Subcomissão Permanente de Meio Ambiente não está mais aqui.

Encaminhei dois requerimentos: a extinção da Subcomissão de Meio Ambiente e a criação da Comissão Permanente de Trabalho e Previdência.

A SR^a PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes. PPS-CE) – Senador, coloco em votação pelo Plenário o referendo do requerimento do Senador Paulo Paim. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT-RS) – Obrigado a todos.

A SR^a PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes. PPS-CE) – Agradeço à Senadora Lúcia Vânia por ter relatado esse projeto.

Comunico às Sr^{as}s e aos Srs. Senadores que os demais itens da pauta estão sobrestados, tendo em vista que a pauta do Plenário está trancada por causa da MP 225, de 2004.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 12h10min.)

ATA DA QUARTA REUNIÃO (Ordinária) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 3^a SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 52^a LEGISLATURA REALIZADA NO DIA 10 DE MARÇO DE 2005, QUINTA-FEIRA, ÀS 11:30 HORAS.

Às doze horas, do dia dez de março de dois mil e cinco, na Sala de reuniões da Comissão de Assuntos Sociais, tendo presidido o Senhor Senador ANTÔNIO CARLOS VALADARES, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos (as) Senadores (as) **FLEXA RIBEIRO, LEONEL PAVAN, REGINALDO DUARTE, VALDIR RAUPP, MÃO SANTA, SÉRGIO CABRAL, PAPALÉO PAES, ANTÔNIO CARLOS VALADARES, FLÁVIO ARNS, IDELI SALVATTI, MARCELO CRIVELLA, PAULO PAIM, AUGUSTO BOTELHO, DEMÓSTENES TORRES, ROMEUTUMA, EDUARDO AZEREDO E EDUARDO SUPILCY**. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão, justificando ausência a Senhora Senadora **Roseana Sarney**, ofício GSRS nº 0068/2005, e o Senhor Senador **Cristovam Buarque**.

O Senhor Senador Antônio Carlos Valadares declara aberto os trabalhos, propondo a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Passa-se a apreciação dos itens da pauta.

Item 1 – REQUERIMENTO Nº 7 – CAS 2005. “Requer, tendo em vista o que dispõe o art. 72, VI, combinado com o artigo. 102 – E, VI , do regimento Interno do Senado Federal, na redação que lhes foi dada pela Resolução nº 01, de 2005, a extinção da subcomissão do Idoso, tendo em vista não constar mais a proteção do idoso como competência desta Comissão de Assuntos Sociais”. Autores: Senador Sérgio Cabral e Senador Papaléo Paes. Resultado: Aprovado.

Item 2 – REQUERIMENTO Nº 8 – CAS 2005. “Requer, nos termos do inciso II, do § 2º do art.58 da Constituição Federal, combinado com o inciso II do art.90 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública para debater sobre o Projeto de Lei do Senado nº 19 de 2003, que altera o art. 198 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovado pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (Fixa o peso maximo de vinte quilogramas que um empregado pode remover, individualmente)”. Autores: Senador Marcelo Crivella e Senador Papaléo Paes. Resultado: Aprovado.

Item 3 – REQUERIMENTO Nº 9 – CAS 2005. “Requer, nos termos do art. 73 do Regimento Interno do Senado Federal, a extinção da Comissão Temporária da Saúde, criada no ano de 2003, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais e, em seu lugar, a criação da Subcomissão Permanente de Promoção e Acompanhamento e Defesa da Saúde, com 5 (cinco) membros titulares e o mesmo número de suplentes”.

Autor: Senador Papaléo Paes. Resultado: Aprovado. **Item 4 – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 97, DE 2001.** “Institui o Programa Voluntário de Vacinação – PVV”. Autor: Deputado Nelson Proença. Relator: Senador Augusto Botelho. Parecer: Pela Oitiva preliminar da CCJ quanto á constitucionalidade e juridicidade do projeto. Resultado: Aprovado. **Item 5 – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 80, DE 2004.** “Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 19993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social, para acrescentar o serviço de atendimento a pessoas que vivem em situação de rua”. Autor: Deputado Henrique Afonso. Relatora: Senadora Roseana Sarney. Parecer: Favorável. Resultado: Aprovado Requerimento nº 5, nos termos do art. 102-D, do Regimento Interno, da Resolução do Senado Federal nº 1/2005, o envio do PLC 80/2004 ao exame da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. **Item 6 –PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº24, DE 2003.** “Dispõe sobre o exercício da profissão de Turismólogo”. Autora: Deputada Maria Elvira. Relator: Senador Eduardo Azeredo. Parecer: Favorável, com emenda nº1 – CCJ. Resultado: Aprovado Requerimento nº 6, nos termos do art. 104-A, do Regimento Interno, da Resolução do Senado Federal nº 1/2005, o envio do PLC 24/2003 ao exame da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo. **EXTRA PAUTA.** **Item: 14 – REQUERIMENTO Nº 5 – CAS 2005.** “Solicito, nos termos do art. 102-D, do Regimento Interno, na Redação dada pela Resolução do Senado Federal de nº 1/2005, o envio do PLC nº 80 de 2004, que altera a Lei nº 8.742/93, que dispõe sobre a organização da Assistência Social, para acrescentar o serviço de atendimento a pessoas que vivem em situação de rua, ao exame da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa”. Autor: Senador Waldir Raupp. Resultado: Aprovado. **Item 15 – REQUERIMENTO Nº 6 – CAS 2005.** “Solicito, nos termos do art. 104-A, do Regimento Interno, na Redação dada pela Resolução do Senado Federal de nº 1/2005, o envio do PLC nº 24 de 2003, que dispõe sobre o exercício da profissão de Turismólogo, ao exame da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo”. Autor: Senador Waldir Raupp. Resultado: Aprovado. **Item 16 – REQUERIMENTO Nº 10 – CAS 2005.** “Requer, nos termos Regimentais e Constitucionais, que seja convidado o Senhor Ministro do Estado da Saúde, Humberto Costa, e que sejam convidados o ex-secretario de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, Luiz Carlos Bueno de Lima, o presidente da Associação dos Laboratórios Oficiais -Alfob, Carlos Alberto Pereira, e o ex-Secretário-Executivo do Ministério da Saúde, Gastão Wagner, para, em Audiência Pública, prestar esclarecimentos aos Senadores desta Comissão de

Assuntos Sociais sobre a crise no abastecimento de medicamentos contra Aids e sobre a crise da saúde na cidade do Rio de Janeiro”. Autor: Senador Waldir Raupp. Resultado: Aprovado. Os demais itens da pauta, **7, 8, 9, 10, 11, 12 e 13**, foram adiados. Fizeram uso da palavra os Senhores Senadores Paulo Paim, Romeu Tuma, Papaléo Paes, Augusto Botelho, Flávio Arns, Mão Santa e Eduardo Azeredo. Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, encerra-se a reunião às doze horas e quarenta e seis minutos, lavrando eu, **Gisele Ribeiro de Toledo Camargo**, Secretária da Comissão de Assuntos Sociais, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Senador Antônio Carlos Valadares presidente, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Antônio Carlos Valadares**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Havendo número regimental, declaro aberta a quarta reunião ordinária da Comissão de Assuntos Sociais da III Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Comunico aos Srs. Senadores que só poderemos apreciar os Itens de 1 a 6, tendo em vista o sobreamento da pauta do plenário, devido à tramitação de medidas provisórias inconclusas, razão pela qual não poderemos deliberar sobre os projetos de decisão terminativa.

Incialmente, Srs. Senadores, termos dois requerimentos da autoria do nobre Senador Valdir Raupp, vazados nos seguintes termos:

O primeiro solicita, nos termos do art. 102, “d”, do Regimento do Interno, na redação dada pela Resolução do Senado Federal nº 1, de 2005, o envio do PLC 80, de 2004, que altera a Lei nº 8.742, de 1993, que dispõe sobre a organização da assistência social, para acrescentar o serviço de atendimento a pessoas que vivem em situação de rua ao exame da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

O segundo requerimento com objetivo semelhante para que o PLC 24, que trata da profissão de turismólogo, vá ao exame também da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.

Acontece que há possibilidade de atender a este requerimento. Os projetos vão para as Comissões de Desenvolvimento Regional e Direitos Humanos, e de-

pois as matérias voltam para a apreciação final desta Comissão.

Os Srs. Senadores que aprovam esses dois requerimentos queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovados.

Um outro requerimento, de autoria do Senador Sérgio Cabral e do Senador Papaléo Paes, requerendo, nos termos regimentais, a extinção da Subcomissão do Idoso, tendo em vista não constar mais a proteção dos direitos dos idosos como competência desta Comissão. O idoso ficará vinculado a esta Comissão quando se tratar de questão de assistência social, que é uma atribuição desta Comissão. Mas quando se tratar de regulamentação de algum direito deverá a matéria ser conduzida para a Comissão respectiva, que é a Comissão de Direitos Humanos.

O Senador Papaléo deseja falar alguma coisa sobre essa matéria? É um requerimento que pede simplesmente a extinção da Subcomissão do Idoso.

O SR. PAPALÉO PAES (PMDB – AP) – Sr. Presidente, exatamente subscrevi há pouco a pedido do Senador Sérgio Cabral. E as justificativas estão exatamente nas suas palavras.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Poderíamos pensar, como a Subcomissão do Idoso está sendo extinta, em substituí-la por uma outra que diga respeito à assistência social, suponhamos, das pessoas da população mais pobre, de baixa renda. Poderíamos pensar numa subcomissão desse tipo.

Senador Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Na verdade, para concordar com V. Ex^a, nós que trabalhamos tanto no Estatuto do Idoso e o aprovamos por unanimidade no Senado, entendo que uma Subcomissão do Idoso, ligada à Subcomissão de Direitos Humanos, que é para onde vai agora, acaba tendo um papel importantíssimo, já que inúmeros artigos do Estatuto do Idoso, infelizmente, como o transporte gratuito, não está sendo respeitado em alguns Estados. Por isso cumprimento a iniciativa dos nobres Senadores para que esta Comissão se desloque para a Comissão de Direitos Humanos. E a proposta de V. Ex^a também é procedente, no lugar dela criariamos outra Comissão, respaldando principalmente aqueles que possuem uma renda muito pequena para a sobrevivência da família.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Então os Srs. Senadores que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Em seguida, temos um outro requerimento de autoria do Senador Crivella, que está sendo subscrito pelo Senador Papaléo Paes, nos seguintes termos, requerendo a realização e audiência pública no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, para com a participação dos convidados mencionados debater sobre o Projeto de Lei nº 19, de 2003, que altera o art. 198, da Consolidação da Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio 1943, que fixa o piso máximo de 20 quilogramas que o empregado pode remover individualmente.

Convidados: Sr. Manoel José dos Santos, Presidente da Confederação dos Trabalhadores na Agricultura – Contag; Sr. José Calixto Ramos, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria – CNTI; Sr. Eduardo Lírio Guerra, Presidente da Federação Nacional dos Portuários – FNP; Sr^a Maria de Lourdes Moura, Coordenadora-Geral da Normatização de Programas no Departamento de Segurança e Saúde do Trabalho; Sr^a Maria Helena da Silva Gutierrez, Coordenadora Nacional da Defesa do Meio Ambiente e do Trabalho. Esse requerimento de audiência pública, como disse, tem como autor o Senador Marcelo Crivella e como subscritor, apoioando, portanto, o requerimento, o Senador Papaléo Paes.

Os Srs. Senadores que aprovam o requerimento, ou que queiram se manifestar sobre este requerimento, inclusive são cinco pessoas já convidadas, se faltou alguém.

Senador Paim,

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, abro mão da fala, é um assunto tão importante, discutimos, de forma preliminar, na última reunião da CAS, e foi por unanimidade que se tomasse esse procedimento. Por isso, que a votação transcorre tranquilamente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Pois não, os Srs. Senadores que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado, por unanimidade.

Aqui temos um requerimento de autoria do nobre Senador Papaléo Paes pela extinção da Subcomissão Temporária da Saúde, criada no ano de 2003, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais e em seu lugar propondo a criação de uma Subcomissão Permanente de Proteção e Defesa da Saúde, com nove membros titulares e o mesmo número de suplentes.

Coloco em discussão esse requerimento, e se algum Senador desejar se manifestar tem a palavra.

Trata-se de extinção de uma Comissão e criação de uma outra.

Pois não, Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Altera a nomenclatura, mas a estrutura não. A temporária tinha quantos membros?

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Vai ser permanente.

Temos a Subcomissão Temporária com nove membros e passaria a ser Permanente, da saúde, defesa da saúde. Aqui poderíamos, através desta Subcomissão, acompanhar anualmente os trabalhos que são executados não só pelo Ministério da Saúde, como também pelas Secretarias de Saúde dos Estados, pelas Secretarias de Saúde dos Municípios, o que estão fazendo com as verbas do SUS. Poderíamos, nessa Subcomissão importantíssima, fazer um trabalho que está sendo desenvolvido no Brasil, analisar os gastos, as despesas, as receitas arrecadadas pelos Estados, Municípios e como está sendo feita a aplicação dos recursos.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Pois não, Senador Romeu Tuma. V. Ex^a tem a palavra. V. Ex^a, como suplente, age aqui nesta Comissão como se fosse efetivo.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Estou ao lado de mais de um médico aqui, então, falo mais como cidadão que verifica o que está ocorrendo na área da saúde. Estamos em crise na área da saúde. Por que crise? Porque os planos de saúde, que também devem ser acompanhados, se V. Ex^a permitir uma opinião, em razão de uma intervenção muito rigorosa do governo, têm tido dificuldade em oferecer serviço e, praticamente, a população, em número cada vez maior, com a queda do poder aquisitivo, está procurando os hospitais públicos. Com essa crise da saúde no Rio de Janeiro, essa Subcomissão já teria subsídios para ver o que está acontecendo. Ela poderia avaliar essa situação caótica no Rio de Janeiro, onde os hospitais municipais querem desfazer a parceria com a União, pela falta de medicamentos e de assistência médica. Então, quanto à crise da saúde, acho que esta Comissão vem numa hora importantíssima para o cidadão brasileiro. Porque hoje penso que preocupa mais, Senador Mão Santa, V. Ex^a, como médico, o nosso Senador, como médico, sabe que hoje o cidadão se preocupa muito mais com a saúde do que com a segurança. A saúde é a própria vida que está em jogo, da família, dos seus filhos. Creio que V. Ex^a já devia, sou favorável à aprovação, nomear essa Subcomissão e colocá-la para trabalhar.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Continua franqueada a palavra.

Pois não, Senador Papaléo Paes.

O SR. PAPALÉO PAES (PMDB – AP) – Sr. Presidente, até para que haja uma discussão dentro da proposta que vou fazer, peço a V. Ex^a que analise, a definição inicial foi Subcomissão Permanente de Proteção e Defesa da Saúde. A alteração que desejo fazer é Subcomissão Permanente de Promoção e Defesa da Saúde. Considerando que solicitamos nove membros e que o número de membros da CAS realmente iria dificultar esse número de pessoas, eu, até atendendo a uma sugestão de V. Ex^a, gostaria que passássemos a ter cinco membros. Então, ficaria a Subcomissão Permanente de Promoção e Defesa da Saúde, e em vez de nove, cinco membros.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – De acordo, Senador. Como disse o Senador Romeu Tuma, substituiríamos Proteção por Promoção. Em vez de nove teríamos cinco. Tendo em vista que a Comissão Temporária tinha sete membros. Como houve uma redução do número de membros desta Comissão de vinte e nove para vinte um, então é lógico que também deverá haver uma redução de sete para cinco. É razoável essa proporção.

Senador Agusto Botelho.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Acho que nessa comissão inclusive, como se falou, poderíamos cobrar as aplicações das verbas do SUS e também cobrar aos Estados que melhorem seus índices de mortalidade infantil. Porque é uma vergonha ainda neste País ter Estado onde a mortalidade infantil chega perto de sessenta, de cinqüenta. Nos países mais desenvolvidos, a mortalidade infantil é abaixo de oito por mil nascidas vivas. Temos agora, entre os indígenas, a mortalidade de cento e setenta crianças por mil nascidas vivas. Enquanto Comissão podemos interferir em qualquer Estado. Não é interferir, mas cobrar dos governantes, dos prefeitos, que prestem atenção à causa dos baixos índices de mortalidade. É preciso tentar, também, mandar mais recursos aos necessitados. Poderemos estabelecer parâmetros de luta, nesses próximos anos, contra a mortalidade materna, contra a mortalidade infantil. Enfim, contra todos esses índices vergonhosos no País.

Fico feliz por essa Subcomissão de Promoção da Saúde sair. Assim, poderemos ser mais ativos. A Comissão de Saúde fez muito trabalho no ano passado. Discutimos, inclusive, a parte de medicamentos, que é um dos pontos críticos da saúde no Brasil atualmente. Falo do fornecimento de medicamentos para a rede pública. Temos essa dificuldade.

Quero dizer ao Senador Romeu Tuma que quem realmente trata das doenças mais graves neste País, dos problemas mais complicados, das emergências, não são os planos de saúde, mas os órgãos públicos.

Geralmente, os órgãos públicos têm condições melhores de atender às emergências, às doenças mais graves, do que hospitais vinculados a planos de saúde.

Temos que bolar uma fórmula para que os órgãos públicos recebam dos planos de saúde quando prestarem assistência aos seus segurados na UTI, em doenças graves, em acidentes. O público presta assistência e quem recebe é o plano de saúde. Não é justo que se fique com um doente segurado por dez dias na UTI, em um órgão público, e a seguradora não pague nada porque não há regulamentação.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Senador, pelo que estou entendendo, V. Ex^a propõe um bolsa de compensação. Os hospitais mandariam a cobrança.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Fala-se muito nisso, mas nunca engendrou-se uma ação efetiva para que os órgãos públicos fossem compensados.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Vale à pena V. Ex^a fazer um projeto para que possamos votá-lo com urgência.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Certo. Muito obrigado, Senador.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSDB – SE) – O Senador Flávio Arns pediu a palavra antes de V. Ex^a. Concederei a palavra ao Senador Mão Santa, logo em seguida, ao Senador Flávio Arns.

Antes porém, gostaria de dar uma sugestão à Comissão e ao Senador Papaléo Paes. Além das palavras “promoção e defesa da saúde” devemos inserir a expressão “acompanhamento”. Seria: “promoção, acompanhamento e defesa da saúde”. Vamos acompanhar o que está se passando em nosso País. Concorda, Senador?

Concedo a palavra ao Senador Flávio Arns. Logo em seguida, concederei a palavra aos Senadores Mão Santa e Papaléo Paes.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Quero dizer que concordo inteiramente com os argumentos do Senador Augusto Botelho. Realmente, trata-se de algo que precisa ser bem pensado.

Expresso a alegria desta Comissão que, com nome mais adequado, foi mantida na Comissão de Assuntos Sociais. É uma subcomissão com natureza permanente. Já era membro desta Subcomissão no ano passado. Tivemos audiências e trabalhos muito interessantes. Ela é essencial para uma série de debates que têm que acontecer no Brasil em todas as áreas. Creio que é um canal, um caminho, importante que a sociedade vai continuar tendo para que os desafios,

os problemas, possam ser debatidos na Subcomissão. Com isso, inclusive, poderemos municiar a Comissão de Assuntos Sociais para as decisões subseqüentes.

Quero parabenizar o Senador Papaléo Paes e dizer-lhe, inclusive, que os termos apresentados “defesa, acompanhamento e promoção” dão a dimensão do que será esse trabalho.

Coloco-me à disposição. Já disse à Liderança que gostaria muito de participar desta Subcomissão, que é essencial ao Brasil. Parabenizo a Comissão e o Senador Papaléo Paes.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSDB – SE) – Concedo a palavra ao Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Sr. Presidente, Senador Antonio Carlos Valadares, Napoleão, disse que o francês é tímido e, às vezes, chega até a ter preguiça de tomar banho porque dá trabalho. Isto é de Napoleão Bonaparte. Mas quando ele tinha um grande comandante, ele valia por 100, por 1.000 e nós temos esse grande comandante – é o Senador Antonio Carlos Valadares, um extraordinário Líder. Eu acho que ninguém o excede em competência legislativa e em vocação. Ele é um homem de vocação. Mas quero dizer que esta Comissão funcionou e nós temos que render homenagem a todos mas, também, ao um “comandante” que foi extraordinário que foi o Médico Papaléo Paes que fez extraordinárias audiências.

Eu quero crer agora que os elogios foram a V. Ex^a porque houve também erros como, por exemplo: teve acertos extraordinários – audiências públicas sobre insuficiência renal, hemodiálise, sobre tabelas hospitalares diárias, sobre aquela do Tião Viana – da necessidade de soro antiofídico leoflorisado, porque lá aonde se precisa e há cobra, muitas vezes não tem eletricidade e ele não podia ficar fora da temperatura adequada. Teve muitas coisas boas mas teve um erro muito gritante – é um tema polêmico e que tem que ter um fim. O Congresso já está desgastado. É o problema do ato médico. Esse ato médico esteve aqui na Subcomissão e a Presidente da Comissão – não sei se foi por pressão – tirou. Eu até pensei em ser o Relator, mas acho que foi por pressões.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – A Senadora Lúcia Vânia, Senador Mão Santa, é a Relatora da matéria a que V. Ex^a se refere.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Ela era Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Ela era Presidente, mas poderia ser Relatora.

O SR. MÃO SANTA (PMDB-PI) – Não. Ela não tinha sido Relatora. Ela protelou durante dois anos e não teve. Eu cheguei, por assim dizer, até ser cogitado para ser. Eu estou lamentando que passaram dois anos – foi protelado, sem explicação.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Pois não.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Na verdade, este Projeto esteve na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e ele não foi para a Comissão de Assuntos Sociais que demorou dois anos. Ele não está todo esse tempo na Comissão de Assuntos Sociais. Ele esteve, também, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Então, Sr. Presidente e Srs. Senadores, eu entendo e acho que quando chegarem esses assuntos de saúde médica, V. Ex^a tem que encaminhá-los para o Presidente da Subcomissão. Aí, ele verá o Relator dentro da área da Subcomissão. No meu entendimento, Sr. Presidente, se chegar qualquer assunto da saúde, que V. Ex^a os encaminhe para Subcomissão de Saúde. Aí caberá ao Presidente da Subcomissão encaminhar para um Relator dessa Subcomissão.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Na verdade, Senador Mão Santa, a Subcomissão de Saúde terá a competência de instruir as matérias de saúde que tramitam nesta Comissão. Depois de devidamente instruído o processo, volta para o Plenário – total e integral da Comissão de Assuntos Sociais – para uma definição final, através de um parecer.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Pois é justamente – mas isto tem que acontecer e não aconteceu. Foi um erro. Eu estou esclarecendo que foi um erro horrível. Nós sonhamos e chegamos a conversar e dissemos não – tivemos audiências informais.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Eu sugiro, então, depois de instalada a Comissão e eleito o Presidente da Subcomissão, que ela se reúna e faça este requerimento – solicitando que a matéria vá ser apreciada em caráter....

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Toda a matéria de saúde vindo para a CAS, deve ser encaminhada para a Subcomissão de Saúde. É este o meu requerimento oral e claro.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – V. Ex^a tem toda a legitimidade e tem toda a razão, nesta Comissão nenhuma matéria ficará embaixo do tapete. Todas as matérias que tenham interesse público, de autoria dos Senadores, do Poder Executivo, terão tramitação normal.

Concedo a palavra ao nobre Senador Papaléo Paes.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Peço a palavra pela ordem. Depois de dizer que nada ficará sob o tapete, quero fazer um lembrete, Senador Papaléo Paes, querido Presidente da Subcomissão de Saúde. Tenho um projeto. Queria deixar registrado em ata.

Senador Papaléo Paes, Senador Mão Santa, comprei um medicamento cuja bula não consigo ler. Estou aqui às voltas, mas não consigo.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sou o relator desse projeto. Voto favoravelmente.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Só a juventude, que tem o olho bom, será capaz de ler essa bula. O meu projeto está aí para aumentar e dar uma redação melhor. Veja se V. Ex^a consegue ler. Houve um pedido de vistas desde outubro de 2004. Peço encarecidamente. O Senador Eduardo Azeredo já proferiu o relatório.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Meu parecer foi favorável.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Quero que emendem ou modifiquem. Pelo amor de Deus! Fala-se aqui em idoso, em Comissão de Saúde. Não dá para ler, Senador. É um remédio que pode causar dor nas pernas, prejudicar a circulação. Não dá para ler, juro por Deus. Não leio nem com óculos. Terei que usar uma lupa. Imagine o cidadão pobre, coitado, que às vezes não possui um óculos para tentar ler. Acaba tomando um remédio sem orientação nenhuma. Dê uma lida, Senador. Desculpe-me a revolta.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Senador Romeu Tuma, V. Ex^a tem inteira razão. O pedido tem total acatamento da Presidência. Em virtude do sobrerestamento da pauta, por conta das medidas provisórias, poderemos colocar a matéria hoje mesmo em discussão. Será o último item da pauta, daqui a pouco.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Inaudível.

...está certo em relação a S. Ex^a, que não estará presente. Já conversei com S. Ex^a. Disse-me: “Está pronto o meu relatório.” Creio que não foi apresentado, segundo a Secretaria.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – A Secretaria vai solicitar ao Senador que pediu vista.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Creio que seria conveniente se quiser fazer alguma alteração.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Que compareça à próxima reunião para votação e discussão.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Se não, V. Ex^a põe na marra.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Os “ceguinhos” vão ter todo o direito.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Obrigado, Sr. Presidente. Incluo-me entre eles.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – O problema é de vista.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Concedo a palavra o Senador Papaléo Paes. Não falo em “ceguinhos”, mas quando a pessoa está perto eu digo. Estou brincando.

O SR. PAPALÉO PAES (PMDB – AP) – Sr. Presidente, quero publicamente agradecer a todos aqueles que compuseram a Subcomissão Temporária de Saúde, citarei até alguns nomes: Senador Augusto Botelho, que foi Vice-Presidente; Senador Mão Santa, Relator; Senadora Serys Shhessarenko; Senador Flávio Arns, que se incorporou a esta Comissão com muito brilhantismo; Senador Reginaldo Duarte; Senador Renildo Santana; Senadora Maria do Carmo.

Esta Subcomissão que constituímos, durante dois anos, denominada Subcomissão Temporária de Saúde, recebe uma proposta de extinção e recompõe-se por meio de uma outra comissão que tem maior abrangência.

Agradeço ao Senador Flávio Arns a sugestão que fez com que eu tirasse a palavra “proteção” e incluísse a palavra “promoção”. Quero ler a justificativa da nossa proposta.

Nenhum ser humano pode questionar a afirmação de que a saúde é o bem mais precioso de que dispomos. Isso torna sua proteção e defesa objeto de atenção permanente da sociedade e faz as crises sanitárias tornarem-se os escândalos mais pungentes e mobilizadores, além de levar os eventos ligados ao tema, como a divulgação de resultado de pesquisa, por exemplo, a despertar enorme interesse da população.

Cada um desses eventos ou crises costuma ter imediata repercussão no Senado Federal e reflete-se na apresentação de inúmeros requerimentos para formação de Comissões Temporárias ou a realização de audiências públicas, destinadas a investigar os acontecimentos.

Esse grande interesse no tema saúde foi o motor que levou à criação da Subcomissão Temporária da Saúde no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, que funcionou no biênio 2003/2004.

Entre as inúmeras realizações da citada Comissão, ressaltem-se as seguintes audiências públicas: assistência farmacêutica no âmbito do SUS, do dia 20 a 27 de maio de 2003; assistência à saúde dos pacientes renais crônicos – um tema muito polêmico, que foi discutido com muita sabedoria nesta Comissão; medicamentos genéricos; intoxicação de agentes de saúde no controle de vetores e resultados brasileiros da pesquisa mundial de saúde.

É inegável que a atuação da citada Subcomissão Temporária trouxe significativas contribuições para subsidiar nossa atuação nesta Casa. Isso se substanciou no perceptivo aumento de proposições sobre o tema e na ampliação da gama de assuntos que vêm sendo objeto de nossa atenção legislativa e parlamentar.

Além disso, no que concerne ao Sistema Único de Saúde, dada a crescente necessidade de recursos para o setor e a aprovação pelo Congresso Nacional da Emenda à Constituição nº 29, de 2000, com o objetivo de aumentar o aporte desses recursos, sobretudo por parte dos Estados e Municípios, o Parlamento necessita estar permanentemente informado para exercer o seu papel de instância acompanhadora e fiscalizadora da atuação do Executivo.

Assim sendo, considerando de fundamental importância que esta Casa possa dispor de uma Subcomissão Permanente no caso de defesa, acompanhamento e promoção da saúde, que certamente se tornará um foro privilegiado de debates sobre os temas mais relevantes para a saúde do Brasil e do povo brasileiro.

As razões expostas fundamenta o presente requerimento, a quem peço aos Srs. Senadores o apoio para a sua aprovação.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Vamos colocar em votação o requerimento de autoria do nobre Senador Papaléo Paes, que cria, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, a Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde.

As Sras e os Srs. Senadores que aprovam o requerimento queiram permanecer sentados.(Pausa.)

Aprovado por unanimidade.

Tenho uma sugestão dos nomes que irão compor essa Comissão: o autor do requerimento, o Senador Papaléo Paes, o Senador Mão Santa, o Senador Eduardo Azeredo e o Senador Augusto Botelho. Essa é a sugestão, mas é uma designação, mas é uma sugestão que apenas estou dando. Entretanto, quem foi indicado pode recusar e quem não foi indicado pode pedir.

O SR. EDUARDO AZEREDO(PSDB – MG) – Sou engenheiro, mas quero participar. Só tem médico aqui.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – O Senador Arns gostaria de participar. São cinco, então colocaríamos seis nomes. Ao invés de cinco, colocaríamos seis, para que o Senador Arns participe.

Então, teríamos seis membros na Subcomissão...

A SR^a SECRETÁRIA – Tem cinco.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Vamos citar novamente os nomes dos integrantes desta Subcomissão: Senadores Papaléo Paes, Mão Santa, Eduardo Azeredo, Augusto

Botelho, Flávio Arns. Então, já está completa, cinco, porque pensei que já havia lido os cinco nomes. Foi um equívoco da minha parte. Teremos, então, cinco suplentes.

Aqui já temos o Senador Flecha Ribeiro, o primeiro suplente. Posteriormente, designaremos os quatro integrantes que faltam.

Aprovada a Subcomissão, desejo que ela realize um trabalho profícuo, construtivo, eficiente, não apenas através da oitiva de autoridades em audiências públicas, mas também propondo sugestões e projetos em favor da melhoria da saúde do povo brasileiro.

Também felicito o Presidente da Comissão, Senador Papaleó Paes, que acabo de designar. Desejo a S. Ex^a sucesso. V. Ex^a já foi eleito por antecipação.

O SR. PAPALEÓ PAES (PMDB – AP) – Muito obrigado pela confiança, Sr. Presidente.

Quero dizer que vamos continuar esse trabalho, logicamente com uma amplitude maior. Tenho certeza de iremos honrar as designações que V. Ex^a fez, incluindo a minha designação para Presidente. Isso nos dá uma responsabilidade muito maior. Com certeza, iremos honrar a indicação de V. Ex^a.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Concedo a palavra ao Senador Eduardo Azeredo.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, solicito a leitura do requerimento extra-pauta.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Farei a leitura do requerimento.

O requerimento é de autoria do Senador Arthur Virgílio, subscrito pelo Senador Eduardo Azeredo.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Subscrevo o projeto porque o Senador Arthur Virgílio não participa mais da Comissão, mas o assunto é comum.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Requer, nos termos regimentais e constitucionais, que seja convocado o Sr. Ministro de Estado da Saúde, Humberto Costa, que sejam convidados ex-Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Tecnológicos do Ministério da Saúde, Luiz Carlos Bueno de Lima, o Presidente da Associação dos Laboratórios Farmacêuticos Oficiais (Alfob), Carlos Alberto Pereira e o ex-Secretário Executivo do Ministério da Saúde, Gastão Vagner, para, em audiência pública, prestarem esclarecimentos aos Senadores da Comissão de Assuntos Sociais sobre a crise na questão do abastecimento de medicamentos contra a Aids.

Com a palavra, o Senador Eduardo Azeredo, para justificar o requerimento.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Esse assunto foi divulgado pela imprensa e preocupa muito.

A matéria publicada pelo jornal **O Estado de S.Paulo**, no dia 23 de fevereiro, tinha o título “Assessor culpa Ministro por falta de medicamentos contra a Aids”. Depois de sua publicação, o próprio Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, Sr. Luiz Carlos Bueno de Lima, que fez a declaração, foi demitido em seguida e acusou o Ministro de ignorar o alerta sobre a crise no abastecimento de remédios contra a Aids, feito por sua área. No início, esse Secretário afirmou que, ao assumir o setor, em maio de 2004, já havia um desabastecimento na área básica.

Da mesma forma, o jornal **O Estado de S.Paulo**, de 24 de fevereiro, publicou matéria “Briga política causou falta de remédios”, mostrando que foram os desentendimentos no próprio Ministério que causaram o atraso no pedido de compra e liberação de verbas para produção de anti-retrovirais.

As matérias acima citadas mostram que a crise de abastecimento poderia ter sido evitada, uma vez que o Ministro de Estado tinha conhecimento do problema desde o ano passado e, mesmo assim, as providências necessárias não foram tomadas para evitar o desabastecimento.

O objetivo do requerimento é oferecer ao Ministro de Estado da Saúde oportunidade para que, perante a Comissão de Assuntos Sociais, possam ser prestados os devidos esclarecimentos sobre a crise no abastecimento de medicamentos contra a Aids.

Essa é uma área na qual o Brasil é reconhecido internacionalmente, porque avançou muito na política de medicamentos contra a Aids e nas campanhas de esclarecimento à população, e não é razoável o que ocorreu: o desabastecimento. Isso é andar para trás.

Sr. Presidente, no plenário, fiz um pronunciamento sobre esse assunto e peço a aprovação deste requerimento, uma preocupação do nosso Líder, Senador Arthur Virgílio, que não pertence mais a esta Comissão. Da mesma maneira, estou subscrevendo-o.

Ao contrário do retrocesso, precisamos ter avanços na saúde, e essa questão da Aids é muito grave. Além disso, as informações prestadas não foram suficientes e ainda houve a demissão de quem o alertou.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Concedo a palavra ao Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Concordo com o teor do requerimento e também com a importância do assunto por todas as razões já elencadas pelo Senador Eduardo Azeredo.

Faço uma observação quanto ao requerimento: em vez de ser uma convocação do Ministro, que seja um convite a S. Ex^a, a fim de que venha a esta Comissão. Não sei de nenhum caso, até hoje, em que tenhamos tido problemas com a vinda de Ministros de uma maneira geral. Faço essa sugestão de alteração ao Senador Eduardo Azeredo para que o Minis-

tro possa vir. Eu tenho certeza de que virá. S. Ex^a tem que vir mesmo nos dar todas as explicações, o que faz parte de todo o processo democrático e legislativo. Essa é a única observação que faço ao Senador Eduardo Azeredo.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Concedo a palavra ao Senador Eduardo Azeredo.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Ótimo. A sugestão é muito bem-feita pelo Senador Flávio Arns. Transformaremos a convocação em convite.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Informo à Comissão que recebemos, logo após a constituição desta Comissão, um telefone do Ministro da Saúde, colocando-se à disposição de todos nós para falar no momento em que quiséssemos. Ou seja, S. Ex^a se ofereceu antes de pedirmos. De sorte que é totalmente adequada a sugestão do Senador Flávio Arns, apoiada pelo Senador Eduardo Azeredo.

Concedo a palavra ao Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEUTUMA (PFL – SP) – Sr. Presidente, agradeço o convite do Senador Eduardo Azeredo para me inteirar da leitura do requerimento que fez na hora certa.

Os governantes e os administradores públicos cometem um erro grave. O Senador Mão Santa sabe disto porque já foi Governador. Quando se fala em mudança de Ministério, de Secretariado ou de Diretoria, o titular passa a não ser mais respeitado por inteiro. Assim, com a guerra da troca ou não do Ministro, ele começa a perder o objetivo, o horizonte, o vetor dele, que é a administração do que ele tem responsabilidade. Por quê? Porque ele pensa: "Será que vou sair ou será que não vou sair?" As dificuldades surgem em casos graves, como esse que está sendo elencando pelo Senador Eduardo Azeredo, homem que foi Governador, conhece as aflições da população e traz a importância da presença do Ministro, como convidado – está correta a solicitação do Senador Flávio Arns.

Temos de discutir um pouco também o que está acontecendo no Rio de Janeiro. Não sou do Rio de Janeiro, mas sinto, com a publicidade enorme dos hospitais municipais, que há uma situação gravíssima em relação à saúde pública nessa cidade, segundo a própria imprensa. Se o Senador concordar, sugiro a discussão não só da falta do remédio, mas também da desassistência clara que está sofrendo o hospital público.

Assim sendo, apóio o requerimento do Senador.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – É perfeita a observação do Senador Romeu Tuma. O fato é atual. O requerimento diz respeito a casos de Aids de 15 dias atrás, mas o problema dos hospitais do Rio de Janeiro é uma questão do dia. Sendo assim, seria muito oportuno, sim, que o Ministro pudesse falar dos dois assuntos.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Façamos um adendo ao requerimento.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Podemos fazer um adendo ao requerimento para que possamos ouvir S. Ex^a sobre a crise na saúde da cidade do Rio de Janeiro.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Com o adendo proposto pelo nobre Senador Romeu Tuma e aceito pelo autor do requerimento, coloco-o em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que aprovam o requerimento queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado por unanimidade.

Tenho, em mãos, o Projeto de Lei da Câmara nº 97, de 2005, não-terminativo, que institui o Programa Voluntário de Vacinação, PVV, de autoria do Deputado Nelson Proença, que tem como Relator o Senador Augusto Botelho. O parecer é pela oitiva preliminar da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania quanto à constitucionalidade e juridicidade do projeto. Se por acaso o Relator Senador Augusto Botelho deseja se pronunciar, concedo-lhe a palavra.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Vou fazer uma análise rápida. Este projeto foi feito pelo Deputado Nelson Proença a pedido da Associação Nacional de Medicina do Trabalho. Ele não vai competir nem impedir que o Governo faça o programa de vacinação. É só para colocar à disposição mais do que as empresas façam a vacinação de seus trabalhadores. De acordo com as portarias da Anvisa, que tinham algumas exigências para funcionamento em estabelecimentos privados de vacinação, há alguns obstáculos que têm que ser feitos, então pedi um parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, para se pronunciar.

Então, pelo exposto, com base no que dispõe o Inciso I do art. 101 do Regimento Interno do Senado Federal, o voto é pela oitiva da preliminar da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania quanto à constitucionalidade e juridicidade do Projeto de Lei da Câmara nº 97, de 2001, antes que esta Comissão se pronuncie definitivamente sobre a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Em votação a proposta do nobre Senador Augusto Botelho no sentido de que a matéria vá à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para opinar sobre a constitucionalidade e juridicidade.

Os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Encerradas as matérias que constavam da pauta, não há mais matéria a ser discutida nem votada, está encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 12 horas e 46 minutos.)

ATA DA QUINTA REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 52ª LEGISLATURA REALIZADA NO DIA 16 DE MARÇO DE 2005, QUARTA-FEIRA, ÀS 11:30 HORAS.

Às onze horas e cinqüenta minutos, do dia dezesseis de março de dois mil e cinco, na Sala de reuniões da Comissão de Assuntos Sociais, sob a presidência do Senhor Senador ANTÔNIO CARLOS VALADARES, com a presença dos (as) Senadores (as) **MARCO MACIEL, JONAS PINHEIRO, FLEXA RIBEIRO, LEONEL PAVAN, LÚCIA VÂNIA, REGINALDO DUARTE, VALDIR RAUPP, MÃO SANTA, SÉRGIO CABRAL, PAPALÉO PAES, ANTÔNIO CARLOS VALADARES, FLÁVIO ARNS, MARCELO CRIVELLA, PAULO PAIM, PATRÍCIA SABOYA GOMES, AUGUSTO BOTELHO, HERÁCLITO FORTES, JOSÉ JORGE, DEMÓSTENES TORRES, ROMEU TUMA, EDUARDO AZEREDO E MOZARILDO CAVALCANTI**. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. O Senhor Senador Antônio Carlos Valadares, declara aberto os trabalhos comunicando que devido às reuniões da Comissão de Cidadania e Justiça e Comissão de Agricultura, fica suspensa a presente reunião, devendo ser reiniciada às dezesseis horas e trinta minutos, após a Ordem do Dia do Plenário. Reiniciada às dezessete horas e quarenta e três minutos. O Senhor Senador Antônio Carlos Valadares declara aberto os trabalhos, propondo a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Passa-se a apreciação dos itens da pauta. **Item 3 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 126, DE 2002.** “Inclui parágrafo no artigo 2º, da Lei nº 9434, de 1997, com a finalidade de permitir o procedimento de retirada de órgãos e tecidos de doadores que se encontrem em entidades hospitalares não autorizadas a realizar transplantes, pelo Sistema Único de Saúde”. Autor: Senador Ademir Andrade. Relator: Senador Tião Viana. Parecer: Favorável, nos termos do Substitutivo que apresenta. Resultado: Retirado de pauta para redistribuição. **Item 4 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 43, DE 2002.** “Estabelece na legislação brasileira a criação e regulamentação da profissão/atividade de astrólogo”. Autor: Senador Artur da Távola. Relator: Senador Siba Machado. Parecer: Favorável, com emenda na forma de uma subemenda e pela aprovação da emenda nº 2. Resultado: retirado de pauta para redistribuição. **Item 6 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 512, DE 2003.** “Torna obrigatória a proteção contra radiação ultravioleta nos óculos de sol e dá outras providências”. Autor: Senador Jonas Pinheiro. Relator: Senador Augusto Botelho. Parecer: Favorável. Resultado: Aprovado com onze votos favoráveis. **Item 7 – PROJETO DE LEI DO SENADO**

Nº 24, 2004. “Altera o artigo 57 da Lei nº 6360, de 23 de setembro de 1976, para obrigar a que as bulas de medicamentos sejam impressas com letras cujas dimensões permitam a leitura fácil”. Autor: Senador Romeu Tuma. Relator: Senador Eduardo Azeredo. Parecer: Favorável. Resultado: Aprovado com onze votos favoráveis. **Item 8 – PROJETO DE LEI DA CÂMARA N º27, DE 2004.** “Altera a Lei nº 9.425, de 24 de dezembro de 1996, que dispõe sobre a concessão de pensão especial às vítimas do acidente nuclear ocorrido em Goiânia, Estado de Goiás”. Autor: Deputado Sandes Júnior. Relatora: Senadora Lúcia Vânia. Parecer: Favorável. Resultado: Retirado de Pauta para atender solicitação da Secretaria Geral da Mesa de leitura de Requerimento. **Item 9 – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº66, DE 2004.** “Altera o art. 1º da Lei nº 9.965, de 27 de abril de 2000, que restringe a venda de esteróides ou peptídeos anabolizantes e dá outras providências. (Exclui os odontólogos da prerrogativa de prescrever esteróides e peptídeos anabolizantes e dispõe sobre os dados da receita desses fármacos)”. Autor: Deputado Neuton Lima. Relator: Senador Augusto Botelho. Relator “Ad Hoc”: Senador Marcelo Crivella. Parecer: Favorável com emenda que apresenta. Resultado: Aprovado. **Itens Extra Pauta. Item 10 – REQUERIMENTO Nº 11, DE 2005.** “Requer que seja convidado para comparecer perante a Comissão de Assuntos Sociais, o Senhor Ministro da Saúde, Dr. Humberto Campos, a fim de prestar esclarecimentos sobre as atividades da Funasa, mormente no tocante à aplicação de recursos nos programas de saúde de sua responsabilidade”. Autores: Senadores Demóstenes Torres e Jonas Pinheiro. Resultado: Aprovado. **Item 11 – REQUERIMENTO Nº 12, DE 2005.** “Requer nos termos do art. 73 do Regimento Interno do Senado Federal, a extinção da Subcomissão Permanente das Pessoas Portadoras de Necessidades Especiais, criada no ano de 2003, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais e, em seu lugar a criação da Subcomissão Permanente de Assistência Social aos Portadores de Necessidades Especiais, com 5 membros Titulares e o mesmo número de Suplentes”. Autores: Senadores Eduardo Azeredo e Reginaldo Duarte. Resultado Aprovado. Os demais itens da pauta, **1,2 e 5** foram adiados. Fizeram uso da palavra os Senhores Senadores Marcelo Crivella, Leonel Pavan, Antônio Carlos Valadares, Lúcia Vânia, Flexa Ribeiro, Romeu Tuma, Paulo Paim, Reginaldo Duarte, Augusto Botelho e Patrícia Saboya Gomes. Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, encerra-se a reunião às dezoito horas e quarenta e dois minutos, lavrando eu, **Gisele Ribeiro de Toledo Camargo**, Secretária da Comissão de Assuntos Sociais, a presente Ata que, lida e aprovada,

será assinada pelo Senhor Senador Antônio Carlos Valadares presidente, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Antônio Carlos Valadares**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Vamos transferir a reunião da Comissão de Assuntos Sociais para o período da tarde, tendo em vista a reunião das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e da Comissão de Agricultura, que estão tratando de assuntos importantes.

A Comissão de Agricultura está recebendo o Ministro da área.

De acordo com entendimento com os Senadores desta Comissão, vamos realizar nossa reunião hoje à tarde, a partir das 16:30h, não havendo Ordem do Dia no plenário do Senado.

Está suspensa a reunião e às 16:30h estaremos de volta.

(Levanta-se a reunião às 11horas e 51 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Havendo número regimental, declaro reaberta a 5^a reunião extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais da 3^a Sessão Legislativa Ordinária da 52^a Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da reunião anterior.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que aprovam querem permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Comunico aos Srs. Senadores que ficam retirados de pauta o item nº 3, o PLS nº 126, de 2002, o Item nº 4, o PLS nº 43, de 2002, ambos para redistribuição, e o item nº 8, PLC nº 27, de 2004, para atender à solicitação da Secretaria-Geral da Mesa, de leitura de requerimento.

Farei inversão de pauta, tendo em vista não existir ainda **quorum** para deliberação.

Item 9.

Projeto de Lei da Câmara nº 66, de 2004, que altera o art. 1º da Lei nº 9.965, de 27 de abril de 2000, que restringe a venda de esteróides ou peptídeos anabolizantes e dá outras providências. Exclui os odontólogos da prerrogativa de prescrever esteróides e peptídeos anabolizantes e dispõe sobre os dados da receita desses fármacos. O autor é o Senador Neuton Lima. O Relator é o Senador Eduardo Azeredo.

Peço ao Senador Marcelo Crivella que, como Relator **ad hoc**, proceda à leitura do relatório, que já se encontra distribuído à Comissão.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL – RJ) – Sr. Presidente, só para confirmar: é o item nº 9, cujo Relator é o Senador Augusto Botelho?

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Por um equívoco da nossa assessoria, colocou-se o nome de Eduardo Azeredo, quando, na realidade, era de Augusto Botelho. Então, V. Ex^a atuará como Relator **ad hoc**.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL – RJ) – Sim, Sr. Presidente.

Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, esse Projeto de Lei da Câmara nº 66, de 2004, de autoria do Deputado Neuton Lima (Projeto nº 3.341, de 2000, na origem), versa sobre a exclusão dos odontólogos da prerrogativa de prescrever esteróides e peptídeos anabolizantes e dispõe sobre dados das receitas destes medicamentos, alterando o art. 1º na Lei nº 9.965, de 2000, que restringe a venda de esteróides ou peptídeos anabolizantes e dá outras providências.

O projeto em exame, Sr. Presidente, compõe-se de dois artigos. O primeiro trata do objeto da proposta e do âmbito da sua aplicação, o segundo determina a data da sua aplicação como entrada em vigor da lei em que se transformar a proposição.

Na justificativa, o autor ressalta a importância da Lei nº 9.965, de 2000, no combate à dopagem no esporte, ao controlar a dispensação ou venda de substâncias anabolizantes. Essa lei, no entanto, não é suficientemente restritiva, pois permite a prescrição de anabolizante por médicos e também por odontólogos, e não existe nenhuma indicação de uso de anabolizantes na odontologia.

Por essa razão, o presente projeto de lei foi apresentado com o propósito de restringir a prescrição de anabolizante somente aos médicos para evitar abuso e a utilização sem acompanhamento adequado.

Em tramitação na Câmara dos Deputados, a proposição foi apreciada e aprovada em duas Comissões: Seguridade Social e Família e Constituição e Justiça e de Cidadania.

Análise.

Sobre essa matéria, importa informar, inicialmente, que tramita na Subcomissão Temporária de Saúde relatório sobre a situação de esteróides e anabolizantes no Brasil da Associação Brasileira de Estudos de Combate à Dopagem.

Os esteróides anabolizantes são hormônios naturais ou sintéticos, que promovem o crescimento e a divisão celular, gerando aumento de massa muscular. Além dos esteróides anabolizantes, existem os peptídeos, compostos de aminoácidos que também fazem o papel de anabolizantes.

O abuso no uso de esteróides anabolizantes é um problema de saúde pública, especialmente por adultos e jovens esportistas. Sua utilização para fins não terapêuticos, provoca reações adversas irreversíveis, além de desencadear sintomas de abstinência. O risco associado ao consumo de anabolizantes foi reconhecido internacionalmente e pela legislação brasileira, que definiu as substâncias que necessitam controle especial e os procedimentos para a sua prescrição e dispensação.

A Portaria nº 344, de 1998, atualizada periodicamente por resoluções da Anvisa, estabelece quais são as substâncias anabolizantes e sujeita seu uso à receita de controle especial a ser emitida em duas vias. O art. 55 da mesma portaria estabelece que prescrição de anabolizantes somente poderão ser aviadas quando prescritas por profissionais devidamente habilitados e restringe a prescrição de anabolizantes por cirurgiões dentistas e médicos veterinários, determinando que só poderão ser feitas para uso odontológico e veterinário, respectivamente.

A Lei nº 9.965, de 2000, só permite a venda de esteróides ou peptídios anabolizantes de uso humano mediante receita emitida por médico ou dentista devidamente registrado nos respectivos conselhos profissionais. Há que ressaltar, contudo, que os esteróides anabolizantes não têm aplicação na prática odontológica, porém, embasados nos direitos de liberdade diagnóstica e terapêutica e no princípio bioético da integralidade, o odontólogo está amparado legalmente para receber o medicamento que julgar mais adequado.

A despeito dessas considerações sobre a liberdade de prescrever e, uma vez que as substâncias anabolizantes não têm aplicação em Odontologia, limitar sua prescrição aos médicos, tem por objetivo maior restringir ainda mais possíveis abusos e a utilização de anabolizantes, sem o devido acompanhamento.

Portanto, quanto ao mérito, o projeto em tela é louvável. Também não há óbices em relação à constitucionalidade e à juridicidade da proposição em análise. Por entendermos que alguns pontos da proposição podem ser aprimorados em termos de clareza, concisão e atualização, sem que haja alteração significativa em seu conteúdo e mérito, elaboramos uma emenda para o projeto de Lei em pauta.

A emenda sugere as seguintes alterações: substitui a terminologia “medicamentos do grupo terapêutico dos esteróides ou peptídios anabolizantes” por “medicamentos contendo substâncias anabolizantes”, por ser tecnicamente mais adequado; substitui a expressão “receita de controle” por “receita de controle especial”, por ser tecnicamente mais adequado; exclui a expressão “registrado no Conselho Regional de Medicina”,

uma vez que só pode exercer a profissão médica o graduado em Medicina, devidamente registrado no conselho profissional; substitui a palavra “prescrição” por “receita”, que é a prescrição escrita do medicamento, visando a uniformizar a terminologia utilizada ao longo do texto do projeto de lei; exclui a expressão “deve ser escrita em receita impressa do profissional ou da instituição”, pois a receita de controle especial pode ser preenchida em duas vias, manuscrito, datilografado ou informatizado. Além disso, separa e destaca, por meio de parágrafos, os dados que a receita deve conter, seu prazo de retenção no estabelecimento farmacêutico.

Do ponto de vista da técnica legislativa, cabe adequar as proposições às exigências do art. 11, inciso II, alínea “f”, da Lei Complementar nº 9.965, de 1998, que preceitua grafar por extenso qualquer referência a números e percentuais, exceto data e número de lei, quando houver prejuízos para compreensão do texto.

Voto: diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 66, de 2004, com a seguinte emenda:

“Emenda nº

Dê-se ao artigo 1º do PLC nº 66, de 2004, a seguinte redação:

Art. 1º. O artigo 1º da Lei nº 9.965, de 27 de abril de 2000, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º. A dispensação ou a venda de medicamentos contendo substâncias anabolizantes para uso humano estão sujeitas à apresentação e à retenção pela farmácia ou drogaria de receita de controle especial em duas vias emitida por médico.

§ 1º – A receita de que trata o **caput** deste artigo deve conter:

I – nome, endereço, telefone do consultório ou da residência do prescritor ou do serviço de saúde;

II – número de inscrição do prescritor no Conselho Regional de Medicina e no Cadastro de Pessoas Físicas;

III – nome e endereço do paciente;

IV – dosagem ou concentração, fórmula farmacêutica, quantidade prescrita e posologia;

V – data da prescrição;

VI – nome, identidade, endereço do comprador;

VII – registro na receita retida da quantidade dispensada;

VIII – quando se tratar de formulações magistrais ou vacinais, a quantidade aviada e o número do registro da receita no livro correspondente.

§ 2º – A receita de que trata o **caput** deste artigo deve ficar retida no estabelecimento farmacêutico pelo prazo de cinco anos.

Sr. Presidente, esse é o relatório do eminentíssimo Senador Augusto Botelho.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Em discussão a matéria. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sras e os Srs. Senadores que aprovam o projeto queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Sr. Presidente, comunico a V. Ex^a que a Comissão de Educação recebeu comunicado hoje de que a CCJ decidiu que todos os projetos terminativos podem ser votados nas Comissões, uma vez que a pauta esteja trancada, para não atrasar os trabalhos da Comissão. Isso será resolvido na Mesa do Senado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – De fato, essa foi uma decisão inteligente e interessante da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que será seguida à risca por esta Comissão, desde que tenhamos o quórum suficiente de, no mínimo, onze Senadores para deliberação de qualquer matéria.

Agradeço a V. Ex^a a lembrança.

Passamos à votação dos requerimentos.

O primeiro é de autoria do Senador Demóstenes Torres, que tem como subscritor o Senador Jonas Pinheiro, que requer seja convidado para comparecer perante esta Comissão o Sr. Ministro da Saúde, Dr. Humberto Costa, a fim de prestar esclarecimentos sobre as atividades da Funasa, mormente no tocante à aplicação de recursos nos programas de saúde de sua responsabilidade.

É bom lembrar que esse é o segundo requerimento de convocação do Ministro da Saúde. S. Ex^a se colocou à disposição desta Comissão. Entretanto, em virtude de um compromisso anterior com a Câmara dos Deputados, S. Ex^a teve que, no dia de hoje, cumprir essa missão. Assim, na próxima terça-feira, agen-

daremos um encontro com o Ministro da Saúde a fim de que S. Ex^a venha debater com os Srs. Senadores não apenas o problema da Funasa, mas também os relacionados ao SUS, à crise vivenciada pelo Rio de Janeiro, onde há uma divergência frontal em uma disputa que considero perigosa e de grande risco para a população mais pobre entre a Prefeitura Municipal e o Ministério da Saúde. Esse confronto não é bom. Nossa Comissão terá que se pronunciar e debater esse assunto, como também a crise da saúde, que, inclusive, moveu a criação de uma CPI no Distrito Federal. De sorte que, na próxima terça-feira, já terei os dados suficientes para saber quando o Ministro da Saúde poderá vir a esta Comissão.

Em votação o requerimento de autoria dos Senadores Demóstenes Torres e Jonas Pinheiro.

As Sras e os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O outro requerimento é de autoria do Senador Eduardo Azeredo. Requer a extinção da Subcomissão Permanente das Pessoas Portadoras de Necessidades Especiais e, em seu lugar, a criação da Subcomissão Permanente de Assistência Social aos Portadores de Necessidades Especiais.

Considero importante esse requerimento do Senador Eduardo Azeredo, tendo em vista que dá a esta Comissão competência para atuar na assistência social, dar direcionamento e tomar decisões, como debater e discutir assuntos relacionados aos portadores de necessidades especiais.

Em votação o requerimento. (Pausa)

Com a palavra o autor, para discutir.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, quero apenas lembrar a justificativa dessa Subcomissão. Na legislação anterior, foi instituída a Subcomissão que realizou diversos trabalhos, discutindo, por meio de audiências públicas, pontos relevantes como o planejamento financeiro-organizacional dos diferentes Ministérios, no tocante às carências das pessoas portadoras de necessidades especiais, debates sobre o Veto Presidencial nº 34, de 2003, ao Projeto de Lei da Câmara nº 21, de 2003, que altera a Lei do Fundef sobre a inclusão, cálculo, distribuição, recursos, Municípios, matrículas, atendimento a aluno da Apae, além também da discussão sobre a melhor orientação à Lei de Diretrizes Orçamentárias.

O Senador Flávio Arns foi o Presidente dessa Subcomissão, que, portanto, desempenhou bem seus desígnios. Queremos voltar a ter essa Subcomissão no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais e, no caso específico, voltada mais para a questão da assistência

social. A legislação brasileira de proteção ao portador de deficiência é uma das mais avançadas do mundo, no entanto um dos grandes desafios é tirar a lei do papel e garantir melhor qualidade de vida e inclusão social a cerca de mais de 20 milhões de pessoas em nosso País que têm algum tipo de necessidade especial. A omissão do Estado quanto à aplicação e efetivação da legislação que versa sobre o tema torna necessária a continuação da atuação contundente e eficaz desta Casa Legislativa por intermédio de uma Subcomissão Permanente, que dará continuidade aos trabalhos já iniciados, trazendo, portanto, soluções reais para as questões pertinentes.

De maneira, Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, que peço a aprovação desse requerimento, na linha de continuarmos atentos às questões de assistência social aos portadores de necessidades especiais.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Continua em discussão. (Pausa)

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, quero também cumprimentar o Senador Eduardo Azeredo pela iniciativa. É um tema que, de fato, envolve a vida de 24,5 milhões de brasileiros. O Senador Eduardo Azeredo citou muito bem o trabalho feito pelo Senador Flávio Arns. Eu, ainda quando Deputado, apresentei à Casa o Estatuto da Pessoa com Deficiência, que está em debate também no Senado, e essa Subcomissão cumpre um papel fundamental, não tenho nenhuma dúvida. Como aqui foi dito, a legislação hoje é muito rica, mas temos que implementá-la. O Estatuto é um dos caminhos para que, efetivamente, a legislação seja cumprida.

Por isso, faço questão de declarar meu voto a favor dessa Subcomissão, que, como eu dizia, vai tratar da vida de, no mínimo, 24,5 milhões de pessoas neste País.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Senadora Patrícia Saboya Gomes.

A SR^a PATRÍCIA SABOYA GOMES (PPS – CE) – Eu gostaria, da mesma forma, Sr. Presidente, de cumprimentar o Senador Eduardo Azeredo por mais essa iniciativa, que demonstra sua sensibilidade pelas causas sociais. Já tive a oportunidade e o privilégio de trabalhar ao lado do Senador Eduardo Azeredo como Vice-Presidente da Comissão que investigou as redes de exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil, portanto quero cumprimentá-lo por mais essa iniciativa, pela sua sensibilidade.

Certamente, esta Comissão, com a criação dessa Subcomissão, poderá ajudar e acompanhar, quem sabe, o Estatuto ao qual o Senador Paulo Paim tanto

se dedicou. Esta Comissão, como uma de suas atribuições, poderá acompanhar a implementação dessas políticas, que foram tão debatidas e discutidas por um segmento expressivo de nossa sociedade, mas que, muitas vezes, vivem à sua margem por falta de políticas que os ajude na sua integração na sociedade.

Sr. Presidente, como os demais Senadores, eu gostaria de, neste momento, cumprimentar o Senador Eduardo Azeredo por iniciativa tão expressiva.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Em votação.

As Sras e os Srs. Senadores que estão de acordo queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Comunico à Comissão que, por meio do Requerimento nº 8, de autoria do eminente Senador Marcelo Crivella, foi aprovada a realização de uma audiência pública no âmbito desta Comissão, sobre o Projeto de Lei nº 19, de 2003, que altera o art. 198 da CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, que fixa o peso máximo de 20 quilogramas que o empregado pode remover individualmente.

Foram convidadas várias instituições, por meio de seus representantes, como os da Confederação dos Trabalhadores na Agricultura, os da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria, os da Federação Nacional dos Portuários, os da Coordenadoria-Geral de Normatização e Programa do Departamento de Segurança e Saúde do Trabalho e também os da Coordenação Nacional de Defesa do Meio Ambiente do Trabalho, para essa audiência pública, que está marcada, a não ser V. Ex^as decidam o contrário, para a primeira quarta-feira depois da Semana Santa, portanto, dia 30, às 11h30min.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL – RJ) – Sr. Presidente, solicito a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Pois não, Senador Marcelo Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL – RJ) – Sr. Presidente, neste momento em que V. Ex^a me dá a auspícios notícias de que foi marcada a audiência pública, peço apoio aos meus companheiros para solucionarmos essa questão, que se arrasta há dois anos. Graças a Deus, V. Ex^a, ao assumir tão brilhantemente a Presidência desta Comissão, tendo em vista a sensibilidade demonstrada por V. Ex^a para com o povo do nosso País e conhecendo a dor do trabalhador que é obrigado a carregar sacos de 60kg de batata, de algodão, de feijão, seja lá do que for, tem a sensibilidade – repito – de colocar a matéria em pauta para a aprovação desse requerimento.

Certamente estaremos aqui, dia 30, juntamente com todas as instituições convidadas e também em-

presários para discutirmos assuntos relevantes para o trabalhador brasileiro. A decisão que aqui tomarmos será importante. Se decidirmos que o trabalhador, individualmente, só poderá carregar 30kg, então, deveremos reduzir o tamanho da saca de cimento, que é de 50kg, assim como as embalagens dos produtos agrícolas.

Sr. Presidente, este ano, tivemos uma produção agrícola de 120 milhões de toneladas, imagine V. Ex^a tudo isso sendo transportado, ou pelo menos sendo colocado no trator, por operários do campo e em sacas de 60kg. A mão-de-obra do campo carregou 120 milhões de toneladas de grãos! É por eles que peço, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Senador Marcelo Crivella, sabemos da importância dessa matéria. Acredito que esse debate terá grande repercussão não só no seio desta Comissão como em toda a sociedade brasileira, haja vista que os nossos trabalhos são transmitidas pela TV Senado, não só iremos determinar o empenho da secretaria desta Comissão, no sentido de fazer reiterarem os convites, como V. Ex^a pessoalmente tomar essa providência por meio do seu gabinete. Eu gostaria que V. Ex^a atendesse este nosso apelo, para que todos viessem e comparecessem.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL – RJ) – Está atendido, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Obrigado.

Convidado, com muito prazer, a nossa Vice-Presidente Patrícia Saboya para ocupar o seu lugar ao nosso lado, conquistado por ela com muito brilho ao longo de sua vida parlamentar.

Como já temos o quórum suficiente para as matérias terminativas, colocarei em discussão para o debate o Projeto de Lei do Senado nº 24, de 2004, que altera o artigo 57 da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, para obrigar que as bulas de medicamentos sejam impressas com letras cuja dimensões permitam uma leitura fácil. O autor é o Senador Romeu Tuma e o relator é o Senador Eduardo Azeredo, a quem concedo a palavra para emitir o seu parecer.

O SR. EDURADO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, este projeto, de autoria do Senador Romeu Tuma, foi apresentado em 4 de março de 2004, tendo sido encaminhado a esta Comissão de Assuntos Sociais.

A iniciativa está dentro do que previa o texto do **caput** do art. 61 da Constituição Federal e do ponto de vista material vai ao encontro do disposto no art.

196. Jurídica e regimentalmente, o texto não afronta o ordenamento jurídico ou a lei interna do Senado.

O mérito do projeto é inegável, pois garante ao usuário de medicamentos, cujos maiores consumidores são justamente as pessoas de terceira idade, que já são portadores de presbiopia, vista cansada – eu também tenho vista cansada – o fácil acesso ao conteúdo das bulas, que atualmente não conseguem ser lidas com facilidade sequer pela população jovem.

É um projeto simples mas de grande utilidade. Quero exatamente enaltecer-lo dando o meu parecer favorável a este projeto do Senador Romeu Tuma porque ele tem um alcance verdadeiro. Nós todos que somos obrigados a ler a bula por vezes não conseguimos. Mesmo aqueles que não têm a vista cansada não conseguem ler as bulas de remédios. É evidente que alguém poderia argumentar que ficará mais papel dentro da caixa de remédio. Sim, mas não é uma questão que possa inviabilizar essa decisão.

O parecer é favorável a este projeto do Senador Romeu Tuma.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Para a discussão, tem a palavra o autor da proposição, Senador Romeu Tuma; em seguida, o Senador Paulo Paim.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Agradeço ao Senador Eduardo Azeredo pela singeleza e objetividade do relatório, assim como pela simpatia com que foi tratado o projeto.

Aqui está, Sr. Presidente, a bula de um remédio que comprei ontem. Comprei esta que tem até desenho para saber. Isso interessa ao doente, às pessoas que estão comprando o medicamento? Não. Então, não peço uma bula completa que sirva para o médico e não para o doente, mas que se faça uma bula reduzida que explique claramente o que significa. O senhor é médico e sabe disso. Quando o senhor quando recebe a bula sabe tudo o que o remédio representa para o doente. Sabe as consequências. Agora quem vai a um ambulatório público buscar medicamento, ele leva o medicamento sem saber se deve tomar pela manhã, se à tarde ou à noite, se três comprimidos por dia, o horário. Nada disso. Ele não consegue ler. Pode ser até uma possibilidade de homicídio tomar um medicamento que é incompatível com outro que ele toma. Que explique direitinho. Então, uma bula simplificada. O senhor viu agora o Hospital das Clínicas colocar a granel, um comprimido em cada saquinho desses. Tendo o Governo autorizado, com o consentimento da Anvisa, essa venda a granel, como ficará o doente, doutor? Explique-me, já que V. S^a é médico. Não será necessário passar alguma orientação, mesmo que reduzida, por meio de uma etiqueta, para esse consumo?

Peço a aprovação dessa matéria, porque creio que a Anvisa deverá normatizar a expedição de uma bula que, realmente, seja compatível com a prescrição para sanar a doença, para que o doente possa lê-la com tranqüilidade. Além disso, os médicos devem receber a literatura como normalmente os laboratórios têm feito ultimamente.

Portanto, peço novamente a aprovação desse projeto. A dificuldade inicial foi minha, Sr. Presidente – eu a senti primeiramente. Fiquei aflito e comprei até uma lupa na Rua 25 de Março para poder ler a bula. Mesmo assim, senti dificuldades, porque devia ser chinesa e falsificada.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, cumprimento o Senador Romeu Tuma pela brilhante iniciativa e o Senador Eduardo Azeredo pelo relatório ora apresentado.

Registro que votarei a favor do projeto. Se me permitirem, farei uma sugestão. Por considerar tão interessante a idéia, creio que ela deveria ser ampliada também para os contratos entre as partes, principalmente contrato de aluguel com inquilino e algumas imobiliárias, bem como outros contratos. Às vezes, a parte que tem o poder na mão, que detém o capital, faz um contrato com letras tão pequenas que a outra parte acaba assinando, quase sob coação, sem fazer a devida leitura. Depois, verifica, até pela dificuldade de ler, por ser uma pessoa idosa, o quanto foi lesada.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Senador Paulo Paim, inclua-se também a lista telefônica.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Exatamente, e tantos outros exemplos.

Cumprimento os Senadores e ressalto que esse é um exemplo a ser seguido. Vou pensar muito em exigir que o padrão fonte 12 seja obrigatório em todos os contratos entre as partes.

Meu voto é pela aprovação do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Concedo a palavra ao Senador Marcelo Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL – RJ) – Sr. Presidente, julgo que a melhor definição para craque é aquele que faz uma jogada complicada ficar fácil; e o perna-de-pau é o que faz a jogada fácil ficar complicada. O Senador Romeu Tuma é um craque.

Minha mãe é viúva, compra remédios e também eletrodomésticos. O que ocorre? Nos certificados de garantia, está escrito em letras grandes: “12 meses”.

Mas, depois, nas ressalvas, em letras pequeninhas, está escrito: “Se o aparelho for... perde a garantia”.

Hoje, estamos atacando um problema real, do dia-a-dia. Há projetos extraordinários no Senado que ocupam laudas enormes, mas que, muitas vezes, não dizem respeito à vida do nosso povo.

Portanto, louvo o Senador Romeu Tuma por essa grande iniciativa e dizer que precisamos, sim, que contratos, certificados de garantias, bulas e demais documentos importantes do nosso povo sejam redigidos com letras grandes, que as pessoas consigam enxergar, e de maneira inteligível, para que a população possa, numa primeira leitura, saber exatamente o que está escrito sem qualquer subterfúgio menor.

Portanto, voto favoravelmente ao projeto, parabenizando seu autor.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Concedo a palavra ao Senador Reginaldo Duarte.

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE) – Sr. Presidente, primeiramente, cumprimento o Senador Romeu Tuma pelo projeto, que, naturalmente, trará muitos benefícios para os usuários de medicamentos.

No entanto, Senador Romeu Tuma, para esse projeto ser mais completo, seria necessário que V. Ex^a tivesse acrescentado também o receituário, porque, de cada cem receitas de médicos, creio que, no máximo, consigo ler dez. Não sei como não morre muita gente neste País com as receitas prescritas manualmente pelos médicos.

O SR. ROMEUTUMA (PFL – SP) – Aliás, as farmácias, às vezes, confundem o nome dos remédios pela dificuldade de leitura da receita médica. Alguns nomes se confundem e servem para finalidades diferenciadas. Podemos fazer outro projeto.

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE) – Exatamente, Senador, faz-se outro projeto para que esse não seja prejudicado. De todo modo, confraternizo-me com V. Ex^a. Meu voto é favorável a esse projeto.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Sr. Presidente, o Conselho Federal de Medicina tem trabalhado muito em relação ao problema da leitura das receitas médicas. É uma questão cultural que está sendo corrigida. Os próprios médicos têm se dedicado a mitigar o problema, usando o computador para aviar receitas e escrevendo de forma mais legível.

Aproveito, ainda, para elogiar o projeto do Senador Romeu Tuma – mesmo de óculos, não consigo ler bem receitas e bulas. Essa situação é muito comum; precisamos facilitar a vida daqueles que consomem remédios.

Em relação aos medicamentos que serão vendidos em saquinhos, Sr. Senador: eles deverão ser entregues aos pacientes em pequenos vidros semelhantes

àqueles amarelos dos remédios da Furp*. Presume-se que a farmácia deva regularizar uma bula, encontrando uma forma de fixá-la no vidro do produto a fim de que o doente possa guiar-se. Não se soltará simplesmente o remédio na mão do paciente. De todo modo, esse sistema reduzirá custos pois um vidro terá mil ou dois mil comprimidos, e ninguém pagará embalagem.

No Brasil, nós pagamos muito pela embalagem. Um blister* custa caro à beça, e é o paciente que paga por ele. Foi uma boa iniciativa do Ministério da Saúde permitir que o remédio viesse nessa nova forma – ou seja, em grande quantidade – para melhorar o atendimento.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL – RJ)

– Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR)

– Ouço V. Ex^a com prazer.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL – RJ) –

Não se trata apenas do custo da embalagem. Às vezes ficamos com antibióticos em casa, formando um estoque perigoso que pode ser acessado por uma criança. Normalmente aviam-se antibióticos em 24 comprimidos – isto é, 3 por dia durante oito dias. No entanto, o medicamento é vendido de tal forma, que sobram 8 comprimidos, podendo uma criança ter acesso a um remédio desse, o que é perigoso.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Concedo a palavra à Senadora Patrícia Saboya Gomes.

A SR^a PATRÍCIA SABOYA GOMES (PPS – CE)

– Senador Romeu Tuma, parabenizo V. Ex^a pela autoria desse projeto, que certamente, como disse o Senador Marcelo Crivella, favorece a nossa população. Trata-se de projeto de lei que realmente interessa ao povo. É algo tão simples, mas V. Ex^a atentou para o fato. Também já uso óculos para ler – por uma questão de vaidade, não os uso sempre, mas os tenho sempre a mão – e sei o quanto é difícil ler a bula de um remédio.

Saudo, mais uma vez, o Senador Eduardo Azevedo por esse relatório, referente a um projeto tão simples mas que certamente atingirá parte enorme da nossa população.

Não sei se este é o momento apropriado – vai depender de V. Ex^a, evidentemente, e desta Comissão –, mas lembro que a validade dos remédios também é informada em letras muito pequenas, e às vezes é difícil visualizá-la. Se for possível, peço que seja acatada a minha sugestão para que isso não seja mais assim.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Tenho a leve impressão – isso pode ser confirmado – de que a Anvisa pode baixar normas para suprir falhas do projeto, obrigando os laboratórios a cumprir o regulamento. Temos de impor é o tamanho da letra, mas a regula-

mentação do que deve constar e do que é importante para a população cabe à Anvisa, que foi criada para esse fim. Na sua fiscalização, ela determina em que local deve constar o prazo de vencimento e de que forma ele deve ser destacado.

A SR^a PATRÍCIA SABOYA GOMES (PPS – CE)

– Então vamos cobrar esse procedimento da Anvisa, porque a questão da validade também é muito importante. Muitas vezes, por não podermos enxergar bem, ficamos com remédios que já perderam a validade; em dúvida, até jogamos fora a caixa do remédio.

De todo modo, cumprimento o Senador Romeu Tuma por essa iniciativa.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Em votação, que será nominal e terminativa.

Chamo as Sr^as e os Srs. Senadores.

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Votaram “Sim” 11 Srs. Senadores.

Não houve voto contrário.

Não houve abstenção.

Aprovado o projeto pela maioria dos presentes.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – **Item nº 6:**

Projeto de autoria do Senador Jonas Pinheiro que torna obrigatória a proteção contra a radiação ultravioleta nos óculos de sol, e dá outras providências. Como o Relator, Senador Sibá Machado, não pertence mais a esta Comissão, pediria ao eminente Senador Augusto Botelho que lesse o parecer do Relator, à página 54.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Trata-se de projeto de lei de autoria do Senador Jonas Pinheiro que torna obrigatória a proteção contra a radiação ultravioleta nos óculos de sol, e dá outras providências.

Voto.

Análise do Senador Sibá Machado.

A justificação da proposição está embasada no crescimento em nosso meio do risco de lesões oculares causadas pela radiação ultravioleta do sol, contra a qual os óculos de sol são equipamentos de proteção adequados, desde que suas lentes contenham filtro protetor contra aquela radiação.

Entre os principais problemas causados ou agravados pela exposição à radiação ultravioleta do sol estão a catarata, a degeneração senil e o carcinoma de conjuntiva, um câncer ocular.

As estatísticas disponíveis mostram o crescimento do número de brasileiros afetados por esses problemas, em especial pela catarata, e o aumento importante da

demandas por assistência oftalmológica, particularmente na rede pública de serviço de saúde.

Desse modo, a ausência de proteção contra os raios ultravioletas nas lentes de óculos de sol torna-se prejudicial, na medida em que confere falsa sensação de segurança e conforto, ao mesmo tempo em que limita ou impede o acionamento dos mecanismos normais de controle da intensidade luminosa do olho humano, levando as pessoas a se exporem mais do que devem ao sol.

Ainda quanto ao mérito, concordamos com o nobre colega proposito da matéria em que os óculos de sol constituem um equipamento barato e adequado de proteção e, na medida em que não necessitam de prescrição médica, não há por que ter sua comercialização restrita a óticas especializadas. Tal exigência só dificulta o acesso da população mais carente a esse importante instrumento de proteção à saúde.

Dante do exposto, apoiamos a revogação das disposições legais que estabelecem esse requisito. Além de ter um elevado mérito, a proposição é constitucional, jurídica e vazada de boa técnica legislativa.

Voto.

Em vista do exposto, voto pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº (Falha na gravação), de 2003, Relator Senador Sibá Machado e Relator **ad hoc**, Senador Augusto Botelho.

A SR^a PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes. PPS – CE) – Em discussão a matéria.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL – RJ) – Sr^a Presidente, peço a palavra.

A SR.^a PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Tem a palavra V. Ex^a.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL – RJ) – Sr^a Presidente, Srs. Senadores, gostaria de homenagear rapidamente a iniciativa do Senador Jonas Pinheiro. Fico imaginando um brasileiro pobre no sertão ou sob intensa insolação no Norte do País ou mesmo na minha cidade, o Rio de Janeiro, nas praias, que compre um óculos – não é barato – que não lhe vai dar proteção porque a lei não impõe que esse óculos tenha um filtro. De tal maneira que, com o passar do tempo, as pessoas podem lesar um dos órgãos mais importantes, que são os olhos. Acho que o projeto é relevante, é importante, vem em boa hora, e precisamos aprová-lo.

Por isso, Sr^a Presidente, quero manifestar meu voto pela aprovação e com louvor ao autor da proposição.

A SR^a PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes. PPS – CE) – Senador Leonel Pavan tem a palavra.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr^a Presidente, a iniciativa é louvável e está de parabéns o autor do projeto, porém é mais uma lei para a pirataria. Quero ver fazer a fiscalização desse negócio.

Compram-se óculos no exterior, os vendedores ambulantes, os camelôs vão ter que se adequar. Para fazer uma fiscalização, os fiscais terão que usar um aparelho para saber se realmente as lentes estão adaptadas ao ultravioleta.

A idéia é boa, como há tantas outras idéias fantásticas, mas o nosso País ainda não tem condições de manter uma fiscalização rigorosa de algumas leis que aprovamos aqui. Esta, para a saúde, é excelente, porém é mais um caso para prender óculos a vontade e impedir que os camelôs e os ambulantes possam vender óculos na beira da praia e em muitos lugares.

Tem-se que se colocar um fiscal na ponte da Amizade para que os óculos do Paraguai não entrem no Brasil, porque se essa lei só valer aqui certamente teremos problemas no futuro. A lei é boa se aprovada, porém, no futuro, criará dificuldades para a fiscalização.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr.^a Presidente, peço a palavra pela ordem.

A SR^a PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes. PPS – CE) – Senador Antonio Carlos Valadares tem a palavra.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Tendo em vista uma viagem que terei que fazer dentro em pouco, gostaria que V. Ex.^a pudesse me permitir que eu votasse logo, antes mesmo do término da discussão e o meu desejo é votar “sim”.

Pergunto se há possibilidade de o Plenário permitir.

A SR^a PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes. PPS – CE) – Consulto ao Plenário.

O voto de V. Ex.^a será registrado.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Muito obrigado.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL – RJ) – Sr^a Presidente, peço a palavra pela ordem.

A SR^a PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes. PPS – CE) – Tem a palavra V. Ex.^a.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL – RJ) – Ouví atentamente as razões do Senador Leonel Pavan. É a realidade do País, muitas vezes perseguimos

uma utopia, pois não temos a condição no aparelho do Estado para fazê-la cumprir. Mas a iniciativa não pode ser prejudicada por isso. Acredito que a Polícia Federal poderá, instrumentalizada por esse dispositivo da lei, de repente, confiscar um grande carregamento de óculos, exatamente por lesar o comprador, o consumidor, por constar “óculos de sol” quando, na verdade, não protegem contra o sol.

É nesse espírito que acho que devemos aprovar essa lei. Por que há uma discussão grande. E seguimos o espírito da Constituição, quando ela diz, por exemplo, que todo brasileiro tem direito à educação, moradia, salário que possa sustentar sua família.

Sabemos que, para a grande maioria dos brasileiros, isso é uma utopia. Mas criamos a demanda e depois perseguimos essa utopia, em busca de aperfeiçoamento de nossas instituições, da Nação, do povo. E é nesse espírito que acho que essa lei se encaixa, dentro até do que já existe na Constituição.

Por isso, voto a favor e peço aos companheiros que aprovem o projeto do eminente Senador Jonas Pinheiro.

A SR^a LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Peço a palavra pela ordem, Sr^a Presidente.

A SR^a PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Tem a palavra a Senadora Lúcia Vânia.

A SR^a LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Sr^a Presidente, a exemplo do que fez o Senador Valadares, gostaria de declarar o meu voto, em função de um compromisso que tenho agora.

Meu voto é “sim”.

A SR^a PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Será registrado o voto da Senadora Lúcia Vânia.

Não havendo mais quem queira discutir, vamos passar à votação.

(Procede-se à votação.)

A SR^a PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes. PPS – CE) – Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Eu voto com o Relator, e quero registrar o louvor ao Senador Jonas Pinheiro, pelo projeto apresentado. É absurdo que se vendam óculos de sol que não protejam contra a radiação ultravioleta. E quero dizer ao nobre Senador Pavan que hoje em dia são vendidos óculos de sol, como colocou o Senador Crivella, à população mais pobre, que dizem ter proteção contra o sol e que, na realidade, não oferecem proteção.

Então, essa lei vai fazer, pelo menos, que haja fiscalização maior.

Voto com o Relator.

(Continua a votação.)

A SR^a PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes. PPS – CE) – Quero comunicar às Sr^as e Srs. Senadores que estamos aguardando apenas mais um Senador ou Senadora para que possamos concluir a votação.

Peço à Secretaria que cheque essa contagem.

Só há dez votos. Não posso votar na Presidência, e o Senador Jonas Pinheiro é o autor.

O SR. (ORADOR NÃO IDENTIFICADO) – E o voto do Senador Antonio Carlos Valadares?

A SR^a PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes. PPS – CE) – Já foi computado o voto.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Eu não erro: dois, três, quatro, cinco, seis, sete, oito, nove, dez; com a Senadora Lúcia Vânia, onze.

A SR^a PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes. PPS – CE) – O Senador Jonas Pinheiro não pode votar, porque é autor; conta apenas como **quorum**.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – O Senador Jonas Pinheiro se absteve, não confia nesse projeto. O Governo tem muito poder de fiscalização.

A SR^a PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes. PPS – CE) – Precisamos de onze votos “sim”.

O SR. (ORADOR NÃO IDENTIFICADO) – A Senadora Lúcia Vânia já votou?

A SR^a PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes. PPS – CE) – Já foi registrado, Senador; o do Senador Antonio Carlos Valadares, também. O Senador Romeu Tuma infelizmente saiu antes da votação.

A Secretaria me informa que infelizmente precisa de onze votos “sim”.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT) – Sr^a Presidente, acho que existe um erro. A votação é nominal, mas tem que ser por maioria absoluta? Não. Tem de haver **quorum**.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – O **quorum** é de onze. Mas acho que o Senador autor pode votar.

A SR^a PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes. PPS – CE) – É a compreensão que tenho, mas infelizmente... Então, vou remeter ao Plenário, para que possa decidir sobre essa questão. Já que não há consenso por parte da Secretaria, que o Plenário decida.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – O Senador Tuma votou, na outra votação, como autor.

A SR^a PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes. PPS – CE) – Na outra votação, mas infelizmente não deixou o voto registrado para esta.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Minha apreciação: o Plenário decide.

A SR^a PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes. PPS – CE) – O Plenário decide. Quero comunicar que o Senador Paulo Paim também está retornando à Comissão. Enquanto isso, acho que o Plenário pode decidir.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL – RJ) – Peço a palavra para uma questão de ordem, Sr^a Presidente.

A SR^a PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes. PPS – CE) – Pois não, Senador Marcelo Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL – RJ) – Gostaria de saber o seguinte: se há **quorum** e aqui somos onze, não vale a maioria simples para a aprovação do projeto?

A SR^a PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes. PPS – CE) – Essa é a minha compreensão, mas, infelizmente, não há consenso por parte da Secretaria, que está habilitada a assessorar esta Presidência. Por isso, estou remetendo a questão ao Plenário desta Comissão, que, sendo soberano, poderá decidir. Minha compreensão é tanto a de que o autor pode votar, quanto a de que, havendo **quorum** suficiente, também é possível aprovar o projeto.

O Senador Heráclito Fortes veio salvar o projeto do Senador Jonas Pinheiro, que já foi tão debatido nesta Comissão. Resolvido o problema.

Senador Heráclito Fortes, como V. Ex^a vota?

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Com o Senador Jonas Pinheiro.

A SR^a PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes. PPS – CE) – Então, está aprovado o projeto.

Para esse projeto, conseguimos **quorum**, em função do registro dos votos do Senador Antonio Carlos Valadares e da Senadora Lúcia Vânia. Mesmo assim, para votar os outros projetos terminativos, precisaríamos da presença de mais um Senador ou Senadora. Portanto, não havendo **quorum**...

Não, Senador, chegou mais um, mas falta outro, porque a Senadora Lúcia Vânia saiu e só deixou registrado o voto do projeto anterior. Não posso dar continuidade à votação, porque só temos dez presentes. Não posso votar, então só temos dez presentes, precisamos de mais um.

Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Obrigada a todos.

(Levanta-se a reunião às 18 horas e 42 minutos.)

ATA DA SEXTA REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 3^a SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 52^a LEGISLATURA REALIZADA NO DIA 30 DE MARÇO DE 2005, QUARTA-FEIRA, ÀS 11:00 HORAS.

Às onze horas e trinta e cinco minutos, do dia trinta de março de dois mil e cinco, na Sala de reuniões da Comissão de Assuntos Sociais, é iniciada a reunião sob a presidência do Senhor Senador ANTONIO CARLOS VALADARES, com a presença dos (as) Senadores (as) **MARIA DO CARMO ALVES, RODOLPHOTOURINHO, FLEXA RIBEIRO, REGINALDO DUARTE, WIRLANDE DA LUZ, VALDIR RAUPP, MÃO SANTA, SÉRGIO CABRAL, PAPALÉO PAES, FLÁVIO ARNS, IDELI SALVATTI, MARCELO CRIVELLA, PAULO PAIM, AUGUSTO BOTELHO, ROMEUTUMA, EDUARDO AZEREDO, TEOTÔNIO VILELA FILHO, FRANCISCO PEREIRA, FÁTIMA CLEIDE E MOZARILDO CAVALCANTI**. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. A presente reunião tem por objetivo receber em visita institucional o Ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome Patrus Ananias, que realizou uma exposição sobre as atividades daquele ministério. **REQUERIMENTO N° 13, DE 2005**. “Requer nos termos regimentais a realização de Simpósio Nacional sobre Saúde e Seguridade Social, a ser realizado nos dias 18, 19, e 20 de maio com a participação da Frente Parlamentar da Saúde e participação da Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados e de entidades ligadas à área de saúde. O objetivo deste evento é promover uma discussão crítica e abrangente sobre o atual Sistema Único de Saúde – SUS”. **AUTOR**: Senador AUGUSTO BOTELHO **RESULTADO: APROVADO**. Fizeram uso da palavra os Senhores Senadores Marcelo Crivella e Mão Santa. Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, encerra-se a visita às doze horas e vinte e sete minutos, lavrando eu, **Gisele Ribeiro de Toledo Camargo**, Secretária da Comissão de Assuntos Sociais, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Senador Antônio Carlos Valadares presidente, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Antônio Carlos Valadares**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Declaro aberta a 6^a reunião extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais, da 3^a Sessão Legislativa Ordinária, da 52^a Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da reunião anterior.

As Sr^as e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Atendendo à solicitação do Ministro Patrus Ananias, esta reunião destina-se a receber o Ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, que faz uma visita institucional a esta Comissão, com vistas a estreitar as relações desse Ministério com o Senado Federal e, em particular, com a Comissão de Assuntos Sociais.

Já se encontra nesta Comissão, em visita aos membros desta Casa, o Ministro Patrus Ananias. Tenho o prazer de designar os Senadores Marcelo Crivella e Mão Santa para conduzirem o Ministro até a Mesa dos nossos trabalhos, onde S. Ex^a fará um breve relato das suas atividades à frente do Ministério e também enfocará as atividades que estão sendo desenvolvidas em todo o Brasil por S. Ex^a.

É uma satisfação muito grande, Sr. Ministro, recebermos a sua visita, numa oportunidade em que o Brasil se dedica, de forma incansável, à solução dos problemas nacionais, notadamente os voltados para os problemas sociais.

Esta Comissão, que tem a função específica de cuidar, dentre outras atividades, da assistência social, sente-se rejubilada e agradecida com a presença de V. Ex^a.

Passo, neste instante, o microfone a V. Ex^a, para que possa discorrer de forma breve e sucinta, já que V. Ex^a tem outras atividades no âmbito do Congresso Nacional, sobre o trabalho que vem desenvolvendo a frente do seu Ministério.

Com a palavra o Ministro Patrus Ananias.

O SR. MINISTRO PATRUS ANANIAS – Exmº

Sr. Senador Antonio Carlos Valadares, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais do Senado, vou tomar um pouquinho de tempo para registrar os Senadores que nos honram com a sua presença, além de V. Ex^a. O meu ilustre conterrâneo, Senador Eduardo Azeredo, o Senador Marcelo Crivella, o Senador Mão Santa, o Senador Wirlande da Luz, o Senador Valdir Raupp e a Senadora Maria do Carmo.

A idéia não era de que tivéssemos este encontro. É uma delicadeza do Senador Antonio Carlos Valadares, Presidente desta Comissão, onde estive duas vezes no ano passado. Estamos aqui hoje para uma visita mais pessoal, considerando o início de uma nova legislatura no Senado e na Câmara e a mudança dos Presidentes das duas Casas e das comissões.

Reservamos o dia de hoje para fazermos essa visita ao Congresso Nacional. Estamos aqui na parte da manhã visitando o Senado Federal, estivemos com o Presidente, com o Senador Renan Calheiros, e estamos visitando também aquelas comissões que têm uma interface maior com o nosso Ministério, a Comissão de

Constituição, Justiça e Cidadania, esta comissão, que paira sobre todas, por ter interface mais direta com os nossos projetos, e estaremos também na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

É uma visita de reconhecimento ao Congresso Nacional, especificamente ao Senado, às suas lideranças, através do Presidente e dos Presidentes das Comissões, e também para criar este canal, colocando-nos, nós todos do Ministério, à disposição do Legislativo, do Senado Federal, das Comissões e também pedindo – dentro das possibilidades mas considerando os interesses superiores do País, do povo, dos pobres, as exigências do bem comum, da justiça social – a cooperação dos Senadores e Senadoras para os nossos projetos.

Quero, então, agradecer, de maneira especial ao Presidente, por essa oportunidade, que não estava agendada, de me dirigir diretamente aos integrantes da Comissão e vou aqui, Senador, em dois ou três minutos, dizer do que estávamos conversando, um ou dois temas que ficaram inclusive inconclusos.

Primeiro, temos aqui em discussão na Casa – e quero pedir aí o apoio de todos os Senadores e Senadoras, especialmente desta Comissão – um empréstimo que irá ao Plenário nos próximos dias, do Banco Mundial, PRS 42, visando o aperfeiçoamento do nosso programa Bolsa Família. São recursos para o aperfeiçoamento e o maior controle do cadastro, com a incorporação de novas tecnologias de informática, que permitem um controle maior e mais rigoroso do programa, a partir do próprio sistema integrado com todas as Prefeituras e Governos Estaduais.

Um ponto que o Senador Presidente desta Comissão, Senador Antonio Carlos Valadares, levantou foi quais os mecanismos de controle do programa. Então eu dizia a S. Ex^a que estamos aperfeiçoando o controle do cadastro, temos hoje o cadastro único, já público, disponibilizado para todas as Prefeituras, também disponibilizado para toda a cidadania, que pode acessar os cadastros de Bolsa Família por cada cidade, e temos também uma rede de fiscalização pública, através dos Ministérios Pùblicos Estadual e Federal, do convênio que fizemos tornando parceiros os Promotores de Justiça, o Tribunal de Contas, e ações integradas também com o Ministério da transparência, a Controladoria-Geral da República do Ministro Valdir Pires.

Mas estamos investindo muito também numa ação integrada com as Prefeituras e com os Governos Estaduais para que possamos também manter na ponta, especialmente através das Lideranças locais, Prefeitos, Prefeitas, o acompanhamento do cadastro, e vamos implantar, também este ano, com a participação das Prefeituras – que são parceiras fundamentais, dentro

do próprio pacto federativo brasileiro, dentro dos princípios constitucionais do País, as Prefeituras, assim como os Governos Estaduais, mas no caso específico as Prefeituras, porque estão na ponta, são essenciais –, os conselhos ou comitês de controle social do Bolsa Família em cada comunidade, a partir de conselhos já existentes, os Conselhos de Assistência Social, da Saúde, da Educação, dos Direitos da Criança e do Adolescente, Conselhos Tutelares, também outros conselhos, como, por exemplo, onde houver, os Comitês Gestores do Fome Zero, os Conselhos de Segurança Alimentar e Nutricional, etc. Então, estamos trabalhando vigorosamente no sentido do controle do cadastro.

Acertamos também uma ação integrada com o Ministério da Educação e Ministério da Saúde para o controle das condicionalidades, no sentido de que as crianças efetivamente freqüentem as escolas, como a lei que instituiu o programa exige, e tenham também os cuidados preventivos e curativos com a saúde, vacinas, também os cuidados com as mães gestantes, nutrizes etc.

E um outro ponto que estamos também trabalhando – e breve deverá chegar aqui uma outra parceria, nesse caso com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – é para a integração dos nossos programas. Como integrar, por exemplo, respeitando especificidades, ouvindo as pessoas que têm experiência sem nenhum atropelo, para criar sinergias, considerando que o nosso Ministério integra três áreas distintas, embora afins: a assistência social, a segurança alimentar e os programas de transferência de renda.

Então, estamos trabalhando muito na perspectiva da integração desses programas, respeitando as especificidades do Bolsa-Família com o PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, a implantação da Casa da Família e outros.

Por último, o nosso grande desafio: integrar, cada vez mais as políticas emergenciais, garantir o direito à vida, aqui e agora, garantir o direito à alimentação, as condições para que as crianças freqüentem as escolas e os postos de saúde, garantir a preservação dos vínculos familiares, impedir o processo de desconstituição das famílias pobres, por razões econômicas e sociais, considerando a importância da família, inclusive com espaço pedagógico, educativo, que antecede e complementa a escola, formadora de valores éticos, morais e vivenciais.

Então, esse programa de transferência de renda, como o Bolsa-Família, que atende hoje a mais de seis milhões e quinhentas mil famílias, e a meta é chegarmos a oito milhões e setecentas mil famílias até o final de 2005, numa determinação do próprio Presidente... Como integrar esses programas que garantem a vida

aqui e agora com programas estruturantes emancipatórios?

Essa é uma grande prioridade para 2005. A construção das chamadas portas de saída, ações complementares, política de geração de trabalho, emprego e renda, integrar os nossos programas sociais dentro do Fome Zero, especialmente o Bolsa-Família com a inclusão produtiva, com políticas que estimulem o empreendedorismo individual e coletivo, o cooperativismo, integrando com os arranjos produtivos locais, o desenvolvimento local e regional, com economia solidária. Esse é um grande desafio que quero não só aqui colocar de maneira meramente expositiva, mas pedir aos Senadores e Senadoras, especialmente a esta Comissão, que nos ajudem com críticas positivas, com boas idéias, com parcerias, a enfrentarmos esses desafios e a consolidarmos realmente no Brasil a grande rede de proteção social que o nosso País está construindo desde a Constituição de 1988.

Quero, então, mais uma vez, agradecer e me colocar à disposição para voltar a esta Comissão para uma conversa mais longa e para prestar contas com mais detalhamento dos nossos trabalhos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares)

– Sr. Ministro, o Senador Marcelo Crivella, presente a esta reunião, pretende usar da palavra. Peço a V. Ex^a que compreenda que é importante, sem dúvida alguma, a sua presença, e o Senador Crivella deseja participar deste evento, prestigiando esta reunião e fazendo alguma indagação sobre o seu Ministério.

O SR. MARCELO CRIVELLA (PL – RJ) – Sr.

Presidente Senador Antonio Carlos Valadares, meus companheiros, Sr^a Senadora, Sr. Ministro, V. Ex^a é, para nós, Senadores, e, principalmente para a nossa Comissão, uma pessoa fundamental no Governo do Presidente Lula, que tem tido um grande sucesso na área econômica, na exportação e na produção agrícola; o Governo do Presidente Lula tem estabilidade econômica, mas, na parte social, o nosso Governo tem sido criticado.

Agora mesmo, houve algumas alterações na LOA, na Câmara dos Deputados, e setores do Governo são contra. Imagine Sr. Ministro Patrus Ananais, V. Ex^a que é de Bocaiúva, em Minas Gerais. No ano passado, pagamos R\$130 bilhões em juros da dívida pública. Agora, essa dívida pública de R\$ 1 trilhão, da qual 80% pertencem a sete mil brasileiros, a sete mil grupos econômicos, famílias brasileiras que detêm 82% da dívida pública. Possivelmente são os mesmos que a Receita Federal indicou, entre 10.522 de brasileiros, que possuem U\$82 bilhões depositados nos bancos do exterior. Vejam que situação!

V. Ex^a reclama de recursos. Nossa Bolsa-Família, principal programa do nosso Governo para vencer a miséria do nosso povo e trazer inclusão social em longo prazo, porque V. Ex^a não está satisfeito apenas com uma bolsa de R\$100,00 nem o Vale-Gás; V. Ex^a quer trazer programas estruturantes, construir portas de saída, fazer com que essas crianças amanhã tenham acesso ao mercado de trabalho, à economia brasileira, à riqueza deste País, Ministro Patrus Ananias. Portanto V. Ex^a é um homem fundamental para nós.

V. Ex^a, como bom mineiro, é o político cordial, de alma aberta, do diálogo, mas V. Ex^a precisará falar grosso, precisará incorporar o sangue nordestino, a verve gaúcha, a força do Sudoeste, do paulista, do carioca e tem a obrigação, diante de Deus e de nós todos, de fazer com que o seu Ministério prevaleça sobre o do Palocci, sobre o do Planejamento, sobre todos, para matar a fome e a sede desse povo brasileiro que vive hoje à margem da riqueza nacional, e, coitado, sem saber que a nossa riqueza é suficiente para todos.

Ministro Patrus, no oeste da Bahia – soube ontem –, na cidade de Barreiras, descobriram petróleo. A ANP ou a USP descobriram jazida de petróleo imensa no oeste da Bahia, neste País cujo alumínio está todo nas mãos de duas empresas, o cimento está na mão de três, o aço, na mão de duas, o vidro, na mão de duas, Blindex e Santa Maria – duas empresas controlam todo o vidro brasileiro. Meu Deus do Céu! Sistema econômico, dois bancos, meios de comunicação, duas empresas, Brasil concentrado demais, com a riqueza nas mãos de poucos.

V. Ex^a precisa ser o grande porta-voz das nossas angústias aqui no Senado. Agora mesmo, V. Ex^a terá de voltar aqui para lutar pelas mudanças da LOAS, pela inclusão das crianças nas escolas, nas creches, para ter dinheiro na área social do Governo. Conte conosco! Somos seus admiradores!

Pedimos a Deus que lhe dê saúde e força e que V. Ex^a possa realmente resgatar, porque não adiantará nada, no final do Governo Lula, apresentarmos número de exportação, cabeça de gado, seja o que for, se continuarmos a ter milhões de crianças passando fome neste País.

Ministro Patrus, conte conosco, seja bem-vindo e que Deus o abençoe!

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares)

– Na qualidade de último orador, concedo a palavra ao Senador Mão Santa e, em seguida, ao Sr. Ministro, para as suas considerações finais.

Senador Mão Santa, gostaria de registrar a presença do Senador Wirlande da Luz, membro titular, em substituição ao Senador Mário Calixto. S. Ex^a é o

suplente do Senador Romero Jucá, hoje Ministro da Previdência.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Sr. Presidente, Senador Antonio Carlos, Sr. Ministro Patrus Ananias, o que tenho a dizer é que V. Ex^a corresponde, Ministro Patrus Ananias, à grandeza histórica de Minas, quer dizer, V. Ex^a já veio forte, porque veio de Minas, então o País tem essa gratidão. Mas, ao lado da gratidão, há uma expectativa muito grande que devemos aos mineiros.

Estou aqui, porque acredito que V. Ex^a foi “prefeitinho”. Assim como, para ser papa, a pessoa tem de ser padre, cardeal, deveria haver uma hierarquia. Falta no núcleo duro essa experiência de ser prefeito. Eu fui e considero o cargo de prefeito o mais importante da vida democrática deste País. É a experiência daquele que administra bem próximo até de sua mãe, que mora na cidade, bem como de sua esposa e de seus filhos. Nenhum outro. O Lula, no Palácio, só a mulher. Às vezes, foi o filho, mas ele não foi feliz nisso. O Prefeito vive o dia de administrar até a família: a mãe, a esposa, o avô, pois estão todos nessa cidade.

O País não está melhor. Isso é conversa fiada, do Goebles. O Goebles Mendonça é melhor do que o Goebles do Hitler. O País vai mal e nunca esteve tão mal.

Eu vim ontem de Buenos Aires e andei pelo Chile. Isso é conversa descarada! Este País está muito pior. Primeiro, eu buscaria um dado que fala muito alto.

Eu fui Deputado Estadual. Em 1980, vi o Senador João Lobo, muito inteligente. Eu era Deputado Estadual. Ele era Líder de Alberto Silva. Ele dizia que existem dois Brasis; o Brasil do Sul e o do Norte e Nordeste. E, no Nordeste, há dois Nordestes: os ricos, que eram, naquele tempo, em 1980, somente Pernambuco e Bahia; e os pobres, Piauí, Maranhão e Paraíba. O Sul ganhava duas vezes do Nordeste; e o Nordeste rico, quatro vezes do Maranhão.

Com isso, S. Ex^a alertava quanto ao desrespeito à Constituição, que prega o fim da desigualdade social. Mas ela aumentou. O resto é conversa afiada, é propaganda; é o Goebles, Duda Mendonça. É de 8,6 vezes a renda *per capita* de Brasília em relação à do Maranhão. Graças a Deus, nós tiramos o Piauí do pior. Então, aumentou. Esse é o dado. Isso é porque estão rasgando a Constituição, que manda diminuir essa desigualdade social. Essa é a realidade, Sr. Prefeito – vou chamá-lo de Prefeito, porque é um cargo muito importante. O Governo Federal rasga a Constituição.

A ignorância é audaciosa. O Presidente Lula não entendeu o simbolismo de Ulysses Guimarães ao beijar a Constituição. A salvação está na lei e na justiça.

Lá no dinheiro, Ministro Patrus Ananias – V. Ex^a foi prefeito, assim como eu e o Presidente Antônio Carlos Valadares, que preside a reunião também, e bom –, no orçamento, dizia que, do bolão de recursos, 54% eram da União, 21,05%, dos Municípios, 22,5%, dos Estados, e há dois fundos da União, como o FNE, que fechou. O que houve? O Governo desrespeitou o núcleo duro, que não tem a experiência de ser prefeito.

Sr. Ministro, então o Governo passou de 54% para mais de 60%; os Estados diminuíram, e o Município passou para 14,5%. Portanto eles empobreceram. Essa é a verdade.

Se V. Ex^a for Prefeito hoje, será pior do que foi no passado. Se eu for hoje, serei pior do que no passado. Essa é a verdade, porque os recursos diminuíram. E com um agravante, Senador Antonio Carlos Valadares: além do bolo dos prefeitos ter diminuído, aumentou o número de prefeituras. Matematicamente, até o Ministro Antônio Palocci entende esse raciocínio, bem como os governos dos estados. Surgiram novos estados, e territórios se transformaram. Esse é o grande descompasso.

Quem faz serviço social é o prefeito. É o simbolismo que existe. Existiu na Argentina, com a Primeira Dama Eva Perón, e existe aqui. É a primeira dama ali, assistindo e amparando o Fome Zero. Isso sempre foi assim. E eu lhe darei um quadro do tempo em que fui Prefeito, Ministro Patrus Ananias.

Dona Maria do Carmo foi do Serviço Social e também o seu marido, brilhante e extraordinário Governador, o homem que melhor entende do Nordeste: Governador João Alves. E eu quero lhe dizer o seguinte: creche, Ministro Patrus Ananias, era uma brincadeira. Bastava imaginar e se fazia creche. Havia um órgão específico: LBA. E hoje essa educação. O que dá dinheiro é o ensino fundamental, por causa do Fundef. Coloca-se num bolão e tira-se pelo número de matrícula. E as creches diminuíram no País. Como era fácil ter creche. Hoje diminuíram. As crianças estão abandonadas. Os idosos estão aí. Então, é isso.

Mas V. Ex^a representa essa esperança que eu tive. Eu votei no Presidente Lula, no PT, porque V. Ex^a foi um prefeito, e não somente um Prefeito, não; foi um Prefeito de êxito! Daí a nossa admiração e o nosso respeito traduzidos pela presença do Piauí aqui.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Srs. Senadores, tenho o prazer de comunicar a esta Comissão que está ao nosso lado o Deputado Federal Rafael Guerra, do Estado de Minas Gerais, que é Presidente do Grupo Parlamentar da Saúde. S. Ex^a veio a esta Comissão para comunicar que haverá um Simpósio sobre Política Nacional de Saúde, no dia 7 de abril, quinta-feira, que terá início às 10h e se

estenderá até as 13h, no Auditório Nereu Ramos, na Câmara dos Deputados.

Esse simpósio terá não somente a participação da Comissão de Saúde da Câmara dos Deputados, como da Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal. Há um requerimento que será levado à sessão, logo após a visita do Ministro, permitindo que a nossa Comissão se faça presente a esse evento organizado pelo nobre Deputado Federal Rafael Guerra. Saúde V. Ex^a, pois sua presença, para nós, é uma grande honra e um imenso privilégio.

Para finalizar, concedo a palavra ao Sr. Ministro, que tem um compromisso imediato com outra comissão desta Casa. Mas, desde logo, Sr. Ministro, quero dizer a V. Ex^a que se sinta como na sua verdadeira casa na Comissão de Assuntos Sociais, que luta ao seu lado para a correção das injustiças sociais em nosso País.

Com a palavra o Sr. Ministro Patrus Ananias de Sousa.

O SR. MINISTRO PATRUS ANANIAS – Muito obrigado Sr. Presidente Senador Antonio Carlos Valadares. Quero saudar também o Deputado Rafael Guerra, fraterno amigo; coestaduano, mas também amigo que me honra muito.

A rigor, Sr. Presidente, eu deveria estar na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa às 11h40min. Portanto, tenho trinta minutos de atraso, o que me impede de fazer uma reflexão mais detalhada e aprofundada sobre as questões aqui levantadas pelos Senadores Marcelo Crivella e Mão Santa. Mas, não obstante a atenção a esta Comissão e aos Senadores, vou me atrasar um pouco mais, contando com a paciência do Senador Juvêncio da Fonseca e pedindo à Assessoria que comunique o atraso. E colocarei algumas questões sucintas.

Primeiro, eu trato dos trabalhos do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Vou me ater aos temas do nosso Ministério, porque é sobre estes que devo prestar contas ao povo brasileiro, aos seus ilustres representantes e dos Estados – no caso, do Senado. Assim, vou limitar-me às questões mais específicas.

Senador Crivella, com relação às suas ponderações, considero que o Brasil está avançando – digo isso, com todo o respeito, agradecendo as referências pessoais, apesar de ter a minha compreensão diferente da do Senador Mão Santa. Historicamente, podemos dizer que o Brasil está melhorando e muito. Nós todos, que estudamos a História do nosso País, devemos pensar no Brasil há 100 anos para termos uma compreensão da caminhada ascensional do povo brasileiro.

No campo social, por exemplo, não houve um começo com o nosso Governo. Tenho dito que estamos trabalhando, com muita seriedade, no sentido de pôr em prática uma opção do povo brasileiro: a de cuidar e a de promover os pobres. Essa opção se materializa mais recentemente na Constituição de 1988, quando a assistência social sai do clientelismo e passa para o campo das políticas públicas, inclusive vinculando a assistência social com a saúde, com a Previdência Social, no campo da seguridade social, tratando constitucionalmente temas sociais – como a questão da família, da criança e do adolescente, das comunidades específicas, como Quilombolas, e comunidades indígenas.

No esteira da Constituição, no início dos anos 90, antes portanto do nosso Governo, já existe todo um processo que estamos consolidando e ampliando. Tivemos o Estatuto da Criança e do Adolescente, a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e, no nosso Governo do Presidente Lula, desdobrando, avançando, consolidando e incorporando novas possibilidades, o Estatuto do Idoso, o Bolsa-Família – um programa legal, normatizado, aprovado no Congresso Nacional e devidamente regulamentado.

Considero que temos dificuldades, mas estamos avançando. Por exemplo, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome foi criado há pouco mais de um ano. Trata-se de um Ministério que tem um orçamento para 2005 de R\$17 bilhões. São recursos rigorosamente destinados a pessoas, famílias e comunidades pobres do Brasil. Além dos recursos da Previdência, da Educação e da Saúde, esse é um dado novo. É um Ministério voltado para cuidar e promover famílias pobres.

O Bolsa-Família, hoje, atende 6,572 milhões de famílias. Os Benefícios de Prestação Continuada (BPC), também uma conquista que vem da LOAS e do Estatuto do Idoso, são para 3,3 milhões de idosos e portadores de deficiência que recebem um salário mínimo. O BPC, hoje, está orçado aproximadamente em R\$8 bilhões, sendo que o benefício pode ser pago a até duas pessoas de uma mesma família. Como esses idosos e portadores de deficiência pobres estão inseridos em comunidades familiares, são benefícios familiares.

Então, não é um dado irrelevante que R\$17 bilhões estejam presentes no Orçamento, hoje, para cuidar e promover famílias e comunidades carentes do Brasil. Também quero deixar claro que, quando peço aqui o apoio dos Senadores para esse financiamento do Banco Mundial, é porque este Banco reconhece o nosso programa. Vou colocar dois fatos, mostrando que, se temos dificuldades, estamos também avançando.

Recebi, há poucos meses, a visita do Presidente do BID, Banco Interamericano de Desenvolvimento, que tem apoiado os nossos programas, Dr. Henrique Iglesias, uma figura de renome internacional. Ele me disse: "O Brasil está consolidando, no campo dos pa-

íses emergentes, a maior rede de proteção social". É uma rede de proteção social, integrando programas de transferência de renda, como o Bolsa-Família, programas de assistência social, como a Casa das Famílias, o PETI, a inclusão produtiva, programas de segurança alimentar, implantação de restaurantes populares, hortas, lavouras, cozinhas comunitárias, bancos de alimentos; uma rede de proteção social que se vai tornando uma referência no mundo. E outro dado importante também: o Governo do Egito pediu ao Banco Mundial a indicação de um programa de transferência de renda vitorioso, exitoso; o Banco Mundial indicou o Bolsa-Família. Estive recentemente no Egito, dois dias de trabalho, com todo o seu Governo: Primeiro-Ministro, 12 Ministros, Presidentes do Banco Central e do Fundo de Combate à Pobreza, com o Presidente do Banco Mundial, com representantes do Banco Mundial no Brasil, como Dr. Vila de Tomaz, que publicou um artigo no jornal **O Globo** sobre essa viagem, para discutir com eles o nosso programa.

Estou dizendo isso para mostrar, com todo respeito ao Senador Crivella e ao Senador Mão Santa, que estamos avançando. E são avanços do Governo do Presidente Lula. Eu digo mais: estamos consolidando e incorporando novos horizontes a partir de conquistas históricas do povo brasileiro.

Nesse sentido, quero dizer ao Senador Mão Santa que discordo, com todo respeito...

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Permite-me um aparte?

O SR. MINISTRO PATRUS ANANIAS – Não, não tenho condição, Senador, sinceramente. Ouvi V. Ex^a com toda a atenção. Disponho-me, depois, a voltar aqui para conversar no gabinete; estou à disposição de V. Ex^a. Mas eu o ouvi e gostaria de...

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – É muito simples. O Federal está fazendo aquilo que faziam os municípios. Fui prefeito antes e vivi.

O SR. PATRUS ANANIAS – Participei, ativamente, Senador, da 8^a Marcha dos Prefeitos, inclusive fui um dos expositores. O que ouvi lá? Houve uma perda, sim, dos municípios, mas está havendo uma recuperação na questão tributária. Houve uma perda num certo momento, mas...

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – De um certo momento, não; de mais de 20%. Eu até concordo com esse estudo. Bastava ver a Constituição: 21,5% eram dotados aos municípios, 22,5%; hoje baixou para 14,5%.

O SR. PATRUS ANANIAS – Está subindo. Não me lembro o nome...

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Houve uma queda. Com uma queda brusca dessa, eles morrem.

O SR. PATRUS ANANIAS – Estou dizendo que foi registrada no encontro dos prefeitos uma gradativa recuperação, embora não tenha chegado ao ponto em que chegou realmente no período logo após a

Constituição de 1988, mas há um processo de diálogo permanente com os municípios.

Eu queria encerrar, apresentando duas questões, com todo o respeito ao Senador e a V. Ex^a: primeiro, não considero que o País esteja ruim. Temos, no Brasil, Senador...

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Eu pediria que V. Ex^a fosse a uma rua de São Paulo, a uma hora da madrugada, e andasse dez quarteirões, para que V. Ex^a visse. Isso eu fiz em Santiago e faço em Buenos Aires.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Senador Mão Santa, o Sr. Ministro está com a palavra. V. Ex^a poderá discorrer sobre qualquer assunto logo após a palavra de S. Ex^a.

O SR. MARCELO CRIVELLA (PL – RJ) – Pela ordem, Sr. Presidente. Eu faria esse apelo ao Senador Mão Santa, porque inclusive são assuntos que não têm nada a ver com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; são assuntos que...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – S. Ex^a veio fazer uma visita de cortesia protocolar; não veio para o debate, que será em outra oportunidade, quando nós o convidarmos. E tenho certeza de que S. Ex^a não se escusará.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – A cortesia está havendo, apenas citei a Constituição. Tem que haver cortesia e respeito ao maior livro, igual à Bíblia para nós.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – O respeito à presença do Sr. Ministro, o respeito à palavra dos nobres Senadores; tudo isso aqui está sendo respeitado.

Com a palavra o Sr. Ministro.

O SR. PATRUS ANANIAS – Sintetizando, Sr. Presidente, para colocar a questão num sentido mais amplo para a nossa reflexão, reafirmo a minha convicção nos destinos do Brasil. Somos um grande povo e temos um encontro marcado com a história. Temos desafios sociais graves, acumulamos, ao longo da nossa história, uma dívida social alta, mas creio que temos todas as condições de resgatar e já estamos resgatando essa dívida.

Há um dado que é importante, que eu disse aqui, do Brasil do começo do século, de 100 anos atrás. Em 100 anos, saímos de uma posição absolutamente secundária, marginal, e chegamos a ser a oitava economia do mundo, o que mostra a capacidade do povo brasileiro, dos nossos empresários, dos nossos trabalhadores. Chegamos a ser o país que mais cresceu no Século XX. Cometemos um erro que devemos enfrentar conjuntamente, de forma solidária, criativa. Cometemos um erro, crescemos, mas não distribuímos renda, não implantamos as políticas de proteção social que estamos implantando hoje. Não cuidamos e não promovemos as pessoas e as famílias pobres. Esse foi o erro; não garantimos a sustentabilidade social do crescimento econômico.

Em 1970, o Brasil ganhou a Copa do Mundo, período da ditadura; éramos 90 milhões. E, 35 anos depois, nós somos o dobro, 180 milhões. O dobro da população coincide com o período em que o país praticamente pára de crescer, as décadas de 80 e de 90. Isso explica em boa medida os desafios, o drama social que vivemos hoje, não vamos negá-lo. Mas eu diria que a história do povo brasileiro é uma história de conquistas, e temos hoje um desafio que nos mobiliza a todos. Penso que deveríamos enfrentá-lo solidariamente, que é o resgate dessa dívida e a construção de um país fundado no desenvolvimento econômico e na justiça social.

Muito obrigado.

Mais uma vez me coloco à disposição dos Senadores para debates mais longos aqui. Peço que me desculpem a saída abrupta, porque já estou com quase uma hora de atraso em relação ao próximo compromisso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Quero agradecer a V. Ex^a pela sua benevolência em permanecer na Comissão além do tempo previsto, já que se tratava apenas de uma visita, como eu disse, de cordialidade, sem nenhuma pretensão de debate.

Entretanto, V. Ex^a, que é um parlamentar, um democrata, não se furtou ao debate nem às indagações dos Srs. Senadores, que tiveram os seus esclarecimentos e as suas respostas dadas com educação e com gentileza, que são peculiares ao caráter e à personalidade de V. Ex^a.

Parabéns pelo trabalho que vem realizando no seu Ministério. Fica a expectativa de um retorno a esta Comissão, através de uma convocação que, sem dúvida alguma, será feita pelos Srs. Senadores.

Antes de passarmos ao assunto propriamente dito desta reunião, que será a realização de audiência pública, gostaríamos de aproveitar a presença dos Srs. Senadores para anunciar que se encontra sobre a mesa requerimento de autoria do nobre Senador Augusto Botelho, ratificado e subscrito por mim, nos seguintes termos:

“Requeiro a V. Ex^a, nos termos regimentais, a realização de Simpósio Nacional sobre Saúde e Seguridade Social, a ser realizado nos dias 18, 19 e 20 de maio, com a participação da Frente Parlamentar da Saúde e da Comissão de Seguridade Social e Família, da Câmara dos Deputados, e de entidades ligadas à área da saúde. O objetivo desse evento é promover uma discussão crítica e abrangente sobre o atual Sistema Único de Saúde.”

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que estão de acordo com os termos desse requerimento queiram permanecer sentados.

Aprovado.

Antes de encerrar esta reunião e convocar outra, logo em seguida, para a realização do debate que foi motivado através de requerimento do Senador Marcelo Crivella e do Senador Mão Santa, abriria um espaço para uma breve comunicação do nobre Deputado Rafael Guerra, Presidente do Grupo Parlamentar da Saúde na Câmara dos Deputados e no Senado Federal.

Concedo a palavra ao Deputado Federal, Presidente do Grupo Parlamentar da Saúde.

O SR. RAFAEL GUERRA (PSDB – MG) – Queria cumprimentar a todos e agradecer o convite do Senador Antonio Carlos Valadares para que eu estivesse aqui.

Gostaria somente de prestar alguns esclarecimentos adicionais em relação a esse simpósio.

Fomos procurados, na qualidade de Presidente da Frente Parlamentar da Saúde, no final do ano passado, pela ABRASCO – Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, pelo Centro de Estudos Brasileiros em Saúde – CEBES, pela Rede Unida, que é a rede de ensino na área da saúde, e pela Associação Brasileira de Hospitais Universitários, sugerindo que o Congresso Nacional promovesse um simpósio sobre a política nacional de saúde.

Na verdade, o Congresso teve enorme atuação, antes da Constituinte, e houve um grande simpósio preparatório para o capítulo da saúde na Constituinte, há quase 20 anos. E a proposta, então, era de realizar um novo simpósio em que pudéssemos mostrar o balanço do que aconteceu nesse período e eventualmente correções de rumos, afinal a saúde deve ser uma política de Estado, não uma política de governo ou de partido. E, como política de Estado, esse simpósio, congregando a sociedade civil e as duas Casas do Congresso Nacional, poderia namorar propostas construtivas para o aperfeiçoamento dessa política de Estado.

Então, criamos um grupo de trabalho, primeiro, informal; depois, aprovamos, na Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados, um requerimento, que passou a ser oficializado pela Câmara, e fiz um pedido ao Senador Antonio Carlos Valadares e ao Senador Augusto Botelho para que fosse aprovado o mesmo requerimento aqui, de tal forma que fosse um evento do Congresso Nacional, até porque pretendemos fazer o simpósio aqui no Auditório Petrônio Portella, que tem maior capacidade do que o Nereu Ramos.

Sendo assim, o que estamos programando é a realização de um simpósio, em princípio, para a segunda quinzena de maio, que teria já ampliada a participação do Congresso, da Frente Parlamentar da Saúde, dessas entidades que já citei e mais o Conselho Nacional de Saúde. Evidentemente, o Ministério da Saúde será convidado a participar, assim como os órgãos públicos, o CONAS, o Conselho Nacional dos Secretários Municipais de Saúde – CONASEMS, a Associação Médica

Brasileira, Conselhos Federais, quer dizer, será um amplo simpósio onde procuraremos limitar inclusive a representação, porque não podemos ultrapassar a capacidade do Auditório Petrônio Portella.

Então, estamos procurando que cada entidade credencie seus representantes que vão participar do simpósio. E o que vai acontecer?

O Dia Mundial da Saúde, se não me engano, é no dia 6 de abril, mas, como a data estava ocupada, marcamos para o dia 7, no Nereu Ramos, um evento de lançamento do simpósio e em defesa da saúde.

Então, no dia 7 de abril – e já sei que o Presidente da Comissão de Assuntos Sociais não estará no Brasil, não poderá estar presente, mas solicito-lhe que peça a representação da Comissão, ou da mesa da Comissão –, vamos fazer o lançamento. Será um evento para chamar a atenção de todos que vão participar do simpósio, em maio, sobre a importância do que estamos pretendendo fazer. Na verdade, gostaríamos de tornar clara a importância a presença da Comissão de Assuntos Sociais do Senado nesse evento, para que ele tenha ainda maior peso, representatividade e importância.

Agradeço ao Senador Antonio Carlos Valadares a oportunidade para dizer essas rápidas palavras.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Presidente Rafael Guerra, para nós, é um prazer recebê-lo nesta Comissão. Pode estar certo de que a nossa Comissão se fará presente nesses dois eventos: primeiro, no lançamento, no próximo dia 7, do simpósio, e no próprio simpósio, no mês de maio.

Quero referenciar o trabalho edificante que vem realizando V. Ex^a na Frente Parlamentar da Saúde, da qual muito dos Srs. Senadores participam, inclusive o Presidente da Comissão de Assuntos Sociais. Posso dizer que a saúde do Brasil recebeu muitas conquistas e isso se deve, sem dúvida alguma, ao trabalho, à luta tenaz que vem sendo desenvolvida pelo Presidente Rafael Guerra.

Agradeço a V. Ex^a a visita a nossa Comissão.

Encerro esta reunião e convoco, de imediato, após dois minutos, a realização de outra reunião para os debates da nossa convocação.

O SR. RAFAEL GUERRA (PSDB – MG) – Sr. Presidente, se V. Ex^a me permite, caso a Comissão quiser designar, há vários Senadores envolvidos diretamente na questão da saúde, há profissionais da área de saúde. Talvez a Comissão queira indicar alguém para interferir na organização, opinar, criticar. Seria muito bem-vinda a presença de uma representação da Comissão de Assuntos Sociais, ajudando a pensar esse seminário.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Agradeço a V. Ex^a.

(Levanta-se a reunião às 12h27min)

ATA DA SÉTIMA REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 52ª LEGISLATURA REALIZADA NO DIA 30 DE MARÇO DE 2005, QUARTA-FEIRA, ÀS 11:30 HORAS.

Às doze horas e vinte e oito minutos, do dia trinta de março de dois mil e cinco, na Sala de reuniões da Comissão de Assuntos Sociais, é iniciada a reunião sob a presidência do Senhor Senador ANTÔNIO CARLOS VALADARES, com a presença dos (as) Senadores (as) **MARIA DO CARMO ALVES, RODOLPHO TOURINHO, FLEXA RIBEIRO, LEONEL PAVAN, LÚCIA VÂNIA, REGINALDO DUARTE, WIRLANDE DA LUZ, VALDIR RAUPP, MÃO SANTA, SÉRGIO CABRAL, PAPALÉO PAES, FLÁVIO ARNS, IDELI SALVATTI, MARCELO CRIVELLA, PAULO PAIM, AUGUSTO BOTELHO, ROMEU TUMA, EDUARDO AZEREDO, TEOTÔNIO VILELA FILHO, FRANCISCO PEREIRA E FÁTIMA CLEIDE**; deixam de comparecer os demais membros da Comissão. O Senhor Senador Antônio Carlos Valadares declara abertos os trabalhos, propondo a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. É dado início a Audiência Pública com a presença dos Senhores **JOSÉ CALIXTO RAMOS – Presidente da Confederação dos Trabalhadores na Agricultura (CNT), EDUARDO LÍRIO GUTERRA – Presidente da Federação Nacional dos Portuários (FNP), MARIA DE LOURDES MOURE – Cordenadora Geral de Normatização e Programas do Departamento de Segurança e Saúde do Trabalho – Ministério do Trabalho e Emprego, Dr. MARIA HELENA DA SILVA GUTHIER – Cordenadora Nacional de Defesa do Meio Ambiente do Trabalho – Ministério Público do Trabalho**. Fizeram uso da palavra os Senhores Senadores Francisco Pereira, Reginaldo Duarte, Mão Santa, Marcelo Crivella e Paulo Paim.

Passa-se à apreciação dos itens da pauta. **Item 2 – PROJETO DE LEI DA CÂMARA, Nº 51, de 2004.** “Altera a redação do art. 260 e acrescenta artigos à Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente (dispõe dedução do Imposto de Renda para doação aos Fundos Nacional, Estaduais e Municipais em favor da criança e do adolescente).” Autora: Deputada ANGELA GUADAGNIN, Relatora: Senadora FÁTIMA CLEIDE. Parecer: Favorável. Observação: Na reunião do dia 03.03.2005 foi concedido vista ao Senador Flávio Arns, sem manifestação até a presente data. RESULTADO: RETIRADO DE PAUTA A PEDIDO DO SENADOR PAULO PAIM. Os demais itens da pauta, **3, 4, 5, 6, 7, 8, 9 e 10** foram adiados.

PAUTA – EXTRA. REQUERIMENTO N° 14, DE 2005
“Requer a realização de Audiência Pública com vistas a tratar das alterações propostas na PEC 227/2004

(PEC PARALELA), no âmbito da Câmara dos Deputados, quanto à inclusão das categorias de procuradores, defensores públicos, advogados, agentes fiscais e delegados de polícia como detentores do direito ao teto de desembargadores, para o dia 07 de abril de 2005 às 10:00horas. Para tanto, gostaríamos que fossem convidados Presidentes da ANFIP, FENAFISCO, representantes da Advocacia da União, Delegados de Polícia, Presidente Nacionalidade Comandantes de Polícia Militar e outros representantes de categorias, a serem definidos pela própria Subcomissão do Trabalho e Previdência.” AUTOR: Senador PAULO PAIM. RESULTADO: APROVADO. Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, encerra-se a reunião às treze horas e quarenta e oito minutos, lavrando eu, **Gisele Ribeiro de Toledo Camargo**, Secretária da Comissão de Assuntos Sociais, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Senador Antônio Carlos Valadares presidente, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Antônio Carlos Valadares**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Havendo número regimental, declaro aberta a 7ª reunião extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 50ª Legislatura.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Item 1:

Atendendo aos requerimentos nº 64/2003, de autoria do Senador Mão Santa, e nº 8/2005, de autoria dos Senadores Marcelo Crivella e Papaléo Paes, para debater sobre o Projeto de Lei do Senado nº 19, de 2003, que altera o art. 198 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, que fixa o peso máximo de 20 quilogramas que o empregado pode remover individualmente, contamos com a participação dos seguintes convidados que farão uma exposição de dez minutos cada um.

Devido ao adiantado da hora, encarecemos aos senhores convidados que cumpram religiosamente esse horário, tendo em vista que, logo após, deveremos comparecer a reuniões de outras comissões e em breve terá início uma nova sessão plenária do Senado Federal.

Estão presentes os senhores José Calixto Ramos, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhado-

res da Indústria, CNTI; Eduardo Lírio Guterra, Presidente da Federação Nacional dos Portuários; Maria de Lourdes Moure, Coordenadora-Geral de Normalização em Programas do Departamento de Segurança e Saúde no Trabalho; Drª Maria Helena da Silva Guthier, Coordenadora Nacional de Defesa do Meio Ambiente e do Trabalho, do Ministério Público do Trabalho. Comunico que o Sr. Manoel José dos Santos, Presidente da Confederação dos Trabalhadores da Agricultura, Contag, apesar de ter sido convidado, informou à Secretaria da Comissão, por email, que não poderia comparecer, devido a compromissos assumidos anteriormente.

Concedo a palavra à Drª Maria Helena da Silva Guthier para sua exposição, por dez minutos.

A SRª MARIA HELENA DA SILVA GUTHIER

– Tentarei ser bastante objetiva.

Primeiramente, agradeço o convite formulado ao Ministério Público do Trabalho para que estivesse presente. Peço desculpas pela minha voz, pois estou bastante rouca há alguns dias.

A iniciativa desse projeto de lei, para o Ministério Público, está de acordo com a nossa atuação no dia-a-dia. Para o Ministério Público, a atuação preventiva é a mais importante. Como os senhores sabem, o Ministério Público do Trabalho investiga as empresas e tenta adequar sua conduta aos Termos de Ajustamento de Conduta, que são compromissos feitos voluntariamente pelas empresas melhorando as condições de trabalho sem que haja ação judicial.

A atuação preventiva, por meio do termo de ajustamento de conduta que nós privilegiamos tanto, tem repercussão muito pequena, porque, normalmente, atinge uma empresa que está sendo investigada. Em alguns casos, o Ministério Público faz a investigação de um determinado ramo de atividade econômica tentando melhorar as condições para esse setor. Mesmo assim, a nossa atuação acaba sendo isolada.

Um projeto de lei que pretende mudar uma condição de trabalho e têm um alcance tão grande como esse que estamos discutindo é sempre muito bem visto pelo Ministério Público do Trabalho, porque, na verdade, quando se altera o peso máximo que um trabalhador pode levantar sozinho, sem o auxílio de equipamentos ou de outros colegas, atinge-se um contingente enorme de trabalhadores. A nossa tendência, a princípio, é pensar que estamos falando apenas de movimentação de carga, em trabalho portuário ou, talvez, nos trabalhadores da Ceasa. Mas, na verdade, existe movimentação de mercadoria em vários ramos de atividade econômica. São inúmeros os trabalhadores que fazem movimentação de carga, não só nos setores especificamente de transporte de mercadoria, mas em outros como o comércio, onde

também há transporte e manejo de cargas com peso elevado para os trabalhadores.

Com relação à amplitude de alcance desse projeto de lei, lembro que hoje é fácil constatar que o tipo de doenças que mais cresce é aquele provocado pela organização do trabalho. Hoje em dia, a maior parte das doenças são provocadas por stress, pelo excesso de produtividade, pela aceleração intensa do ritmo de trabalho nas empresas. Então, tendemos a ver a ergonomia, a relação do trabalhador com o trabalho, desse ponto de vista do adoecimento provocado por questões econômicas, nas atividades de escritório e naquelas que exigam uma maior demanda intelectual. Ou seja, acreditamos que os problemas relacionados às mudanças que o capitalismo moderno provocou na organização do trabalho deverão atingir mais, estressando e adoecendo, transformando o trabalho numa atividade mais penosa apenas para as atividades de escritório que demandam maior esforço intelectual.

Mas isso não é verdade. Na atuação do Ministério Público, por exemplo, temos visto que o trabalho no mundo capitalista se organiza de uma tal maneira que não é apenas o trabalhador de escritório que está sofrendo estresse; todos os trabalhadores estão sofrendo uma exigência de produtividade enorme, desde aquele que realiza as tarefas mais básicas, manuais, até o trabalhador mais qualificado da empresa.

Então, podemos perceber que esse estresse que a organização do trabalho provoca atinge todo tipo de trabalhador, desde o trabalhador braçal até o trabalhador de nível de direção das empresas.

Portanto, quando pensamos nesses trabalhadores que serão beneficiados com uma legislação reduzindo o peso que vai ser suportado, pretendemos atacar dois pontos da economia. Vamos mexer na organização do trabalho, a princípio, com a simples redução do peso, mas ela terá que ser modificada, porque não mais será concentrada apenas na utilização do trabalhador para movimentar as mercadorias; ela terá que ser adaptada ou para um trabalho mais coletivo ou para uma mecanização, que pode ser mais ou menos intensa, dependendo da capacidade econômica da empresa para se adaptar.

Enfim, embora a alteração no peso não envolva imediatamente a questão da organização do trabalho, ela vai provocar uma alteração que é extremamente benéfica. E também vai reduzir essa sobrecarga muscular do trabalhador.

Do ponto de vista do Ministério Público, o projeto deve conter apenas a regulamentação do peso máximo. Sei, aliás, que a representante do Ministério do Trabalho irá mostrar que esse peso tem parâmetro em normas de saúde e segurança dos trabalhadores. A

outra regulamentação mais detalhada, a regulamentação fina do que deve ser feito vai depender da iniciativa do Ministério do Trabalho, que é o órgão responsável pela expedição e pelo detalhamento das normas das condições de segurança e saúde.

Então, acredito, do modo como está hoje o projeto de lei, que ele é extremamente satisfatório e que essa regulamentação posterior, através da modificação da NR-11, será uma consequência natural desse processo.

Só para finalizar, quero falar bem rapidamente da experiência do Ministério Público em relação a esse tipo de trabalhador.

No mundo moderno, acreditamos que as relações ocorrem num patamar muito mais elevado. Já tivemos oportunidade de negociar com empregadores, para interromper o uso de tração animal. Já tivemos casos em que trabalhadores são utilizados para tracionar a mercadoria no campo. Isso ocorreu em Minas Gerais, o meu Estado.

Daí a importância de um projeto de lei que trará mais dignidade para o trabalhador. Acredito que, com essa mudança, não haverá espaço para que o trabalhador continue sendo usado para substituir os animais na tração de mercadorias no trabalho.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – A próxima expositora é a Sr^a Maria de Lourdes Moure, a quem concedo a palavra, por dez minutos.

A SR^a MARIA DE LOURDES MOURE – Bom dia aos componentes da Mesa e aos presentes. Gostaria de agradecer o convite que me foi formulado e de externar que, como ergonomista, estou me sentindo muito feliz em poder contribuir um pouquinho.

Fiz um breve levantamento da literatura junto com os componentes da Comissão Nacional de Ergonomia, dentro da Coordenaria-Geral de Normatização e Programas do Departamento de Saúde e Segurança do Trabalhador.

Disponibilizei para os presentes o conteúdo do material, esse resumo que fizemos, e trouxe também a íntegra dessas convenções e normas. Se houver interesse de aprofundamento, poderei disponibilizar. E trouxe também o manual de aplicação da NR 17, que é a norma regulamentadora.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Seria bom que fosse entregue ao Presidente, para depois fazer uma distribuição, por cópia, aos membros da Comissão. Agradeço a V. S^a por isso.

A SR^a MARIA DE LOURDES MOURE – Pois não, obrigada.

Temos a Norma Regulamentadora nº 17, que trata de ergonomia, que, no seu Item 17.2, menciona

o levantamento, transporte, descarga individual de materiais. No seu subitem 2.2, ela diz que esse peso deve ser tal que não seja suscetível de comprometer a sua saúde e segurança.

Não há um valor determinado, porque, toda vez que falamos em determinar um peso específico, temos vários outros fatores que contribuem. Como a lei prevê 60 quilos, é muito difícil para nós, do Ministério do Trabalho, solicitarmos um valor inferior. Então, entendemos que essa iniciativa é louvável e vai contribuir nesse sentido.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Se a senhora me permite, sem intervir, quanto a essa parte da lei que estabelece 60 quilos, parece que toda a produção de grãos está padronizada assim; as sacarias estão padronizados nos 60 quilos.

A SR^a MARIA DE LOURDES MOURE – Sim, o que pode continuar a ser feito, desde que haja um auxílio, o que já ocorre também com equipamentos de guindar. Basta formalizar o que na prática já está ocorrendo. Até porque a produtividade é maior e a indústria não consegue ser tão competitiva. Também é um benefício porque, ao vender no varejo, favorecerá o trabalhador. E acredito que seja um investimento interessante, pois outra opção em termos de pacotes menores. A empresa vai se tornar mais competitiva, será bom para o trabalhador, porque não terá a sua saúde comprometida e, quando se dão condições melhores para o trabalhador, ele também desempenha o seu trabalho com uma qualidade melhor. Então, acredito que isso até vai contribuir para gerar mais empregos.

A norma NR 17, no seu anexo, já remete à *Naio-sh*, que é uma norma americana baseada no princípio de que não se pode ter na coluna, entre a L5 e a S1, ou seja, na região lombar, uma força de compressão superior a 3,4 quilos. Existe uma fórmula que leva em consideração o tipo da carga, a altura, a distância que o trabalhador tem que percorrer para movimentar essa carga, as condições de assimetria em que ela é carregada. Há uma carga-limite, que é fixada em 23kg, baseada em estudo epidemiológico para proteger a maior parte dos trabalhadores. Porém, mesmo com essa norma, há limitações, porque ela não considera as condições do solo, se a temperatura é mais baixa ou mais elevada, a umidade relativa do ar maior ou menor, o que vai acarretar um esforço físico maior para o trabalhador. Então, na prática, o que observamos no Ministério do Trabalho é que, mesmo utilizando esse modelo da *Naio-sh*, muitas vezes, o peso deveria ser inferior a 20kg para não comprometer a saúde do trabalhador.

Se nos ativermos às normas internacionais, como a da OIT, da Convenção de 67, ela também estabele-

ce que esse peso não pode comprometer a saúde e a segurança do trabalhador e, na sua Recomendação 128, contemporânea da nossa CLT, estabelece para trabalhador adulto, masculino, 55kg, prevendo que para a mulher deve ser muito menor, assim como para o trabalhador mais jovem, dependendo das condições em que o trabalho é feito. Então, essa carga deve ser muito mais reduzida.

Na Inglaterra, no Reino Unido, também se corrobora que esse peso deve ser de tal maneira que deva substituir até a operação de transporte e manutenção de cargas; quando representar risco de saúde e segurança para o trabalhador, evitar isso, fazendo o transporte mecanizado.

Há uma sugestão baseada num modelo biomecânico feito por Chaffin, nos Estados Unidos, que depende da distância que essa carga está do corpo do trabalhador e da altura. Então, para se ter uma idéia dos valores de referência, ela pode oscilar de 10, 15, 20kg, dependendo da altura e da distância do corpo do trabalhador, para não comprometer a sua saúde.

A diretiva europeia também vai nesse sentido, ao dizer que se deve evitar o transporte manual de carga, utilizando equipamentos mecânicos para auxiliar esse transporte manual de carga. Quando não for possível evitar o transporte, que ele seja feito para reduzir o risco associado ao transporte manual de cargas. Então, nesse caso, os elementos de referência são as características da carga, o esforço físico que o trabalhador tem ao realizar, as características do trabalho e as exigências das atividades que ele tem de fazer, simultaneamente com fatores individuais. Se o trabalhador foi treinado para tal, se ele está ao tempo, as condições a que ele está submetido e o esforço em relação ao seu metabolismo.

Na norma espanhola, fixam-se alguns valores de referência. Ela prevê 25kg para que 85% da população sejam protegidos. Haverá maior proteção se esse peso for de 15kg, referente a 96% da população, e, em casos isolados, o peso de 40kg, mas não há dados disponíveis sobre a proteção para a população. Então, ela pode comprometer a saúde do trabalhador.

Queria agradecer e ressaltar o avanço que esse projeto de lei acarreta para os trabalhadores, o quanto isso pode beneficiar tanto a produção quanto a própria integridade física do trabalhador.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Concedo a palavra ao Sr. José Calixto Ramos, próximo expositor.

O SR. JOSÉ CALIXTO RAMOS – Excelentíssimos Srs. Senadores, prezados convidados, queríamos primeiramente cumprimentar a todos, agradecer o con-

vite dirigido à nossa Confederação e dizer da nossa satisfação em participar desta reunião.

Preliminarmente, esclareço que não dispomos desse conteúdo técnico que foi exposto, limitamo-nos a fazer uma análise do projeto dentro das nossas expectativas.

O Projeto de Lei do Senado nº 10, de 2003, de autoria do Senador Marcelo Crivella, objetiva alterar o caput do art. 198 da CLT, que passa a ter a seguinte redação:

“Art. 198. É de 20kg o peso máximo que o empregado pode remover individualmente, ressalvadas as disposições especiais, relativas ao trabalho do menor e da mulher.”

Cotejando a redação dada pelo próprio projeto com a atual do mesmo dispositivo, podemos concluir que apenas substitui o máximo de peso, que era de 60kg e agora passa a ser de 20kg. Essa é a última alteração, visto que, no mais, a redação anterior é mantida literalmente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Informo ao nobre expositor que o projeto de lei de autoria do Senador Marcelo Crivella é de nº 19, de 2003, e não 10, como consta do seu pronunciamento.

O SR. JOSÉ CALIXTO RAMOS – Perdão, geralmente se justifica como falha de redação.

Inverte na prática o que vinha ocorrendo em matéria do Direito do Trabalho: antes se procuravam adaptar dispositivos do trabalho masculino ao feminino. No projeto, estende-se à norma feminina o trabalho masculino. O art. 390 da CLT, incluído entre as disposições atinentes ao trabalho feminino, proíbe à mulher o serviço que demande força muscular superior a 20kg, para o trabalho contínuo.

Pode-se, então, concluir que o projeto igualou homens e mulheres quanto ao serviço que importe emprego de força muscular. Não atinge o parágrafo único do artigo alterado, que continua em vigor, coincidentemente com o parágrafo único do art. 390, relativo ao trabalho da mulher. Uma diferença, entretanto, se sobressai: no trabalho feminino é permitida a remoção de até 25 kg, quando trata de trabalho ocasional.

“Art. 390. Ao empregador é vedado empregar a mulher em serviços que demandem o emprego de força muscular superior a 20kg para o trabalho contínuo ou a 25kg para o trabalho ocasional.”

Essa exceção o projeto não encapou, importando dizer que os homens não poderão remover peso superior a 20kg tanto em trabalho contínuo quanto em trabalho eventual. Pela primeira vez o trabalho da mulher torna-se mais pesado que o do homem.

Feitas essas ponderações iniciais, resta a indagação: justifica-se a alteração pretendida? Sob esse enfoque, devemos considerar dois ângulos diferentes: o do trabalhador e o do empresário.

No tocante ao trabalhador, pode-se admitir que o projeto é justificável. A prática trabalhista tem demonstrado que, operando com peso de 60kg, como é permitido à época atual, é comum o trabalhador adquirir, no decorrer do tempo, doenças incapacitantes. Como exemplo, podemos citar os movimentadores de mercadorias, antigos carregadores e ensacadores, que transportam nos ombros seguidamente, uma por uma, centenas de sacas de milho, de feijão, de arroz, sorgo, açúcar e outros produtos, colocando-as empilhadas nos armazéns ou retirando desses para embarque nos caminhões.

Embora treinados para esse tipo de serviço, tais trabalhadores, quando atingem 40 ou mais anos de idade, apresentam deformações diversas nos braços, na clavícula e na coluna vertebral, alguns deles sendo obrigados a requerer aposentadoria, e, o que é pior, tornando-se portadores de mutilações pelo resto da vida. Em consequência, sobrecarregam a Previdência Social.

Foi por esse motivo que a Norma Regulamentadora nº 17 definiu que “não deverá ser exigido nem admitido o transporte manual de cargas por um trabalhador cujo peso seja suscetível de comprometer sua saúde e segurança”.

A norma, um tanto vaga, serviu de alerta aos empregados. Tem conteúdo bastante humanitário e abriu caminho para que se chegasse a uma redução no peso máximo a ser transportado por um trabalhador. Partiu-se do entendimento no sentido de que, transportando pesos menores, estará o obreiro evitando mutilações e outros defeitos físicos.

Sob esse enfoque o projeto é justificável. A dúvida que restou reside em saber se 20 quilos é o peso certo e adequado ou se para os homens está definido em montante muito reduzido. Em outras palavras, pergunta-se se esse máximo de peso não é muito pequeno para os homens, já que se pulou de 60 para 20 quilos.

Desconhecemos estudos que possam definir sobre o assunto, mas é intuitivo que, transportando um menor peso, o trabalhador fica menos propenso a doenças e deformidades incapacitantes. Beneficiados ficam o próprio trabalhador, seus familiares e a sociedade. Beneficiada é também a Previdência Social por ver diminuído o número de aposentados por invalidez ou em gozo de auxílio-doença.

A Convenção 127 da OIT – Organização Internacional do Trabalho, aprovada em 20 de janeiro de 1967, prevê que não se deverá exigir nem permitir a um

trabalhador o transporte manual de cargas cujo peso possa comprometer sua saúde e seguridade. Não fixou limite máximo de peso, exatamente para deixar à legislação ordinária de cada povo a tarefa de definir sobre o assunto. Condicionou apenas ao fato de não causar danos à saúde e à seguridade do trabalhador.

Desse modo, afigura-se que o projeto de lei em exame está conforme as exigências da própria OIT. Pergunta-se, então, sob o enfoque do empresário, se o projeto é justificável. Por lidar constante com temas trabalhistas, podemos admitir que o projeto não prejudica os empresários. A objeção que se pode levantar é quanto ao tempo necessário para a carga ou descarga de mercadorias, que passaria a ser maior, já que uma saca de 60 quilos equivale a três de 20.

Objetivamos que, em compensação, o transporte manual é mais rápido e menos cansativo, levando-nos a admitir que, afinal, os tempos despendidos praticamente se equivalem em um e outro caso.

Economicamente, o empresário não terá prejuízos, visto que as operações de carga e descarga são normalmente contratadas por tonelagem de produto, pouco importando o tamanho de saca ou embalagem. Até mesmo nos cais de porto, poucos são os casos em que a carga ou descarga de mercadorias é contratada por pagamento por cubagem, em vez de tonelagem. Uma tonelada é sempre a mesma, independente de ser composta de sacas de 20 quilos ou de 60 quilos.

Talvez sobre esse último enfoque, possam investir contra o projeto os próprios trabalhadores, já que se, por um lado, terão menos peso, por outro, dispensarão mais tempo em suas tarefas. Terão, por exemplo, de percorrer certa distância três vezes, carregando sacas de 20 quilos, quando poderiam ultrapassar em apenas uma vez a distância carregando sacas ou volumes de 60 quilos.

Mas, certamente, os trabalhadores haverão de compreender as vantagens que o projeto traz para a própria saúde, não deixando de apoiá-lo, já que lhes beneficia.

Diante do exposto, não encontramos condições para nos colocar contrários ao projeto em exame, restando-nos apenas apoiá-lo.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella) – Muito obrigado, Sr. José Calixto Ramos, pela presença e por tão bonita exposição.

Concedo a palavra ao Sr. Eduardo Lírio Guterra, por dez minutos.

O SR. EDUARDO LÍRIO GUTERRA – Bom dia a todos. Quero saudar os Srs. Senadores presentes na pessoa do Bispo e Senador Crivella, que nos con-

vidou, e do Presidente da Comissão, Senador Antonio Carlos Valadares.

Esse projeto na questão portuária tem, pelo tamanho do Brasil, pela quantidade de portos que há no Brasil e pela atividade que exercemos no País, algumas peculiaridades que devem ser levadas em consideração.

Na verdade, o conceito de porto mundial é cada vez menos usar a mão-de-obra do trabalhador portuário, devido à existência de novas tecnologias nos nossos portos. Esses são os conceitos que temos, que hoje têm sido buscados incessantemente nos nossos portos.

Mas, como temos portos no Brasil todo, aqueles considerados organizados são aproximadamente 38; existem alguns portos que ainda hoje movimentam muita carga em sacaria, usando muita mão-de-obra de trabalhadores para realizar essas operações.

É claro que, nos grandes portos, onde existem os terminais de contêiner, não se usa o ser humano para fazer o transporte da carga. Eles estão sendo movimentados por meio de equipamentos de última geração, que são os porteiros. Em alguns lugares, já se usam os trabalhadores em alguns navios somente para colocar a mão na hora de encaixar os contêineres no que chamamos de castanha. Mas, em alguns portos, por exemplo, no Norte e Nordeste – posso citar o Porto Público de Recife –, é claro o uso de mão-de-obra de trabalhadores para manipular a sacaria no costado do navio.

E, junto com essa questão, os que foram criados em função da necessidade armazenar cargas fora dos portos EADs, que são estações aduaneiras, os TRAs, que são terminais retro-alfandegados, os retroportos. São áreas de movimentação e acondicionamento de carga na faixa contínua dos portos. E temos também o que se chama de porto seco, em alguns Estados.

Então, nessa movimentação de cargas feita nesses locais que citei antes, com certeza, é usada a mão-de-obra do trabalhador braçal. De alguma forma, nesses portos, a nossa atividade continua usando a mão-de-obra de trabalhador para acondicionar essas cargas nos contêineres.

Temos a palhetização de cargas que, no navio, efetivamente, não precisa que o homem coloque a mão, porque o palhete é pego pela empilhadeira e colocado no costado; basta içar a carga. Nesse caso, já vem a marinação de carga, que é feita fora ou às vezes, dependendo do porto, no costado do navio, onde os trabalhadores acondicionam as marinas. Marina é um jeito de pegar a carga; são cintas de lona resistentes para pegar 25 cargas de café.

Temos também o acondicionamento direto da carga no contêiner, que chamamos de *big bags*, grandes sacos de acondicionamento.

Para essa mão-de-obra, temos uma fiscalização na nossa atividade portuária, que é regulamentada, além de alguns artigos da CLT, também pela 8.630, que é uma legislação específica para o nosso setor. Temos a Convenção 137, que orienta os empresários, o governo e os trabalhadores, para que estudem medidas para equilibrar a questão da relação em termos de saúde, meio ambiente etc.

Mais recentemente, em 1997, conseguimos aprovar uma norma regulamentadora específica para o setor portuário, que estabelece a questão da saúde e segurança nos nossos portos. Mas não tínhamos e não temos uma coisa clara sob esse ponto de vista de fadiga do trabalho do portuário. Quando falo do trabalhador portuário, estou me referindo também a esses trabalhadores que, mesmo que não estejam dentro da área primária de porto, exercem algum tipo de atividade que, querendo ou não, é ligada ao setor de comércio exterior.

Então, temos uma dificuldade agora, porque a CLT diferenciou esse peso entre o homem e a mulher. Hoje, temos uma mulher trabalhadora de capatazia, como chamamos, na atividade portuária, no Porto de Aratu, em Ilhéus. Para elas, não existe regulamentação. Vamos dizer assim: lá, somos obrigados a pegar 60 quilos, e quem conhece a atividade portuária sabe que não existe um controle da forma como se movimenta a carga para acondicionar nesse tipo de embalagem que citei.

Então, vemos com bons olhos esse projeto. É um projeto de alcance social que será muito interessante para nós. A iniciativa de um projeto como esse vem ao encontro aos anseios dos trabalhadores. Temos ainda alguns trabalhadores que vão se beneficiar com isso, mesmo não sendo da área portuária, que extrapolam a nossa alçada e representação. São os chamados “chapas”, trabalhadores que ficam na beira da estrada. O caminhão pára, pega esses trabalhadores e leva para o local em que vai descarregar. Eles não têm documentação nenhuma. Então, tem que ser vista, além da economicidade, a questão da saúde do trabalhador, da sua sobrevida, das condições em que nós, trabalhadores, às vezes nos aposentamos.

O trabalhador portuário, o trabalhador que faz o esforço braçal, geralmente, é alguém de pouca cultura, é um trabalhador de pouco acesso à questão da cidadania e até mesmo à questão de sobrevivência. E, quando falo sobre sobrevivência, refiro-me à alimentação. Portanto, apoiamos a iniciativa dos Senadores propo-

nentes da lei e estamos à disposição para colaborar no que for preciso para o projeto ser aprovado.

Quero agradecer a oportunidade, em nome da Federação, e dizer que estamos à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella) – Eu é que agradeço a palavra do Sr. Eduardo Lírio Guterra.

Vamos, agora, ouvir os Senadores, começando pelo Senador Francisco Pereira, do Estado do Espírito Santo.

O SR. FRANCISCO PEREIRA (Bloco/PL-ES) – Sr. Presidente, senhoras e senhores presentes, Srs. Senadores, fico feliz em contemplar essa proposta de lei, porque realmente é preciso regulamentar essa questão que atinge diretamente o trabalhador e a saúde. Então quero parabenizar, porque é muito oportuna.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella) – Nobre Senador do Ceará.

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB-CE) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Expositores, Senadores, permita-me o ilustre Senador Marcelo Crivella, mas discordo desse projeto, aliás, desde que o vi pela primeira vez, porque não pode ser abrangente. Ele pode ser setorial, dirigido aos portos, etc., mas, na prática, digamos, no interior do nosso Nordeste, onde as empresas, todas elas, trabalham com produtos ensacados, sacas de feijão, sacas de milho, são 60 quilos. Se o peso for fixado em 20 quilos, serão precisos três homens para pegar uma saca de milho e levar para um depósito ou retirar de um caminhão. Esse projeto pode funcionar na zona portuária, como o Dr. Eduardo falou, porque lá quase tudo é mecanizado, mas, no Nordeste, a mecanização são as mãos do trabalhador braçal.

Acredito na boa intenção de V. Ex^a ao colocar esse projeto em pauta, ao confeccioná-lo, mas entendo que ele será inócuo na maior parte deste País. É apenas uma consideração que faço. Não estou radicalizando contra o projeto, mas acredito que o seu mérito não terá... São leis que se fazem neste País, como vi hoje, no **Bom Dia Brasil**. Há leis que são cumpridas e outras que não são cumpridas.

Por outro lado, o Ministério do Trabalho vai cair em cima de pequenas empresas, aplicando multas sobre pequenos comerciantes que não podem, de maneira alguma, exercitar essa lei.

Acredito que essa será uma daquelas leis, meu caro Senador Marcelo Crivella, que ninguém vai cumprir neste País.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella) – Com a palavra Senador Mão Santa, do Piauí.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Senador Crivella, V. Ex^a é um homem muito generoso e bíblico.

Na própria Bíblia, bem no meio dela, estão as leis de Salomão. E dizem que a sabedoria está no meio.

Vinte quilos é muito pouco, ridículo; 60 quilos é demais, então ficaria com a lei de Salomão, já que V. Ex^a é um homem de Deus, avaliando que 40 quilos estariam no meio.

Digo que 20 quilos é ridículo porque o Brasil está bem pior, em todos os aspectos.

Quando eu era menino, havia educação física nos cursos de ginásial, que mudou só de nome agora, para se chamar ensino fundamental, mas estudávamos mais. Então havia educação física mesmo, espartana. *Mens sana, corporis sano.*

Eu me lembro que o professor botava os meninos para carregar um ao outro, e todos tínhamos 40, 50 quilos na nossa mocidade. E nós fomos melhor criados; hoje está pior. Nenhum colégio do ensino fundamental tem educação física, que é facultativa. Não melhorou em nada o País, a não ser em propaganda.

Então avalio isso por experiência própria: no curso ginásial, fazíamos educação física, e o instrutor botava um para carregar o outro. Todos tínhamos 50 quilos e todo menino carregava.

Portanto 40 quilos estão no meio; a sabedoria está no meio. Vinte quilos é ridículo.

As mulheres, que já conquistaram o mundo – existem até as desaforadas, como o Presidente anunciou, que só chegarão à Presidência as desaforadas –, vão tomar o mercado até dos nossos braçais, que sempre houve em toda a civilização, os quais, na nossa cultura, chamamos de estiva.

Então eu ficaria com o Crivella, mas com a sabedoria do Rei Salomão: no meio. Considero 40 quilos razoável. Seria um avanço em termos de humanização no trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Concedo a palavra ao autor da proposta, o Senador Marcelo Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (PL – RJ) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, eu gostaria de agradecer a presença dos nobres convidados: a Sr^a Maria Helena da Silva Gouthier, a Dr^a Maria de Lourdes Moura, o Sr. José Calixto Ramos e o nosso irmão Eduardo Lírio Guterra.

Sr. Presidente, eu gostaria de fazer um apelo aos meus companheiros, porque esse projeto nasce de uma observação minha no campo de trabalho.

Lembro que em todas as obras que comandei – foram muitas, dezenas delas – era muito triste ver um caminhão de cimento chegar, às cinco horas da tarde, e serventes, muitos deles idosos, tendo que encostar ao lado do caminhão. Duas pessoas, em cima do caminhão, pegavam um saco, colocavam na cabeça do

servente, que ia, então, se equilibrando para levar até o almoxarifado.

Isso não pode ser comparado, mesmo na comparação mais distante, a uma brincadeira de criança que carrega um colega por cinco minutos na escola. Esse é um trabalho profissional ao qual um operário que recebe R\$1,98 por hora é submetido repetidamente. Um caminhão normal traz 300 sacos de cimento, e dez rapazes carregam 10, 20, 30 sacos.

Morei no interior da Bahia, em Irecê, por dois anos, plantando feijão, num projeto que tive a oportunidade de criar, chamado Fazenda Nova Canaã. Para lá levei assentados, pessoas pobres, humildes, despovoados que foram morar na fazenda comigo. Junto com técnicos de Israel, irrigamos 100 hectares, plantando milho e feijão. Não havia nenhum de nós – nem eu mesmo – que, na época, quando trazíamos uma batedeira e colocávamos o feijão em sacos de 60 quilos, conseguisse jogar aquilo em cima de uma carretinha de trator; é muito pesado. Até porque esses sacos são deformáveis. Quando o sujeito tenta pegá-lo, parece que ele é mais pesado, e não é algo em que se possa usar o efeito de alavanca. Imaginem, quando se usa uma alavanca para remover uma pedra, se ela se deforma. Se, em vez de ser uma tora de madeira, fosse uma tora de borracha, não se conseguiria exercer um momento de torção para jogar aquilo nas costas.

Há aqueles que fazem, é verdade; há raras exceções hoje, no campo e na cidade, de pessoas que nascem fortes, que são musculosas e conseguem. Mas, mesmo essas, ao se aposentar, vão sofrer pelo resto da vida, dores nas costas, na coluna, no pescoço; terão problemas na hora de se sentar num sofá para assistir televisão.

É em nome desses brasileiros que nascem sem condições sanitárias, que muitas vezes são crianças subnutridas que sofrem a vida inteira, que ganham mal e se alimentam mal, que dormem mal, num país tão mal-dividido...

Senador Mão Santa, imagine que somos hoje, no Brasil, 80 milhões de trabalhadores; quase 20 milhões estão desempregados e subempregados, ganhando menos de um salário mínimo, num País em que herdamos do Governo passado uma dívida interna que nos obriga a pagar R\$110 bilhões para sete mil brasileiros. Sete mil famílias brasileiras são tão ricas que detêm R\$800 bilhões da nossa dívida interna.

O alumínio está nas mãos de duas empresas, Alcan e Alcoa; o vidro, desde um pirex que se coloca num forno até o pára-brisa de um caminhão, Santa Marina e Blindex; o cimento está nas mãos dos Grupos Votoran, João Santos e Cauê; o aço, Cosigua, Votoran e CSN; papel, seja este papel aqui ou a embalagem

ou um jornal ou um livro, temos a Aracruz e a Suzano, que já pertence à Votoran; sistema econômico, Bradesco e Itaú; meios de comunicação, Globo e Grupo Abril. Trata-se de um país tremendoamente concentrado. O mercado, nessas condições, não vai olhar pelos trabalhadores, e o nosso povo precisa que o Senado Federal legisle sobre isso.

A Drª Maria de Lourdes Moure mostrou, Senador Mão Santa, que na Espanha são quinze quilos o peso ideal. Por que será que um espanhol tem direito a uma vida profissional melhor do que a nossa? Será que é porque o homem branco da Europa é superior ao nosso mestiço, ao nosso nordestino, ao homem brasileiro, com o pensamento colonial que arrastou este país para ser palco dos maiores crimes contra os direitos humanos do índio, do brasileiro pobre, branco, negro ou mestiço?

Nós estamos, agora, lidando com a redenção de um resquício da escravidão que sobrou neste país, que é obrigar nossos trabalhadores a carregar o peso de 60 quilos, embalagens de 50 quilos por empresa, grupos econômicos que já ganharam demais. Na Europa inteira, um saco de cimento não pesa mais de 20 quilos. Na Europa inteira, desde os países escandinavos até a Península Ibérica, nós não vamos encontrar ninguém que obrigue o trabalhador, sobretudo da construção civil, a carregar mais de 20 quilos.

Há uma emenda no projeto, do Senador Ney Suassuna, que passa para 30 quilos. Então faria um apelo para que nós pudéssemos manter... O Sr. José Calixto Ramos está completamente certo: nós devemos, em seguida a esse projeto, rever o peso das mulheres, que não devem carregar mais que os homens, nem algo perto deles. Mas precisamos tocar nesse assunto em favor do povo, do operário, das pessoas simples que estão nas ceasas, nos portos, no interior do país e na construção civil, carregando um peso para o qual não estão preparadas, até porque foram crianças subnutridas que sofrem muito no seu ambiente de trabalho.

Sr. Presidente, agradecendo mais uma vez a presença dos nobres convidados, faço o apelo para que possamos aprovar esse projeto e resgatar os trabalhadores brasileiros.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Como último inscrito, concedo a palavra ao Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, Senador Antonio Carlos Valadares, companheiro sindicalista Eduardo, Presidente da Federação Nacional dos Portuários, nosso líder das Confederações de Trabalhadores e também de um grande fórum que as Confederações fizeram para debater a questão sindical, criando um espaço positivo para uma boa polarização

daquilo que nós queremos no País em matéria de estrutura sindical, Calixto Ramos, Presidente da nossa CNTI, Drª Maria de Lourdes, Coordenadora-Geral da Normatização e Programas do Departamento de Segurança e Saúde do Trabalho, que fez uma bela exposição, e tive a alegria de, naquele momento, estar aqui presente, Drª Maria Helena, Coordenadora da Saúde e Defesa do Ambiente de Trabalho, que, conforme falaram aqui os colegas – eu não estava presente –, também fez uma bela exposição, quero cumprimentar esse debate.

Entendo, Senador Crivella, autor do projeto, ser um debate que vem numa boa hora, no momento que estamos debatendo, inclusive, a nova estrutura sindical. Sabemos que em seguida virá o debate da CLT, de toda a relação entre capital e trabalho e das condições de trabalho também.

O projeto tem um mérito muito grande. O Calixto – permita-me, companheiro Calixto, sindicalista, chamá-lo de Calixto, como você sempre me chamou de Paim e sabe que nossa relação é direta –, de fato, levanta aqui, e a Assessoria do Partido também tinha me apresentado, esse detalhe do trabalho da mulher. Devemos fazer essa adaptação para não deixar que haja uma contradição entre o trabalho do homem e o trabalho da mulher. Mas entendo que o projeto é muito importante.

Sem sombra de dúvida, qualquer um de nós, em sã consciência, teria condição... Sabemos que, no Brasil, a tendência é cada vez mais a população envelhecer, graças a Deus. Que possamos chegar aos 60, 65, 70, 80, 90, e eu digo: tomara aos 100 anos! A tendência é que a nossa aposentadoria seja protelada. Hoje, inclusive nos países de primeiro mundo, fala-se em 70, 75 anos.

Então é de se perguntar: estou com 55 anos. Se eu estivesse na fábrica e me mandassem carregar um peso correspondente a 60 quilos, com certeza absoluta, eu não carregaria e seria demitido, porque não tenho condições físicas para tanto. E me considero ainda um jovem, só que, efetivamente, não há como eu carregar um saco de 60 quilos.

Por isso, Senador Crivella, o seu projeto tem, de fato, procedência. Se analisarmos a situação da nossa segurança social, veremos que inúmeros trabalhadores mereciam estar aqui, para ouvirmos alguém dessa área. Quantos trabalhadores já não se afastaram do mercado de trabalho devido ao problema de coluna? Porque não têm condição. Um trabalhador com dificuldade, devido ao problema de coluna, que for demitido, duvido que arrume emprego.

Portanto, é chegada a hora, efetivamente, de fazermos um bom debate sobre esse tema. O jovem

que entrou no mercado de trabalho com 16 anos, como manda a Constituição, pode também, numa fase de crescimento, Senador Mão Santa, que é médico, carregar peso? É aconselhável o peso de 60 quilos?

Fiz um discurso, ontem, da tribuna, com uma repercussão positiva na sociedade, pelo que fiquei feliz, a respeito da discriminação que existe hoje com relação ao cidadão de mais de 45 anos para conseguir emprego. E, se não houver uma norma geral que garanta um peso equilibrado, daqui a pouco, terei que entrar com um projeto, dizendo: o cidadão com mais de 45 anos não poderá carregar mais "x". E o empregador vai dizer: agora é que não emprego com mais de 45.

Por isso, temos que buscar um peso ideal, para permitir que um jovem de 17, 18 anos possa se deslocar, fazendo aquela operação, como também o cidadão de 45, 50, 55 anos.

Por essa razão, o seu projeto pode parecer radical, mas não é. Creio que o projeto vai à essência. Ele busca o equilíbrio e, num País como o nosso, queiramos ou não, a tendência cada vez maior é a automação, e não por causa do projeto, sendo aplicada em detrimento do trabalho manual, prejudicando o emprego da nossa gente.

Temos um projeto – sei que a Mesa, em tese, apóia – sobre a redução da jornada de trabalho, sem redução do salário, como forma de gerar emprego. Ou o projeto tem razão de ser... É claro que se devem fazer adequações, seja no trabalho da mulher, seja pensando nesse viés da saúde e da assistência social.

Quero cumprimentar todos os painelistas pela forma firme, clara e tranquila com que fizeram a sua análise.

Vivemos num País complicado. Estamos num País que tem trabalho escravo, ou não? Alguém tem dúvida disso? Agora, temos que fazer um debate de uma relação moderna e civilizada com os nossos trabalhadores.

Por isso, meus cumprimentos ao Senador Crivella, pela iniciativa. Espero que se façam as devidas adequações, mas efetivamente precisamos regulamentar essa questão. Se olharmos para os países mais avançados, como aqui foi dito muito bem, quase todos eles estão na marca apresentada pelo nosso Senador.

Era isso o que tinha a dizer.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Indago se algum dos debatedores deseja se pronunciar ou há algum esclarecimento adicional a fazer após a fala dos nossos Senadores.

O SR. – Gostaria de me pronunciar.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – V. Exª tem dois minutos.

O SR. EDUARDO LÍRIO GUTERRA – Aproveitando a manifestação do Senador Paulo Paim, temos outra questão no porto, além da aposentadoria especial, para a qual basicamente não estamos mais usando esse direito. Dificilmente os trabalhadores portuários estão conseguindo se aposentar pela especial.

Há uma questão complicada e que vem ao encontro dessa discussão. Refiro-me aos trabalhadores que têm problemas médicos em função da atividade que exercem e vão ao INSS, que avalia que eles têm capacidade para trabalhar. Esses trabalhadores voltam ao porto, onde escutam que, se não estão liberados pelo INSS, podem trabalhar.

Neste País, além da questão social, há a pressão pela redução dos custos portuários e pela melhoria da nossa oferta de trabalho, do dinamismo de que os nossos portos precisam. Então, a questão social já está atingindo o trabalhador. É a forma como ele trabalha e enfrenta o seu dia-a-dia. Creio que essa é outra questão, além do equilíbrio da relação da idade das pessoas e do trabalho da mulher.

O trabalho portuário é muito masculinizado, mas já há mulheres que, através de concursos nos portos do Brasil, estão exercendo pegando carga pesada. E não sei como vamos resolver isso, além da questão da ergonometria.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – E essas mulheres conseguem carregar 60 quilos?

Eu quero retirar as mulheres disso. Eu quero é botá-las na presidência.

Elas conseguem pegar 60 quilos?

O SR. EDUARDO LÍRIO GUTERRA – Senador, temos conhecimento de algo que aconteceu em Aratu, no porto de Salvador. Deveríamos ter alguns exemplos relativos aos portos fluviais do Norte, onde existem trabalhadores carregando bagagem. São coisas de que não temos muito conhecimento. Existe a fiscalização do Ministério do Trabalho, mas, de repente, se a pessoa pára um barco em um lugar onde não existe ninguém para ver, as coisas acontecem.

Quero acreditar que lá – em um porto que movimenta muito granel sólido – existe companheirismo, e que, na hora de pegar uma sacaria, pegam em dois ou não deixam a companheira carregar, se ela tiver que trabalhar com a sacaria. É uma questão que está colocada. Como vamos resolver este problema?

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL – RJ) – O Senador faz uma provocação a uma fala do Presidente Lula. O Senador é um marcador. V. Exª marca em cima de todos os discursos do Presidente Lula. É um líder radical da Oposição, que falou que as mulheres são desaforadas e já querem ser Presidente da República.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Isso foi com a Heloísa Helena.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Como última participante deste debate, concedo a palavra a Srª Maria Helena da Silva Gouthier.

A SRª MARIA HELENA DA SILVA GOUTHIER

– Assim como a questão da mulher, é importante ressaltar a situação do menor. Em termos de legislação do trabalho, até os 18 anos, ele deve ter uma condição especial que já está ressaltada no projeto de lei.

O projeto de lei dispõe tanto as condições especiais de trabalho para as mulheres quanto para o menor, observando que até os 18 anos tem que haver uma limitação.

Como falei na minha exposição, a partir do momento em que a lei estabelecer um limite menor, as condições especiais poderão ser tratadas por quem é competente para fazer isso, o Ministério do Trabalho e Emprego, através de discussões tripartites, entre empregadores, trabalhadores e o Governo.

Carregar peso em condições ideais é uma coisa, mas carregar peso, por exemplo, nos frigoríficos em que se carregam grandes e pesadas peças de carne, sob muito frio, é outra situação que agrava a saúde do trabalhador. Essas condições específicas podem ser delineadas através de normas regulamentadoras expedidas pelo Ministério do Trabalho e Emprego, através de processo que tem ampla participação tanto dos trabalhadores quanto dos empregadores.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Doutora, se me permitir, só para um esclarecimento. Já que tocou na questão do menor, faço a seguinte pergunta: há alguma norma que diz que o menor entre 16 e 18 anos não pode carregar mais de 20 quilos?

A SRª MARIA HELENA DA SILVA GOUTHIER

– Não estou recordando. A CLT, quando trata das condições especiais, tanto da mulher quanto...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – A CLT prevê condições especiais, mas não há norma. Por isso, digo que o projeto vem, inclusive, suprir a falha de uma regulamentação via decreto-lei ou mesmo norma interna.

A SRª MARIA HELENA DA SILVA GOUTHIER

– Ao estabelecer qual seria o peso.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL – RJ)

– Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares)

– A Srª Maria de Lourdes pediu a palavra.

A SRª MARIA DE LOURDES DE MOURA – Ressalto que há relevância em o Estado diminuir o peso.

Há vários estudos na literatura, além dos apresentados, que verificam que, normalmente, na população em geral, há uma incidência em torno de 4% a 5%.

Nos trabalhadores que carregam peso, essa incidência é muito maior. Estudo feito na Holanda constatou que há uma prevalência de 40% para os homens e 52% para as mulheres.

Assim, ressaltou-se a questão do gênero, que é realmente relevante. O peso deve ser mais reduzido para as mulheres e, como foi muito bem lembrado pelo Senador, para os jovens que estão em fase de formação.

Não se pode pensar, matematicamente, que o trabalhador caminhará mais vezes, porque há, agora, vários dispositivos que podem auxiliar esse trabalho. Mecanizar parte do trabalho sem eliminar o posto de trabalho. Ao contrário: a empresa vai se tornar muito mais produtiva, e o comerciante também. Haverá um ônus social muito menor, porque saímos todos perdendo. Por exemplo: esse trabalhador que adoece não vai conseguir trabalhar. Se ele for incapacitado para o trabalho, toda a sociedade também pagará. No cômputo, todos saímos perdendo: o trabalhador, o empregador e toda a sociedade.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares)

– Concedo a palavra ao Senador Marcelo Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL – RJ)

– Sr. Presidente, para concluir, estou muito feliz porque os quatro palestrantes aprovaram o projeto. O Senador Mão Santa já me declarou que tanto S. Ex^a quanto o Senador Reginaldo Duarte estão tendendo à mudança. S. Ex^a já mudou de 40 para 30 e, daqui a pouco, chegará lá.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares)

– Como S. Ex^a falou da metade, a metade de 60 é 30.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL – RJ)

– A metade de 60 é 30. S. Ex^a usou 40. (Risos.)

Sr. Presidente, ao tentar atravessar uma piscina, se formos andando, não conseguiremos; iremos afundar, porque o nosso peso está concentrado em nossos pés. Mas, se deitarmos sobre a superfície da piscina, poderemos boiar e atravessá-la. Quando um menino carrega uma carga nas costas, ela está mais distribuída. O que acontece quando o peão ou o trabalhador do campo leva um saco na cabeça? Ele pega a camiseta, enrola-a na cabeça e joga o saco. Aquele peso é uma carga concentrada, não distribuída, e passa a valer muito mais. É muito mais difícil de ser transportada.

Esse projeto fará com que a indústria diminua as embalagens, até para que uma dona-de-casa que

queira levar um saco de batata com menos peso possa colocá-lo no carrinho e levá-lo até o carro.

Este é o objetivo maior: que a indústria, que, hoje, é extremamente concentrada, e não precisamos nos preocupar com o lucro da indústria porque toda ela é muito superavitária num país extremamente concentrado, diminua a embalagem e sobre gere ainda menos o nosso trabalhador.

Muito obrigado aos palestrantes e ao Senador Paulo Paim, sempre brilhante defensor do nosso povo trabalhador, que tem, no Senado Federal, um grande mártir: o Senador Paulo Paim, professor de todos nós nas causas trabalhistas.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares)

– Ao encerrar esta parte da reunião de nossa Comissão de Assuntos Sociais, eu gostaria de, em primeiro lugar, felicitar os autores do requerimento de convite aos palestrantes, o qual deu oportunidade para que um debate construtivo e positivo fosse aqui realizado, como também de parabenizar os palestrantes, nas pessoas de José Calixto Ramos, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNPI), Eduardo Lírio Guterra, Presidente da Federação Nacional dos Portuários, Maria de Lourdes Moure, Coordenadora-Geral de Normatização e Programas do Departamento de Segurança e Saúde no Trabalho, e a Dr^a Maria Helena da Silva Gouthier, Coordenadora Nacional de Defesa do Meio Ambiente do Trabalho, do Ministério Público do Trabalho.

Enfim, agradecemos a presença de V. S^{as}. Sem dúvida alguma, a participação de V. S^{as}s contribuiu para o aperfeiçoamento da matéria que está em discussão nesta Comissão, de autoria do nobre Senador Marcelo Crivella.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – O Presidente vai encerrar a reunião?

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Ainda não vou encerrar, tendo em vista que existem algumas matérias, muito embora não sejam terminativas porque não há quorum para votação. Vamos decidir somente duas matérias, de forma rápida, Senador, já que não haverá peso algum, nem de 30 nem de 60 quilos.

Agradeço a V. S^{as}.

A primeira matéria diz respeito à designação dos membros da Subcomissão do Trabalho e Previdência, que já foi aprovada anteriormente através de um requerimento da autoria de V. Ex^a, Senador Paulo Paim.

Como sugestão, designamos membros e suplentes dessa Subcomissão, que terá um grande papel a desempenhar, tendo em vista futuros trabalhos que irão tramitar no Senado Federal. Como titulares, a Senadora Lúcia Vânia, o Senador Mão Santa, o Senador Marcelo Crivella, o Senador Paulo Paim e o Senador Augusto Botelho. Como suplentes, Senador Leonel Pavan, Senador João Batista Motta, Senador João Capiberibe, Senador Flávio Arns e Senadora Patrícia Saboya Gomes.

Em se tratando de uma Subcomissão Permanente, durante a instalação, V. Ex^a colocará em votação o seu nome, e, certamente, todos os participantes integrantes da Mesa irão aprová-lo por unanimidade. V. Ex^a merece.

Como último item não-terminativo, eu pediria ao Senador Reginaldo Duarte que, em nome da Senadora Fátima Cleide, que é a Relatora, proferisse a leitura do parecer.

Trata-se do Projeto de Lei da Câmara nº 51, que altera a redação do art. 260 e acrescenta artigos à Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente. Dispõe sobre dedução do Imposto de Renda para doação aos fundos nacional, estaduais e municipais em favor da criança e do adolescente.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, consulto a Mesa, porque fui informado agora que há um requerimento para que esse projeto seja encaminhado também para um debate em outra Comissão. Não conheço o mérito do projeto, mas consulto a Mesa sobre o encaminhamento adequado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – O requerimento se encontra no Plenário; ainda não foi votado. E o ideal, Senador Paulo Paim, seria o seguinte: existem alguns projetos que já estão devidamente instruídos, com seus pareceres, com audiências públicas realizadas. Independentemente dos requerimentos, poderíamos votar alguns desses projetos, que iriam à Comissão de mérito competente, após o pronunciamento desta Comissão. Acredito que seria de bom alvitre que fizéssemos isso em relação a alguns projetos, vez que estaríamos cumprindo uma missão desta Comissão de Assuntos Sociais, que vem realizando um trabalho edificante desde as administrações passadas. Ficaria trancado esse trabalho caso não houvesse pronunciamento desta Comissão a respeito de alguns projetos.

Tem a palavra V. Ex^a para algum esclarecimento adicional.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, eu queria ponderar sobre duas questões.

Também entendo que esta Comissão seja uma das mais importantes do Senado da República. Eu mesmo tenho aqui dezenas de projetos a serem apreciados; nada a ver com a sua Presidência, pois são anteriores a ela. Eu gostaria de vê-los votados, a favor ou contra. Percebo que essas dezenas de projetos estão nas mãos do Relator, não vieram para a pauta. É claro que teríamos que acelerar as votações pela importância dos temas em debate.

Dei entrada em requerimento, porque entendo que a PEC Paralela é um tema delicadíssimo. Fizemos um amplo acordo aqui no Senado e foi para a Câmara, que alterou a PEC Paralela.

Como nós vamos tratar do tema trabalho e previdência com ou sem subcomissão, tomei a liberdade de encaminhar à Mesa o requerimento de uma audiência pública para discutirmos a PEC Paralela.

Os delegados de polícia, auditores fiscais, promotores, procuradores e policiais militares estão em massa nos corredores do Senado e gostariam de participar dessa audiência sob a Presidência de V. Ex^a. Naturalmente, colaborarei nos entendimentos. Se ainda não for possível instalar a Subcomissão, eu gostaria que fizéssemos no âmbito da própria CAS uma audiência pública para que as partes interessadas possam se posicionar sobre a PEC Paralela.

Quanto ao projeto em debate agora, Sr. Presidente, se não houver entendimento, posso pedir vista, para evitar o constrangimento, e na próxima reunião deliberaremos sobre esse e tantos outros que estão na pauta.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – O Senador Flávio Arns já pediu vista.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – S. Ex^a não devolveu?

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Como S. Ex^a já pediu vista, ficará V. Ex^a livre de fazê-lo.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, na forma regimental, apelo a V. Ex^a que não votemos a matéria, porque o autor não está presente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – O autor é um Deputado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Como não está presente neste momento o Senador Flávio Arns, que pediu vista da matéria, solicito que na próxima reunião, com a presença de S. Ex^a, possamos ouvir também a sua opinião.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares)

– Atendido o pedido de V. Ex^a.

Quanto ao requerimento de V. Ex^a, que deu entrada no Plenário, para uma audiência pública, no caso da Subcomissão, ela só poderá fazer a convocação depois de devidamente instalada. Como não foi instalada, a própria Comissão de Assuntos Sociais poderá se encarregar de fazer esta convocação. V. Ex^a terá uma participação preponderante, sem dúvida alguma, na realização desses debates. V. Ex^a, então, poderá fazer uma alteração neste requerimento para que, no âmbito da própria Comissão de Assuntos Sociais, seja realizada audiência pública sobre a PEC Paralela. Quais pessoas serão ouvidas?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Já tenho, inclusive, a indicação do dia, da hora e de todas as partes interessadas...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares)

– Dia 7 de abril será quinta-feira. Então a audiência pública será no dia 7 de abril de 2005, às 10 horas. Convidados: Presidente da Anfip, da Fenafisco, de representante da Advocacia da União, do Presidente Nacional de Comandantes da Polícia Militar e outros representantes de categorias a ser definidos pela própria Comissão. Mas esses a que me referi...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Esses que V. Ex^a se referiu já estão todos agendados.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares)

– Quinta-feira eu não estarei aqui em virtude de missão que vou realizar em nome do Senado, fora do País. Mas, V. Ex^a, ao lado da Senadora Patrícia Saboya, irá comandar essa reunião que será de grande importância e terá repercussão, sem dúvida alguma, no andamento da PEC Paralela aqui no Senado Federal.

Aprovado o requerimento de Vossa Excelência.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Se for possível, precisamos do encaminhamento por parte de V. Ex^a para a convocação de uma reunião para instalar a Subcomissão, talvez na mesma quinta-feira.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares)

– Então, fica convocada para a próxima quinta-feira, dia 7, a realização.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Muito obrigado. V. Ex^a foi o meu presente preferido.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares)

– Obrigado a V. Ex^a. Está encerrada esta reunião e convocada outra para o dia 7, na próxima semana, quinta-feira, no horário regimental.

(Levanta-se a reunião às 13h53min)

ATA DA OITAVA REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 3^a SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 52^a LEGISLATURA REALIZADA NO DIA 07 DE ABRIL DE 2005, QUINTA-FEIRA, ÀS 11:30 HORAS.

Às dez horas e quarenta e nove minutos, do dia sete de abril de dois mil e cinco, na Sala de reuniões da Comissão de Assuntos Sociais, é iniciada a reunião sob a presidência da Senhora Senadora Patrícia Saboya Gomes, com a presença dos (as) Senadores (as) **RODOLPHOTOURINHO, FLEXA RIBEIRO, LEONEL PAVAN, LÚCIA VÂNIA, REGINALDO DUARTE, VALDIR RAUPP, MARCELO CRIVELLA, PAULO PAIM, PATRÍCIA SABOYA GOMES, AUGUSTO BOTELHO, ROMEUTUMA, EDUARDO AZEREDO, GERSON CARAMATA E FRANCISCO PEREIRA**. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão, justificando ausência o Senhor Senador Ramez Tebet, o Senhor Senador Antônio Carlos Valadares, Senador Cristovam Buarque e o Senador Flávio Arns. A Senhora Senadora Patrícia Saboya Gomes declara abertos os trabalhos, propondo a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A Senadora Patrícia Saboya Gomes passa a presidência para o Senhor Senador Paulo Paim. É dado início a Audiência Pública com a presença dos Senhores Antônio Augusto de Queiros – Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar, Marcelo Oliveira – Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Previdência Social, Rogério Macanhão – Federação Nacional do Fisco Estadual, Cairo Bueno de Camargo – Associação dos Oficiais da Brigada Militar, Sigfrido Maus – Associação dos Oficiais Militares Estaduais do Brasil, Wilson Müller – Associação dos Delegados de Polícia do Brasil, Sra. Maria Lúcia Fatorelli e o Sr. Pedro Delarue – Sindicado Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal, Nicolao Dino – Associação Nacional dos Procuradores da República, Sra. Edina de Melo Horta – Associação dos Delegados da Polícia Federal, Dr. Dirceu Antonio Leme de Melo – Presidente da Confederação Nacional dos Delegados de Polícia de Carreira – CONDEPOL. (EXTRA PAUTA) Aprovado Requerimento n° 15 de autoria dos Senadores Francisco Pereira e Marcelo Crivella, incluindo o nome do Dr. Dirceu Antonio Leme de Melo na lista de convidados a participar da Audiência Pública. Fizeram uso da Palavra Os Senhores Senadores Marcelo Crivella, Leonel Pavan, Romeu Tuma e Rodolpho Tourinho. Por deliberação da Comissão, também usaram da palavra os Deputados, Arnaldo Faria Sá, João Campos, Coronel Alves, Deputado Josias, Deputado Capitão Wayne, Deputado Coronel Fraga, Deputado Cabo Júlio e o Ex-Deputado Federal Dado, e os Senhores Roberto Kupski Presidente da

Federação Brasileira de Associações de Fiscais de Tributos Estaduais, Roberto Pedrosa Presidente da Associação Brasileira de Criminalística, Mauro Hidalgo, Presidente da Federação Nacional dos Auditores Fiscais e Tributários Municipais. Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, encerra-se a reunião às quatorze horas e vinte e cinco minutos, lavrando eu, **Gisele Ribeiro de Toledo Camargo**, Secretária da Comissão de Assuntos Sociais, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Senador Paulo Paim Presidente em exercício, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Paulo Paim**, Presidente em Exercício.

A SR^a PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Havendo número regimental, declaro aberta a 8^a Reunião Ordinária da Comissão de Assuntos Econômicos da 3^a Sessão Legislativa Ordinária da 52^a Legislatura.

Convido todos a tomarem assento. (Pausa.)

Como são muitos os convidados, informo-lhes que há um telão na sala 19 da Ala Senador Alexandre Costa. (Pausa.)

Reservamos a primeira fila aos Parlamentares. Os senhores convidados podem ocupar os assentos da segunda fileira em diante, dando preferência às mulheres, evidentemente, que estiveram atrás. (Pausa.)

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da reunião anterior.

As Sr^as e os Srs. Senadores que aprovam querem permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública, atendendo ao Requerimento nº 14, de 2005, aprovado em 20 de março de 2005, de autoria do Senador Paulo Paim, com vistas a tratar das alterações propostas na PEC nº 227, de 2004, a PEC Paralela, no âmbito da Câmara dos Deputados, quanto à inclusão das categorias de procuradores, defensores públicos, advogados, agentes fiscais, delegados de polícia como detentores do direito ao teto de desembargadores.

Elaboramos uma relação de convidados sugeridos pela Comissão e pelo Senador Paulo Paim. Alguns ainda não chegaram. Em respeito às senhoras e aos senhores convidados, resolvemos antecipar o início da audiência pública para que começemos o mais rápido possível. Assim que os convidados chegarem, em forma de bloco, começaremos o debate.

Neste momento, passo a presidência dos trabalhos ao Senador Paulo Paim, desejando que o debate seja saudável e que, nesta Casa – que é a casa do

povo –, possamos fazer uma reflexão, encontrando a melhor solução, mais uma vez, por um Brasil cada vez mais justo, equilibrado e em que seu povo possa, enfim, ser feliz.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr^a Presidente, antes que passe a presidência, peço a palavra pela ordem.

A SR^a PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Concedo a palavra ao Senador Leonel Pavan.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr^a Presidente, Senadora Patrícia Saboya Gomes, eu disse que estava na Comissão errada, mas é esta mesma. Sou titular da Comissão de Orçamento e terei que voltar. Vim aqui para aproveitar a presença do nobre Senador Marcelo Crivella e da Senadora Patrícia Saboya, que têm feito trabalho relevante, reconhecido pelo Brasil inteiro, em defesa dos direitos humanos. O Senador Marcelo Crivella ao tratar da proteção dos cidadãos brasileiros no exterior. Eu gostaria de deixar registrado em Ata, se possível, não sei o caminho a ser tomado, para que seja tomada providência quanto ao que relatarei.

Recebi correspondência do Deputado Estadual Clésio Salvaro, de Santa Catarina, assinada por vários Parlamentares e moradores do sul de Santa Catarina. Eles me encaminharam uma reclamação referente ao que está ocorrendo nos Estados Unidos com uma brasileira: Rosilene Sanderli, de Criciúma.

O ofício que encaminhei ao Senador Marcelo Crivella diz o seguinte:

Encaminho a V. Ex^a a denúncia anexa que recebemos e encaminhamos ao Sr. Ministro de Relações Exteriores, segundo a qual a Sr^a Rosilene Sanderli, residente em Boston, Estados Unidos, 36 anos, casada pelas leis americanas, veio ao Brasil passar o Natal de 2004 com a família. Sofrendo aqui um acidente automobilístico, foi internada em hospital em Tubarão, Santa Catarina, de onde foi levada pelo marido a um hospital de Boston sem nada comunicar à família da mesma. Segundo informa o irmão da paciente, que também mora em Boston, tentou visitá-la, no que foi impedido pelo cônjuge da mesma e que a supracitada, por telefone, externou o desejo de estar com a família.

Por fim, a correspondência anexa registra ainda que a Sr^a Rosilene possui uma casa que será quitada caso seja declarada incapaz e, como é funcionária pública, será fornecida uma pensão ao esposo. Essa a lei americana.

A Sr^a Roseli diz que se separou do marido há tempo. Veio ao Brasil e aqui sofreu um acidente. Ele veio, levou-a aos Estados Unidos e está num hospital, e os familiares não conseguem falar com ela. O marido (ex-marido) está declarando que ela está incapaz

para o serviço, que consultou psicólogos, para tentar pegar US\$300 mil. A Rosilene possui um seguro e, se for julgada incapaz, será quitado um financiamento de US\$300 mil referentes à casa por ela adquirida. Por ser funcionária pública do Estado, será concedida uma pensão ao esposo. Ele receberá uma pensão, caso ela seja declarada incapaz.

A Srª Roseli está pedindo socorro, pois quer vir embora, quer voltar ao Brasil, mas ele não a deixa sair. Creio que, em conluio com algumas pessoas do hospital, ela está sendo declarada incapaz para o serviço. O Deputado esteve nos Estados Unidos, falou com ela e com os familiares e não consegue resolver o problema. Por isso, S. Exª está pedindo socorro às autoridades brasileiras. Nesse sentido, encaminhei ofício ao Itamaraty, ao Ministro Márcio Thomaz Bastos e aos Senadores Marcelo Crivella e Hélio Costa.

Senadora Patrícia, quero assinalar aqui esta denúncia e pedir que seja encaminhada cópia a V. Exª, para que sejam tomadas as devidas providências. Trata-se de uma brasileira casada, com filhos, que está sendo torturada pelo esposo.

A SRª PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Obrigada, Senador.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL – RJ) – Srª Presidente, solicito a palavra pela ordem.

A SRª PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Concedo a palavra ao Senador Marcelo Crivella, pela ordem.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL – RJ) – Srª Presidente, trata-se de um caso estarrecedor. Penso que hoje mesmo devemos nos comunicar não só com nosso Ministro das Relações Exteriores, que está viajando agora, mas também com nosso Embaixador Rui Porto, que é responsável pelas comunidades na Diáspora, e também com o Embaixador americano no Brasil, de fácil acesso, que pode frustrar essa intenção criminosa do marido americano. Quando fizermos essa denúncia, ele não vai conseguir êxito nessa tentativa criminosa.

Então, hoje mesmo, Senador Pavan, nós vamos tomar essa providência. Agradeço V. Exª pela denúncia.

A SRª PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Senador Pavan, creio que resposta do Senador Marcelo Crivella satisfaz V. Exª, na medida em que podemos também, por meio do Senado, reunir os Presidentes das Comissões tanto de Direitos Humanos como de Relações Exteriores – e me coloco à disposição como Vice-Presidente da Comissão de Assuntos Sociais – para tratar de um problema tão grave e absurdo como é esse que V. Exª traz, hoje, a nossa audiência.

Então me comprometo também, ao lado do Senador Marcelo Crivella, de, o mais breve possível, tomar uma iniciativa para ajudar essa mulher que se encontra nessa situação tão delicada e difícil.

Passo agora a palavra e a presidência dos trabalhos ao Senador Paulo Paim, desejando boa sorte a todos nesta audiência.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Bom dia a todos. Vamos dar início à nossa audiência pública na Comissão de Assuntos Sociais, para discutir este tema que nos é tão caro, no qual nós três Senadores à Mesa, como também o Senador Pavan e tantos outros, trabalhamos para acontecer.

Sem querer fazer uma retrospectiva histórica, gostaria de dizer que a PEC Paralela foi construída aqui no Senado e votada por unanimidade. Ela foi remetida à Câmara dos Deputados, onde houve algumas mudanças.

Tanto eu quanto o Senador Crivella e o Senador Romeu Tuma vamos coordenar estes trabalhos com o seguinte espírito que quero que vocês também assimilem: nós queremos ouvi-los. Entendemos que, ao longo desta reunião, haveremos de construir o caminho mais adequado, para que, efetivamente, a PEC Paralela não sofra o “efeito ping-pongue”. Nós queremos que ela seja aprovada o mais rapidamente possível.

Todos sabem que existem, infelizmente, setores que não gostariam que a PEC Paralela fosse aprovada. Se caíssemos no erro de fazer com que toda a PEC Paralela retornasse para a Câmara dos Deputados, com certeza nós a inviabilizáramos.

Nesta audiência pública, vamos ouvir todos os setores que se sentiram, de uma forma ou de outra, contemplados ou não com as alterações que houve. E pretendemos ouvi-los com a maior paciência do mundo.

No primeiro momento, gostaria de convidar para fazer uso da palavra, entre aqueles que já haviam acertado com a direção da Comissão de Assuntos Sociais, os que estão presentes.

Avisamos a todos que há um telão na Sala 19, aqui ao lado. Existem mais de 150 pessoas de fora dessa sala que gostariam também de assistir. Então vocês poderão fazer rodízio, se assim entenderem, para que aqueles que não tiverem acesso nem à Sala 19 nem a esta possam também assistir à reunião.

Numa flexibilidade da Mesa, Senador Marcelo Crivella, uma entidade que dispõe de dez minutos e cada expositor falará cinco minutos. Não gostaríamos de que nenhum entidade falasse mais de dez minutos para permitir que todos usem da palavra. Se houver tempo – essa é a minha intenção com a qual espero que o Plenário também concorde –, depois de os Se-

nadores serem ouvidos, e se existir um ou outro caso que entendemos não ter sido contemplado, não haverá problema nenhum, no meu entendimento, para que essa ou aquela pessoa também possa dar sua opinião. Será uma audiência pública efetivamente democrática, como são todas as audiências no Senado da República.

Portanto, para ganhar tempo, vou listar, por ordem, o nome das pessoas para verificar as que estão presentes: Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar – Diap –, Antônio Augusto de Queiroz; Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Previdência, Marcelo Oliveira; Federação Nacional do Fisco Estadual, Rogério Macanhão; Associação dos Oficiais da Brigada Militar, Cairo Bueno de Camargo; Associação dos Oficiais Militares Estaduais do Brasil, Sigfrido Maus; Associação dos Delegados da Polícia do Brasil, Delegado José Carlos Weber; Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal – Unafisco –, ficou acertado que falará por cinco minutos, Maria Lúcia Fattorelli, e depois, por cinco minutos, Pedro Delarue; Associação Nacional dos Procuradores da República, Nicolau Dino; Associação dos Delegados da Polícia Federal, Drª Edina de Melo Horta.

O Delegado Wilson Muller está presente? (Pausa.)

Como estamos antecipando a audiência pública – não estou fazendo crítica alguma –, o meu Vice-Presidente está propondo que o Dr. Dirceo Antônio Leme de Melo, da Condepol. S Sª está presente? (Pausa.) Também não está presente.

Como ele não está presente e o horário de iniciarmos a audiência pública era às 11 horas e 30 minutos, aproveitarei para ouvir quem está presente. Além disso, devemos dar oportunidade, naturalmente, aos Senadores e aos Deputados de se manifestarem.

Primeiramente, pergunto se algum dos Senadores presentes gostaria de fazer uso da palavra neste momento. (Pausa.)

Dos Deputados presentes, alguém gostaria de se manifestar? (Pausa.)

A única pessoa que pediu a palavra, por dois minutos, foi o Sr. Dado, ex-Deputado Federal. Sendo assim, vamos permitir que S. Sª fale por dois minutos antes de chamarmos os oradores presentes.

O SR. ROMEUTUMA (PFL – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

Quem V. Exª consultou para falar? O Sr. Dado vai falar, mas V. Exª perguntou por outra entidade?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – O Senador Marcelo Crivella, Vice-Presidente desta Comissão, sugeriu que, se possível e mediante decisão dos Se-

nadores, fosse incluído o nome do Dr. Dirceo Antônio Leme de Melo, da Condepol. Alguma objeção?

O SR. ROMEUTUMA (PFL – SP) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Essa foi a única sugestão.

O SR. ROMEUTUMA (PFL – SP) – Pensei que V. Exª tinha chamado algum Delegado para falar. Assim, eu falaria.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Por enquanto não.

Com muito orgulho e satisfação, eu gostaria de pedir que o Relator desse tema – e, por isso, a sua importância –, Senador Rodolpho Tourinho, venha à Mesa, como convidado especial desta audiência pública.

Peço uma salva de palmas para o Senador Rodolpho Tourinho, que abriu uma exceção em sua agenda para vir aqui. (Palmas.)

Concedo a palavra ao ex-Deputado Federal Dado, por dois minutos, numa exceção da Mesa, para seguirmos a agenda previamente combinada.

O SR. DADO – Obrigado, Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srª Senadora Lúcia Vânia, enfoco notadamente ao nosso Relator, Senador Rodolpho Tourinho, que foi Secretário da Fazenda durante oito anos no Estado da Bahia.

Eu, como originário da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, ressalto que o Senado Federal, ao aprovar a PEC paralela, já o fez contemplando uma indicação clara de que o teto nos Estados do Poder Executivo deveria ser o de Desembargador. E explico.

A antiga alínea “c” do inciso XI do art. 37 determinava que, no Poder Executivo, a remuneração, subsídios, proventos e pensões não poderiam exceder o subsídio mensal do Governador ou, na forma da lei, respectivo valor de referência não inferior a esse subsídio nem superior ao subsídio mensal de Desembargador. Portanto, o Senado Federal já afirmou que o subteto nos Estados, no Poder Executivo, poderia ser maior do que o subsídio de Governador. Essa é uma tese que também tem sido defendida e não poderia sé-lo. O Senado já havia votado a PEC paralela, contemplando esse dispositivo e avançara.

Continuando nessa mesma alínea “c”, consta: “Estabelecendo-se, em seu âmbito, mediante lei de iniciativa do Poder Executivo, como limite, o disposto na alínea “b” deste inciso” – que é exatamente o subteto de Desembargador para o Poder Judiciário. Desse modo, “estabelecendo-se” constitui uma norma determinativa que o Senado Federal já havia contemplado na alínea “c” do inciso XI do art. 37.

Para robustecer essa tese, o art. 3º da mesma PEC paralela já votada no Senado Federal determinava que “os projetos de lei relativos ao disposto na

alínea “c” do inciso XI do art. 37 serão apresentados no prazo mínimo de 60 dias da promulgação”. E dizia ainda o Senado Federal que, nesse período, os subsídios de Governador não poderiam ser reduzidos – Senador Rodolpho Tourinho, notadamente para V. Ex^a –, porque o teto não pode ser flexível para as carreiras exclusivas de Estado.

Hoje, de acordo com o que veio da Câmara dos Deputados, que derrubou esses dispositivos inseridos pelo Senado Federal, possibilita-se que o teto salarial de carreiras típicas de Estado, como o Fisco e os Delegados de Polícia – incluo também os oficiais da Polícia Militar –, pudesse ser flexibilizado entre 50% e 90,25% do subsídio de Ministro do STF.

Então, num Estado onde houver modificação do subsídio de Governador, segundo o que consta atualmente na PEC paralela modificada pela Câmara Federal, é possível reduzir salários de servidores e integrantes de carreira típica. Basta que o valor de subsídio de Governador, que eventualmente possa estar em 70% do subsídio de Ministro do Supremo Tribunal Federal, possa ser reduzido a 50%.

Em razão da reprise da restringição do art. 17 das ADCTs, que torna sem efeito a irredutibilidade de salários – porque ordena que se extinga tal dispositivo –, há um cenário em que carreiras típicas de Estado, fundamentais ao seu funcionamento, poderão ter os seus vencimentos reduzidos efetivamente.

Presidente Paulo Paim e Relator Rodolpho Tourinho, nós do Fisco Estadual de todo o País, militamos com a arrecadação de tributos – essencial ao funcionamento do próprio Estado – e somos contra essa insegurança salarial. Assim fomos considerados pelo próprio Senado Federal no inciso XXII do art. 37 da mesma Constituição Federal. Precisamos de segurança salarial.

Conquista-se a segurança salarial, fixando um teto. Vejam bem que não é piso, é o teto. É o máximo que se pode receber, vinculado, Senador Paulo Paim, a um funcionário de carreira, no caso do Poder Judiciário, e no caso específico dos Estados, Poder Executivo, o subsídio de Desembargador.

Portanto, o que veio, Senador Paulo Paim, o Senado já havia votado. Interpretando corretamente os dispositivos que mencionei, o Senado já indicava nesse sentido. E a nossa solicitação a V. Ex^ss é que possam produzir a aprovação da PEC Paralela, nos moldes que veio da Câmara Federal, para que não ocorra o pingue-pongue, como disse o Senador Paulo Paim. E mais, só para finalizar, que também seja dado igual tratamento às Polícias Militares, que são igualmente carreiras exclusivas de Estado. Muito obrigado, Sr. Presidente, Sr^as e Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – A Presidência cumprimenta V. Ex^a pela explanação e pelo uso tempo de dois minutos e meio.

Como há uma dúzia de convidados – e é bom que seja assim, para que todos expressem sua opinião e o Relator e os Senadores formem inclusive sua visão de como deve ser a redação final da PEC Paralela –, vou convidar dois a dois a virem à Mesa para fazerem suas explanações.

Convidado a Dr^a Edna de Melo Horta, representando a Associação dos Delegados da Polícia Federal, a fazer sua exposição. Sugiro que intercalemos as posições dos oficiais que representam a Polícia Militar, decidam quem primeiro falará. O outro falaria num outro momento, depois que falassem os auditores, os Delegados de Polícia. Vamos com isso mesclando as posições que possam porventura divergir.

Passo, de imediato, por dez minutos, a palavra à Dr^a Edna de Melo Horta. Aviso que seu tempo já está sendo computado. Portanto, dispõe agora de nove minutos e cinqüenta e dois segundos.

A SR^a EDNA DE MELO HORTA – Meus caros Senadores que tanto significam a República brasileira; Sr. Senador Paulo Paim, caro amigo que tão bem representa as plagas do Rio Grande do Sul; Sr. Senador Marcelo Crivella, que tanto tem significado a Justiça neste País, pela sua preocupação com a segurança pública, aliada ao objetivo de conseguir sempre o aprimoramento da justiça social; meu caro Senador Rodolpho Tourinho, digno representante da Bahia de Todos os Santos e que tanto tem santificado as idéias deste País – desde Rui Barbosa, a Bahia mostrou-se grande com seus santos e também com seus Parlamentares; Srs. Senadores aqui presentes; Srs. Deputados Federais que nos honram com sua presença e que, dia após dia, referendam junto à nação brasileira a importância do Estado Democrático com uma Câmara independente, uma Polícia segura e independente, uma população que seja garantida nos seus direitos de ir e vir; autoridades que representam o serviço público e os servidores públicos; Delegados de Polícia, que, em sua árdua missão de assegurar segurança ao público, dedicam-se ao sacerdócio de em todo momento dignificarem-se na dignidade de cada um dos componentes da sociedade a que servem.

Srs. Senadores, meu caro Paim, meu caro Senador Marcelo Crivella, meu caro Senador Rodolpho Tourinho, a emenda foi apresentada pelo eminentíssimo Deputado João Campos, também delegado de polícia, também pastor evangélico, uma pessoa que sempre aliou segurança pública a justiça social e sempre se preocupou com o dia-a-dia das sociedades mais carentes. Por isso mesmo sabe que essa sociedade tão

desprotegida de tudo e de todos precisa no mínimo de uma segurança pública eficiente, comprometida com os ideais de bem servir à sociedade.

Como dizia, a emenda apresentada pelo eminentíssimo Deputado João Campos, propondo a inclusão, no inciso XI do art. 37 da Constituição Federal, da expressão “delegado de polícia de carreira”, vem resgatar a dignidade e conferir o novo conceito de valor à carreira do Delegado de Polícia, que se faz presente em qualquer rincão do País, por mais distante que seja. Não importa o horário, não importa o dia, o delegado de polícia está presente. Onde ele serve, atua como o médico, o psicólogo, o juiz, o Ministério Público, porque ele sim está em todos os lugares. Ele não procura um gabinete refrigerado, mesmo porque, na maioria dos nossos Municípios, embora o País seja grande no seu povo, ainda é muito pobre no bem servir a cada comunidade. Mas esse Delegado está ali. Ele é aquela pessoa que atende quem é maltratado ou ofendido em seu direito. O cidadão brasileiro é muito digno mas, infelizmente, não tão conhecedor das leis que o amparam. Quando ele, em sua ingenuidade, está sem saber a quem recorrer, lembra-se de que existe a polícia e vai à delegacia, que tem de estar realmente preparada para atendê-lo bem.

A situação da inserção dos delegados nas carreiras jurídicas ou nas carreiras que exercem função essencial à Justiça não é nova. O constituinte de 1988, na sua sabedoria de quem estava resgatando um processo democrático, uma constituição cidadã, como dizia o saudoso Ulysses Guimarães, esse nosso constituinte originário de 88, tão sábio, tão representativo do povo brasileiro, da cidadania brasileira, colocou no art. 241 a profissão de delegado de polícia entre as carreiras cujas funções são consideradas essenciais à Justiça.

Todavia, na Emenda Constitucional nº 19, de 1988, talvez por desconhecimento das razões que nortearam o sábio constituinte de 1988, simplesmente se confundiram. Naquela preocupação de tirar do texto constitucional tudo que tivesse as palavras isonomia, equiparação, tiraram. E aí, talvez, num erro, talvez por não terem convivido com o sábio constituinte de 1988, tiraram o art. 244. E aí o que encontramos? Os delegados de polícia fora das carreiras essenciais.

Será que não é essencial a presença do delegado de polícia quando se sabe nitidamente que a segurança pública é uma das maiores questões, essenciais para se fazer justiça neste País? Será que não se sabe que o delegado de polícia, a autoridade de polícia judiciária da União, dos Estados e dos Municípios, tem que ter esse tratamento constitucional que, com tanta justiça, foi dado aos nobres membros do

Ministério Públíco, aos membros do Poder Judiciário, da Defensoria Pública?

Nós consideramos que houve um pecado quando da efetivação da reforma de 1988. O que encontramos? A emenda aglutinativa do Deputado João Campos fixando um subteto para os delegados de polícia e outras categoria tão nobres quanto os delegados de polícia e que tanto contribuem para a estabilidade econômica e financeira da Nação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – A senhora tem um minuto para concluir.

A SR^a EDNA DE MELO HORTA – Obrigada.

Agora, o que queremos deixar bem claro aqui? Há aqueles que estão, de certa forma, querendo ludibriar a imprensa e a opinião pública, fazendo uma confusão absurda entre teto, subteto e piso. As coisas são totalmente diferentes. E aquilo de que se trata aqui é de teto. O teto gera uma expectativa, mas mais importante do que essa expectativa é o resgate da dignidade e a inserção de categorias que efetivamente trabalham em prol da justiça social, do exercício da justiça neste País.

Nós queríamos, caros Senadores, pedir a V. Ex^{as}s que, com aquela sabedoria que tanto ilustra a nossa República, que tanto diz à cidadania brasileira, convalidassem aquilo a que a nossa Câmara dos Deputados, em um momento de tanta responsabilidade, soube dizer “sim”. Os Deputados disseram “sim” independentemente de cor partidária. A segurança pública e o cidadão brasileiro falaram mais alto. E, ao falarem mais alto, os Deputados tiveram a sabedoria de, com responsabilidade, colocar os delegados de polícia naquele local de onde nunca deveriam ter saído, naquele local em que o constituinte originário os colocou.

Os delegados, efetivamente, assim como outras categorias, exercem uma atividade essencial à Justiça. A justiça só se faz, só se fará com uma segurança pública séria, responsável, com homens dignos, competentes e imbuídos do seu papel de feitores e executores da polícia judiciária da União.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – V. S^a deve concluir, porque terminou o seu tempo.

A SR^a EDNA DE MELO HORTA – Muito obrigada aos senhores. Nós queremos justiça.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Peço permissão ao Dr. Caio, que está na mesa, porque eu tinha previsto, como primeiro orador a participar deste debate, o Antonio Augusto de Queiroz, do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap), que assessorou em muito a montagem da PEC paralela. Então, se o Toninho, como é dito no Diap, estiver presente, eu gostaria que ele fizesse uso da palavra

neste momento, para que depois cada um falasse da sua realidade.

Pergunto: está presente o Antônio Augusto de Queiroz, Diap? (Pausa) Disseram-me que ele estava presente; por isso tomei essa liberdade.

Então, passamos a palavra de imediato ao Dr. Caio Bueno de Camargo, Presidente da Associação de Oficiais da Brigada Militar.

O SR. CAIO BUENO DE CAMARGO – Sr. Senador Paulo Paim, ilustre conterrâneo, Senador Rodolpho Tourinho, Relator da PEC, Senador Marcelo Crivella, Senadora Lúcia Vânia, Senador Leonel Pavan, vejo aqui alguns Deputados conhecidos, Deputado Alves, meu prezado Coronel Vieira, Comandante Geral da Polícia Militar do Pará e Presidente do Conselho Nacional de Comandantes Gerais, Coronel Maus, Presidente da Ambi Brasil, companheiros das diversas federações e associações de servidores públicos, tão machucados pelas PECs, integrantes das Polícias Militares e Bombeiros Militares, Sr^{as} e Srs. Senadores, a recente aprovação pela Câmara dos Deputados da PEC nº 227/04 originária do Senado Federal, introduziu alterações, entre as quais a referente ao subteto salarial dos Estados e do Distrito Federal. Essas alterações fizeram com que praticamente todas as carreiras típicas de Estado tivessem o mesmo tratamento no tocante ao teto remuneratório, exceto, ao que sabemos, os militares estaduais e do Distrito Federal.

Por isso, recorremos a esta Casa para que, no Senado Federal, seja corrigida essa injustiça, sanando o equívoco cometido pela Câmara dos Deputados ao esquecer os militares estaduais no subteto salarial em que foram inseridas as demais carreiras de Estado.

Convém salientar que somos favoráveis às alterações introduzidas na Câmara dos Deputados e, quando nos referimos à injustiça, queremos ressaltar o esquecimento dos militares estaduais naquelas modificações. Esse esquecimento provocou, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, manifestações públicas de entidades nacionais incluídas no novo texto do subteto, a Fenafisco, a Adepol do Brasil, através de publicação do seguinte texto, destinado também aos Senadores da República:

5º – Por oportuno resta lembrar que os oficiais da Polícia Militar, por justiça, também deveriam estar pareados a essas carreiras, pois desempenham funções de igual importância para a sociedade, em especial para a segurança pública.

Acreditamos e lutaremos para que essa distorção ainda possa ser corrigida.

Esse texto, ao que sabemos, foi distribuído às Sr^{as} Senadoras e aos Senadores desta Casa.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, queremos resumir algumas razões para que os senhores venham a resolver o problema suprindo o equívoco ocorrido na Câmara dos Deputados.

Primeiro, os militares estaduais e do Distrito Federal compõem carreira típica de Estado que ficou fora do subteto do Judiciário nas recentes alterações introduzidas pela Câmara dos Deputados.

Segundo, os militares estaduais, através dos seus oficiais, têm como atribuição feitura de inquéritos policiais militares. Participam e presidem conselhos de disciplina, conselhos de justificação para praças e oficiais onde os faltosos são julgados pelos seus atos. Participam os oficiais no dia-a-dia das suas atividades, dos conselhos permanentes de justiça militar como juízes, quando julgam militares estaduais processados pelos mais diversos delitos. Em alguns Estados, como o Rio Grande do Sul, São Paulo e Minas Gerais, oficiais de polícia e bombeiro militar participam como Juízes da Justiça Estadual de Segundo Grau, no Tribunal Militar do Estado, sendo, inclusive, equiparados a desembargados de justiça.

Terceiro, Srs. Senadores, a segurança pública certamente é a necessidade mais premente da população brasileira, e a integração entre as polícias civil e militar reconhecidamente é a condição básica para o efetivo combate à criminalidade. O Governo Federal, por intermédio da Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça, tem empreendido esforços enormes no sentido de alcançar a integração policial nos Estados, integração que todos queremos: governos, parlamentares, líderes comunitários, polícias, comunidade em geral. A integração das polícias foi ferida de morte na Câmara dos Deputados ao serem esquecidos os militares estaduais nas modificações lá inseridas no subteto salarial.

A integração policial passa pela integração salarial. A permanecer esse tratamento diferenciado, afirmamos que as tratativas atualmente em curso no sentido de uma perfeita integração das ações das duas instituições policiais estarão seriamente comprometidas e, infelizmente, trarão graves prejuízos para a segurança da comunidade. Na maioria dos Estados, haverá uma situação prática, esdrúxula, já que lei salarial das polícias é única. Em consequência, haverá, numa mesma lei, textos, tetos salariais diferenciados.

Srs. Senadores, buscamos nesta Casa justiça e temos certeza aqui a encontraremos. Não podemos concordar que se possa criar uma polícia classe A, com subteto do Judiciário, e uma polícia classe B, com subteto de Executivo. Não queremos prejudicar con-

quistas de outras categorias, mas queremos, sim, ser inseridos no art. 37, XI, da PEC Paralela. Queremos a igualdade, igualdade salarial entre polícia civil, polícia militar e bombeiro militar.

Muito obrigado, Senhores.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Queremos, para orientar os trabalhos, lembrar que, na sala 19, há um telão onde mais de 100 convidados, que todos são nossos convidados, estão nesse debate e a TV Senado está gravando esse evento e vai retransmitir essa audiência para todo o País.

Eu queria também registrar a presença conosco, para alegria desta Comissão, dos seguintes Deputados: Capitão Wayne, do PSDB de Goiás e também o Deputado Coronel Alves, do PL. Chegou também o Deputado João Campos. Estão aqui os Senadores Marcelo Crivella, Rodolpho Tourinho, Leonel Pavan, Lúcia Vânia e Romeu Tuma.

Como já havia anunciado, passo a palavra ao representante do Diap, que ajudou muito a nós todos, juntamente com a assessoria do Senado da República, a construir esse grande entendimento em relação à PEC paralela.

Quando passo a palavra ao Sr. Antonio Augusto de Queiroz, convido também para a Mesa o representante da Federação Nacional do Fisco Estadual, Fenafisco, o Rogério Macanhão. O Dr. Antonio tem a palavra por dez minutos.

O SR. ANTONIO AUGUSTO DE QUEIROZ – Sr. Presidente, Senador Paulo Paim, Sr. Relator, Senador Rodolpho Tourinho, Senador Marcelo Crivella, companheiros de mesa, companheiro da Fenafisp, bom dia a todos.

Em primeiro lugar, eu gostaria de agradecer, em nome do Diap, esse convite para hoje comparecer a esta audiência, que é uma iniciativa muito importante da Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Apenas destaco que o Relator da PEC – o Brasil todo está assistindo a esse debate –, Senador Rodolpho Tourinho, está conosco aqui, ouvindo a todas as entidades.

Obrigado, Sr. Antonio.

O SR. ANTONIO AUGUSTO DE QUEIROZ – Como eu estava registrando, cumprimento a iniciativa da Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal para o debate dessa matéria. Também elogio o comparecimento do relator, porque esta comissão é apenas um subsídio ao debate que será conclusivo na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Então, esta iniciativa do Senador Paulo Paim é muito importante, assim como é elogiosa a presença do relator que veio prestigiar esse evento.

O Diap foi convidado, por meio da minha pessoa, para falar sobre a PEC Paralela, especificamente sobre a inclusão de algumas categorias no subteto estadual. Antes de falar sobre esse ponto específico, eu queria fazer uma consideração de natureza genérica muito importante.

Louvo a iniciativa do Senado Federal de ter proposto a PEC paralela como uma solução capaz de amenizar os prejuízos da Reforma da Previdência. É preciso contextualizar a conjuntura política do momento, para se entender a importância desse gesto. A PEC paralela foi uma verdadeira obra de engenharia política, porque ela se propôs a resolver dois problemas. O primeiro é a defesa do País, que se encontrava sob forte ameaça e chantagem. O segundo é a defesa dos servidores que tiveram uma série de direitos agredidos. No caso específico do País, a situação realmente era muito grave. O risco-país estava na estratosfera, com ameaça de retorno da inflação, a fuga de investimentos, de capitais, e um desequilíbrio cambial assustador. Tudo isso, por se temer que o Governo não tivesse condições de manter o rigor fiscal em relação às políticas públicas, em particular aquelas despesas de natureza permanente. Então, o simples adiamento da votação e promulgação da Reforma da Previdência poderia significar uma séria ameaça, poderia ser suficiente para agravar ainda mais aquele quadro. A rejeição da PEC, então, seria um caos completo para o País. A iniciativa de propor a PEC teve essa dimensão. A segunda dimensão foi em relação ao servidor público, especialmente aqueles que começaram a trabalhar mais cedo e aqueles que estavam às vésperas da aposentadoria, que tinham sido, bruscamente, obrigados a permanecer no serviço público por mais sete anos. Então, a Reforma da Previdência precisava de uma regra de transição. Reforma sem transição não é reforma; é ruptura. Isso é um dado importante. Assim, a PEC paralela atendeu a esses dois propósitos. Em essência, ela trata basicamente da integralidade, da paridade, de regra de transição, de subteto, da contribuição dos aposentados, da aposentadoria especial, da aposentadoria da empresa para o INSS, permitindo diferenciações em razão do porte da empresa e de outros aspectos, e, finalmente, da inclusão previdenciária. Ela faz justiça aos servidores públicos e atende ao interesse do País.

É preciso se dizer que, na PEC paralela, não há nem um privilégio, nem aumento de despesa. É preciso que isso fique absolutamente claro. Nenhum servidor público, na vigência dessa proposta e com base nela, poderá se aposentar com salário integral e com direito à paridade, sem que tenha pelo menos vinte anos de serviço público. Se quiser se aposentar com idade infe-

rior à exigida no texto constitucional, terá de ter tempo de contribuição superior à redução que fará na idade mínima. Não há absolutamente qualquer privilégio. É apenas uma definição do critério financeiro e atuarial dos aspectos previdenciários.

Especificamente sobre o subteto, quero fazer algumas considerações. A primeira é que não é apropriado nem correto vincular remuneração de servidor, que é um quadro da burocracia, um quadro permanente, com subsídio de agente político, que é transitório. Portanto, a remuneração não deve ter como base de sobrevivência aquele subsídio recebido por determinado período.

A segunda é que esses agentes políticos realmente não sobrevivem desses subsídios. Todos eles têm as despesas com alimentação, habitação, vestuário e transporte pagas pelos cofres públicos. Até que os servidores estaduais abririam mão dos próprios salários para receber apenas o que os governadores e prefeitos gastam com a sua manutenção e a de sua família durante o mandato. Então, não é justo vincular salário de servidor público com salário de agente político, que fica provisoriamente na função.

O terceiro é que em vários Estados os governadores e prefeitos têm seus subsídios fixados muito baixo. Em alguns Estados e prefeituras, o servidor, especialmente aquele de carreira exclusiva de Estado, consegue ter uma remuneração, por mérito, superior àquela fixada para o governador e para o prefeito, mas que não é superior ao teto e ao subteto do desembargador. Há uma punição a esses servidores em razão de uma regra que, como disse, é injusta.

Portanto, a adoção de um subteto, no plano estadual e municipal, tendo como remuneração máxima desembargador é a solução correta e adequada. Por que desembargador? Porque é um servidor de carreira e, mais do que isso, é vitalício no serviço público. Então, tem compromisso com a profissionalização e viverá o resto da vida daquele subsídio.

A alegação de que há aumento de despesas com essa definição é absolutamente improcedente. Não há em hipótese alguma aumento de despesa. Em alguns Estados, os servidores de carreira exclusiva de Estado, que ganhavam mais do que o subsídio do Governador, estavam sujeitos a um teto nacional. Portanto, o que houve nesse período foi uma redução do salário desses servidores em razão da vinculação com o teto de desembargadores, mas não havia qualquer exorbitância em relação ao teto nacional nem tampouco ao teto de desembargador.

Essa alegação de que haverá aumento de despesa é uma bobagem. Os Estados continuarão tendo com aqueles servidores a mesma despesa que tinham

antes da reforma da Previdência do Governo Lula, da Emenda Constitucional nº 41, porque estavam rigorosamente dentro do subteto de desembargador. Nos casos em que estivessem acima, não poderia e não poderá ser cortado enquanto não for definido constitucionalmente, por lei, o subsídio dos Ministros do Supremo, o que estará sendo definido brevemente no Congresso. Então, em vez de aumento de despesa, haverá redução.

Mas os governadores e prefeitos que não quiseram enfrentar a exorbitância que são os limites de comprometimento das despesas estaduais e municipais com o pagamento da dívida para com o Governo Federal – falo do rigor da Lei de Responsabilidade Fiscal em relação a isso – preferiram atacar aquela parte que é mais fraca econômica, social e politicamente na relação com o Governo Federal, que são os servidores dos Estados e municípios, reduzindo a sua remuneração conquistada em razão de mérito.

Para todas aquelas remunerações que ultrapassarem o teto de desembargador, mesmo tendo sido fixadas por emenda constitucional, é razoável que se mantenha aquele patamar. Agora, reduzir além desse ponto é um absurdo.

O grande problema na verdade é que os governadores resolveram cortar a remuneração dos servidores e não enfrentar a redução dos limites de repasse para o Governo Federal, que, diga-se de passagem, tinha utilizado esses recursos para ampliar o seu superávit primário e por sua vez pagar dívidas que não são de interesse direto dos servidores.

Os pontos específicos da PEC que devo comentar dizem respeito aos acréscimos de delegado de polícia, agentes fiscais e advogados. Esse foi o texto que recebi. Gostaria de rapidamente fazer um resumo a respeito.

De fato, os delegados e agentes fiscais tributários, embora na PEC do Senado estivessem sendo indiretamente contemplados, estão sendo explicitados nessa reforma, o que é insuficiente porque deveria incluir todos os servidores do Poder.

Para concluir, não há nenhum servidor federal sujeito a subteto. Se alguém tiver reivindicando esse direito, está equivocado. É preciso manter do jeito que está porque não há servidor federal sujeito a subteto. Há um teto nacional.

Há um ponto negativo nessa proposta – que também tem um lado positivo porque acrescenta as carreiras exclusivas de Estado, que são fundamentais –, qual seja o de incluir a expressão Estados, prejudicando os procuradores municipais que, hoje, pela Emenda nº 41, já têm direito ao subteto de desembargador. O subteto refere-se a Estados e Municípios.

O fundamental é que o Senado arrume uma solução que seja capaz de fazer justiça aos servidores de Estado, não o vinculando a agentes políticos, e de apressar essa votação para cumprir aquele compromisso que foi sábio lá atrás, ou seja, fazer essa construção jurídica que atende o País e os servidores.

Era o que tinha a dizer, muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Agradeço ao Toninho, do Diap.

Convidado para compor a mesa Marcelo Oliveira, Presidente da Anfip. Antes de passar a palavra ao Rogério Macanhão, Presidente da Fenafisco, menciono a presença dos Deputados Federais Josias Quintal e Arnaldo Faria de Sá.

Conforme combinado, que logo após os oradores vamos franquear a palavra a Senadores e Deputados.

Repto que estão presentes os Deputados Capitão Wayne, Coronel Alves e João Campos, autor da proposta que incluiu a categoria que está em debate, e os Senadores Marcelo Crivella, Rodolpho Tourinho, Leonel Pavan, Lúcia Vânia e Romeu Tuma.

Para nossa alegria está presente, também, um companheiro de longos anos, o Senador Valdir Raupp.

Concedo a palavra, de imediato, ao Presidente da Fenafisco, Rogério Macanhão.

O SR. ROGÉRIO MACANHÃO – Excelentíssimo Sr. Senador Paulo Paim, Presidente da Subcomissão de Trabalho e Previdência, Excelentíssimo Senador Sr. Rodolpho Tourinho, Relator da PEC Paralela, Senador Marcelo Crivella, Senador Leonel Pavan, Senadora Lúcia Vânia, Senador Romeu Tuma, Senador Valdir Raupp, Srs. Deputados, colegas do Fisco aqui presentes, demais servidores, senhoras e senhores, agradecemos a oportunidade de participar desta audiência pública.

Estamos aqui falando em nome da Fenafisco, Federação Nacional do Fisco, e da Febrafit, Federação das Associações do Fisco, que não teve a mesma sorte que nós de participar desta audiência.

Sabedores da importância desta audiência, esperamos que ela seja esclarecedora. A reforma previdenciária original só foi aprovada mediante um acordo entre o Governo e os Srs. Senadores. Seria discutida paralelamente essa reforma previdenciária, popularmente conhecida como PEC paralela. Essa PEC Paralela, na verdade, tinha na origem o condão de corrigir algumas distorções, de amenizar um pouco os efeitos da reforma original, que foi bastante drástica para com os servidores, para com algumas categorias em específico, principalmente para os colegas servidores

com maior tempo de serviço, com maior experiência, os aposentados. A PEC paralela tem essa finalidade.

Se formos analisar que a PEC Paralela deva existir sem qualquer ônus para o Estado, para a União ou para os Municípios, devemos jogá-la no lixo. Se ela veio corrigir algumas distorções, automaticamente algum custo, por mínimo que seja, existirá. Tanto a PEC que saiu do Senado para a Câmara quanto a que foi aprovada na Câmara e está sendo debatida no Senado traz dispêndios que podemos ressaltar. Ali existe a regra de transição. O que acontece? Para cada ano de contribuição a mais, diminuirá um ano de serviço. Então, automaticamente o Estado terá que contratar com mais rapidez novos servidores, gerando custos. Paridade de vencimentos, tão discutida. A PEC trás a paridade, automaticamente, se houver aumento para o servidor da ativa, deve haver outro, na mesma proporção, para o servidor aposentado, gerando custo. Claro que sim.

E a isenção dobrada que foi dada para os doentes graves, as doenças incapacitantes. Foi aumentada a margem de isenção para 5.018. Quer dizer, foi beneficiado quem realmente merece, as pessoas que estão debilitadas, segundo a relação de doenças, então foi dado um benefício. Automaticamente, isso diminui a receita do Estado.

A paridade que foi dada às pensionistas, também na mesma linha de raciocínio – e ali foi acrescentada aposentadoria aos trabalhadores domésticos – entendemos que é justa, coerente, mas haverá um ônus para o Estado com tudo isso.

Agora, pessoal, dizer que a mudança de parâmetro do teto dos delegados de polícia e dos agentes fiscais vai quebrar o Estado, isso, sim, é uma falácia. Não pode se debater com esse perfil. Digo, sem medo algum, que os estados já estariam quebrados há muito tempo, não seria através desta PEC Paralela, porque, na Emenda 19, o teto era único, só existia o teto do Ministro do Supremo, e os Estados nunca quebraram. Até então, esse subteto, mesmo sendo salário de governador... Todos os servidores públicos estaduais estariam ganhando o mesmo do Governador, portanto eles também estariam quebrados, o que também não é verdade.

Então, temos que deixar muito claro que a repercussão financeira, na maioria dos Estados, é praticamente zero. E em alguns é totalmente insignificante perto da sua arrecadação. Como disse o Antonio, do Diap, vai se fazer justiça, principalmente para aqueles servidores mais antigos, aqueles mais experientes, aqueles que realmente têm anos de dedicação para o Estado.

A título de exemplo, podemos citar o Estado de São Paulo, que tem uma arrecadação só de ICMS, que é o tributo no qual temos um trabalho mais efetivo, acima de R\$4 bilhões ao mês. Então, como pode um diretor, alguém que está em um cargo da cúpula da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo ganhar um salário insignificante? Ele tem que retornar a um valor razoável. Mesmo que esse servidor que está no ápice da carreira venha ganhar R\$17 mil, não entendemos isso como um absurdo, porque esses R\$17 mil, na verdade, não representam R\$17 mil. Se tirarmos os 11% da Previdência mais o Imposto de Renda que retorna para o próprio Estado, isso se transforma em R\$11 mil. Se analisarmos, se esse servidor, pela sua experiência e competência, estiver na iniciativa privada, ele vai ganhar muito mais. E ele está engrandecendo o Estado, está deixando as instituições fortes. Nós temos que valorizar isso.

Na verdade, nós estamos falando em teto. Não se trata, em momento algum, de piso. Não quer dizer que todos os servidores vão chegar a esse valor. Isso é um limite máximo.

Ao mesmo tempo, dou os parabéns e agradeço a matéria do Professor Sacha Calmon, do **Estado de Minas**, de 27 de março de 2005, que eu gostaria de deixar anexada. Ele foi perfeito em relação à análise da PEC Paralela. Eu não vou relatar aqui, mas é interessantíssima a matéria dele. Devemos dizer que o Fisco, na verdade, não tem vínculo salarial nem com o Judiciário nem com o Ministério Público. O que nós buscamos é a valorização da categoria, o reconhecimento das instituições públicas. Queremos instituições públicas fortes, queremos uma Fazenda forte, que possa arrecadar, que possa fazer com o Estado mantenha o seu poder político, que possa trabalhar de forma efetiva. Queremos também que seja valorizado o que está previsto no art. 37, XXII, da Constituição, que diz que as administrações tributárias são atividades essenciais ao funcionamento do Estado, exercidas por carreiras específicas e que terão recursos prioritários.

Também vemos a valorização das instituições fazendárias no art. 167, IV, da Constituição, que também prevê recursos prioritários.

Na verdade, pessoal, nós queremos atuar contra a sonegação e a fraude neste País. Nessa mesma linha, há matéria do Correio Braziliense, em que o José Dirceu diz: “Não se podem cortar gastos sociais, porque a miséria é muito grande no País, mas podemos economizar bilhões e bilhões no combate às fraudes e sonegação”. E é isso que o Fisco quer. Queremos ser fortes para trabalhar nessa linha.

Para concluir, quero dizer que os Governadores em hipótese alguma vão perder a sua competência

legislativa. Eles têm a competência de gerir o estado, de efetuar a política salarial dos seus servidores, o que em momento algum será ferido. A Lei de Responsabilidade Fiscal não será ferida. Ela não será abrangida por esse dispositivo constitucional, porque a autonomia legislativa continuará intacta.

Por fim, Srs. Senadores, pedimos a aprovação da PEC Paralela, porque sabemos que, como defensores dos estados, deixando essas carreiras exclusivas fortes, estarão defendendo o próprio estado. É isso que nós pedimos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Antes de passar a palavra ao Sr. Marcelo Oliveira, pela Anfip, quero convidar para tomar assento à Mesa o Representante da Associação Nacional dos Procuradores da República, Dr. Nicolau Dino, à minha esquerda.

De imediato, por dez minutos, passamos a palavra ao Dr. Marcelo Oliveira, Presidente da Anfip.

O SR. MARCELO OLIVEIRA – Bom-dia, Senador Paulo Paim, que se caracteriza pela defesa ferrenha da Previdência Social, Senador Marcelo Crivella, Senador Rodolfo Tourinho, que têm um papel muito importante em relação à reforma da Previdência aprovada no começo do Governo Lula e agora chegando ao final, em termos legislativos, com a discussão e votação da PEC Paralela, Srs e Srs. Senadores, Srs e Srs. Deputados, a Anfip é uma entidade de 55 anos que se caracteriza não só pela defesa dos seus pleitos corporativos, mas também pela defesa do sistema pelo qual os seus associados são responsáveis, que é a Previdência Social.

Nesse sentido, temos milhares de estudos a respeito das contas da Previdência Social brasileira, seja do regime geral, do INSS, seja do servidor público. Inclusive, Senador Paim, quero aproveitar esta oportunidade, com a presença de V. Ex^a e do Deputado Arnaldo, coordenadores da Frente Parlamentar em Defesa da Previdência Social Brasileira, para entregar, em primeira mão, a “Análise da Seguridade Social em 2004”, que demonstra, através de dados governamentais, que a Seguridade Social, no ano de 2004, teve um superávit acima...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Se você me permitir, vou passar ao Relator, nosso comandante em chefe nesta reunião.

O SR. MARCELO OLIVEIRA – ...de R\$42 bilhões, que foram utilizados para outros fins, que não a seguridade, inclusive passando à DRU.

Tratando da nossa discussão em pauta, a respeito da PEC Paralela, também quero deixar registrado, e passo para o Relator, que na última vez em que discuti reforma da Previdência aqui, afirmei, em de-

bate com o Secretário da Previdência Social, Helmut Schwazer, que o Governo não tinha números – e ele havia confessado isso, inclusive – sobre o déficit da Previdência do servidor.

Passo uma matéria de 28 de julho de 2003, em que o Dr. Helmut afirma ao Jornalista Celso Ming que ele não tinha dados para falar sobre o suposto déficit do servidor público e, de 15 de fevereiro de 2005, uma matéria que demonstra que aumentou a necessidade de financiamento no serviço público, porque o Governo esqueceu que a remuneração dos servidores precisa ser reajustada devido à inflação. Um pequeno desvio.

Quanto à PEC Paralela, vários pontos já foram discutidos aqui a respeito do serviço público. Quero tocar rapidamente no serviço público e me aprofundar mais no que tange ao Regime Geral de Previdência Social, responsável pelo sustento de 22 milhões de brasileiros.

A PEC Paralela, no entender da Anfip, traz... Já foi dito aqui sobre os colegas servidores estaduais e municipais. O colega da Fenafisco foi muito feliz quando citou o inciso XXII do art. 37 da Constituição Federal, que diz que as carreiras da administração tributária são uma atividade essencial ao funcionamento do Estado. Uma atividade essencial ao funcionamento do Estado precisa de garantias para o trabalho, inclusive remuneratórias – por que não?

Fixar remuneração de servidores públicos tendo em vista agentes políticos... Um Governador não tem como recompensa pelo seu trabalho apenas a remuneração. Um Governador tem várias formas de benefícios indiretos – salário indireto, como chamamos na fiscalização da Previdência. Se fôssemos, por exemplo, fiscalizar o salário do Governador, se fosse ele vinculado ao Regime Geral, todos aqueles benefícios – alimentação, moradia, transporte, segurança – seriam considerados salário indireto, porque tudo isso está embutido no custo que esse trabalhador denominado Governador dá ao Estado.

Portanto, é de suma importância, para que esses entes funcionem com a qualidade necessária, principalmente em se tratando de carreiras exclusivas de Estado, como os agentes fiscais, os policiais, os procuradores e as demais carreiras, que eles tenham a mínima garantia do seu salário, a mínima garantia de se podem ou não dedicar seu trabalho, seu estudo, sua vida a prestar aquele serviço – repito – de carreira exclusiva de Estado.

Continuando, há vários pontos na PEC Paralela que confundem, seja no art. 40, § 4º, seja mais para frente, no art. 201, previdência com assistência. A publicação que passei para esta Comissão demonstra

que o déficit alardeado pelo Governo não se constitui em Previdência Social, previdência é quem paga. Todos nós, servidores, pagamos, e principalmente os trabalhadores urbanos arcaram com o ônus da Previdência. Vários pontos, como, por exemplo, colocar o regime diferenciado para os portadores de deficiência – nada contra os portadores de deficiência, por favor – têm de estar claro que serão colocados na rubrica de Assistência Social, porque senão mais tarde ou o nosso regime ou o Regime de Previdência do INSS terá esse custo embutido e se alegará um aumento de custos, um aumento de despesas. O Congresso Nacional é soberano e decide se quer conceder ou não benefício assistencial, mas que isso vá para a conta de Assistência Social.

Outro problema, Senador Rodolpho Tourinho, foi a retirada do art. 40, § 21, em que o Senado Federal colocou sistemas de controle participativo da sociedade sobre os regimes próprios da Previdência Social. Regimes próprios são os que a União, os Estados e os Municípios conferem aos seus servidores. Temos um grande problema pela falta de transparência e pela utilização – vamos dizer – equivocada dos Governantes dos recursos previdenciários dos seus servidores. Muitos recursos, por exemplo, como foi mencionado, no Estado de São Paulo, foram utilizados para outros fins que não o pagamento de aposentadoria ou pensão. O Senado Federal tinha colocado na sua redação formas de controle da sociedade sobre esses recursos para evitar o desvio para outros fins, e isso foi retirado na Câmara dos Deputados.

É de suma importância também o aumento do limite no que tange aos portadores de deficiência, aliás, de doenças incapacitantes. Quero lembrar que do Imposto de Renda Pessoa Física essas pessoas, esses cidadãos são isentos, imunes totalmente, e na Previdência quem receber acima de R\$4.800 vai ter que contribuir – Previdência, que deveria ter um caráter social muito superior ao próprio regime do Imposto de Renda.

Termino dizendo que a Anfip está à disposição dos Srs. Senadores. Temos a única publicação que trata de regime de previdência do servidor público no País, comparando com outros países. A PEC Paralela veio de um acordo que proporcionou a aprovação da reforma da Previdência, e para nós associados da Anfip é muito temerário para a democracia que um acordo feito com a Presidência da República, com a liderança do Governo no Senado Federal, com o Líder do Partido do Governo no Senado Federal e com os demais líderes partidários seja desfeito. Isso é ruim não só para os servidores, mas também para a própria democracia.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Concedo a palavra ao Dr. Nicolau Dino, Presidente da Associação Nacional de Procuradores da República. Registro que está conosco também o Deputado Cabo Júlio, companheiro de longas jornadas.

Aviso ao Plenário que, após os dois que estarão na Mesa, só falará a Unafisco, por cinco minutos, tempo igual aos demais. Depois, teremos mais dois representantes que pediram para o final, o que foi aceito e serão chamados em seguida.

Chamo o Roberto, que é o Presidente da Federação Nacional dos Fiscais de Tributos Estaduais para compor a Mesa e passo a palavra ao Dr. Nicolau.

O SR. NICOLAU DINO – Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, dirigentes de classe, a PEC Paralela tem por objetivo básico, finalidade precípua, pôr fim a uma novela que se arrasta desde de 2003, quando se iniciou a reforma da Previdência Social.

Não posso deixar de destacar, em caráter preambular, os avanços significativos, fruto do esforço feito no Senado quando da tramitação da PEC originária para estabelecer na PEC Paralela algumas correções de rumos, tendo em vista a grave repercussão no sistema de previdência para os servidores que já se encontravam em atividade, decorrentes da hoje Emenda Constitucional nº 41.

Nesse sentido, registro, além dos avanços mencionados pelo Presidente da Anfip, o afastamento do monstro da paridade mitigada e a adoção plena da paridade integral para todos os servidores que ingressaram no serviço público até a promulgação da Emenda nº 41, entre outros avanços aqui registrados que, certamente, o Senado chancelará com a aprovação e posterior promulgação da PEC Paralela.

O aspecto tormentoso e que ocupa espaço privilegiado nos debates políticos e na mídia diz respeito à estipulação, à ampliação do subteto dos Estados, com acréscimo feito às carreiras de delegados de polícia, dos advogados e agentes fiscais tributários dos Estados e do Distrito Federal. Essas carreiras, pelo acréscimo feito na Câmara dos Deputados, ficaram submetidas ao teto dos desembargadores no plano dos Estados.

Instalou-se aí uma polêmica sob o falso argumento de que isso implicaria, por si só, no aumento de despesa nos Estado, que implicaria uma situação de insuportabilidade nas folhas de pagamento dos governos estaduais.

Indo direto ao ponto, Sr. Presidente, parece-me que esse argumento é extremamente falacioso. E chego a essa conclusão partindo de uma premissa que me parece inarredável: o Estado brasileiro precisa definir

que tipo de servidor público deseja ter, qual é a natureza do serviço, a qualidade do serviço que o Estado brasileiro deseja prestar à sociedade civil. E essa qualidade está diretamente relacionada com o tipo da remuneração, com o montante da remuneração que é pago às carreiras, principalmente às carreiras consideradas essenciais à atuação e ao funcionamento do Estado. Entre essas, evidente, além do Judiciário, além do Ministério Público, já mencionadas na Emenda 41, além dos Procuradores do Estado, podemos também incluir como funções essenciais para o funcionamento bom, pleno do Estado as carreiras dos delegados de polícia, as carreiras dos agentes fiscais tributários, que desenvolvem atividades fundamentais no que se refere, estas últimas, à arrecadação, à formação da receita do Estado, necessário ao cumprimento dos seus objetivos republicanos; e a outra carreira, os delegados de polícia, que desenvolvem uma função fundamental no que se refere à persecução criminal, no que se refere ao combate à criminalidade, principalmente a macrocriminalidade, que hoje assume proporções insuportáveis no Estado brasileiro.

Não pararia aí, Sr. Presidente. Existem tantas e tantas outras carreiras que são fundamentais que deveriam estar contempladas no texto da PEC paralela como merecedoras de remuneração digna, fugindo, portanto, ao teto do Governador do Estado, que é um teto político, como já foi dito, uma remuneração que na verdade não corresponde ao cumprimento de todas as necessidades que os demais servidores públicos têm que cumprir, com o seu ganho mensal. As despesas do Governador do Estado, considerando as prerrogativas inerentes ao cargo, são consideravelmente menores do que as despesas de qualquer servidor no que se refere à alimentação, locomoção, moradia. Então, a referência a carreiras separadas, fora do teto dos governadores, é fundamental.

Como dizia, além dessas carreiras incluídas na Câmara, há outras carreiras fundamentais, como por exemplo, a dos peritos criminais. A perícia criminal desenvolve hoje uma atividade tão relevante quanto à atividade dos delegados da polícia ou dos membros do Ministério Público no que se refere ao combate à criminalidade.

Então, na realidade, a estimulação de um teto, de um subteto diferenciado no plano dos Estados cria um falso problema porque, no fundo, o subteto justo e correto no plano dos entes federativos, dos Estados deveria ser na verdade o subteto dos desembargadores. E, assim, se estabeleceria uma plena simetria com o plano Federal. No plano Federal, o teto é do Ministro do Supremo Tribunal Federal. No plano dos Estados, o teto deveria ser para todas as carreiras, e não apenas

aqueelas excepcionadas agora, o teto dos desembargadores dos tribunais de Justiça dos Estados.

Quero crer que a melhor solução, Sr. Presidente, seria transformar a faculdade prevista no § 12 do art. 37 numa imperatividade. Essa alternativa, sem dúvida, resgataria a justiça no que se refere à estipulação da remuneração dos servidores públicos no Brasil, porque, como disse no início, é a remuneração digna que cada servidor recebe e tem direito e irá determinar a qualidade, o tipo, a natureza do serviço público, que o Brasil deseja para a sua sociedade.

Assistimos, em passado recente, o sucateamento da saúde pública em nosso País. Todos nós da classe média nos conformamos, porque imigramos comodamente para os planos de assistência à saúde. E hoje um médico recebe uma remuneração irrisória. O médico que trabalha no serviço público finge que trabalha, dá um plantão a distância, e o Estado finge que remunera.

Assistimos também, a classe média assistiu, comodamente, placidamente, ao sucateamento dos serviços de educação pública, com remuneração baixíssima destinada aos professores de ensino fundamental, médio e superior. Não podemos assistir, no século XXI, ao sucateamento das demais carreiras que são essenciais ao funcionamento do Estado brasileiro.

Com isso, Sr. Presidente, encerro a minha fala. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Passo a palavra ao Dr. Roberto Kupski, Presidente da Federação Brasileira de Associação de Fiscais de Tributos Estaduais. Em seguida, fala a Unafisco. Dividi o tempo em cinco minutos para a Presidente do Unafisco, Maria Lúcia Fattorelli, e cinco minutos também para o Pedro Delarue. Por último, falarão o representante da Associação de Delegados de Polícia do Brasil (Adepol), o ex-Deputado Federal Wilson Muller, e o Presidente da Associação de Oficiais Militares Estaduais do Brasil, Sigfrido Maus.

O SR. ROBERTO KUPSKI – Prezado Senador conterrâneo Paulo Paim, agradeço a sensibilidade de V. Ex^a em permitir que a Febrafit participasse. Prezado Senador Rodolpho Tourinho, Relator dessa importante PEC, Senador Marcelo Crivella, Sr^{as} e Srs. Deputados, representantes de entidades de classe de todos os servidores aqui presentes, saúdo a todos, em nome da nossa co-irmã Fenafisco. Muito foi dito aqui. Penso que o Toninho, do Diap, foi muito feliz quando fez uma análise dessa PEC paralela. Queremos ainda acrescentar que, na realidade, essa PEC foi um acordo feito no Senado. A Casa fez um movimento no final de 2003 e obteve a sua aprovação em tempo recorde. Ela tramitou por esse período na Câmara Federal. A

matéria tramita há dezoito meses, e a expectativa dos servidores é de que ela seja aprovada o mais rápido possível. A Câmara fez nela alguns aperfeiçoamentos, e queremos a aprovação da PEC, se possível, da forma como ela entrou no Senado. Esse é o pleito de servidores, independentemente de questões a serem discutidas posteriormente. Dentre os aperfeiçoamentos legislativos feitos pela Câmara, certamente podemos defender com serenidade e tranqüilidade a inclusão de carreiras de Estado, como fiscais, delegados e advogados, no teto de Desembargador. O pleito dos servidores estaduais sempre foi que houvesse o teto único, a exemplo da União. Desde o ingresso do Projeto da Reforma da Previdência aqui – hoje a Emenda Constitucional n. 41 –, ficou claro que o teto na União era o do Ministro do Supremo. Não importa se o servidor é do Legislativo, do Judiciário ou do Executivo Federal. Todos têm o mesmo teto de Ministro do Supremo, e nem por isso alguma dessas categorias passou imediatamente a ganhar o mesmo que o Ministro do Supremo. Levar para esse raciocínio seria dizer que todo servidor federal, de qualquer esfera, hoje, estaria ganhando o que o Ministro do Supremo ganha. Isso não é uma realidade. As políticas salariais continuam sendo fixadas pelos Governadores, no caso dos Estados. E temos já esse tratamento dado agora aos delegados e aos fiscais; já alcançados para carreiras de Estado, como procuradores, defensores públicos e o Ministério Público. Na realidade, estamos só fazendo justiça. Não sendo possível ter fixado o teto único estadual, a exemplo do teto único nacional, as carreiras de Estado devem, sim, ficar guarnecidas não sob a égide de um salário político, como o do Governador. Ele não representa despesa, de forma alguma. A PEC Paralela não é nenhum custo. Não, não é custo. Na realidade, o investimento que o Estado faz nos seus servidores não deve ser visto como despesa. Também é um investimento. Temos de qualificar e fazer bem esse investimento. O servidor público, do Fisco em especial, sempre foi favorável ao teto. Queremos ter garantido que os vencimentos da carreira sejam preservados, e não considerando um salário político, e tem de ser entendido assim. Não é uma crítica, mas não podemos ter vinculado um salário como esse. Ainda mais em uma atividade essencial como a do Fisco, prevista na Constituição a partir do final de 2003, aprovada pelas duas Casas, em dois turnos, no art. 37, inciso XXII. Já foi referido aqui, mas é sempre importante retornar a ele:

Art. 37.

XXII – as administrações tributárias da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, atividades essenciais ao funcio-

namento do Estado, exercidas por servidores de carreiras específicas...

Ora, só esse dispositivo constitucional dá a grandeza e a justiça desse dispositivo, acrescentado pela Câmara à PEC Paralela, incluindo o Fisco como carreira de Estado nesse teto de Desembargador. Repito: nenhum fiscal vai passar a ganhar mais por causa disso. Poderá corrigir cortes de salário hoje executados, retornando ao salário que ganhava em dezembro de 2003. Nós queremos isso. Não haverá um centavo de reajuste. Estamos simplesmente defendendo que o salário que era garantido por lei, aprovado pela Assembléia Legislativa e vigorava em dezembro de 2003 seja restaurado.

Creio que já foi dito quase tudo sobre a PEC Paralela. É uma questão de justiça, Senador Paulo Paim, Senador Rodolpho Tourinho, Senador Marcelo Crivella, Senador Pavan, Srs. Deputados. E gostaríamos de reiterar o pedido de aprovação na íntegra desta PEC Paralela, como veio da Câmara, sem reconhecer o direito de outras categorias. Que não se pare mais uma vez a PEC Paralela para, quem sabe, não tê-la aprovada.

Então pedimos a aprovação dela como está, para depois buscar os aperfeiçoamentos com justiça para outras categorias eventualmente não alcançadas.

Mais uma vez, muito obrigado, Senador Paulo Paim, pela oportunidade extrapauta de a Febrafit vir aqui. Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Só quero dizer que foi uma questão de justiça. V. Ex^a trabalhou muito, como eu sei, pela PEC Paralela.

Chamamos a Unafisco, por dez minutos. A sua Presidente, Maria Lúcia Fattorelli, vai falar por cinco minutos e, por entendimento da entidade, falará também o Pedro Delarue por cinco minutos. Ambos estão convidados para assumir a Mesa.

A SR^a MARIA LÚCIA FATTORELLI – Bom dia a todos. Em primeiro lugar, quero agradecer o Senador Paulo Paim pela atenção e o respeito à Unafisco, abrindo este espaço para a nossa entidade.

Parabenizo o Senador Antonio Carlos Valadares pela importante iniciativa desta audiência pública e, ao cumprimentar o Relator, Senador Rodolpho Tourinho, que teve que se ausentar por um minuto, saúdo os demais Parlamentares presentes e colegas membros de entidades e carreiras públicas.

A PEC Paralela nasceu aqui no Senado, ainda em outubro de 2003, durante a tramitação da reforma da Previdência. E ela teve um objetivo naquele momento: evitar que os Senadores que discordavam de vários aspectos da Emenda proposta, de nº 40 na Câmara e 67 aqui no Senado, por meio de emendas,

fizessem com que a reforma da Previdência retornasse à Câmara, o que era considerado, tanto pelo Governo quanto pelos Parlamentares da base de apoio, como algo inaceitável.

Inicialmente, nós, da Unafisco, nos posicionamos contrariamente à PEC Paralela, porque lutávamos por alterações no próprio texto da emenda em andamento. Nós temíamos que a PEC Paralela fosse um mecanismo de alto risco, apenas para viabilizar a aprovação sem emendas da reforma da Previdência.

Depois de consumada a sua aprovação em primeiro turno, não nos restou outra alternativa senão trabalhar para que essa PEC Paralela pudesse resgatar alguns direitos subtraídos pela Emenda à Constituição nº 41, que acabou aprovada.

Na sessão realizada aqui no Senado, em 15 de dezembro de 2003, a PEC Paralela foi aprovada por unanimidade pelos 69 Senadores presentes, tendo sido amplamente divulgado o acordo celebrado entre o Governo e os partidos políticos de acelerar a sua aprovação nas duas Casas do Congresso e a consequente promulgação.

Assim, em janeiro de 2004, nós assistimos à convocação extraordinária do Congresso, mas a votação da matéria só veio a ser concluída agora, 15 meses depois, em março de 2005, na Câmara, depois de luta, muito empenho de todas as nossas entidades, que acreditaram, insistiram e persistiram na luta contra injustiças praticadas pela reforma da Previdência.

Finalmente, após esse árduo trâmite da PEC na Câmara, quando a matéria já retorna ao Senado, a nossa expectativa é natural que ela venha a ser aprovada celeremente, tendo em vista que foi uma medida gerada nesta Casa, aprovada por unanimidade.

Entretanto, assistimos a Governadores desvirtuarem o alcance do teto aprovado para os servidores estaduais, como já foi amplamente colocado pelos que me antecederam aqui, e, ao mesmo tempo, assistimos ao Governo Federal reavivar o falacioso discurso do déficit da Previdência, baseado na falsa comparação entre o pagamento de benefícios de aposentadoria e a contribuição previdenciária sobre a folha de salários, esquecendo-se de que a Constituição de 88, ao ampliar os benefícios previdenciários, cuidou também de determinar quais seriam os financiamentos para essa seguridade.

Então, o Governo deixa de computar a Cofins, a contribuição social sobre o lucro líquido, fabricando-se um déficit, que, como o Marcelo, da Anfip, que me antecedeu, disse: os estudos da Anfip demonstram que a Previdência, em 2004, foi superavitária em R\$ 42 bilhões.

Ainda que consideremos a despesa com o pagamento das aposentadorias dos servidores públicos, que não é paga pela seguridade social, só para efeito de raciocínio, ainda assim, sobram R\$14 bilhões. Portanto, não há déficit, muito menos rombo, como declarou recentemente o atual Ministro da Previdência.

O déficit anunciado decorre do fato de não serem computadas algumas receitas e também do desvio de receitas para o pagamento de juros por meio da DRU.

Portanto, a reforma da Previdência significou perdas irreparáveis para os servidores públicos, ativos e aposentados. A PEC Paralela veio recuperar uma pequena parcela dos direitos ceifados. Ela não criou nada de novo, veio apenas recuperar um pouco do que foi ceifado, destacando-se a paridade para os que já se encontravam em serviço em 2003, a isenção em dobro da taxação para exportadores de moléstia incapacitante, nova regra de transição, teto para os servidores dos Estados e a possibilidade de, por lei complementar, instituir um regime especial de Previdência para carreiras expostas a risco.

Nessa oportunidade, vimos solicitar aos Senadores que o texto da PEC Paralela seja aprovado o mais rápido possível, caso contrário, se ele vier a ser profundamente alterado, ele terá que retornar à Câmara, o que significará a consolidação das perdas trazidas pela reforma da Previdência e a impossibilidade de qualquer recuperação de direitos.

Assim, esperamos que a intenção dos Senadores, de possibilitarem o resgate de pelo menos parte dos direitos subtraídos pela reforma da Previdência venha a se concretizar, mediante a aprovação integral do texto da PEC Paralela, já aprovada na Câmara dos Deputados, para que a emenda possa ser brevemente promulgada.

Essa PEC pode ser comparada a um filho, que foi gerado no Senado, gestado na Câmara, onde cresceu muito pouco, e agora precisa nascer aqui, no Senado. Se o Senado efetuar muitas alterações, essas alterações significarão um aborto desse filho, antes de seu nascimento.

Então, pedimos a aprovação o mais rápido possível desse texto, para que possamos continuar. Prosseguiremos na luta pelo resgate daqueles direitos subtraídos, mas pelo menos essa parte que está na PEC Paralela queremos vê-la aprovada e promulgada o mais rápido possível.

Muito obrigada. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Passamos a palavra ao Pedro Delarue, que também ajudou muito nesses encaminhamentos da PEC Paralela, como

também a Maria Lúcia Fattoreli, que os senhores ouviram nesse momento.

Pedro Delarue, por cinco minutos, com mais dois, naturalmente, de tolerância.

O SR. PEDRO DELARUE – Exm^{os} Srs. Senadores Paulo Paim, Romeu Tuma, Marcelo Crivella, demais Parlamentares aqui presentes e autoridades, colegas servidores, depois de mais de um ano voltamos a essa Casa para tratar de um assunto que para nós servidores é muito caro: a Reforma da Previdência.

Quando foi encerrada a discussão da matéria no Senado, no final de 2003, foram-nos impostas muitas e significativas derrotas sob o signo de supostos privilégios e de um suposto déficit das contas previdenciárias. Restou-nos apenas a promessa de que alguns desses direitos tomados seriam restituídos com a chamada PEC Paralela.

Vencidos no primeiro turno, aqui no Senado, na Reforma da Previdência, não nos sobrou outra alternativa senão esta: foi elaborado um grande acordo que envolveu todas as bancadas dessa Casa, o Governo, os servidores, especialmente o Senador Paulo Paim e o Senador Tião Viana, então Líder do PT e relator da PEC Paralela.

Não é demais lembrar, Senador Paulo Paim, que a PEC paralela foi aprovada, aqui nesta Casa, por unanimidade.

Seguimos para a Câmara com a promessa de que a PEC seria rapidamente aprovada durante a convocação extraordinária realizada especialmente com essa finalidade. Nossa expectativa não se confirmou, de tal forma que, apenas após muita mobilização e insistência, finalmente conseguimos aprová-la na Câmara, no mês passado.

Realizamos uma verdadeira travessia do deserto, que foi a tramitação da PEC Paralela na Câmara, e retornamos ao que deveria ser um lugar seguro, o lugar onde a PEC nasceu e onde foi aprovada por unanimidade: o Senado.

Entretanto, bastou que a PEC Paralela se tornasse uma possibilidade viável para que o Governo, apoiado nesse caso pela grande imprensa, retornasse com o discurso do tal déficit e do privilégio. Que déficit, Senador Paulo Paim? Já ficou sobejamente comprovado que esse déficit não existe, conforme falou aqui a Maria Lúcia, falou o Marcelo. Esse estudo da Anfip comprova isso.

Ainda que existisse esse tal déficit, quais seriam suas causas? Não seriam, entre outras, o desemprego e o subemprego, que empurram trabalhadores para a informalidade? Hoje, boa parte dos trabalhadores é contratada por grandes empresas, dos mais diversos ramos de atividades, como prestadores de serviços.

Não por sua vontade, mas para garantir o seu próprio emprego, esses trabalhadores têm que optar por abrir mão de direitos básicos, como o FGTS, como férias, como o 13º salário, direitos esses garantidos pelos trabalhadores há muitas décadas. São, na realidade, subempregados, sem nenhuma garantia contra a demissão.

Entre outras coisas, as empresas que os contratam deixam de contribuir com a parte patronal para os cofres da Previdência. Quando deixam de contribuir, sob os olhares complacentes dos formuladores das políticas deste País, empregadores em geral se ilidem de cumprir com a sua parte no pacto previdenciário, tornando-se assim os verdadeiros privilegiados.

Privilegiadas, Senador Paulo Paim, são as elites deste País, que nunca foram chamadas a contribuir, na sua capacidade tributária, para o desenvolvimento e o bem-estar social desta grande Nação. Deixam esse encargo para a classe trabalhadora. É a classe trabalhadora que acaba tendo que cobrir a Previdência. Esse é o verdadeiro privilégio a ser combatido, que lesa a Previdência em milhões, talvez bilhões de reais.

Quanto ao suposto rombo que o subteto dos Desembargadores causaria às contas dos Estados, ele simplesmente não existe. É apenas autoritativo esse dispositivo e não aumenta o salário de ninguém. O teto dos servidores públicos federais é o salário de um Ministro do Supremo Tribunal Federal. E, no entanto, o salário de 99,99% dos servidores federais não chega nem perto do salário de um Ministro do Supremo.

A Constituição do Estado da Bahia – Estado do Relator, Senador Rodolpho Tourinho –, desde 1989, já prevê que o teto dos servidores daquele Estado é o salário do Desembargador. Nem por isso, delegados e fiscais da Bahia percebem o mesmo que um Desembargador e continuarão a não perceber com a aprovação da PEC Paralela da forma como veio da Câmara.

A lógica desse subteto, como já dito aqui, é que não se pode ter como limite do salário do servidor, o salário de um político, de um Governador. Evidentemente esse salário do Governador é sujeito a todo tipo de restrições de ordem política. O salário do servidor deve ter por limite o salário de uma outra carreira da estrutura do Estado, nunca o salário de um político.

Portanto, Senador Paim e demais Senadores e Deputados aqui presentes, é a nossa vontade – e este é o pleito que trazemos para esta Casa – acabar de vez com a angústia do servidor, encurtar os prazos regimentais de forma a possibilitar a rápida tramitação e a aprovação da matéria pelo Senado, da PEC Paralela, aprovação do texto que já foi aprovado na Câmara, de preferência por unanimidade, Senador Paim, como da primeira vez. Isso como forma de demonstrar o respeito

e fazer um pouco de justiça com os homens e mulheres que se dedicam por uma vida inteira a contribuir com o engrandecimento desta grande Nação.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Quero registrar a presença do Senador Francisco Pereira, do PL. Pela ordem, Senador Leonel Pavan.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente, parece que não há mais nenhum inscrito?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Há dois inscritos.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Qual o tempo para cada um?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Cada um terá 10 minutos. São as últimas duas entidades. Esses dois eram da mesma entidade e dividiram o tempo, cada um ficou com 5 minutos. Tanto que dei 7 minutos para cada um. Foi uma exceção. Eles falaram praticamente 15 minutos.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Após a inscrição dos dois, vai valer a lista.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – De imediato, quero convidar o meu ex-colega da Câmara dos Deputados, Wilson Muller, representando a Associação dos Delegados de Polícia do Brasil, e também, lá do meu Rio Grande, o Presidente da Associação de Oficiais Militares Estaduais do Brasil, Sigfrido Maus.

Passo a palavra, de imediato, ao ex-Deputado Federal, Wilson Muller, que falará por 10 minutos, representando a Associação dos Delegados de Polícia do Brasil.

O SR. WILSON MULLER – Sr. Presidente, de-mais membros da Mesa, Parlamentares, convidados, com certeza não usarei todo o tempo destinado a nós. Parece que o assunto está bastante compreendido por todos.

Incialmente eu faria uma pequena observação que julgo conveniente. Os salários ou as remunerações dos Srs. Governadores são por eles fixados enquanto Governadores. Todavia, depois de deixar o Governo, os Governadores, todos eles, têm uma merecida pensão vitalícia que é igual à remuneração percebida pelos Presidentes dos respectivos Tribunais de Justiça.

Portanto, parece-me que esta observação seja de valia, Sr. Senador Paulo Paim, porque até se me permitir, enquanto cidadão, eleitor, seria conveniente que o Senado da República fixasse o salário dos Governadores, a fim de evitar-lhes constrangimento. Cada Governador que assume não quer aumentar sua remuneração, até porque – e temos vários Governadores de relações pessoais, amigos – sabem que, durante o tempo de governo, terão merecido e justo acréscimo indireto nas suas despesas pessoais. Concluído o

mandato, terão a pensão vitalícia igual aos Presidentes do Tribunal de Justiça. Faria essa observação para reflexão de V. Ex^{as}s.

Temos – e todos sabem – uma relação de absoluta cordialidade com os nossos co-irmãos das Polícias Militares. Todavia, impõe-se, Senador Paim, Sr. Presidente, Srs. Senadores e Parlamentares, que eu aqui me permita fazer uma pequena discordância a meu ilustre amigo, Coronel Cairo. Certamente, na angústia do debate e na procura dos interesses legítimos, disse o Coronel Cairo que a integração entre as polícias, a permanecer esse estado de coisas, está ferida de morte. Faço essa observação com absoluta certeza de que o Coronel Cairo se equivocou, quer dizer, ou se equivocou, ou fez uma ameaça indevida. Acredito que se equivocou. Quem estabelece a relação e a integração entre as Polícias é a Constituição Federal, que é muito clara, e não há nenhuma dúvida quanto a isso. Não vamos aí entrar em detalhes que não dizem respeito a esse assunto.

Não podemos também, Senador Paim, Sr. Relator e demais Parlamentares, confundir-se discussão de reforma previdenciária com discussão de assuntos da segurança pública em geral. Quem sabe esta Casa e o Congresso Nacional, representando a sociedade brasileira, venham a entender que seria importante fazermos uma reformulação no sistema de segurança pública do País. Há um pensamento nesta Casa que entende que possa haver uma polícia única, mas esse assunto não é motivo de discussão neste momento. Permito-me enfatizar essa questão.

E, no momento que aqui se discutiu a reforma previdenciária, os nossos companheiros e amigos ilustres das Polícias Militares, que são fundamentais e indispesáveis à segurança pública, optaram pelo regime das Forças Armadas, e nós, delegados de polícia, entendemos que era não só conveniente como entendíamos que era distinção é uma honra às Polícias Militares equipararem-se, para efeitos previdenciários, às Forças Armadas.

Quando esse assunto retornou à Câmara, por insistência de V. Ex^a e de outros Parlamentares, inconformados com a injustiça que se fazia a servidores, lá, na Câmara, conversamos com os policiais militares, nossos amigos aqui, tem outro colega aqui na mesa, e não houve interesse dos policiais militares de apresentarem emendas no sentido de se incorporarem nesse sentido as carreiras típicas de Estado. Por que não houve interesse? Estavam contemplados na reforma previdenciária, na equiparação com as Forças Armadas. Se fosse decidido a nós, estaríamos honrados e satisfeitos. O que se discute, Senador, e não vou usar todo o tempo... Ficou muito claro que não há aumento,

não há aumento de teto, não há nada; o que houve – e nós lamentamos – é que alguns governadores, equivocadamente, levaram à mídia nacional uma opinião apocalíptica, como se os Estados fossem falir. Como disse muito bem o nosso Deputado João Campos, por que o Estado faliria se se pagasse isso aos delegados? Por que o Estado não entra em falência, destinando por disposição constitucional uma verba fantástica ao Poder Judiciário e ao Ministério Público, por exemplo, que entendemos ser justo?

Portanto, apelamos a V. Ex^{as}s no sentido de que o Senado da República proteja as carreiras típicas dos Estados.

Perguntou-nos um dia um Senador: “se vocês não querem aumento, por que estão aqui”? Respondemos ao ilustre Senador que estamos aqui para proteger uma carreira importante, que foi reconhecida na Constituição de 1988 e que, por equívoco do Governo, foi retirada da inserção constitucional no que diz respeito a essas questões.

Senador Relator, estou aposentado, como vários colegas presentes. Somos quinze chefes de polícia do País inteiro, diretores, e estou falando em nome deles. As polícias não podem permitir que, amanhã ou depois, volte a existir aquela polícia antiga, em que o chefe político da região nomeava o delegado de polícia. Se houver uma proteção constitucional consolidada, que não traga dúvida, como não há nessa emenda da Câmara, estamos equiparados às carreiras típicas de Estado. Haverá um controle rigoroso do Estado sobre essas funções.

Portanto, agradecemos a V. Ex^{as}s a gentileza. Não entramos em detalhe técnico. Não somos contra a inclusão de quem quer que seja, só insistimos nessa observação. Quem faz a integração é a lei, o mais é ameaça inaceitável ao Estado e às instituições.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Concedo a palavra ao Presidente da Associação dos Oficiais Militares Estaduais do Brasil, Sigfrido Maus, por dez minutos.

O SR. SIGFRIDO MAUS – Exm^o Sr. Senador Paulo Paim, Presidente desta audiência pública; Sr. Senador Rodolpho Tourinho, Relator da PEC paralela, Srs. Senadores Marcelo Crivella, Francisco Pereira, Romeu Tuma e Eduardo Azeredo; meu caro Senador Leonel Pavan, do nosso Estado de Santa Catarina; Srs. Deputados Federais; Coronel Alves, Coronel Josias Quintal, Capitão Wayne, Cabo Júlio, que compõem a bancada miliciana, carinhosamente chamada pelos militares estaduais; Deputado Federal Arnaldo Faria de Sá, Deputado Federal João Campos; Coronel Vieira, Comandante da Polícia Militar do Pará e Presidente

do Conselho Nacional dos Comandantes Gerais, entidade que comanda mais de 600 mil homens, um verdadeiro exército da paz social e nacional – faço esta referência ao Conselho Nacional porque sempre tem apoiado o homem Brasil em todos os seus momentos –; senhores representantes das entidades; senhores oficiais das Polícias Militares e dos Bombeiros Militares; senhores delegados de polícia de carreira; senhoras e senhores representantes de outras entidades; senhoras e senhores, inicialmente agradeço aos Exm^{os}s Senadores, em especial ao Senador Paim, pela realização desta audiência pública em que as entidades puderam, de uma forma bastante sucinta, apresentar as suas razões com vistas a resolver a situação criada na Câmara dos Deputados, que, ao incluir algumas categorias funcionais do Poder Executivo no subteto do Poder Judiciário, impôs às outras um tratamento diferenciado.

O Presidente da Associação dos Oficiais da Brigada Militar que me antecedeu já discorreu com muita propriedade acerca da situação.

Devo, no entanto, acrescentar outras informações e tecer alguns comentários acerca dessa mesma situação e apenas com referência ao que foi alterado em relação ao inciso XI do art. 37 e não com relação às demais alterações introduzidas na Câmara dos Deputados.

As considerações que faço é que, no momento em que tramitava a PEC da Previdência no Senado Federal, algumas categorias se mobilizaram no sentido de que fosse a elas dispensado o mesmo tratamento que alcançaram, já naquela oportunidade, algumas entidades do Poder Executivo com relação ao subteto nos Estados.

Como consequência de amplo acordo, foi aprovada nesta Casa a PEC paralela da Previdência, a qual, pelo mesmo ajuste, não receberia, por parte das entidades, proposta de emendas na Câmara dos Deputados. As nossas entidades, por respeitarem o acordo, não apresentaram emenda quando da tramitação da PEC naquela Casa, somente tomaram conhecimento das emendas apresentadas por outras categorias quando já decorrido o prazo para tais apresentações.

Assim, restou-nos o contato com os senhores Líderes dos Partidos, incluindo-se entre esses o Relator, o Deputado Federal José Pimentel, sendo afirmado por todos que as emendas não seriam recepcionadas pelo Relator ou que seriam rejeitadas. Mas não foi o que aconteceu. E o resultado todos nós já conhecemos.

Agora as entidades militares estaduais pretendem também a inclusão dessa categoria no mesmo dispositivo, pelas razões já apresentadas anteriormente pelo Presidente Coronel Caio, da Brigada Militar. Entretan-

to, quero me referir a algumas situações e afirmações que estão circulando, que acusam nossas entidades de estarem tentando retirar dos senhores delegados de polícia de carreira e demais categorias a conquista obtida na Câmara dos Deputados.

Posso afirmar, com absoluta certeza, que nunca foi essa a nossa intenção, até porque, mesmo antes de se falar na PEC Paralela, já defendíamos a proposta de que, a exemplo do previsto para os servidores federais, também aos estaduais fosse estabelecido apenas um teto a que ficassem submetidos todos os servidores civis dos três Poderes estaduais, assim como os militares dos Estados. Com isso, se estaria também observando a equivalência salarial prevista no art. 37, inciso XII da nossa Carta Magna, que estabelece salários iguais para os três Poderes. E esse teto, voltamos a afirmar, deveria ser o do Poder Judiciário de cada unidade federada, até pelas razões que todos já explicaram.

As informações que temos dado são no sentido de se estabelecer um tratamento igualitário. O documento encaminhado aos Exm^{os}s Senadores foi no sentido de vermos atendida essa nossa pretensão a esse tratamento e não de pedir a supressão do que foi conseguido na Câmara dos Deputados.

Por outro lado, o documento encaminhado anteriormente a alguns Deputados Federais na Câmara dos Deputados, quando lá se discutiram os destaques, tinha também por escopo apenas alertá-los das consequências que a emenda traria ao seio policial caso fosse aprovada da forma como o foi.

Por isso, voltamos a afirmar que a nossa preocupação junto a esta Casa foi e continua sendo apenas as repercussões negativas que já estão ocorrendo no seio das instituições militares estaduais, que certamente e lamentavelmente se refletirão em dificuldades de toda ordem nos esforços referentes às tratativas de integração das atividades operacionais das polícias civis e militares e dos corpos de bombeiros militares.

A preocupação deve ser maior, não pelas dificuldades evidentemente de relacionamento entre delegados de polícia de carreira e oficiais militares estaduais, mas porque essas acabarão por se refletir nos serviços a serem prestados aos cidadãos, na proteção que lhes é devida e que deve ser sempre a preocupação maior de todos os homens públicos e, em especial, dos policiais, tanto civis como militares.

É esse o motivo pelo qual temos nos empenhado em corrigir o que definimos como um equívoco do Plenário da Câmara dos Deputados ao não contemplar os militares estaduais, mas que agora temos a certeza de que o Senado Federal, pela inteligência e sensibilidade de seus integrantes, haverá de corrigir.

Nesse sentido, estamos de pleno acordo com o texto do esclarecimento público expedido pela Adapol Brasil, Fenafisco e Febrafit, principalmente no tocante ao teto único para os Estados.

Sr^{as}s e Srs. Senadores, ao fazermos essas sucintas considerações temos por objetivo apenas informar-lhes essas possíveis e indesejáveis consequências, caso permaneça essa situação que propôs um tratamento desigual a duas categorias que necessitam, cada dia mais, se integrar e interagir para a consecução e manutenção da paz social e da proteção dos cidadãos brasileiros. Devemos também, apenas como uma preocupação a mais, lembrar que a promulgação de quaisquer dispositivos referentes aos subtetos, produzirá efeitos imediatos a partir da data da publicação desse ato, sem que a lei estadual seja necessária para disciplinar a aplicação do subteto do Poder Judiciário. Por outro lado, sabemos também que há justa preocupação do Senado Federal no sentido de evitar o chamado efeito pingue-pongue. Por isso, apelamos para que se aprove, em razão da urgência, a PEC paralela e, com referência ao inc. XI do art. 37, inclua-se nesse dispositivo os militares estaduais, porque esse inciso diz respeito a salário. A situação previdenciária dos militares é outra questão. O inciso XI define salários, tanto de aposentados como do pessoal da ativa; por isso, é uma questão salarial e não apenas uma questão previdenciária.

Confiamos na sensibilidade e no espírito de justiça de todos os Srs. Senadores e Senadoras da República na certeza de que saberão decidir pelo que for justo e adequado ao momento pelo qual passa a nação brasileira e, em especial, todos os policiais civis, os militares estaduais e os demais servidores da segurança pública dos Estados e do Distrito Federal, sem perder de vista, em momento algum, a tão almejada paz social, missão maior de todas essas categorias.

Muito obrigado.(Palmas.)

O SR. FRANCISCO PEREIRA (Bloco/PL – ES)
– Sr. Presidente, uma questão de ordem.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)
– Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Só um minutinho. Vou conceder tempo para todas as questões de ordem.

A questão de ordem encaminhada à Mesa pelo Senador Francisco Pereira será a primeira a ser apreendiada.

O SR. FRANCISCO PEREIRA (Bloco/PL – ES)
– Como diz o Requerimento nº 2005, encaminhado à Mesa, encontra-se presente o Presidente da Confederação Nacional dos Delegados de Polícia de Carreira,

Condepol, Dr. Dirceo Antônio Leme de Melo, para o qual solicito o uso da palavra.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Se me permitir, eu darei o seguinte encaminhamento: há esse caso e o do representante dos peritos aqui presentes. Eu daria a palavra, neste momento...

Sei que alguns têm de viajar, por isso, vamos intercalá-los com aqueles que não têm, entre Senadores e Deputados.

O primeiro Senador inscrito é o Senador Leonel Pavan, depois, o Senador Romeu Tuma, mas vou responder ainda às duas questões de ordem.

Pode ser este encaminhamento? Concordam? (Pausa.)

Para uma questão de ordem, tem a palavra o Deputado Arnaldo Faria de Sá.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Sr. Presidente, eu só queria lembrar ao Coronel Maus que não houve equívoco nenhum da Câmara quando aprovou o dispositivo relativo aos delegados e aos agentes fiscais. Os oficiais não entraram porque não tinham emenda. Fui autor da emenda dos delegados e dos agentes fiscais. Na verdade, só quero dar um esclarecimento, Senador Paim, que é importante: os delegados de polícia de carreira já estavam na Constituição, no art. 241, e no Governo passado, foi suprimido esse artigo. Apenas estamos fazendo uma correção extremamente importante. Em relação aos agentes fiscais de tributos estaduais, na própria emenda tributária, está sendo federalizado o ICMS. Se se quer federalizar o ICMS, tem que dar esse mesmo tratamento aos fiscais de tributos estaduais. Na verdade, o Senador Rodolpho Tourinho vai ter oportunidade de fazer essa correção. Com todo respeito ao Senador Romeu Tuma, quero dizer que o Senador Rodolpho Tourinho foi o grande artífice aqui no Senado e, lá, na Câmara, só foi aprovado porque Severino Cavalcanti é o Presidente; se não, não teria sido aprovado, teria ficado parado como estava há um ano e meio. Portanto, é importante que o Senado corrija isso em tempo, resgatando a questão dos delegados de polícia de carreira e dos agentes fiscais de tributos estaduais. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Como não há questão de ordem a resolver, de imediato, seguindo a lista de inscrição, está com a palavra o Senador Leonel Pavan.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Primeiro, eu queria cumprimentar os autores do requerimento para que pudéssemos realizar esta audiência pública, bem como todos os expositores, todas as entidades que aqui expuseram, por intermédio de seus representantes, sua posição referente à PEC Paralela, alguns para garantir o que já foi aprovado na Câmara Federal e outros

para também serem agraciados, se for essa a palavra, mas que sejam respeitados da mesma forma.

Então, meus cumprimentos a todos.

Mas queria dizer, Sr. Presidente, que o Governo nos pregou várias peças, e uma delas foi justamente a reforma da Previdência. Cometeu injustiças, deixou a população em pânico, pessoas sofreram, estressaram-se, houve abalo moral e só vendo ainda, houve até, conforme comentários, pessoas que morreram em função da dita reforma da Previdência, da malfadada reforma da Previdência do Governo do PT.

Se não fosse o Senado, os prejuízos seriam maiores, bem maiores. A reforma da Previdência estava sendo votada aqui sob pressão do Governo e graças à Oposição, com a participação de alguns heróis, a exemplo do Senador Paim, mas o Senador Paim sozinho não faria absolutamente nada não fosse a Oposição agüentar no osso, exigindo uma PEC Paralela para beneficiar aqueles que foram prejudicados. (Palmas.)

Eu quero dizer que graças ao Paim e a alguns Parlamentares do Governo, que junto com a Oposição não davam o número suficiente para aprovar a Reforma, senão esta PEC não existiria, não a estaríamos aqui hoje discutindo.

A PEC Paralela surgiu pela pressão unânime da Oposição e daqueles que aqui estão hoje e de muitos que não puderam vir. Todos sabem o que ocorreu naquele período: gestos, viagens, estresse, briga, lobby, pressão, uma coisa de louco, mas nós mantivemos no osso. A Oposição agüentou o repuxo, como se diz no Rio Grande do Sul, e nós conseguimos fazer uma PEC.

Felizmente, a Câmara dos Deputados ampliou, melhorou ainda mais aquilo que foi aprovado. Felizmente, a Câmara Federal está nos proporcionando um novo debate da PEC, felizmente. Quero dizer aqui que, graças ao São Severino – (Palmas.) – que eu acho que vai ser beatificado nessa viagem dele a Roma. Eu acho! Tem muitas coisas que não aprovamos no Sr. Severino, mas foi um São Severino, porque senão esta PEC não teria sido votada.

Inúmeras e inúmeras vezes, Senador Paim, nós, você, eu, V. Ex^a, enfim, aqui o Romeu Tuma, o Tourinho, inúmeras vezes usamos a tribuna cobrando do Governo a votação da PEC na Câmara. Chegamos a ameaçar de não votarmos mais nada. E sempre vinha a promessa de que seria votada e nós voltávamos ao normal.

Então, quero dizer aqui que a PEC corrigiu um pouco das injustiças que estavam sendo cometidas. A PEC resgata em parte os direitos e, para podermos

resgatar tudo, temos que incluir à Polícia Militar. (Palmas) Esse é o desejo.

Sou autor da emenda, a Emenda nº 1, que vai para a CCJ. O Senador Rodolpho Tourinho, além de ser nosso Relator, é um homem bastante sensível e saberá fazer com que permaneçam todas aquelas que já foram resgatadas na Câmara e, também, que possamos incluir essa minha Emenda nº 1.

Eu ouvi aqui pronunciamentos que nem nós, Parlamentares, conseguíramos fazer na tribuna. Refiro-me principalmente à Maria Lúcia Fattorelli. O Governo dizia que havia déficit, mas nós dizíamos que não havia. Ora, alguém está mentindo. Nós já sabemos que realmente não há déficit. Sabemos que é possível, se tivermos vontade política, resolver esses problemas. Há realmente déficit no caixa do Governo. Isso ocorre quando se gasta em viagens absurdas, quando são nomeadas mais de quatro mil pessoas sem necessidade, quando o Governo opta para gastar com a mídia, para divulgar o que não existe, para divulgar projetos e não obras, para divulgar intenções. Aí, sim, há um gasto abusivo. Precisamos cortar aquilo que não é importante para o País e valorizar principalmente aqueles que ajudaram a construir esta Nação. Essas pessoas precisam ser mantidas, para fazer com que nosso País continue seguro e possa realmente crescer.

A PEC paralela veio resgatar os direitos daqueles que prestam grandes serviços à nossa Nação. De todos, sem discriminar ninguém. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella) – Concedo a palavra ao Senador Romeu Tuma, do PFL.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Senador Marcelo Crivella, eu queria, primeiramente, prestar as minhas homenagens ao Senador Paulo Paim. Durante quinze meses, não houve uma semana em que o Senador Paulo Paim não usasse da tribuna para reclamar um compromisso assumido pelas Lideranças do Governo, inclusive pelo Relator da Reforma, Senador Tião Viana, compromisso com relação à PEC paralela.

Eu realmente não votei a favor da PEC da reforma, porque não fui atendido naquilo que dizia respeito às entidades que cheguei a chefiar, Senador Pavan. Eu realmente estou um pouco emocionado. Estou profundamente emocionado hoje (Palmas). Desculpem-me pela emoção. Eu acho que a injustiça foi praticada à época da reforma da Previdência. Se isso não for corrigido agora, inclusive com a inclusão da Polícia Militar, entidade que aprendi a respeitar e com a qual também a trabalhar...

Conheço a Polícia Civil, porque nela militei durante cinqüenta anos. Acho que isso é uma vida.

Militei na Polícia Federal como seu diretor e com ela aprendi o que é este País e como se presta ser-

viços, através da segurança pública, aos menos favorecidos. Na minha missão, na polícia do Estado de São Paulo, tinha um pelotão da Polícia Militar à minha disposição, permanentemente. Refiro-me ao Batalhão Tobias Aguiar, um orgulho para a Polícia Militar de São Paulo. Eu sei o que cada uma delas representa.

Sei também o que é a Receita Federal, onde tive oportunidade de ficar mais de um ano. E a Unafisco me trouxe todo o respaldo que precisei para uma missão importante, que era arrecadar e colocar nos trilhos aqueles que sempre procuraram fraudar o fisco.

Então, Senador Tourinho, faço um apelo de coração, de colega: reconheça a importância dessas emendas e que os governadores não estão situados realmente naquilo que é o Orçamento. Ninguém pede aumento salarial. Não se confunda piso com teto. Está claro que ninguém pode receber mais do que o estipulado como teto. Reconheço que há salários distorcidos por leis especiais, mas isso os Governadores terão de corrigir ao longo do tempo. Mas nunca, moralmente, deixar em segundo plano categorias importantes como os serviços do Estado. Defendíamos a profissão de delegado de polícia por exigir o mesmo que se exige para o promotor público, para o juiz, para o advogado, para todos da carreira jurídica. Colocamos na Constituição de 1988 a obrigatoriedade da formação jurídica para delegado de polícia a fim de evitar o delegado “calça-curtas”, que tranquilamente poderá voltar, pois já há governador nomeando por aí. Então, não podemos admitir isso. Essas carreiras são importantíssimas.

A emenda que coloca a PM poderá voltar à Câmara porque vários deputados aqui se encontram e vão defendê-la da forma que o fizeram, (palmas) pois mais de 400 votaram a favor. Pelo amor de Deus, Senador Tourinho, atenda esse seu colega como delegado de polícia que sou, e tenho muito orgulho de repetir isso. Sou um amante daqueles que trabalham em benefício da sociedade, sacrificam a própria vida. Tantas mortes estão acontecendo no dia-a-dia do trabalho de cada um que não volta para sua casa, não encontra a sua família. Quando um soldado da PM e sua esposa, Senador Pavan, têm de lavar a sua roupa dentro da pia e secar atrás da geladeira porque não pode mostrar que tem um soldado morando naquela casa, pois a marginalidade cresceu tanto que vai assassiná-lo, não podemos deixar de reconhecer a importância da polícia, desse segmento. A profissão de delegado exige vocação. Não é possível considerá-la como um emprego comum. O cidadão que se dispõe a ser delegado de polícia tem de oferecer tudo de si para servir bem à sociedade. Como é que se acaba com a violência, com os direitos humanos? Com o delegado de polícia constituído e reconhecido como um bacharel em Di-

reito, como uma autoridade policial. (Palmas) E hoje, às vezes, por tratarem a polícia como segundo plano, acontece o que estamos vendo no Rio de Janeiro: cria-se promiscuidade com a marginalidade por falta de reconhecimento das autoridades constituídas. Não podemos mais aceitar isso, porque a desmoralização vem a cavalo e temos de defender a dignidade dessas funções que estão hoje como emenda nessa PEC paralela. Peço desculpas pela minha emoção. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Concedo a palavra ao Deputado João Campos também por cinco minutos, para que todos possam falar.

O SR. JOÃO CAMPOS (PSDB – GO) – Senador Paulo Paim, Senador Tourinho, ilustre relator, Senador e irmão Marcelo Crivella, Senador Romeu Tuma, Senador Francisco Pereira, meu irmão, caros Deputados Federais aqui presentes, Senador Pavan, companheiro de partido, Srs. Chefes da Polícia Civil, representantes de entidade de classe, senhores representantes da Polícia Militar e dos Corpos de Bombeiros, senhores representantes dos peritos criminais e dos médicos legistas, inicialmente, gostaria apenas de justificar aqui a ausência momentânea da Senadora Lúcia Vânia, que estava aqui conosco e teve de atender a um outro compromisso. S. Ex^a me pediu que dissesse a todos os senhores e às senhoras que ela está interessada no assunto. Temos conversado sobre essa matéria e certamente S. Ex^a colaborará conosco.

Senador Paim, todos que fizeram exposições aqui o fizeram com muita tranquilidade, com muita objetividade sobre o porquê da PEC paralela.

A PEC paralela pretendia minimizar as injustiças praticadas ao trabalhador, ao servidor público, até porque, naquele primeiro momento, a proposta parecia apenas tratar da reforma da Previdência e não da reforma da Previdência Social, já que o foco era apenas financeiro e não social. Assim a PEC paralela nasceu no Senado, certamente, para restaurar a natureza da Previdência, que é social. E foi, portanto, à Câmara.

Os mais diversos argumentos foram colocados aqui com muita propriedade.

Quero ser breve e falar apenas como autor da emenda que buscou inserir os delegados de polícia na relação das carreiras do Executivo que foram excepcionalizadas para estar na regra de subteto do Judiciário. Quero dizer que o espírito disso foi, primeiro, restaurar um sentimento e a vontade da Assembléia Nacional Constituinte, que se fez expressar por meio do art. 241, da Constituição Federal.

Tal artigo, como já foi dito aqui, quando da reforma administrativa do Governo Fernando Henrique, que se constituiu na Emenda à Constituição nº 19, sob o argumento de acabar com todas as isonomias salariais

– e aquele texto não apenas inseria os delegados de polícia entre as carreiras jurídicas, mas também garantia isonomia salarial –, terminou sendo suprimido. E essa importante carreira, também essencial à Justiça, terminou deixando de ter assento constitucional.

Então, pretendo, em um primeiro momento, resgatar a vontade, o sentimento do constituinte originário; e, em um segundo momento, até fazer com que nós legisladores tivéssemos um discurso quanto ao critério usado para excepcionalizar algumas carreiras. Se o critério usado foi o de fazer com que as carreiras jurídicas não estivessem na regra de teto do Executivo, mas do Judiciário, então que completássemos a relação para haver uma coerência do discurso. Esse foi o motivo.

Um outro colega na Câmara apresentou uma emenda para agregar também os fiscais, os advogados de carreira, enfim, certamente com outro sentimento. Se a regra busca contemplar as carreiras de Estado, então, a lista também estava incompleta. Com esse sentimento foi que a Câmara, portanto, acolheu, em uma aglutinativa, essas duas emendas.

O que a mídia nacional tem colocado com uma certa insistência – e alguns governadores têm contribuído para isso – é a repetição dos argumentos usados pelo Governo, na Câmara Federal, principalmente por intermédio do relator e do Líder, à época, o Deputado Professor Luizinho, de que a emenda inviabilizaria os Estados do ponto de vista financeiro, implicaria em um imediato aumento salarial – questões que já foram abordadas aqui –, desmantelaria a política de integração das polícias, da segurança pública. Enfim, isso que a mídia nacional tem propalado.

Ora, se isso tivesse alguma consistência, Senador Tourinho, se isso não fosse falacioso, a Câmara certamente teria acolhido esses argumentos. Não os acolheu exatamente porque não têm consistência, são falaciosos. Não podem persistir. Há que se admitir que, em uma sessão plenária da Câmara que contava com mais de 400 Deputados, quase a unanimidade desses deputados, inclusive do Partido dos Trabalhadores, deixaram de seguir uma orientação do Governo para acolher outros argumentos. Será que todo mundo é insensato? Será que ninguém tem responsabilidade? Trago isso à reflexão.

De outro lado, qualquer Governador – e quero imaginar que é de boa-fé, porque ainda não leu o texto, porque nenhuma pessoa chega ao cargo de Governador sem ter um certo nível, principalmente discernimento – que tenha lido o texto da emenda jamais fará alguma declaração como essa de que implica aumento salarial, de que vai inviabilizar o Estado, daí por diante. Só posso me convencer de que os Gover-

nadores, alguns deles que têm se manifestado, não se detiveram a estudar o texto, porque do contrário não é possível aceitar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Conclua, Deputado.

O SR. JOÃO CAMPOS (PSDB – GO) – Só um instante, Senador.

E até parece, na fala de algum Governador, que lá no Estado ele está pagando o salário dele para os delegados fiscais. E agora, mudando a relação de teto para pagar um pouco mais, vai inviabilizar. Se tivéssemos os dados de quanto esse Governador paga lá no Estado dele, ficaríamos com vergonha. A partir da política salarial praticada por ele, vamos verificar que não há política de segurança pública no Estado.

De tal forma que argumentos não faltam, não são emocionais, não são partidários, não são corporativos, todos eles têm uma coerência e uma racionalidade. O que desejamos do Senado e especialmente do Senador Tourinho, lúcido como é, é justamente a tranquilidade para estudar a matéria, formar sua convicção e ele, como Relator, ser um dos interlocutores junto a algum Governador que porventura ainda tenha dúvida.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Vou passar a palavra ao Deputado Coronel Alves, do PL, e se assim os senhores entenderem, depois da sua fala, daria a oportunidade para uma entidade, daquelas que não falaram, se pronunciar por cinco minutos. Pode ser? Vamos, assim, intercalando.

Então, com a palavra V. Ex^a, por cinco minutos.

O SR. CORONEL ALVES (PL – AP) – Não há problema. Obrigado, Sr. Presidente, Senador Paulo Paim, cumprimento V. Ex^a, cumprimento também o nosso nobre Relator, o nosso Senador Rodolpho Tourinho, do Estado da Bahia, Estado abençoado. E por falar em bênção, a Bahia é abençoada e o Pastor é João Campos, com quem costumo brincar chamando de João Santo, pelo milagre que acabou de fazer de aprovar essa emenda lá na nossa Câmara Federal. Foi um excelente trabalho. Parabéns. (Palmas.)

Costumo brincar com ele, chamando-o de santo. E ele está dando a demonstração do milagre que está fazendo, quando todos não acreditavam, mas com apoio foi realizado. Parabéns pelo trabalho.

Cumprimento também o nosso Senador, que agora já não está mais presente, mas faço questão de citar, Marcelo Crivella, que é o Líder do Partido Liberal, do qual faço parte, e estendo o cumprimento a todos aqui, aos meus colegas da Câmara aqui presentes: João, Arnaldo, Josias, Júlio, meus cumprimentos. Quero cumprimentar, e assim cumprimentando o Dr. Caio, que é o assessor parlamentar da Polícia Federal,

todas as associações representativas que aqui estão do meio civil. E cumprimento o Coronel Maus, que de mau tem só o nome, é boa pessoa. Cumprimento a todos os segmentos militares aqui representados. Atento estive, desde o início, à fala de todos, e como estou aqui neófito, estou aprendendo, venho aprendendo cada vez mais. Eu me detive na fala, acho que é da Delegada Edna, nossa Presidenta da Associação dos Delegados de Polícia Federal, quando disse sobre a segurança pública, e fundamentou em poucas palavras tudo aquilo que entendemos. E fiquei aqui pensando, quando se pensa em segurança pública, pensa-se de um modo gigantesco e grandioso como é o nosso País, o nosso querido Brasil. Mas penso também naquele primeiro momento que o cidadão comum, lá na ponta, quando fala e pensa em segurança pública. Ele vai voltar seus pensamentos para a nossa querida Polícia Militar, seja a Polícia Militar em qualquer Estado. Mas o primeiro, sem desmerecer ninguém, absolutamente – registro aqui que todos que fazem parte do segmento segurança pública são importantes, mas lá, no primeiro momento, é a Polícia Militar. Se divagar um pouco, é o Corpo de Bombeiros que está próximo. E quero me aliar à luta e às palavras dela, quando disse que segurança pública é a primeira necessidade do povo brasileiro neste momento em nosso País, infelizmente. Poderemos ter outras grandes necessidades, mas é isso. E é uma categoria nobre. Sabemos todos nós que quem faz segurança pública dedica-se inteiramente, como falou o nosso Senador Romeu Tuma, e expõe a própria vida.

Portanto, fica aqui o meu registro de estar acompanhando o pensamento da nossa Delegada Edna, como de todos os outros.

O SR. JOÃO CAMPOS (PSDB – GO) – Permitame fazer um registro, dada à exigüidade do tempo, para deixar clara a minha posição a favor da inclusão das Polícias Militares e Corpo de Bombeiros, e, se houver uma emenda, as carreiras essenciais do Estado. Se Senador fosse, eu votaria com a Emenda do Senador Pavan. Obrigado.

O SR. CORONEL ALVES (PL – AP) – Já conhecia o seu posicionamento. Temos conversado muito aqui e, em nenhum momento, pensei que V. Ex^a fosse contra isso, absolutamente.

Pois então, muita fala foi realizada, números foram apresentados, técnicos vieram até nós para relatar os seus conhecimentos. E verifiquei aqui que a questão do teto, tão falado, deveria ser conceituada. Pensei: vamos tentar criar aqui um conceito de teto. Escrevi: o teto, para mim, é o céu, para onde todo servidor público, seja civil ou militar, deveria ir, porque do jeito que estamos aqui é um inferno, do jeito que está sen-

do dado o tratamento pelo Governo Federal para com esses servidores. Esse é o teto. (Palmas.) Vamos nos encontrar com João Paulo II lá, porque do jeito que está aqui, meu amigo, o negócio está pegando para o nosso lado. Esse é o teto.

Ouvi também aqui com relação à quebradeira. Senador Paulo Paim, estou um pouco emocionado, mas vou concluir. Obrigado, desconte o tempo do aparte dele lá. Quebradeira maior é a política de juros altos que está sendo colocada no País, e que o Partido Liberal, na sua maior expressão política, que é o vice-Presidente José Alencar, tem falado ao longo dos anos. Querem mais quebradeira do que isso? Dizer que se formos incluídos, delegados, auditores fiscais, defensores, e os oficiais, os militares estaduais forem incluídos nisso, vai quebrar os Estados? Maior quebradeira que já existe eu não conheço. Então, sobre a quebradeira já falei.

Também prestei a atenção na questão de dois palestrantes que falaram sobre ferida de morte à Polícia Militar. Josias Quintal, já ouvi isso várias vezes, já vi generais falando, ministros: A polícia está ferida de morte. A Polícia Militar, aqui falando. A Polícia Militar está ferida de morte. Pois vou responder sobre isso: essa nossa Polícia Militar já foi ferida de morte várias vezes, Senador Paulo Paim, e ainda não morreu. Sabe por quê? Porque o seu melhor tratamento é dado pelo povo brasileiro, que sabe e encontra nela, na Polícia Militar, uma das colunas de sustentação da sua cidadania. É por isso que não morre, não adianta. A expressão maior da cidadania também se encontra na Polícia Militar e no Corpo de Bombeiros.

O Estado que deseja ser forte tem que valorizar os seus servidores públicos, sejam eles civis e militares, senão não é um Estado forte. Como é que vou arrecadar, como é que vou fiscalizar, como é que vou atuar, se não tiver um servidor valorizado? Tudo isso sabemos.

E, finalmente, encerro a minha fala, obrigado pela paciência, dirigindo-me ao nobre Relator, o nosso Senador Rodolfo Tourinho. Relator, se as emendas apresentadas pelo Senador Leonel Pavan, por Luiz Otávio e Paulo Octávio não forem suficientes para convencer V. Ex^a, que o relato dado aqui, que a emoção dada aqui, que contagiou a todos nós, pelo Senador Romeu Tuma, seja suficiente – se é que ainda existe algum obstáculo de V. Ex^a – seja suficiente para acatar essas proposições que estão sendo apresentadas.

Muito obrigado.

(Muito bem! Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – O requerimento encaminhado à Mesa por dois Senadores, e acatado mediante encaminhamento que fiz, antes

de iniciar a fala dos Senadores e Deputados. Passo a palavra ao Dr. Dirceo Antonio Lemes de Melo, Presidente da Confederação Nacional dos Delegados de Polícia de Carreira. V. Ex^a dispõe da palavra por cinco minutos.

O SR. DIRCEO ANTONIO LEMES DE MELO

– Exm^o Sr. Senador Paulo Paim, Senador Rodolpho Tourinho, demais Senadores que aqui, agora, não se encontram presentes, mas gostaria de citar, Senador Romeu Tuma, Senador Francisco Pereira, Marcelo Crivella, os Deputados Federais João Campos, Arnaldo Faria de Sá e demais Deputados que aqui se encontram, Sr^{as} e Srs. Delegados e Delegadas de Polícia, estrelas radiantes no azul cintilante do céu processual penal. E agora, através da PEC Paralela, vendo o horizonte constitucional. Aí está a importância dessa PEC Paralela. Porque, quando discutimos, gostaria de fazer uma análise histórica e teleológica sobre a carreira jurídica de delegado de polícia. Aqui já foi colocado, com muita propriedade, por todos, a discussão da reforma administrativa, a queda do art. 241, mas, se fizermos uma análise histórica e teleológica, vamos ver que em 1808, quando a Família Real esteve aqui no Brasil, e fundou a Intendência Geral de Polícia, colocando um desembargador para chefiar. Aí, nasceu a Polícia Judiciária. De acordo com a Constituição da República de 1824, o juiz deveria expedir nota de culpa ao detento. Depois, essa nota de culpa passou a ser expedida pelo delegado de polícia. Esse foi o nascêdouro da carreira jurídica.

Essa é a discussão que foi feita na Câmara dos Deputados. Quebramos paradigmas, quebramos preconceitos para com a carreira jurídica de delegado de polícia, que, para fazer um concurso público, necessita ser bacharel em Direito, assim como juiz de direito, assim como promotor público. Esse paradigma tem que ser quebrado, e tenho confiança no Senado da República, nos Senadores e nas Senadoras, principalmente para fazer justiça para com uma carreira jurídica.

Quem for contra será a favor do poder paralelo e não da PEC paralela, porque teremos uma polícia ainda mais desmotivada, principalmente nas suas chefias, porque essa dignidade é fundamental.

Gostaria, Senador Paulo Paim, de concluir lembrando um verso de Guggiana, fazendo homenagem à terra de V. Ex^a: “Quando tu fores embora, deixa aqui o bater das portas, deixa aqui o bater dos ventos, deixa aqui os teus pensamentos. Não levarás nada deste mundo, nem teu corpo, nem teu ouro, mas apenas o mais profundo: tua alma, que é teu tesouro”. E o tesouro da carreira de delegado de polícia é pertencer às carreiras jurídicas.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Concedo a palavra, respeitando a lista de inscrição, ao Deputado Josias Quintal, que dispõe de cinco minutos e de um minuto de tolerância.

O SR. JOSIAS QUINTAL (PSB – RJ) – Senador, certamente vou simplificar o meu tempo, primeiramente parabenizando V. Ex^a pela oportunidade que nos deu desta audiência pública em que temos a oportunidade de obter todo o esclarecimento possível acerca desta matéria.

As informações colhidas e os depoimentos esclarecedores que foram prestados nos permitem o estabelecimento de um juízo de valor sobre o assunto. O mérito desta causa já é conhecido. Resta agora, evidentemente, fazermos o julgamento, tomarmos a iniciativa das ações necessárias para atendermos a esse pleito dessas categorias, dessas classes de Estado.

Durante todo o momento em que a PEC transitou na Câmara, participamos e vibramos intensamente com a vitória, com aquela noite memorável na Câmara Federal, quando a quase unanimidade dos Deputados, reconhecendo esse pleito, esse direito das classes que foram contempladas, votou maciçamente em seu favor.

O Delegado Deputado João Campos, esse companheiro, esse amigo de todas as horas, deve se lembrar muito bem das emoções que teve. Lembro as emoções que compartilhei, votando a favor dos delegados por entender que este pleito era mais do que justo.

Com relação à atuação da bancada dos milicianos, se por acaso faltou uma iniciativa, se por acaso faltou uma mobilização, creio que isso não diminui em nada a necessidade de se corrigir esse fato. Estamos todos envolvidos numa mesma caminhada, no mesmo objetivo. É hora agora, Sr^{as} e Srs. Senadores, de o Senado, na sua sabedoria, na sua compreensão, na sua genialidade, fazer, evidentemente, os ajustes de modo que todos possam ser contemplados numa causa justa. Não é possível que essas categorias de Estado, de fato, fiquem submetidas a uma carreira política, que é do Governador, que vai, dependendo do interesse, da condição do Estado, da linha política, estabelecer o teto que quiser.

Houve ameaças de Governadores no sentido de estabelecer o teto de R\$3.000,00.

Não quero tomar mais tempo dos senhores, porque entendo que a matéria está absolutamente esclarecida e todos já têm juízo de valor. Precisamos, de fato, saber quem realmente tem vontade de resolver isso. Quem, realmente, está comprometido com as instituições? Precisamos saber quem, realmente, tem apreço às instituições, não necessariamente a esta ou àquela pessoa, para atendê-las.

Finalmente, quero lembrar que sou Coronel da PM. Eu fui Secretário e ocupei todos os cargos na Polícia Militar e tenho todos os títulos dessa corporação e também os das Forças Armadas, e meu salário é em torno de R\$5.000,00. Eu não serei, em momento algum, contemplado por essas medidas. No entanto, entendo serem absolutamente justas essas reivindicações de nossos companheiros da Polícia Militar, em razão de tudo aquilo que foi explicado. A causa é de todos nós. Resta agora, finalmente, o compromisso ou o comprometimento que todos nós devemos ter – Câmara e Senado – com as instituições e em nome delas vamos atuar.

Muito obrigado. (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim.) – Passamos a palavra, também por cinco minutos, mais um, ao Capitão Wayne.

O SR. CAPITÃO WAYNE – Boa-tarde a todos.

Eu quero parabenizar o Senador Paulo Paim pela autoria dessa audiência pública, em que estamos discutindo a PEC Paralela. Quero agradecer ao Senador Marcelo Crivella a permanência aqui, ao Relator, Senador Rodolpho Tourinho, e a todos os Senadores que aqui compareceram, aos nossos colegas da Câmara Federal, aqui presentes, e, em especial, ao Deputado João Campos, que, de certa forma, apresentou na Câmara esse destaque, que talvez seja o motivo de toda essa discussão. Agradeço também aos meus companheiros de bancada miliciana – Coronel Josias Quintal, Coronel Alves, Cabo Júlio, Deputado Alberto Fraga, que aqui não apareceu, enfim, nosso abraço a todos eles.

Todo cidadão brasileiro tem o sonho da casa própria. Para ter a casa própria, você tem que começar a construí-la e, geralmente, começa pelo piso e depois chega-se ao teto. Aqui, na verdade, a situação está invertida: estamos discutindo o teto, mas o grande objetivo é chegar a um piso digno, para todos os profissionais das categorias de procuradores, defensores públicos, advogados, agentes fiscais e delegados de Polícia, detentores do direito do teto de desembargador, todos aqui representados por suas associações, por suas federações, pelos seus sindicatos.

A Lei da Previdência é uma colcha de retalhos. Ela veio aqui para o Senado, posteriormente, foi alinhavada na Câmara Federal e hoje se encontra aqui no Senado. Neste momento, queremos, em nome de toda a bancada miliciana, fazer jus a uma situação. Entendemos que a Polícia Militar, também, deve estar integrada nessa situação. Eu, particularmente, não sei por qual motivo nós não conseguimos isso na Câmara Federal. Talvez não devesse haver esta discussão aqui. Mas justiça seja feita, quero concluir todos os

Senadores e, em especial, o Relator, para que pensem bem. Há uma reivindicação de todo o Brasil, e nós queremos fazer justiça em nome de nossa Polícia e de nosso Corpo de Bombeiros e solicitar que essas duas instituições sejam incluídas porque elas realmente merecem e porque elas são centenárias, têm dignidade e contam com o respeito de todo cidadão brasileiro.

Votei, e votaria novamente, em prol dos delegados de polícia, dos procuradores, não me arrependo disso em hora nenhuma na minha vida. Muito pelo contrário, orgulho-me de ter votado por que, se porventura não tivesse votado, não teríamos esse grande momento de discussão aqui hoje para incluir as polícias militares e os bombeiros militares.

Quero pedir a todos, pois estamos no mesmo barco porque somos servidores públicos... Em momento algum em minha vida, quando se falar em benefício para servidor público, votarei contra. Não me interessa a categoria, lutarei sempre em prol do servidor público, seja ele de que instância ou de que instituição for. Para finalizar, gostaria de dizer que sou de uma família que praticamente nasceu dentro de um quartel.

Meu pai foi oficial da Polícia Militar. Ele disse, em algum momento da vida dele, que, não importava quantos filhos tivesse, todos seriam policiais militares e passariam pela Academia de Polícia para aprender o que realmente a Polícia tem de bonito para dar à população. Posteriormente, ele foi delegado de polícia. Fui criado em contato com essas duas instituições. Assim, não tenho nada contra nenhuma e somente a favor por que elas são irmãs, são co-irmãs e têm de trabalhar juntas.

Parabéns, João Carlos. Parabéns! Você é o orgulho dos delegados do Brasil por ter apresentado isso. Nós, da Polícia Militar, vamos, com certeza, ser contemplados pelo Senado.

Muito obrigado. (*Palmas*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Mediante o acordo firmado, registro a presença do Coronel Fraga, que se inscreveu, mas passo a palavra, conforme o entendimento do Plenário, ao Presidente da Associação Brasileira de Criminalistas, Roberto Pedrosa, para que, do microfone, exponha seu ponto de vista. S. S^a dispõe de cinco minutos.

Em seguida, passarei ao palavra ao Deputado Cabo Júlio.

O SR. ROBERTO PEDROSA – Sr. Senador Paulo Paim, agradeço a oportunidade de os peritos oficiais do Brasil se manifestarem nessa audiência pública e parabenizo V. Ex^a pela condução, muito organizada, dos trabalhos.

Cheguei a Brasília, juntamente com doze peritos criminais de outros Estados da Federação e oito mé-

dicos legistas – falo também em nome da sociedade brasileira de Medicina Legal cujo Presidente, Dr. Ane- lino, aqui presente – fiquei preocupado no início dessa audiência pública, aliás como toda a categoria. Mas me sinto mais tranqüilo em virtude das exposições que ouvi tanto de representantes da classe de delegados como também da laboriosa Polícia Militar.

Há um segmento da segurança pública lembrado apenas por um Procurador, que é a perícia oficial, órgão de segurança pública autônoma em quinze Estados da Federação. Há um programa do Governo Federal no sentido não só de estabelecer a autonomia da perícia oficial, como também de valorizar o servidor que trabalha nessa área. Acho de suma importância a inclusão da perícia oficial nessa PEC e vejo com bons olhos a exposição do sempre brilhante Deputado João Campos, meu conterrâneo, dizendo que é favorável à inclusão de outras categorias, sendo citada a Polícia Militar.

Quero crer que, ao incluir a perícia oficial, estaremos corrigindo um equívoco ocorrido na Câmara Federal. Esse segmento é muito importante. Produzimos aquela que é considerada a “rainha das provas”, a prova material. A perícia hoje atende requisição não só da autoridade policial, delegado de polícia, mas também do Ministério Público, da magistratura e até de autoridades administrativas.

Todos os juristas – lemos os mais renomados no País – classificam a perícia como uma das funções essenciais da Justiça. Acredito que nenhum dos Srs. Senadores tem alguma dúvida de que é a perícia uma função típica de Estado. O perito pertence a uma carreira exclusiva de Estado. Portanto, merece também ser contemplado nessa PEC, com relação ao teto.

Considero desnecessário esgotar todo o tempo que foi dado. Agradeço a oportunidade e peço ao Relator a inclusão, como um anseio de toda a categoria, não só dos peritos. Essa é uma vontade já manifestada pelo Ministério Público, pelas OABs, tanto o Conselho Federal como os Regionais, por todos os organismos ligados aos direitos humanos, nacionais e internacionais, pela Anistia Internacional. Creio que, realmente, incluindo-se a perícia, estaremos corrigindo uma possível injustiça.

Muito obrigado.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Passo a palavra, de imediato, ao Deputado Cabo Júlio, por cinco minutos, com a tolerância de mais cinco.

O SR. CABO JÚLIO (PMDB – MG) – Sr. Presidente, Senador Paulo Paim, Senador Rodolpho Tourinho, nobres colegas Deputados, Srs. Delegados, oficiais, praças, enfim, todos os presentes nesta reunião, que-

ro até diminuir os cumprimentos para ganhar tempo, porque tenho muito a falar.

Sr. Presidente, a primeira coisa que temos a falar é realmente para acabar com essa hipocrisia que existe por parte de alguns Governadores na questão do teto salarial dos Estados.

Não acredito que o meu Governador de Minas Gerais consiga viver com um salário de R\$10 mil, principalmente S. Ex^a que é bastante “mauricinho”.

É uma desinformação, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Vou pedir o máximo de silêncio ao Plenário, porque ajuda o encaminhamento, e podemos concluir o mais rápido possível.

O SR. CABO JÚLIO (PMDB – MG) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Acho que é a primeira hipocrisia que precisa cair nesta discussão. Segundo, já foi bem falado aqui sobre os salários indiretos dos Governadores. Não há como fazer nenhuma semelhança com qualquer outro tipo de servidor do Estado.

Bem, é outra desinformação acreditar que, aprovado o texto, todos os fiscais, delegados ou militares ganharão o limite do teto. Acho que é uma grande desinformação entender que teto é para limitar, não é para aumentar. É a primeira verdade que tem de ser apresentada. Teto é limite máximo. O que se está vendendo aqui é que, aprovado o texto como estava, os delegados, os oficiais, os fiscais, os auditores passarão a ganhar no limite.

Então, essa é a primeira mentira, e não acredito que os Governadores estavam tão mal informados; talvez estivessem tentando vender uma imagem, para fazer a opinião pública pressionar.

Quanto à PEC Paralela, temos que louvar o trabalho dos Senadores e principalmente de V. Ex^a, que brigou até com seu próprio Partido, para defender os servidores, porque a proposta original era um grande saco de maldade contra os servidores deste País. Fica aqui a nossa homenagem a V. Ex^a por ter-se levantado e defendido os servidores. Isso é uma realidade.

A segunda observação que faço é a de que o teto realmente não pode ser o salário de um político. Isso é óbvio, Sr. Presidente. Isso é outra demagogia.

Vamos à nossa grande discussão aqui, que é a questão sobre se entra delegado ou não; se entram oficiais, ou não. Fico um pouco triste, Sr. Presidente, quando vejo falas de alguns representantes de categoria, na sua justa representatividade, defendendo sua categoria dentro da classe, esquecendo a discussão como um todo.

Temos que discutir aqui, e isso é cultural, pois várias vezes se falou em oficiais. Vejo o texto e faço um

apelo ao Senador Rodolpho Tourinho, porque a nossa esperança está em V. Ex^a, para que possa corrigir algumas maldades, algumas curvas que foram feitas dentro dessa discussão.

O primeiro apelo veemente que quero fazer a V. Ex^a é o de que, realmente, inclua no teto os militares dos Estados e do Distrito Federal e digo já por quê.

O segundo apelo que faço a V. Ex^a é o de que há uma emenda do Senador Luiz Otávio, que muda um pouco a forma do texto como está escrito. Estamos falando em delegado de Polícia, mas estamos esquecendo os médicos legistas, os peritos, os agentes de Polícia, que, em Brasília, já entram com curso superior. Creio que o texto correto seria “policiais civis”, porque contemplaríamos toda a classe e acabaríamos com essa distância que existe, infelizmente, dentro da classe. É o segundo apelo que faço a V. Ex^a.

A discussão não é sobre segurança pública, óbvio. É uma discussão previdenciária. O que estamos discutindo aqui é a reforma da Previdência, mas, infelizmente, essas distorções acabarão no fim da linha.

Inicio, exaltando o trabalho dos policiais civis, que fizeram grande movimentação. Nós, como policiais militares, temos que aprender a mobilização. Nossa erro, talvez, foi a falta de mobilização na Câmara. Embora existisse acordo de que esse texto não seria mexido naquela Casa, nós – ainda vamos dizer aí como policial militar que sou – não nos mobilizamos e temos que saudar o trabalho dos delegados e dos policiais civis, tentando defender seus interesses.

Sr. Relator, não queremos excluir – até porque eles estão no mesmo barco dos policiais militares –, mas queremos fazer um processo isonômico. Embora a discussão não seja previdenciária, esse entortar do texto, no fim da linha, trará um problema muito sério.

Corrijo o Coronel Maus, meu amigo e um dos aliados na luta junto com a bancada: não houve equívoco por parte da Câmara, como disse o Deputado Arnaldo Faria de Sá, porque a emenda foi de plenário. Talvez tenha faltado, da nossa parte, uma emenda também que prestigiasse ou que incluísse os policiais civis como um todo ou os militares.

Mas fazemos um veemente apelo. Certamente, o Senador Rodolpho Tourinho corrigirá essas injustiças e dará um tratamento isonômico a todos.

É essa a minha fala, curta e célere. Está nas mãos de V. Ex^a, nobre Relator, que tem a responsabilidade muito grande de corrigir alguns desacertos. Os fiscais e os agentes tributários esperam que V. Ex^a faça uma grande coisa, que, certamente, já faz parte do seu currículo: corrigir injustiças com várias classes na PEC Paralela.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Passamos a palavra, por cinco minutos, ao Presidente da Fenafim, Federação Nacional dos Auditores Fiscais de Tributos Municipais, Mauro Hidalgo. Em seguida, como último orador, ao Deputado Alberto Fraga.

O SR. MAURO HIDALGO – Sr. Presidente, Sr. Relator Senador Rodolpho Tourinho, demais Parlamentares, restou a mim a oportunidade de falar em nome de todos os servidores públicos municipais, porque todos os meus colegas que me antecederam até o momento falarão em nome de servidores públicos federais e estaduais.

A Fenafim, Federação Nacional dos Auditores Fiscais de Tributos Municipais, é a única entidade presente de servidores municipais. Digo, com muita honra e satisfação, que não existe nenhuma diferenciação constitucional entre os servidores federais, estaduais e municipais.

Entrando no tema que tem sido pautado por todos os colegas – o subteto e os tetos –, passo a ler, na íntegra, o inciso XXII do art. 37 da Constituição Federal, citado por várias outras entidades anteriormente aqui. Talvez por algum esquecimento, os colegas não o leram na íntegra.

Art. 37. (...)

XXII – as administrações tributárias da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, atividades essenciais ao funcionamento do Estado, exercidas por servidores de carreiras específicas, terão recursos prioritários para a realização de suas atividades e atuarão de forma integrada, inclusiva com o compartilhamento de cadastros e de informações fiscais, na forma da lei ou convênio.

Não se pode, a partir daí, tratar diferentemente os fiscos tributários da União, dos Estados e do Município. A partir do inciso XXII, do art. 37, essas carreiras da administração tributária passaram a ser instituições constitucionais e, certamente, não podem ter tetos ou subtetos diferentes. O servidor público municipal tem as mesmas prerrogativas constitucionais dos servidores públicos estaduais e federais.

Estou bastante tranquilo, depois de ter ouvido os Parlamentares atentos aos problemas criados e originados pelas modificações dos textos da PEC paralela. Certamente, S. Ex^as buscarão uma correção que traga justiça entre nós todos, servidores públicos municipais, estaduais e federais. Porque, se pensarmos em tetos ou em subtetos diferentes, teremos que entender que existem subservidores. Por acaso, existem subservidores? Nós, servidores municipais, somos menos importantes que os servidores estaduais e federais?

De forma alguma. Por acaso existe uma categoria de subcidão? Nós servidores municipais seríamos empurrados para baixo? De forma alguma. Então, sei que talvez tenha faltado alguma organização dos servidores públicos municipais. Foi referida por alguns Deputados da Câmara Federal a questão de não haver uma emenda que tratasse da Polícia Militar. Em relação ao Fisco tributário municipal, havia sim um destaque, que foi o primeiro e único destaque votado no final de 2004, quando não havia uma situação favorável para os encaminhamentos em relação ao substitutivo do Deputado Pimentel.

Para finalizar, eu gostaria de falar sobre os Prefeitos. O Presidente da Confederação Nacional dos Municípios, Paulo Ziulkoski, já colocou essa questão do teto nos Municípios. A questão do teto do Prefeito causará um grande prejuízo para os Municípios, porque hoje – dos senhores que são políticos muitos devem ter sido Prefeitos e sabem –, na Prefeitura do interior, o Prefeito tem um salário muito baixo e o médico que atende toda a população dele precisa ter uma remuneração que promova o desenvolvimento da saúde no seu Município. Isso pode causar o inverso, um prejuízo para os Municípios, pois os Prefeitos podem ser obrigados a aumentar os seus salários para poderem contratar médicos e outros profissionais que atendam às demandas sociais.

Então, minha mensagem é a de que se corrija a grande injustiça ocorrida na Câmara Federal e que se examinem as questões constitucionais em relação aos servidores tributários, municipais e a todos os servidores brasileiros.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Como último orador inscrito – procuramos atender todos aqueles que encaminharam à Mesa pedido para fazer uso da palavra – concedo a palavra ao Deputado Coronel Fraga, por cinco minutos, com a tolerância de mais um.

Em seguida, ouviremos o Relator. Também estou querendo ouvir o Relator.

O SR. ALBERTO FRAGA (PMDB – DF) – Sr. Presidente, Senador Paulo Paim, Exmº Relator, Senador Rodolpho Tourinho, prezados Deputados, colegas, oficiais e praças aqui presentes, votei contra essa matéria, até mesmo porque o grande mal de que os militares sofrem é a questão da obediência, da disciplina, da hierarquia, que atravanca muito as corporações policiais militares.

Sabíamos que existia um acordo, é verdade. Aqui, antes de parabenizar a iniciativa do Presidente por esta audiência pública, quero dizer, Senador Paulo Paim, que já esperávamos de V. Exª esta oportunidade

de agora pelo menos os militares estaduais poderem se manifestar.

O fato é que as corporações policiais militares e de bombeiros militares sabiam do acordo e que não haveria mudanças. Aqui, realmente, a classe tem que dar um mérito ao Deputado João Campos, cuja astúcia surpreendeu a todos. Quando S. Exª percebeu que seria derrotado, era o pensamento do Governo, e o Tomás Nonô encerrou aquela sessão, porque iria perder... E, na semana seguinte, a jogada maravilhosa foi se aliar; fazer a emenda aglutinativa de plenários e se aliaram aos auditores fiscais. Até a bancada do PT foi liberada.

É muito importante dizer, Sr. Presidente, que esta vitória deve ser comemorada. Agora, não houve, realmente, por parte da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros, nenhum trabalho neste sentido. Não que não mereça estar, mas porque acreditávamos que até mesmo o acordo não seria rompido. O fato é que eu acho... Não vou me arriscar a dizer palavras por eu ter chegado no final e até agradeço a oportunidade de Vossa Excelência me dá. Esta emenda, na verdade, deve contemplar a todos. Não podemos fazer nenhuma disputa ou até mesmo desmerecer a vitória alcançada, pelo menos até agora, pelos companheiros delegados e auditores. Não podemos, em hipótese alguma, dizer: “olha, se não der para nós, não pode dar para eles”. Não é isso. Nós não podemos partir para a política do quanto pior, melhor. Eles conseguiram porque acreditaram. Já foi falado aqui, eu quero dizer, e disse isso no Conselho dos Comandantes Gerais: os delegados de polícia possuem um lobby, no bom sentido, aquele lobby correto, a mobilização é muito eficiente. E é do que nós precisamos, porque os policiais militares estão presentes. Se há uma instituição que está presente nos 5.561 municípios deste país é a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros. No entanto, não se faz presente nesta Casa, para influenciar. Nós podemos agora jogar todas as nossas esperanças. E, eu tenho certeza, nobre Relator, de que Vossa Excelência vai fazer justiça. Os oficiais e os policiais militares verdadeiramente se preparam para serem policiais. São profissionais de segurança pública. Um oficial de polícia estuda quatro anos para esse fim. Depois ele vai fazer outro curso, mas antes ele se aperfeiçou como oficial de polícia. Ele estuda para ser.

Então, diante disso, eu tenho certeza absoluta que Vossa Excelência não vai permitir que haja o servidor de primeira e o de segunda categoria no meio da segurança pública. Por isso, eu encerro parabenizando mais uma vez o Senador Paulo Paim por essa iniciativa. As polícias militares depositam em Vossa Excelência uma confiança muito grande. Sr. Relator,

lembre-se de que estes que estão aqui agora, pedindo ajuda, não podem se manifestar nem com o direito de greve nem com manifestações públicas, com nada. É vedado qualquer direito de manifestação aos militares, e aqui está uma categoria que precisa ter o devido zelo do Estado, qualquer que seja ele: estado-membro ou União. E, por isso, nós confiamos e apelamos a Vossa Excelência que nos atenda. É um pleito justo, mas, evidentemente, sem tirar a conquista dos delegados e dos auditores.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Senhoras e senhores, convidados, Senadores, Deputados, todas as entidades aqui presentes, este é o momento de suma importância para esta audiência pública. Nós vamos dar a palavra agora ao Relator, Senador Rodolpho Tourinho, a quem, de público, quero render as minhas homenagens. Quando foi indicado, S. Ex^a estava na Bahia. No mesmo dia eu lhe telefonei, e ele disse: “Paim, marque a audiência que você entender como mais adequada, reúna quantas entidades você entender necessário, que eu vou ouvir a todos”. Isso demonstra o desprendimento e a vontade de construir, de fato, um relatório que represente a média de pensamento da sociedade.

Então, é com alegria que, neste momento, passo a palavra ao Relator desta matéria. Eu sei que não é fácil. S. Ex^a trabalhou muito conosco para a elaboração da PEC Paralela. Todos vocês sabem como foi sofrido, inclusive o meu voto. Fui à tribuna e disse: “Estou votando na PEC original com a certeza que a PEC Paralela será aprovada”. Passou-se um ano e meio. Calculem o quanto isso foi dolorido para todos nós, porque empenhamos a nossa palavra. Senador Rodolpho Tourinho e todos os outros Senadores me perguntavam: “Paim, mas a PEC Paralela é para valer?”

Felizmente, apesar de todos os problemas – o Senado votou a proposta em dois turnos, a Câmara votou em dois turnos –, a matéria volta, agora, para a palavra final do Senado da República.

Portanto, este é um grande momento. Espero que construamos um grande entendimento que não permita o “efeito pingue-pongue”, que é o meu maior temor. Falo em nome de todos os servidores públicos, tanto daqueles da Polícia Militar e da Polícia Civil como daqueles que não são da Polícia, e cumprem o seu papel fundamental para este País dar certo.

Concedo a palavra ao Senador Rodolpho Tourinho. Saiba que vou acompanhá-lo, porque sempre digo que parceiro não está junto apenas nos momentos bons, mas nos momentos difíceis também. Por diversas vezes, V. Ex^a me acompanhou em projetos polêmicos.

Quero dar apenas um depoimento. Eu estava com dificuldades para me encontrar com o Senador para relatar o Estatuto da Igualdade Social, que é uma matéria delicada, polêmica, que faz justiça. E quem foi o Senador que me pediu para relatar? O Senador Rodolpho Tourinho. Isso mostra o coração e a obra de S. Ex^a.

Com a palavra o Senador Rodolpho Tourinho.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Meu caro Senador Paulo Paim, prezados Deputados aqui presentes, Deputado Coronel Alves, Deputado João Campos, Deputado Arnaldo, que estava conosco até agora, Deputado Josias, Deputado Wayne, Deputado Cabo Júlio, Deputado Alberto Fraga, que lutaram por essas modificações na PEC Paralela, eu gostaria de dizer que essa PEC Paralela, na minha avaliação, existe basicamente por causa de um Senador, que é o Senador Paulo Paim. (Palmas.) Hoje é fácil fazermos essa avaliação, mas, naquele momento político, no Senado, no seu Partido, Senador Paulo Paim, era um momento muito difícil para V. Ex^a assumir aquela posição corajosa de votar a proposta em relação à Previdência, para que a PEC Paralela existisse e fosse discutida. Poucos Senadores, inclusive, acreditavam na PEC Paralela. Essa é outra verdade que circulava mais internamente. Existiam até apostas de que a matéria jamais seria votada.

A construção da PEC Paralela foi muito complicada por essa razão, pelo próprio momento. Foi complicada porque exigiu um grande acordo, que envolveu, inclusive, o Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva; o Líder do Governo no Senado, Senador Aloizio Mercadante, que, no fundo, coordenou, avalizou todas essas ações; envolveu todas as demais Lideranças e todos os Senadores. Isso ocorreu assim que foi construída, com muita dificuldade, mas com muita persistência, a PEC Paralela pelo Senador Paulo Paim.

Eu gostaria apenas de lembrar – sei que todos sabem disso – que a PEC Paralela foi elaborada por haver razões que não ficaram bem definidas na PEC da Previdência. Sem seguir a ordem de importância, o primeiro ponto dizia respeito à paridade entre os vencimentos dos inativos e dos ativos. Esse ponto precisava ser bem esclarecido. O segundo referia-se à contribuição dos inativos nas aposentadorias e pensões recebidas por portadores de doenças incapacitantes. O terceiro era relativo à questão da redução da contagem do tempo de contribuição daqueles que se aposentaram como deficientes físicos. O quarto ponto era concernente ao controle social da Previdência. O quinto era referente à inclusão das donas-de-casa – falando numa linguagem mais clara – no sistema previdenciário. O sexto ponto dizia respeito ao cen-

so previdenciário periódico. E o sétimo referia-se ao subteto dos Estados. Portanto, havia sete pontos sobre os quais foi feito um grande acordo, resultado de um acerto político. Esqueci-me de citar, inclusive, um envolvimento do então Ministro da Previdência, Sr. Ricardo Berzoini, e do Ministro-Chefe da Casa Civil, da Presidência da República. Havia esquecido essa informação, além, evidentemente – o Senador Paulo Paim está lembrando-me – do Relator, Senador Tião Viana, que também avalizou todas essas posições.

Então, deixo essa questão do fruto de um grande acordo, porque, se de um lado, facilita a situação, dificulta de outro. Precisamos entender que devemos voltar a construir no Senado Federal um novo acordo. Não é tão simples quanto parece a solução ou a relatoria desse projeto.

Recebi esse projeto anteontem, tendo então começado a sua análise. São 23 itens, aspectos ou tópicos – chamemos como quisermos – que necessitam ser analisados profundamente. Essa análise considera o que foi modificado na Câmara dos Deputados, a PEC Paralela e a Constituição Federal. Não posso fazer o trabalho rapidamente, uma vez que é preciso muito cuidado para verificarmos ponto por ponto. É o que estou fazendo.

Além disso, também é pedido do “dono” da PEC Paralela, Senador Paulo Paim, responsável por ela.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Todos nós somos responsáveis.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Mas V. Ex^a foi o grande responsável. Sem V. Ex^a, não existiria a PEC paralela nem, possivelmente, a Reforma da Previdência. Sua intervenção foi muito importante nesse aspecto todo.

Atendendo, se não me engano, a 21 Estados, às brigadas militares e à Polícia Militar, conversamos durante muito tempo. Atendi, pessoalmente, também, a áreas do Fisco e novamente das Polícias Militares, de anteontem até hoje. Então, há apenas 48 horas, estamos envolvidos nessa avaliação toda. Entendemos que existem pontos absolutamente essenciais.

Reconheço, primeiramente, a importância do Fisco, com o qual trabalhei durante oito anos na Secretaria da Fazenda da Bahia. Trago a melhor recordação em termos de competência, de seriedade e de resultados. Hoje, vejo a Bahia numa posição diferente da que encontrei – não só este Estado, mas outros, que também pude acompanhar, como Presidente ou Coordenador do Confaz, que fui por muito tempo.

Essa questão salarial do Fisco é extremamente importante e deve ser verificada com muito cuidado. Mas existem outros aspectos que precisamos levantar

e considerar. Toca-me muito pessoalmente essa questão da integração da Polícia Militar e da Polícia Civil. Por ter participado de um governo durante oito anos, entendo ser extremamente importante. Apesar de não estarmos discutindo questões de segurança pública, creio que, para este fim, a integração daquelas Polícias é sobremodo relevante. Para mim, esse é um dos pontos essenciais para o sucesso de uma política de segurança pública, entre outros. Pessoalmente, esse tema passa pela questão salarial, que se discute. Entendo que deve haver igualdade entre uma e outra. Trata-se de um ponto de vista pessoal.

Hoje, acrescentou-se outra carreira que não tem o mesmo conhecimento nem a mesma vivência, que é a dos peritos criminais, mas entendo que deve seguir a mesma linha. Não tenho dúvida.

Ressalto que, dentre os aspectos relevantes do relatório que terá que ser construído, considero da maior importância evitar aquilo que foi chamado aqui várias vezes, inclusive pelo Senador Paulo Paim, de “efeito pingue-pongue”. Temos que evitar que isso volte para a Câmara. S. Ex^a pensa que isso seria o fim ou poderia significar o fim da PEC Paralela.

Passamos – creio – um ano e meio, desde 2003 até agora, desde a aprovação pelo Senado até a aprovação pela Câmara. Não estou acusando, de forma alguma, ninguém, nem a Câmara, nem os Deputados. Isso faz parte do processo, mas houve uma demora muito grande para aquilo que era um acordo que envolvia o próprio Presidente da República e o próprio Partido do Presidente da República. Então, deve-se ter muito cuidado com o efeito pingue-pongue.

Um outro ponto muito citado aqui e que também tem que ser extremamente debatido, não sei se agora ou em outro momento, é o teto. O Senador Eduardo Azeredo, que, aliás, esteve aqui também, já manifestou sua opinião em relação a essa questão de teto. Quanto mais simples for, mais funcionará. Temos a convicção de que teto é diferente de piso. Temos também a convicção de que alguns Governadores pensam que o piso pode tender para o teto, dependendo das condições, mas que isso deveria ser separado, ou seja, a carreira do servidor público do teto, digamos assim, político, que no caso é do Governador, como do Prefeito também. Aliás, tanto a Câmara conservou aquilo que o Senado havia modificado. Os Estados têm autoridade para fixar um teto só, que é o teto que seria 90,25% do Ministro do Supremo. O Estado, se quiser, pode fazê-lo. Então, a Câmara conservou isso,

Deputado João. E o Senado fez até uma modificação pequena que não vislumbro maior problema também, creio que até completando a forma jurídica. Mas existe essa possibilidade já de ser feita.

Por último, queria dizer a V. Ex^{as}s que dedicarei meu tempo integral a isso, como o estou fazendo. Creio que o Senador Paulo Paim bem pode dar esse testemunho. Há o estudo de tudo isso, buscando a melhor solução. Saliento a V. Ex^{as}s que ser Relator de um projeto de lei é uma coisa, ser Relator de uma Proposta de Emenda Constitucional é um pouco diferente. Mas ser Relator de uma PEC que tem a história da PEC Paralela, que tem, além da história, essa necessidade que ser aprovada na oportunidade em que foi criada pelos Srs. Deputados, com muita competência, é diferente, sobretudo quando esta PEC representou um acordo, volto a dizer, entre o Sr. Presidente da República, o Ministro-Chefe da Casa Civil, o Ministro da Previdência, o Líder do Governo no Senado, todas as Lideranças partidárias. As lideranças que chamaria – se assim posso fazê-lo – de lideranças dissidentes do Governo naquele momento menos, conjuntural e circunstancialmente.

Então, alerto V. Ex^{as}s para o fato de que não posso, nem tenho o direito de falar por mim. Tenho que buscar as Lideranças e, nas Lideranças, o consenso quanto ao que foi dito aqui pelo Senador Paulo Paim: a média do pensamento da sociedade refletida na média do pensamento dos Srs. Líderes, como complemento à Câmara, nunca em confronto a nada da Câmara, porque temos que trabalhar juntos nisso.

É o que penso, com toda a sinceridade. Prometo dedicar meu tempo, até a confecção do relatório, e todo o meu trabalho a isso, dentro desses princípios. Era isso o que tinha a dizer aos senhores. (Palmas)

O SR. CABO JÚLIO (PMDB – MG) – Senador Paulo Paim, uma questão de ordem para esclarecimentos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Deputado Cabo Júlio.

O SR. CABO JÚLIO (PMDB – MG) – Queria só pedir um esclarecimento a V. Ex^a, que é o “pai da PEC”.

O Senador Rodolpho Tourinho é o Relator da PEC na CCJ. Aprovada na CCJ, essa PEC vai direto para o Plenário? Não sei como é a tramitação no Senado, pois na Câmara é um pouco diferente. Mas tem que ser criada uma comissão especial e, no Senado, há um regime de tramitação diferente.

A minha pergunta a V. Ex^a é: aprovada na CCJ, ela vai direto para o Plenário?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Como V. Ex^a esclareceu, no Senado é diferente. Por isso, o relatório do Senador Rodolpho Tourinho é fundamental; a tendência é seguir o resultado da CCJ. Aí vai para o Plenário.

Quando se vota na CCJ, a tendência é se firmar um acordo para a votação sobre esse tema polêmico. Isto não quer dizer que não possa haver destaque em Plenário e tenha que votar também em dois turnos com a aprovação de 3/5.

Vou encerrar a audiência pública, mas quero, primeiro, dizer da minha alegria e da minha satisfação pela forma qualificada como o debate foi feito. Alguns me disseram, talvez porque não conhecem tanto os senhores das entidades, os servidores, que poderia haver um atrito entre as categorias envolvidas.

Eu disse que tinha certeza absoluta de que seria uma bela audiência e fazia questão de estar na Presidência; foi isso que aconteceu, tendo como parceiro o Senador Marcelo Crivella, que é o Vice-Presidente desta Subcomissão, e o Relator, Senador Rodolpho Tourinho.

Quero dizer a vocês também que muita gente chegou a dizer que estávamos participando de uma grande farsa quando acreditávamos que era possível votar a PEC Paralela. Só quero dizer a vocês que gravem, levem essa boa lembrança de que em nenhum momento acreditamos que poderia ser uma farsa. Poderia até alguém estar nos enganando, mas sempre acreditamos que seria votada e, por isso, conversamos muito com todos os Senadores com essa convicção.

Neste momento, em nome até da coerência, porque somos todos agentes políticos, seria fundamental que não deixássemos que essa PEC Paralela entrasse naquilo que chamamos de “efeito pingue-pongue”.

A responsabilidade é grande. Não sei se vocês perceberam a fala equilibrada, tranquila, mas com muito cuidado do Relator, que descreveu esse grande acordo que foi construído, envolvendo o Executivo, o Legislativo, enfim, e a sociedade organizada por suas entidades.

O momento é muito delicado e teremos muita habilidade para não causar um prejuízo a milhões de trabalhadores. Digo milhões, porque aqui está incluído o controle social, que é fundamental. Estão incluídas as regras de transição como foi dito, está incluída a aposentadoria para a dona-de-casa que, enfim, terá essa possibilidade.

Quero fazer o apelo a vocês para que colaborem. Aqui no Senado, todos foram aliados para montar a PEC Paralela. Eu tiraria essa marca que me foi colocada e que é positiva, de que eu seria o pai, o tio, o sobrinho da PEC Paralela, mas diria que, se não fosse a boa vontade de todos os Senadores, ela não teria acontecido.

E, por uma questão de justiça, quero também falar do Relator, Senador Tião Viana. O Senador Relator ficou 6 meses sem falar no Plenário, em protesto, porque a PEC Paralela não estava sendo votada, como havia sido combinado, também na Câmara dos Deputados.

E, por uma questão de justiça, tenho também de dizer: o Presidente anterior da Câmara, João Paulo, mal ou bem, votou em primeiro turno. Faltaram alguns destaques, porque não houve acordo. Mas, na gestão do Presidente João Paulo, começou, foi votada em primeiro turno, e o Presidente Severino, atendendo a apelo das entidades, votou em segundo turno.

Eu não gostaria que a PEC Paralela se tornasse um instrumento de luta política, porque não seria bom para ninguém. Apenas inviabilizaria o processo. Ela foi construída aqui no plenário, de forma unânime. Eu poderia dizer que ela foi uma peça de consenso entre os da Oposição e os da base do Governo. E os Deputados também estão relatando que houve, se não me engano, cerca de 311 votos contra, algo assim. Somente algo em torno de 13 Deputados entenderam que não deveriam votar nesses moldes a PEC Paralela.

Nesse clima, terminamos esta reunião. Vamos conversar bastante. Creio que é possível construir um grande entendimento, e todos poderão ser contemplados. Enfim, parabéns a vocês, sei que muitos viajaram horas e horas dos seus Estados.

Gostaria, se pudesse, de dar a palavra ao Mosap, ao companheiro comprometido com a luta dos aposentados e pensionistas, à Cobap, do João Lima, enfim, a todos os companheiros que representam esse grande movimento que envolve os trabalhadores da área pública e da área privada, mas creio que a maioria conseguiu falar.

Tenho certeza de que o Relator, Senador Rodolpho Tourinho, dentro do possível, vai continuar ouvindo, tanto quanto for necessário, até que possa formular o seu relatório final.

Espero que nessa luta não haja vencidos nem vencedores, que entendamos que foi um grande momento do Parlamento e que as entidades ajudaram a construir esse acordo.

Parabéns a todos vocês, parabéns ao nosso Relator.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 14h25min)

ATA DA NONA REUNIÃO (Ordinária) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 52ª LEGISLATURA REALIZADA NO DIA 14 DE ABRIL DE 2005, QUINTA-FEIRA, ÀS 11:30 HORAS.

Às onze horas, e quarenta e três minutos do dia quatorze de abril de dois mil e cinco, na Sala de reuniões da Comissão de Assuntos Sociais, tendo presidido o Senhor Senador ANTÔNIO CARLOS VALADARES, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos (as) Senadores (as) **MARCO MACIEL, RODOLPHO TOURINHO, LÚCIA VÂNIA, REGINALDO DUARTE, NEY SUASSUNA, WIRLANDE DA LUZ, VALDIR RAUPP, MÃO SANTA, SÉRGIO CABRAL, PAPALÉO PAES, ANTÔNIO CARLOS VALADARES, FLÁVIO ARNS, IDELI SALVATTI, MARCELO CRIVELLA, PAULO PAIM, PATRÍCIA SABOYA GOMES, AUGUSTO BOTELHO, HERÁCLITO FORTES, ROMEU TUMA, EDUARDO AZEREDO E JOSÉ MARANHÃO**.

Deixam de comparecer os demais membros da Comissão justificando ausência a Senhora Senadora Fátima Cleide. O Senhor Senador Antônio Carlos Valadares declara aberto os trabalhos, propondo a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Passa-se a apreciação dos itens da pauta.

Item 1 – PROJETO DE LEI DA CÂMARA, Nº51, de 2004 – “Altera a redação do art. 260 e acrescenta artigos à Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente (dispõe dedução do Imposto de Renda para doação aos Fundos Nacional, Estaduais e Municipais em favor da criança e do adolescente).” Autora: Deputada ANGELA GUADAGNIN. Relatora: Senadora FÁTIMA CLEIDE Parecer: Favorável. Resultado: Retirado de pauta à pedido da Relatora. **Item 2 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº194, DE 2002 – “ALTERA A Lei nº 8.899, de 29 de junho de 1994, que concede passe livre às pessoas portadoras de deficiência no sistema de transporte coletivo interestadual, para estender o benefício aos serviços de transporte aéreo.” Autor: Senador BERNARDO CABRAL. Relator: Senador NEY SUASSUNA. Resultado: Rejeitado o Projeto.** **Item 3 – PROJETO DE LEI DO SENADO N° 207, DE 2002– “Altera a Lei nº 10.205, de 21 de março de 2001, para proibir a fixação de limite superior de idade para os doadores de sangue.” Autor: SENADOR CARLOS BEZERRA Relator: SENADOR AUGUSTO BOTELHO. Resultado: Rejeitado o Projeto com 10 votos.** **Item 4 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 81, DE 2004 – “Altera o artigo 2º da Lei nº 6.530, de 12 de maio de 1978, para instituir exame de proficiência como requisito adicional a ser exigido na inscrição em Conselho Regional de corretores de imóveis e dá outras providências”. Autor: Senador**

JOSÉ MARANHÃO. Relator: Senador NEY SUASSUNA. Resultado: Aprovado. **Item 5 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 216, DE 2004** – “Altera o art. 2º da Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dando prioridade de tramitação às causas judiciais em que seja parte pessoa portadora de deficiência”. Autor: Senador ÁLVARO DIAS. Relator: Senador EDUARDO AZEREDO. Resultado: Retirado de pauta pro decisão da presidência. **Item 6 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 246, DE 2004**. “Dá nova redação ao inciso II do art. 2º da Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, para incluir a pessoa que cuida de portador de deficiência ou de doença incapacitante no Programa Bolsa Família” Autor: Senador AUGUSTO BOTELHO. Relator: Senador PAPALEO PAES. Resultado: RETIRADO DE PAUTA A PEDIDO DO RELATOR. **Item 7 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 216, DE 2003**. “Dispõe sobre as exigências de contrapartida ambiental pela colocação de pneus no mercado interno, sejam eles importados ou fabricados no Brasil”. Autor: Senador FLÁVIO ARNS. Relator: Senador ANTÔNIO CARLOS VALADARES. Resultado: retirado de pauta tendo em vista aprovação do requerimento nº 15 de 2005-Cas de reunião conjunta com a Comissão de Meio Ambiente. **Item 8 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 456, DE 2003** – “Acréscima dispositivo à Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, que dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, para tornar disponível a equoterapia no âmbito do Sistema Único de Saúde”. Autora: Senadora LÚCIA VÂNIA. Relator: Senador FLÁVIO ARNS. Resultado: retirado de pauta a pedido do relator. **Item 9 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 26, DE 2004** – Acrecenta um inciso ao art. 3º da Lei nº 10741/03 – “Estatuto do Idoso para dar prioridade ao idoso no recebimento da Restituição do Imposto de Renda”. Autor: Senador SÉRGIO CABRAL. Relator: Senador EDUARDO AZEREDO. Resultado: Aprovado com 12 votos. **EXTRA PAUTA. Item: 10 –REQUERIMENTO Nº 16 DE 2005 – CAS** – “Requer, nos termos regimentais a realização de reunião conjunta com a Comissão do Meio Ambiente referente ao PLS nº 216 de 2003”. Autora: Senadora IDELI SALVATTI. Resultado: Aprovado. **Item 11 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 19, DE 2003**. “Altera o artigo 198 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5452, de 1º de maio de 1946. (Fixa o peso máximo de vinte quilograma que um empregado pode remover, individualmente)”. Autor: Senador MARCELO CRIVELLA. Relator: Senador NEY SUASSUNA. Resultado: Pedido de vista concedido à senadora Ideli Salvatti. **Item 12 – REQUERIMENTO Nº 17 – CAS 2005**. “Em aditamento ao requerimento nº 10, de 2005, já aprovado por esta Comissão; Requer, ainda que seja incluído, como

tema a ser discutido nesta mesma Audiência, a questão da fixação de regras para ingresso e permanência de pacientes nas unidades de tratamento intensivo”. Autor: Senador EDUARDO AZEREDO. Resultado: Aprovado. **Item 13 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 226, DE 2004** – “Dispõe sobre a regulamentação das profissões de Enólogo e Técnico em Enologia” Autor: Senador SÉRGIO ZAMBIAZI. Relator: “AD HOC” Senador ROMEU TUMA. Resultado: Aprovado com 10 votos. Fizeram uso da palavra os Senhores Senadores Flávio Arns, Augusto Botelho, Romeu Tuma, Eduardo Azereedo, Sérgio Cabral, Ideli Salvatti, Patrícia Saboya Gomes, Paulo Paim, Reginaldo Duarte, José Maranhão, Mão Santa e Lúcia Vânia. Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, encerra-se a reunião às treze horas e quarenta minutos, lavrando eu, **Gisele Ribeiro de Toledo Camargo**, Secretária da Comissão de Assuntos Sociais, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Senador Antônio Carlos Valadares presidente, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Antônio Carlos Valadares**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Havendo número regimental, declaro aberta a 9ª Reunião Ordinária da Comissão de Assuntos Sociais da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da reunião anterior.

As Srs e os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Antes de dar continuidade aos nossos trabalhos, lembro aos nobres Senadores e às eminentes Senadoras que na próxima terça-feira, dia 19, às 11 h, estará presente a esta Comissão para um debate com os membros da Comissão de Assuntos Sociais o Ministro da Saúde, Dr. Humberto Costa. Os assuntos a serem tratados nesta reunião constam de três requerimentos aprovados: a aplicação dos recursos da Funasa, a crise do Rio de Janeiro e o desabastecimento de medicamentos de combate à Aids, como também a fixação de regras para a permanência de pacientes nas UTIs.

Há um requerimento de autoria do Senador Eduardo Azeredo, que se refere ao item a que me referi e subscreverei. Trata-se de incluir no debate com o Dr. Humberto Costa na audiência pública um novo assunto, que seria a fixação das regras para ingresso e permanência de pacientes nas Unidades de Tratamento Intensivo. Segundo nosso Senador Augusto Botelho nos informa, este assunto o Ministro já cancelou. Mas

os Srs. Senadores ficam à vontade. Aqueles que quiserem tratar do assunto poderão fazê-lo sem nenhum impedimento. Assim, o requerimento, a meu ver, não tem sentido, mas fica em aberto qualquer discussão sobre o assunto. Esse requerimento é de autoria do Senador Eduardo Azeredo. Como S. Ex^a não se encontra presente, deixaremos a critério dos trabalhos do dia se devemos debater ou não este assunto. Naturalmente, como há uma abertura muito grande nesta Comissão, e o debate é democrático, todos os assuntos poderão ser ventilados, principalmente o Dr. Humberto Costa, mesmo antes da aprovação dos requerimentos, já havia se colocado à disposição da Comissão de Assuntos Sociais para aqui debater com as Sr^{as}s e os Srs. Senadores os problemas da saúde pública no Brasil.

Ficam retirados de pauta, a pedido dos Srs. Relatores, o Item 1, PLC nº 51 de 2004, de relatoria da Senadora Fátima Cleide, e o Item 6, PLS nº 246, de 2004, de relatoria do Senador Papaléo Paes. Os projetos deverão constar da pauta da próxima reunião.

Comunico às Sr^{as}s e aos Srs. Senadores que foram encaminhados a esta Comissão de Assuntos Sociais os seguintes avisos do Tribunal de Contas da União:

Aviso nº 254, cujo foco é a execução do Projeto de Integração do rio São Francisco com as bacias hidrográficas do nordeste setorial em que se analisa nesta oportunidade mais especificamente os procedimentos relativos à concorrência pública;

Aviso nº 1/04, que tem por objeto a contratação de serviços de consultoria especializada para o gerenciamento e apoio técnico à primeira etapa de implantação do referido projeto;

Aviso nº 2.700, proferido nos autos do processo que trata do monitoramento das recomendações decorrentes da auditoria de natureza operacional realizada no Programa de Incentivo ao Combate das Carências Nutricionais, bem como no inteiro teor do relatório da equipe de autoria.

Ambos os avisos encontram-se à disposição de todos os Srs. Senadores na Secretaria da Comissão.

Já comuniquei que a próxima reunião será no dia 19, terça-feira, mas eu gostaria de combinar, mais uma vez, com os Srs. Parlamentares integrantes desta Comissão que dia e horário seriam da melhor conveniência para todos nós para a realização das reuniões para esta Comissão. O horário normal, regimental, seria às duas e meia da tarde de quarta-feira, o que considero inconveniente. Então, resta definirmos terça, quarta ou quinta-feira. O regimental é quinta-feira, às onze e trinta. Então, perguntamos se continuaremos a fazer as reuniões ordinárias às quintas-feiras, no horário das onze e trinta, ou se faremos como a nossa antecessora, a Senadora Vânia: reuniões extraordinárias,

principalmente às quartas-feiras. Na terça-feira, nós já faremos um grande teste da presença das Sr^{as}s e dos Srs. Senadores com a vinda do Ministro da Saúde. A palavra está franqueada para que nós possamos combinar em definitivo a realização das nossas reuniões: se continuaremos no dia de hoje ou se faremos em outro dia. Com a palavra o Senador Ney Suassuna para dar a sua sugestão.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Se puder ser hoje, será melhor. Neste horário da manhã, terei um compromisso daqui a meia hora.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Estou falando das reuniões permanentes. Se seriam sempre às quintas-feiras ou se poderíamos...

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Não, quinta-feira seria um bom dia, Sr. Presidente. Tudo está mais lento, tudo está mais calmo. Os dias ruins são quartas e terças-feiras, com várias comissões ao mesmo tempo. Na quinta-feira está tranquilo.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Estou abrindo esta exceção porque alguns Senadores me pediram, tendo em vista que alguns têm dificuldades para comparecer na quinta-feira.

Senador Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (PL – RJ) – Sr. Presidente, estou com o nosso líder do PMDB. Quinta-feira é um dia calmo para mim. É verdade que há aqueles que têm compromisso nas suas regiões e viajam antes. Mas terça e quarta-feira, pelo volume de comissões que foram criadas, torna-se realmente difícil encaixar os nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Senador Maranhão.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – PB) – Partilho o mesmo entendimento, Sr. Presidente. Apesar de reconhecer o que ponderou aqui o Senador Crivella, no sentido de que alguns aproveitam a quinta-feira, que não tem sessão deliberativa, para viajar, isso é facultativo. creio que o nosso calendário não suporta mais compromisso terça e quarta-feira, quando se realizam sessões, simultaneamente, de várias comissões. Eu próprio integro algumas comissões que têm reuniões no mesmo horário e no mesmo dia, na terça e na quarta-feira, o que torna inteiramente impossível conciliar estes horários, a não ser que tivéssemos o dom da ambigüidade, ou seja, a prerrogativa de estar em vários lugares ao mesmo tempo. E temos aqui, ao nosso lado, o Senador Crivella, que também é um líder espiritual e poderá trabalhar neste projeto.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Senador Maranhão, poderíamos ter a autorização para clonar. Cada um de nós seria um Senador clo-

ne que iria às comissões em que não pudéssemos comparecer.

A SR^a IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, Senador Antonio Carlos Valadares, entendo que o melhor dia para nós é a quinta-feira, pela manhã. Além do que já foi dito a respeito de o nosso calendário estar asoberbado de reuniões nas terças-feiras e nas quartas-feiras, registro que, na terça-feira, a Comissão *popstar* é a Comissão de Assuntos Econômicos e, na quarta-feira, é a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sr. Presidente, temos potencial para realizar um trabalho extremamente relevante, pois esta Comissão tem toda a potencialidade para fazê-lo – e sob a condução de V. Ex^a mais ainda. Se quisermos ter o destaque necessário e merecido para os assuntos que tramitam nesta Comissão, devemos manter suas reuniões na quinta-feira até para termos a garantia, inclusive, da própria TV Senado. Se concorrermos com a CAE e com a CCJ, estaremos fora do ar, com certeza.

Por essa outra razão e por serem os assuntos tratados nesta Comissão do interesse da opinião pública e da população brasileira, já que os assuntos sociais interessam à população de forma muito especial, imagino que o mais conveniente para a nossa agenda e para a repercussão dos assuntos que tratamos na Comissão é manter a reunião na quinta-feira.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Obrigado, Senadora Ideli Salvatti.

Concedo a palavra ao Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Sr. Presidente, também compartilho do pensamento dos colegas, porque realmente essa questão de se acertar o horário da Comissão vem se constituindo num desafio.

Também penso que quinta-feira é um bom dia, mas talvez o horário de 11 horas e 30 minutos não seja o melhor. Na minha opinião, pelo menos, a reunião poderia ser realizada antes desse horário, às 10 horas.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – No mesmo horário da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Exatamente, no mesmo horário da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, porque, às 11 horas e 30 minutos, é um horário relativamente tardio, pelo menos, na minha ótica. Inclusive, é difícil para um Ministro vir, mesmo eventualmente, nesse horário. Por isso, é um bom horário, às 10 horas.

Parece-me que o dia está adequado. Mesmo se houver uma sessão de manhã – a antecipação da sessão plenária para o período da manhã –, se a reunião

da Comissão se realizar às 10 horas, ainda haverá a possibilidade de nos reunirmos.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Sr. Flávio Arns, concede-me V. Ex^a um aparte?

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Ouço V. Ex^a com prazer.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – A fome é uma má conselheira, porque, à medida que vai avançando, as pessoas vão ficando mais agressivas. Quanto mais cedo melhor, porque estão todos mais pacíficos.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Mas sempre há uns quitutes, Senador Ney Suassuna, que, habitualmente, satisfazem todo o pessoal do Senado.

A minha opinião é que as reuniões sejam realizadas na quinta-feira, porém às 10 horas, que considero um horário mais adequado. Mesmo que a sessão plenária da tarde seja antecipada, a reunião da Comissão poderá realizar-se às 10 horas, porque a Ordem do Dia começa normalmente ao meio-dia.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Agradeço o pronunciamento, a participação e a opinião a todos.

Desculpe-me, Senador Wirlande da Luz. Como S. Ex^a é baixinho, eu não o vi.

Senador Augusto Botelho, se V. Ex^a quiser pronunciar-se, será um prazer.

O SR. WIRLANDE DA LUZ (PMDB – RR) – Sr. Presidente, concordo com o Senador Flávio Arns, pois creio que quinta-feira é um dia ideal, e concordo também com a antecipação do horário para as 10 horas.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Obrigado, Senador Wirlande da Luz.

Concedo a palavra ao Senador Augusto Botelho.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Sr. Presidente, acompanho a maioria.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Senador Sérgio Cabral, estávamos discutindo sobre o melhor horário e o melhor dia para a realização das reuniões desta Comissão.

Portanto, pela maioria e pela unanimidade dos presentes, ficou acertado que o melhor horário para o início das reuniões seria às 10 horas, sempre às quintas-feiras. V. Ex^a está de acordo?

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – Está ótimo. Em todos os dias de reuniões das Comissões, há aquele problema de superposição, o que é normal. Na terça-feira, essa situação também ocorre entre a Comissão de Assuntos Econômicos e a Comissão de Educação. No nosso caso, seria entre a Comissão de Direitos Humanos e Participação Legislativa e a Comissão de Assuntos Sociais, mas não há problema.

Sigo a maioria, porque sou disciplinado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares)

– Obrigado, Senador Sérgio Cabral.

Está havendo uma reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, e há pelo menos dois Senadores desta Comissão participando de votações. Um deles é o Senador Mão Santa, que é Relator. Se algum Senador, na expectativa da presença desses Senadores que estão na outra Comissão, desejar pronunciar-se para ganharmos tempo e entrarmos nas matérias deliberativas, seria de bom alvitre.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares)

– Concedo a palavra ao Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Gostaria apenas de solicitar a retirada de pauta do Item 8. Sou Relator de um projeto de autoria da Senadora Lúcia Vânia, que inclui a equoterapia no âmbito do Sistema Único de Saúde. O parecer é favorável.

Fizemos um debate com membros do Ministério da Saúde, que trouxeram argumentos importantes para modificação do projeto. Então, o parecer continuará sendo positivo, porém não incluiremos a equoterapia na Lei nº 7.853, conhecida como a Lei da Corde (Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa com Deficiência). Ela será incluída numa lei que permita que esse atendimento seja realmente aplicado em todo o Brasil.

Então, hoje à tarde, haverá reunião com representantes do Ministério da Saúde e, na próxima reunião, poderemos recolocar o item em pauta com parecer positivo, com apoio do Poder Executivo, que facilitará posteriormente a concretização do Projeto de Lei.

Sr. Presidente, requeiro a retirada do projeto de pauta para essa finalidade.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares)

– V. Ex^a está sendo atendido neste momento. O seu requerimento tem inteira procedência e o objetivo é aperfeiçoar a matéria, que conta com nosso total apoio.

O Item 4, que já tem parecer do nobre Senador Ney Suassuna, é de autoria do Senador José Maranhão e altera o art. 2º da Lei nº 6.530, de 12 de maio de 1978, para instituir exame de proficiência como requisito adicional a ser exigido na inscrição em Conselho Regional de Corretores de Imóveis e dá outras providências.

Concedo a palavra ao eminentíssimo Relator, Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Nobre Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Senador José Maranhão apresenta a esta Casa pedido para a modificação do art. 2º da Lei nº 6.530, de 1978, para instituir

exame de proficiência como requisito adicional a ser exigido na inscrição em Conselho Regional de Corretores de Imóveis e dá outras providências.

A explicação dada é que esse é um campo que se vem sofisticando, surgindo, inclusive, áreas como o Mercosul, que exigem maiores conhecimentos. O Conselho dá o seu apoio.

É inusitado no Brasil termos uma área esforçando-se para melhorar o relacionamento com o público, para dar mais qualidade ao profissional e ter, assim, controle da existência de uma capacitação mínima. Por essa razão, não só elogio a iniciativa do Senador José Maranhão, mas também a iniciativa dos corretores de imóveis.

O parecer é favorável, Sr. Presidente. Sou a favor da aprovação, porque essa medida trará uma melhoria a essa categoria, que se está esmerando para prestar melhor serviço.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares)

– Concedo a palavra ao autor da proposta, Senador José Maranhão.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB - PB) – Sr. Presidente, de fato, teria poucos argumentos a aduzir aos já expendidos na justificativa do projeto, constante da pauta de hoje, que está nas mãos dos Senadores.

Diria somente que a inspiração deste projeto surgiu das solicitações que recebi da categoria profissional dos corretores, os quais, mais do que ninguém, são credenciados para apontar as deficiências de que o meio se ressente.

Evidentemente, a profissão de corretor de imóveis, especialmente nessa fase de expansão imobiliária por que passa o País, tornou-se uma profissão de fundamental importância para a segurança das operações de aquisição e venda de imóveis. É natural que se exija do profissional a necessária competência a ser agora definida em lei como uma profissão regular e exigida mediante exame de proficiência a comprovação da necessária habilitação.

Na realidade, o ato de intermediação imobiliária não é apenas uma operação comercial, porque envolve inclusive aspectos de conhecimentos jurídicos no que respeita a registro imobiliário, a legitimidade da propriedade e do domínio dos imóveis de que são objetos.

Portanto, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, considero da maior importância a exigência de comprovação de proficiência dos profissionais que atuam no ramo de intermediação nas operações imobiliárias.

Essa é a razão e a inspiração do projeto que, como já disse, resultou de apelos justos da categoria de corretores de imóveis, que, por meio dessa medida, procura sanear a área profissional e conferir à cate-

goria a seriedade e a competência que efetivamente são necessárias.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Nesta Comissão, já se realizaram várias audiências públicas, inclusive a ouvida de autoridades, sobre um projeto de lei que consideram polêmico, mas importante para o Brasil. Refiro-me ao Projeto de Lei nº 216 de 2003, que dispõe sobre as exigências de contrapartida ambiental pela inserção de pneus no mercado interno, quer importados, quer fabricados no Brasil.

Logo no início desta legislatura, houve articulações tanto do autor da matéria, Senador Flávio Arns, como do Senador Valdir Raupp, que apresentou emendas visando aperfeiçoar a matéria. Esses trabalhos têm de ser levados em conta, tendo em vista que há não apenas setores interessados no andamento desta matéria, mas também setores interessados em que este projeto não ande.

Ora, temos a obrigação de dar prosseguimento à tramitação de todas as matérias, mesmo contrariando o interesse de determinadas pessoas. Entretanto, como se trata de uma Casa democrática, sempre submetemos os projetos à tramitação em acordo com as Lideranças e com o próprio autor da matéria, além dos segmentos interessados. Portanto, abro discussão sobre esta matéria, desde logo sabendo que há possibilidade de uma reunião conjunta desta Comissão com a do Meio Ambiente para uma tomada de decisão definitiva a respeito da mesma.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Com a palavra o Senador Flávio Arns, pela ordem.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Sr. Presidente, quero esclarecer que o assunto é fundamental, mas o Item 4 que acabou de ser relatado ainda não foi votado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Porque ainda não temos *quorum*.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Desculpe-me.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – A matéria que estávamos...

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – V. Ex.^a me desculpe.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Não temos *quorum* suficiente. Daí porque entramos na discussão de outra matéria.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/ PT – PR) – Está perfeito. V. Ex.^a me desculpe.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL – RJ) – Sr. Presidente, peço a palavra para começar a discutir a matéria...

A SR^a IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente...

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL – RJ) – ...mas eu não poderia fazê-lo se a nobre Líder Ideli Salvatti pediu a palavra.

A SR^a IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Antes de iniciar a sessão estávamos conversando, vários Senadores, e temos uma situação de que há vários requerimentos pedindo, como o projeto é terminativo na Comissão de Assuntos Sociais, solicitando que fossem ouvidas outras comissões antes da deliberação final aqui na Comissão de Assuntos Sociais, e acabamos ficando em uma situação meio delicada. Rejeitar os requerimentos de oitiva de outras comissões é um ato, digamos, indelicado de tomar com relação a iniciativa de outros Senadores. Por outro lado, aprovar os requerimentos e encaminhá-los para as outras comissões pode fazer com que esse projeto continue tramitando com muita lentidão. Conseguimos ter uma conversa e chegar a uma proposta que talvez possa conciliar tanto a questão dos requerimentos para que sejam ouvidas as demais comissões como também fazer com que o projeto ande e que possa ter uma perspectiva de deliberação.

Então, a proposta que costuramos, conversamos, alinhavamos um pouco antes e que eu gostaria de verbalizar. Tendo em vista que hoje temos uma comissão para tratar especificamente das questões de meio ambiente, uma modificação da Comissão de Fiscalização e Controle, que agora também incorpora como tema central o meio ambiente, podemos realizar uma sessão conjunta da Comissão de Assuntos Sociais e da de Meio Ambiente, Fiscalização e Controle para debater e deliberar em conjunto o projeto.

Este é o requerimento fruto da conversa preliminar que fizemos antes do início da sessão e que gostaríamos de colocar em apreciação para os demais membros da Comissão. É claro que isso pressupõe, se aprovado o encaminhamento, a negociação com a Presidência da Comissão de Meio Ambiente, presidida pelo Senador Leomar Quintanilha, do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Agradeço a participação da Senadora Ideli Salvatti.

De fato, com a presença do autor da matéria, o Senador Flávio Arns, e da Liderança do Bloco, combinamos que o melhor seria, para um andamento mais rápido da matéria, uma vez que há interesse na sua tramitação, seria mais adequado fazermos uma reunião conjunta das comissões competentes, da comissão terminativa, que é a nossa, Comissão de Assuntos Sociais, e da Comissão do Meio Ambiente, sobre um assunto que esta Comissão tem que dispor, tem que

discutir aprofundadamente em todos os seus artigos, em todos os seus pormenores.

Quero ouvir, então, a opinião do autor, o nobre Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Lembramos que nesta Comissão de Assuntos Sociais, no ano passado, em 2004, fizemos várias audiências públicas com as pessoas da área ligada ao meio ambiente, Ministério do Meio Ambiente, Ibama, Petrobras, empresários, Inmetro, audiências extremamente proveitosas e com todos os setores envolvidos.

Como já foi feito tudo isso, como já temos o relatório, está havendo compreensão das comissões com o período de transição entre as comissões antigas e as comissões novas. Esses projetos para os quais já aconteceram audiências, e que têm os pareceres elaborados, se simplesmente os enviassemos para a Comissão do Meio Ambiente, poderia haver atraso na deliberação em função desse projeto.

Já tivemos exemplo de reunião conjunta para a Lei de Biossegurança, quando três ou quatro comissões se reuniram e o Senador Ney Suassuna inclusive foi relator de duas ou três comissões.

Eu sugeri, então, que esse projeto, em vez de ser enviado para a Comissão do Meio Ambiente, fosse objeto de uma comissão conjunta, como o Senador Valadares colocou – ele é membro da Comissão de Meio Ambiente e pode ser o relator tanto da Comissão de Meio Ambiente como da Comissão de Assuntos Sociais. Mas enfatizando que, na verdade, a reunião é em conjunto, mas a votação é em separado. É regimental inclusive, cada comissão vota em separado, e a palavra final é da Comissão de Assuntos Sociais.

Quero destacar a importância do projeto. Temos pendências judiciais enormes no Brasil em função disso, concorrência desleal acontecendo no Brasil em função disso, pneus sendo importados dos países do Mercosul e os empresários brasileiros não tendo possibilidade de produzir aqui. Então, é muito claro no sentido de dizer que pneus existem, se são pneus novos, importados, fabricados no Brasil, remoldados, recauchutados, toda a cadeia de pneus, e de dizer, em função de tudo isso, qual é a contrapartida ambiental para cada um dos casos.

Pode-se fazer, mas o que se tem de fazer como contrapartida? É necessário destruir de maneira ambientalmente correta, e se coloca no projeto o que deve ser feito. É um projeto que tem impacto no meio ambiente, de maneira positiva, na geração de empregos, é muito interessante e está em boas mãos ao ser relatado pelo Senador Valadares.

Saúde, emprego, meio ambiente, eu não posso enxergar, depois de todos os debates feitos, nada que

possamos dizer que seja negativo ou que deprecie o projeto. Nesse sentido, acho que seria um bom encaminhamento.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares)

– Com a palavra o Senador Augusto Botelho.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Há um acordo entre o autor do projeto e o relator, mas acho que essa é mais uma medida protelatória, que impede resolver esse problema que já vem rolando há quase dois anos aqui. Todos os Senadores que são da Comissão de Meio Ambiente participaram das audiências; a maioria participou. Não vamos acrescentar nada, a não ser retardar e protelar a solução.

Quando vim para esta Casa, eu reclamava muito da Justiça, porque achava que nossa Justiça era lenta, demorava a chegar aos resultados. Mas na nossa Casa também – eu agora me penitencio, estou há dois anos e meio nesta Casa – tenho visto que é assim. Aqui também os procedimentos acontecem devagar. E o País quer que sejamos mais rápidos ao tomar decisões, tanto nós como a Justiça. Não podemos ficar mais nesse vai-e-vem, nessa lengalenga em que estamos aqui.

Ele vai para a Comissão de Meio Ambiente, todos aqui praticamente participaram das audiências, foi discutida amplamente a matéria, foi projeto em torno do qual gostei de ver a briga aqui, e agora vamos ceder, para ir mais... Como o autor e o relator cederam...

Estou expressando a minha opinião de Senador. O povo sofre porque a Justiça é lenta, e sofre também porque a nossa Casa é lenta. Temos também que começar a não ficar nesse nhenhenhém. Não concordo. Vou ter que concordar, porque a maioria está... Mas eu não me sinto muito bem com o que fazemos só para protelar as matérias dentro desta Casa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares)

– Na realidade, Senador Augusto Botelho, de qualquer forma essa matéria teria que ir para a Comissão de Meio Ambiente, já que há repercussões do seu funcionamento, da sua execução, no meio ambiente.

Então, hoje, a Comissão do Meio Ambiente é também a Comissão de Fiscalização e Controle. Tínhamos realmente uma atribuição específica para cuidar do meio ambiente. Agora, essa função foi deslocada para a Comissão de Fiscalização e Controle. Entretanto, como há um despacho da Presidência do Senado determinando que nesta Comissão o projeto será terminativo, e se votarmos hoje, por exemplo, esse projeto a Comissão de Meio Ambiente não terá nenhuma possibilidade de discutir sobre o mesmo, será de bom alvitre, até do ponto de vista democrático e do funcionamento normal da nossa instituição legislativa, que

esse projeto vá para a Comissão de Meio Ambiente e depois volte para ser terminativo aqui.

Entretanto, para economizarmos etapas do procedimento, vamos fazer a reunião conjunta, por meio da qual podemos então levar ao conhecimento dos membros da Comissão de Meio ambiente o que foi aqui discutido amplamente, como V. Ex^a tem conhecimento. Nossa relatório será lido e discutido e, após isso, as duas Comissões, individualmente, na mesma reunião, poderão votar o projeto, aprovando ou rejeitando. Entendeu, agora, V. Ex^a qual é a finalidade do requerimento da nobre Senadora Ideli Salvatti?

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Entendi, mas o meio ambiente já foi discutido nesta Comissão e vai ser discutido de novo. Entendo, porque já discutimos.

Na época em que esse projeto correu aqui, o meio ambiente era discutido nesta Comissão. Concordo que vá, mas penso que estamos puxando para trás e para frente. Isso prejudica o povo, a população e também o meio ambiente no País.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Senador Augusto Botelho, na realidade, esta proposição da Senadora Ideli Salvatti surgiu depois de uma determinação da própria Mesa. Recebemos uma comunicação da Mesa de que essa matéria deveria ser encaminhada à Comissão de Fiscalização e Controle e Meio Ambiente. Com o requerimento da Senadora Ideli Salvatti, vamos acelerar o processo, porque não será discutida a matéria individualmente apenas numa Comissão, mas nas duas Comissões, inclusive uma delas conhece amplamente a finalidade da matéria.

O SR. MARCELO CRIVELLA (PL – RJ) – Sr. Presidente, por gentileza.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – A missão está cumprida. Todos os Senadores já nos manifestamos.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Agradeço a V. Ex^a, nobre Líder do PMDB, Senador Ney Suassuna. Sua presença nesta Comissão é fundamental.

O SR. MARCELO CRIVELLA (PL – RJ) – Sr. Presidente, penso que podemos pisar no acelerador e começar a deliberar. Já há número suficiente de Senadores. Podemos começar a votar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Já temos número suficiente. Então, a primeira coisa que devemos fazer é votar o requerimento de autoria da nobre Senadora Ideli Salvatti, colocado, mais ou menos, nos seguintes termos – posteriormente S. Ex^a nos dará o requerimento por escrito: audiência conjunta entre CAS e Comissão de Meio Ambiente e Fiscalização e

Controle para debater e deliberar o PLS nº 216 – que é o chamado projeto dos pneus –, de 2003.

As Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores que estão de acordo...

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Sr. Presidente, só pergunto se o termo correto é audiência ou reunião conjunta.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – É reunião conjunta das duas Comissões. Porque audiência é apenas debate. Na realidade, o termo correto é – V. Ex^a tem razão – reunião conjunta das duas Comissões para debater e deliberar sobre o Projeto de Lei nº 216, de 2003.

Volto à votação.

As Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores que estão de acordo permaneçam sentados. (Pausa)

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Estou de acordo, mas eu gostaria de saber: a deliberação vai ser primeiro na Comissão de Meio Ambiente e depois na nossa, ou conjunta?

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Conjunta. Processo de votação em separado.

Aprovado, por unanimidade.

Passamos ao Item 4, PLS 81, de 2004, que altera o art. 2º da Lei nº 6.530, de 12 de maio de 1978, para instituir exame de proficiência como requisito adicional a ser exigido na inscrição em Conselho Regional de Corretores de Imóveis e dá outras providências.

O Senador Ney Suassuna é o relator. S. Ex^a já distribuiu o relatório e o parecer, no entanto, nem todos estavam presentes.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Já informei aos que não estavam presentes, Sr. Presidente, de que é inusitado, inclusive, porque é a primeira vez que vejo um conselho federal pedir que os seus membros sejam mais treinados, como eles pediram. O autor do projeto é o nobre Senador José Maranhão, e o Relator sou eu, que estou dando o meu parecer favorável e aplaudindo não só o autor como o Conselho Regional de Corretores de Imóveis.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Em discussão a matéria.

Como nenhum dos Srs. Senadores deseja discuti-la...

O SR. ROMEUTUMA (PFL – SP) – Sr. Presidente, só uma consulta sobre os corretores de imóveis.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Antes, porém, eu gostaria de convidar a nossa Vice-Presidente, a Senadora Patrícia Saboya, para ocupar o seu lugar, para dar um brilhantismo especial a esta Mesa.

Concedo a palavra ao Senador Ney Suassuna.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sr. Presidente, eu só queria pedir licença ao Senador Ney Suassuna para falar sobre um projeto que apresentei sobre o Conselho Regional de Corretores de Imóveis. Refere-se à possibilidade – apóio, é claro, o relatório – de eles adquirirem veículos com uma parte de isenção de impostos, visto que o carro é um instrumento de trabalho do corretor de imóveis. Então, pedi licença para referir-me a esse projeto e solicitar que o mesmo seja discutido o mais rápido possível.

Parabéns, Senador Ney.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Passemos, então, à votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam querem permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Agora passemos à votação nominal, para conferir.

(Procede-se à votação nominal.)

A SR^a IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, apenas faço uma pequena observação, de que essa questão do corretor imobiliário ficou muito restrita à Paraíba, visto que um é autor e o outro é relator. Da Paraíba para o mundo.

(Procede-se à votação nominal.)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – O projeto foi aprovado por unanimidade com 12 votos.

O Item 2 refere-se ao PLS nº 194, de 2002., que já foi discutido. Altera a Lei nº 8.899, de 29 de junho de 1994, que concede passe livre às pessoas portadoras de deficiência no sistema de transporte coletivo interestadual, para estender o benefício ao serviço de transporte aéreo. Esse projeto é terminativo e, portanto, de votação nominal.

Concedo a palavra ao Senador Ney Suassuna, Relator da matéria.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Sr. Presidente, louvo o Senador Bernardo Cabral, que elaborou, com seu grande coração, esse projeto, que deveria ser aprovado, se não estivéssemos fazendo caridade com o chapéu alheio.

As companhias aéreas já estão em crise. Já existem algumas vantagens, algumas compensações. Mas esta, infelizmente, não tem como ser atendida, até porque despertaria em outras categorias, com toda certeza, uma série de outras reivindicações.

Como se trata de legislar na casa alheia, o nosso relatório foi pela rejeição, embora entendendo o espírito que moveu o Senador Bernardo Cabral.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Em discussão.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Azeredo.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Já houve a discussão. É somente a votação, Sr. Presidente.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Então, quero somente justificar o voto.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Concedo a palavra a V. Ex^a para encaminhar a votação.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Concordo com o Senador Ney Suassuna, apesar de o objetivo ser realmente meritório. Os Estados e os Municípios podem, pelas suas áreas de assistência social, se necessário, pagar uma passagem que é mais cara que a de ônibus para o transporte do portador de deficiência.

Então, quero apenas registrar o meu voto. Sou sempre um defensor das questões ligadas aos portadores de deficiência, mas, nesse caso específico, concordo com o parecer do Relator.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Votação nominal.

(Procede-se à votação nominal)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – O projeto foi rejeitado, com 13 votos pela rejeição.

O item anterior teve 12 votos favoráveis, ou seja, ele foi aprovado com o voto de 12 das Sr^{as} Senadoras e dos Srs. Senadores.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Sérgio Cabral.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – O item nº 9 da pauta é um projeto de minha autoria e o Relator é o Senador Eduardo Azeredo. O Senador Eduardo Azeredo tem um outro compromisso e, gentilmente, permanece aqui, aguardando o momento da relatoria. Se V. Ex^a conceder e o Plenário acatar, peço inversão da pauta, por favor, para que o item nº 9 seja votado agora.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Se o nobre Senador Marcelo Crivella entender que teremos quorum suficiente para aprovação de sua matéria, poderemos atender, sem dúvida alguma, ao apelo do Senador Sérgio Cabral, para que possamos, logo em seguida, apreciar o projeto de autoria de V. Ex^a.

O SR. MARCELO CRIVELLA (PL – RJ) – Sr. Presidente, o pedido do Senador Sérgio Cabral é irresistível.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – O Senador Marcelo Crivella é um cavalheiro e o exemplo de cristão nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares)

– É mesmo o nosso pastor.

O SR. ROMEUTUMA (PFL – SP) – Sr. Presidente, é importante que se aprecie esse projeto, porque é a hora certa. É o assunto do Imposto de Renda e temos apenas mais quinze dias para a apresentação da declaração. A matéria trata da prioridade da restituição. É importantíssimo discutir e votar esse projeto agora.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares)

– Não há dúvida não somente da legitimidade mas também da importância desse projeto neste momento, que tem como autor o nobre Senador Sérgio Cabral, do PMDB, do Rio de Janeiro. S. Ex^a é um político atuante não somente no seu Estado, mas também no Senado, onde tem uma atuação marcante. O projeto tem como Relator o Senador Eduardo Azeredo, a quem passo a palavra para fazer as suas considerações.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr Presidente, Sr^ss e Srs Senadores, o projeto do Senador Sérgio Cabral diz respeito à prioridade do idoso no recebimento da restituição do Imposto de Renda. É uma matéria extremamente relevante, de interesse social.

O fato de que a Receita Federal tenha também, após a apresentação do projeto, se manifestado apenas com uma norma interna, nesse sentido, não invalida o projeto porque uma norma é uma norma, pode ser anulada ou suspensa a qualquer momento. Um projeto de lei, não, pois uma lei tem de ser cumprida.

Então, o projeto que dispõe dessa prioridade foi analisado do ponto de vista da constitucionalidade e da juridicidade. Quero apenas dar o meu voto favorável à aprovação do Projeto de Lei nº 26, de 2004, com a seguinte emenda de redação que está aí colocada para conhecimento dos Srs. Senadores.

Ressalto que o Senador Sérgio Cabral, na área dos idosos, sempre teve uma atuação muito eficiente, sempre atenta. A sua autoria nesse projeto mais uma vez mostra a sua ação. Como Relator, considero extremamente importante aprovarmos o projeto para que os idosos tenham prioridade na restituição do Imposto de Renda.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Concedo a palavra a V. Ex^a, Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEUTUMA (PFL – SP) – Eu tenho uma dúvida, não sobre o projeto: qual a idade exata para que uma pessoa seja considerada idosa?

O SR. SÉRGIO CABRAL (PSDB – RJ) – São sessenta anos.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Outro dia, fui a um supermercado e havia a fila dos idosos, para onde me dirigi, pois havia pouca gente. Mas a moça não quis me atender.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PSDB – RJ) – Mas V.

Ex^a é um garoto.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL – RJ)

– Mas é justa a razão. A moça tem razão. Não há o que reclamar.

O SR. ROMEUTUMA (PFL – SP) – Indaguei sobre como ela avaliava uma pessoa idosa ou não. Ela respondeu que era pela aparência. Então, eu disse que iria chamar o gerente para ver como ficaria aquela situação. Eu não queria furar a fila, porque havia poucas pessoas. A minha mulher falou, então, para irmos embora, porque ela estava me elogiando.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares)

– Não é todo dia que se recebe um elogio como este: um sexagenário com cara de cinqüenta e dois anos.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PSDB – RJ) – Senador Antonio Carlos Valadares, exemplos como o do Senador Romeu Tuma, que chegam ao início da terceira idade, sendo que ele poderia muito bem freqüentar um outro programa que eu tive o orgulho de trazer para o Brasil, que são os albergues da juventude, porque é um garoto.

Esta é a nossa intenção, Sr Presidente: dando continuidade ao Estatuto Nacional do Idoso, e a intenção do projeto é acrescentar ao Estatuto esse benefício ao cidadão da terceira idade e permitir que cada vez a vida do cidadão idoso seja de qualidade superior, que a sociedade reconheça no cidadão da terceira idade os seus méritos pelo seu trabalho, pela sua dedicação à família, à sociedade e ao País.

Verificamos recentemente pela Fundação Getúlio Vargas que a inflação, para o cidadão idoso nos últimos dez anos foi superior ao restante da população. E alguns itens pesaram muito como remédios e planos de saúde.

Quero, portanto, ser breve para garantir o *quorum* e dizer da minha gratidão pelo relatório do Senador Eduardo Azeredo.

E, quanto à Receita Federal, quero dizer que, assim que apresentei o projeto, a Rádio Senado promoveu um debate entre mim e o representante da Receita. Esse representante disse-me que, por uma resolução interna, já iria aplicar, inspirado no projeto de lei, essa prioridade. De fato, a Receita já está aplicando essa norma.

Portanto, o projeto de lei, transformado em lei, apenas lhe dará perenidade e permanência. Enfim, não haverá dependência de uma resolução, que amanhã pode ser extinta. É a nossa lei do Estatuto Nacional do Idoso.

Quero registrar que a Receita Federal, no atual Governo, já está, a partir da apresentação do projeto – se V. Ex^a verificar a data da apresentação do projeto

e a resolução da Receita, foram apenas semanas de diferença. Isso foi fruto de um debate, aqui na Rádio Senado, entre mim e o representante da Receita.

Assim, isso apenas consolida o que a Receita já vem fazendo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares)

– Não havendo mais quem queira discutir a matéria, passemos então à votação nominal.

Faremos a chamada das Sras e dos Srs. Senadores.

(Procede-se à votação nominal)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares)

– Senador Marcelo Crivella?

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL – RJ)

– Enaltecedo o meu companheiro do Rio de Janeiro, que fez um trabalho extraordinário nessa área, voto com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares)

– Senador Romeu Tuma?

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Voto com o Relator.

Quero elogiar a sensibilidade do nosso Senador e do Dr. Rachid, da Receita. S. S^a, pela projeção da honestidade, da sinceridade, da importância desse projeto, adiantou-se com uma norma que, sem dúvida nenhuma, dará respaldo ao projeto aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares)

– O voto do Relator vem acompanhado por uma emenda de redação, por meio da qual o parágrafo único do art. 3º da Lei nº 1.741, de 1º de outubro de 2003, passa a vigorar acrescido do inc. XIX.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – PB) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares)

– Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – PB) – Quero saber por qual dispositivo do Regimento fui excluído da votação?

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares)

– Senador José Maranhão, está aqui. Este voto é importantíssimo, porque representa o Nordeste do Brasil.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – PB) – Não me chame de Antônio, que eu sou José. (Risos)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares)

– É porque eu gostaria de ser xará de V. Ex^a.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – E eu que sou autor do projeto, neto de sergipano e de paraibano. Então, fico...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares)

– Os senhores Senadores já têm conhecimento de que o projeto deverá ser aprovado com a emenda de reda-

ção, de autoria do nobre Senador e Relator Eduardo Azeredo, que vota “sim” naturalmente.

O PLS 26 de 2004, foi aprovado por 12 votos.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – Agradeço à Comissão e a V. Ex^a a sensibilidade da aprovação, Sr. Presidente.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – O quorum está garantido com a presença de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares)

– Gostaria de que os senhores Senadores permanecessem no plenário, tendo em vista que vamos votar agora um projeto muito importante, que foi amplamente discutido no âmbito desta Comissão. É de autoria do nobre Senador Marcelo Crivella.

Trata-se de um projeto extrapauta. Já houve uma audiência pública com a participação de representantes da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria, da Federação Nacional dos Portuários, do Ministério do Trabalho e Emprego, do Ministério Público do Trabalho, com a finalidade de instruir a matéria. O projeto, como disse, tem como autor o nobre Senador Marcelo Crivella e como Relator o nobre Senador Ney Suassuna. Altera o art. 198 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovado pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1946, que fixa o peso máximo de 20kg para que um empregado possa remover individualmente.

Em discussão a matéria.

Concedo a palavra ao Senador Marcelo Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL — RJ)

– Sr. Presidente, é melhor tirá-lo de pauta. A base do Governo não entra em acordo. Tive uma reunião com os Senadores Aloizio Mercadante e Delcídio Amaral. S. Ex^as eram plenamente favoráveis, mas não informaram à Senadora Ideli Salvatti. S. Ex^a vai pedir vista. Creio que é melhor tirá-lo de pauta. Faço esse requerimento a V. Ex^a. Infelizmente, na base do Governo, chegamos, às vezes, a essas situações embaraçosas.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares)

– Mas o pedido de vista, Senador, significa dizer que na reunião seguinte a Senadora trará o projeto para que seja incluído na pauta. Só que não vai ...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Retirar de pauta é ruim, porque tem uma outra tramitação.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares)

– É ruim, porque tem uma outra tramitação, e ela pode pedir vista mais uma vez

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Na outra, vai atrasar mais ainda.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares)

– Vai retardar mais ainda o andamento.

Não haja pela emoção, pelo coração, vamos agir pela realidade, com os pés no chão, porque...

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL – RJ)

– Realmente eu estava agindo mais pela emoção, porque é um projeto que já está sendo debatido há dois anos, dois anos fizemos a audiência pública...

O SR. ROMEUTUMA (PFL – SP) – Faz um apelo à Senadora para retirar o pedido de vista.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL – RJ)

– Eu já fiz o apelo, mas S. Ex^a não foi sensível.

Ao projeto já está sendo discutido há dois anos. Houve audiência pública, o Ministério do Trabalho veio aqui e deu o parecer favorável; o Ministério Público deu parecer favorável, a Confederação Nacional da Indústria e dos Trabalhadores Portuários.

Há dois anos não conseguimos aprovar um projeto que visa simplesmente... O Sérgio Cabral, que trabalha com idoso, tenho certeza, apóia o trabalho. Hoje as pessoas se aposentam com 60 anos. Assim, como é que se pode obrigar um sujeito de sessenta anos, um operário de obra, um estivador a carregar um peso de 60 quilos? E é isso que diz a lei.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – Senador Marcelo Crivella, eu quero parabenizar V. Ex^a pela iniciativa do projeto. Altera V. Ex^a o regime de CLT de 1º de maio de 1946. V. Ex^a está trazendo um projeto essencialmente humano, que respeita o trabalhador, razoável sob todos os pontos de vista.

Eu creio que a Liderança do Governo vai avaliar com certeza e chegar a um denominador comum no sentido de reconhecer que é, sem dúvida, um projeto que garante ao trabalhador um direito que – à época de Getúlio Vargas, não – hoje provoca uma sensação escravocrata, de algo desumano.

Então, está V. Ex^a de parabéns.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Senador Marcelo Crivella, também gostaria de endossar as palavras do Senador Sérgio. Eu não diria só que é humanitário, é questão de saúde pública porque qualquer trabalhador que carrega carga sobre os ombros tem problemas graves de coluna, de músculos que vão custar à Previdência Social em seguida a pouco tempo de serviço.

Se V. Ex^a for ao Porto de Santos verá que o pouco atraso que ainda tem lá é que não há carregadoras automáticas suficientes. Então hoje V. Ex^a pega milhares de sacarias ou a granel coloca naquelas esteiras e o carregamento é muito mais rápido. O trabalhador só tem o trabalho de ajustar na pilha correta. Então, não vejo razão nenhuma para não ser rápida a aprovação desse projeto, até porque eu sou proibido de carregar mais do que cinco quilos.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL – RJ)

– Pois é, Sr. Presidente, este é o apelo que faço. Nós já discutimos há dois anos, já fizemos audiências pú-

blicas, tivemos o parecer do Ministério do Trabalho, da Procuradoria do Ministério Público, de confederações de trabalhadores, e discutimos na base do Governo com o Senador Aloizio Mercadante, com o Líder Delcídio Amaral, com todos os assessores na nossa reunião de segunda-feira; há dois anos estamos tentando aprovar um projeto que só traz benefício ao trabalhador, que agora se aposenta aos 60 anos. Imagina o operário carregando sacos de cimento enormes! Pedimos a orientação do Governo, não é, Paulo Paim, para que possamos votar. O Governo está pedindo vistas do projeto, e eu não vejo razão para isso depois de todas as audiências que fizemos, depois de termos discutido isso na reunião de Líderes com o Líder do Governo Aloizio Mercadante. Então faríamos um apelo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares)

– Concedo a palavra ao nobre Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Nobre Senador Marcelo Crivella qual é aquele trecho que diz: “Se Deus está conosco, quem está contra nós?” O PT. (Risos)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares)

– A nobre Senadora Ideli Salvatti pediu vistas, mas nós queríamos saber em definitivo se esse pedido de vistas tem continuidade ou se foi suspenso para outra oportunidade.

A SR^a IDELI SALVATTI (PT – SC) – Sr. Presidente, eu quero dizer que a minha posição pessoal aqui como Senadora da República é favorável ao projeto do Senador Marcelo Crivella, mas estou também em outra condição, porque não sou apenas Senadora da República; sou também vice-Líder do Governo e recebi orientação da assessoria da nossa Liderança no sentido de pedir vista.

O Senador Marcelo Crivella me afirma, e não tenho nenhum motivo para duvidar de S. Ex^a, que há um acordo. Para harmonia de nosso Bloco, Senador Marcelo Crivella, considero o pedido de vista de fundamental importância porque ele garante, e torna isso obrigatório, a devolução do projeto na semana que vem para que possamos deliberar, vou manter o pedido de vista, até para que provoquemos, na reunião do Bloco, Senador Marcelo Crivella, uma discussão séria e responsável a respeito desse tipo de procedimento.

Não podemos ser submetidos a constrangimentos, como o que estou vivenciando hoje por ter uma tarefa a cumprir, em razão da responsabilidade de Vice-Líder. É um constrangimento, inclusive porque a matéria me é plenamente simpática. Sou favorável a ela. Considero de fundamental importância darmos condições melhores de trabalho aos operários e aos

trabalhadores brasileiros. Realmente, é desumano manter o excesso de peso dos materiais carregados.

Vou pedir a compreensão do Senador Marcelo Crivella e a parceria para que possamos fazer o bom debate na reunião interna do Bloco de apoio para que haja mais esse tipo de situação posta aqui, na qual a conversa é em um sentido e a determinação em outro, se é que isso efetivamente ocorreu.

Quero pedir a compreensão do Senador Marcelo Crivella para que possamos aguardar. V. Ex^a pode ter certeza de que vai contar com o meu voto na aprovação do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Muito bem.

Concedo a palavra, pela ordem, à nossa vice-Presidente.

A SR^a PATRÍCIA SABOYA GOMES (Bloco/PPS – CE) – Senador Marcelo Crivella, todos nós sabemos da sua dedicação, principalmente na área social, à defesa de projetos que realmente ajudam, facilitam, a vida do trabalhador. Este é um projeto que tem muito mérito e sensibiliza a todos nós Senadores.

Sinto-me na obrigação, como Vice-Líder do Governo, neste momento, de sair em defesa da Senadora Ideli Salvatti. Eu conversava com ela que também é sensível ao projeto de V. Ex^a, e dizia que, infelizmente, esse tipo de coisa, muitas vezes nos submete, Vice-Líderes do Governo, a uma situação de constrangimento. Esse projeto tem mérito, já havia o acordo do Líder do Governo e o do Líder do Bloco com V. Ex^a. Acho que V. Ex^a pode ajudar muito na próxima reunião de Vice-Líderes, que ocorre todas as segundas-feiras, quando falaremos sobre esse assunto. Não sei se V. Ex^a se lembra, mas eu já havia dito na segunda-feira passada que alguns projetos precisam ser examinados mais detalhadamente, precisam ser mais discutidos, para que nenhum de nós que somos favoráveis a determinados projetos passemos pelo constrangimento que a Senadora Ideli Salvatti acaba de passar. Tenho certeza da sensibilidade de S. Ex^a e que ela concorda com o projeto de V. Ex^a, mas recebeu agora uma orientação de que o Governo pede um pouco mais de tempo para discutir com V. Ex^a e com todos os outros Senadores.

Portanto, gostaria apenas de fazer esse registro e de parabenizá-lo por essa iniciativa.

Participei das audiências e vi o entusiasmo de V. Ex^a, que se dedicou a esse projeto. Vi a forma responsável com que V. Ex^a tratou essa questão tão importante para o povo brasileiro já tão sacrificado.

Queria dar também o meu testemunho a respeito do coração da Senadora Ideli Salvatti que, com certeza, está muito repartido.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Concedo a palavra pela ordem ao Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador Antonio Carlos Valadares,

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – ACV, a certeza da vitória. Sergipano de boa cepa.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Esta minha correria é porque eu estava numa audiência com o Presidente da República discutindo uma questão relacionada com a nossa comissão. Refiro-me ao reajuste dos benefícios dos aposentados e pensionistas, que estão reunidos, em torno de cinco mil, em frente do Palácio. Uma comissão foi recebida e acabei integrando tendo em vista o objetivo da Comissão, que o aposentado tenha o salário reajustado.

Mas, Sr. Presidente, o projeto em debate, de autoria do Senador Marcelo Crivella, já o discutimos em audiência pública, ouvimos aqui empregados e empregadores, conversamos principalmente com os trabalhadores que atuam em portos, em ferrovias, embora seja muito delicado falar em ferrovia no Brasil hoje devido ao que está acontecendo, enfim, trabalhadores que acabam carregando de forma excessiva pesos que prejudicam, e muito, a sua saúde.

Estou entendendo, sim, a situação da Senadora Ideli Salvatti, como também da Senadora Patrícia Saboya Gomes. Eu falava aqui com o Senador Marcelo Crivella e pedi a autorização para S. Ex^a para que fizéssemos um apelo, então, à Liderança do Governo – eu também sou da base do Governo – no sentido de que o pedido de vista fosse por, no máximo, uma reunião. Conseqüentemente, não votaríamos hoje e, na próxima reunião desta Comissão, nós do Bloco faríamos o debate adequado, como foi aqui pedido, e, com certeza, o meu voto e o das Senadoras Patrícia Saboya Gomes e Ideli Salvatti será, na reunião do Bloco, pela aprovação do projeto.

Então, respeitando a questão regimental, que é de direito, que na próxima reunião da nossa Comissão desta Casa votemos definitivamente esse projeto, já adiantando que meu voto é favorável.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Pela ordem, com a palavra o Senador Reginaldo Duarte e, em seguida, o Senador Romeu Tuma.

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE) – Sr. Presidente, quero me associar às agruras por que o nosso companheiro Marcelo Crivella está passando neste momento. Foi um projeto amplamente discutido

nesta Comissão, a que fui contrário, como também o Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Não, fui como o rei Salomão.

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE) – V. Ex^a foi contra os 20 quilos do projeto original; depois V. Ex^a apresentou... Eu fiquei com 50 quilos, que era um saco de cimento. Depois V. Ex^a apresentou a proposta do rei Salomão, a lei do rei Salomão, ficando no meio. Assim, por questão de coerência, se o projeto voltar para cá, manterei a minha posição, juntamente com os companheiros que aprovaram os 30 quilos.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Com a palavra o Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEUTUMA (PFL – SP) – Só para dizer à Senadora Ideli Salvatti que S. Ex^a não tem que se sentir constrangida, porque entendemos o papel das Lideranças, e é por isso que o Regimento prevê todas essas solicitações de vista. A discussão que se faz é sobre a importância ou não do projeto, e agora vi que há divergência. Eu não sabia que havia divergência, pelo menos nos quilos, não no mérito. Mas acho que a Senadora Ideli Salvatti tem todo o nosso respeito, nosso carinho, acho que isso é unânime aqui. S. Ex^a está cumprindo uma obrigação e não pode se sentir constrangida, porque não há constrangimento quando se cumpre uma obrigação de Liderança. Por isso existe a Liderança. Como sou o quinto Líder do PFL, fico na quinta vez para falar como Líder.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Sabemos que, pelo Regimento...

A SR^a IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Se V. Ex^a me permite, Sr. Presidente, agradeço à extrema esquerda do PFL.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Senador José Maranhão, V. Ex^a deseja se pronunciar? (Pausa.)

Com a palavra V. Ex^a.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – PB) – Apenas para aduzir o argumento – aliás, tomada de empréstimo é o “juridiquês” –, o homem não foi feito para a lei, a lei é que é feita para o homem. Se isso vai colidir, e certamente vai, com o interesse econômico, que se preserve o homem. Citou-se aqui, **en passant**, um saco de cimento de 50 quilos. Reduzam o tamanho do saco de cimento. Faz um de 40 e dois trabalhadores pegam, para não sair desse limite.

Ninguém pode negar ao Senador Marcelo Crivella o mérito de ter tratado dessa questão. A legislação trabalhista é uma legislação anacrônica. Evidentemente, à época em que ela foi editada, ainda no Governo Getúlio Vargas, ela representou até uma dádiva para os

trabalhadores, porque não existia nada. Hoje, os conhecimentos científicos e médicos já limitam a capacidade muscular do homem. E é claro que um peso de 50 ou 60 quilos afeta totalmente a coluna vertebral da pessoa e outros componentes do esqueleto humano, da musculatura humana.

Então, esse projeto é meritório e não sei por que ainda está sendo submetido a essas delongas. Muitas vezes há questões que não se quer revelar, mas dá para entender que do outro lado deve existir – e sou da base do Governo mas se diz na Paraíba que o excesso de habilidade milita contra o habilidoso – outros interesses que estão pesando mais do que a urgência que se deveria dar à discussão de uma propositura dessa natureza.

Embora reconhecendo à Senadora Ideli Salvatti o direito, e até a obrigação que tem como Líder do Governo, de preservar a disciplina e hierarquia da sua liderança, eu acho que a Senadora Ideli Salvatti, sem querer constrangê-la, poderia através de um telefonema, resolver a questão com o Líder Mercadante, que sei que é uma pessoa sensível, até pelos compromissos partidários que tem com aspectos sociais e importantes, como esse tratado no projeto do Senador Marcelo Crivella.

Acho que poderíamos resolver essa questão nesta sessão. Por que delongar, se todos os que se manifestaram aqui, inclusive os que são como eu, da base de sustentação do Governo, estão dizendo que, de nossa parte, não há nada a opor e da parte da Senadora o voto é favorável? Por que não preservar a hierarquia da Liderança e dar um telefone para o Senador Mercadante e resolver o problema agora?

O SR. ROMEUTUMA (PFL – SP) – Sr. Presidente, se não houver vista, o PT não vai sofrer uma semana para resolver. Então, tem que ter a vista para eles se angustiarem um pouquinho.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – PB) – Sr. Presidente, o Senador Aloizio Mercadante é de Santos e vai receber esta semana ligações portuárias do Porto de Santos. Porque a Senadora Ideli, que é uma mulher sensível, uma das Senadoras mais importantes desta Casa, batalhadora, de Santa Catarina, sabe que o porto de Itajaí, o povo lá está precisando mudar essa lei anacrônica. E os trabalhadores de Santos vão ligar para o Senador Aloizio Mercadante ou vão convidá-lo a carregar 60 quilos nas costas.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Senador Marcelo Crivella, pelos depoimentos colhidos nesta reunião, não temos a menor dúvida de que esta matéria é meritória, tem um valor inestimável para o trabalhador brasileiro, principalmente aquele que depende, para o seu sustento, de pegar peso. V. Ex^a, em

boa hora, trouxe à lume uma proposição desse tipo, que tem uma repercussão social enorme no Brasil.

O pedido de vista da Senadora Ideli Salvatti já foi devidamente justificado e entendemos as suas razões. Prometo a V. Ex^a e à Casa que, na próxima reunião, o primeiro item será o projeto de V. Ex^a.

O SR. MARCELO CRIVELLA (PL – RJ) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Concedida a vista ao PLS 19 de 2003, de acordo com o Regimento, à Senadora Ideli Salvatti.

Passemos agora a apreciar requerimento de autoria do Senador Eduardo Azeredo. S. Ex^a tem conhecimento, como toda esta Comissão, de que no próximo dia 19, terça-feira, às 10 horas, estaremos recebendo a visita ilustre do eminente Ministro da Saúde, Dr. Humberto Costa. Alguns requerimentos foram apresentados para as indagações que serão objeto deste debate, desta audiência pública.

Já tive a oportunidade, no início desta reunião, de fazer um relato desses requerimentos. Um deles é a crise da saúde no Rio de Janeiro e o outro é a discussão sobre a atuação da Funasa, a aplicação dos recursos. O outro se refere à atuação do Ministério da Saúde no que diz respeito aos medicamentos da AIDS e também à fixação de regras para o ingresso e permanência de pacientes nas Unidades de Tratamento Intensivo. Justamente o requerimento que iremos discutir neste instante e submetê-lo à votação, de autoria do nobre Senador Eduardo Azeredo.

Com a palavra o autor do requerimento, eminentíssimo Senador Eduardo Azeredo, para justificá-lo.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – O objetivo do requerimento é que, na presença do Ministro, possamos também discutir a questão grave relatada esta semana sobre o processo seletivo para os doentes permanecerem no CTI pago pelo SUS. Felizmente, com a reação pronta que houve, o Ministro já anunciou que vai rever esta questão. Mas é importante que de viva voz possa nos falar aqui por que esse assunto chegou a ser discutido, qual foi o objetivo, porque não é possível que tenhamos uma posição desumana como esta em que aqueles pacientes que não tiverem uma perspectiva de cura mais imediata sejam proibidos de ficar no CTI. O que acontecerá com eles? Vão morrer. Então, sabemos que são muitos os casos de pessoas que ficam longo tempo no CTI e acabam conseguindo sair de lá. Não é possível, então, que essa maldade possa ser feita. Uma atitude que seria desumana.

Então, o objetivo do requerimento é que o Ministro possa uma vez por todas esclarecer e fechar essa questão, ou seja, não haverá um processo seletivo

para saber quem vai para a CTI no aspecto de quem está melhor ou pior.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares)

– Senadora Ideli Salvatti, que representa o Governo nesta reunião, recebi um pedido do Ministério da Saúde de que o Ministro gostaria, até para que ele tenha mais tempo para debater com os Srs. Senadores, que esta audiência fosse exclusiva da Comissão com o Ministro da Saúde. O requerimento diz que, nesta audiência pública, estariam presentes, além do Ministro Humberto Costa, o ex-Secretário da Ciência e Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, Luiz Carlos Bueno de Lima, o Presidente da Associação dos Laboratórios Oficiais, Carlos Alberto Pereira Gomes, e o ex-Secretário Executivo do Ministério da Saúde, Gastão Wagner.

Então, sendo assim comunico à Casa que, em uma deferência ao pedido do Ministério da Saúde, os demais, caso a Comissão continue a ter interesse, serão chamados em outra oportunidade.

Com a palavra a Vice-Líder do Governo.

A SR^a IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr.

Presidente, tive a oportunidade de levar este assunto para a tribuna, na terça-feira, pela forma como a questão das normas para internação e permanência nas UTIs, que está em debate, tem sido tratada por alguns órgãos de imprensa. Levei o assunto à tribuna inclusiva pelo tratamento que teve em termos de brincadeiras, piadinhas e comentários feitos por Senadores ao longo da semana. Este é um assunto extremamente delicado porque mexe com a possibilidade que existe hoje na medicina de prolongar a vida com toda a complexidade que isso tem, de prolongar inclusive de forma artificial, como assistimos àquele episódio da americana, quinze anos mantida viva artificialmente por meio de aparelhos, agonizando para todas as TVs, para todo mundo. É um debate extremamente delicado, complexo, que envolve valores éticos, todo o avanço da ciência, da tecnologia do tratamento médico, mas que mexe com o prolongamento ou não da vida humana, em que condições isso se dá ou não. E algo de fundamental importância é quem decide isso, porque quem decide isso é o médico, continuará sendo, apesar de ter havido comentários do tipo: agora o Lula quer até decidir quem vai morrer ou quem não vai morrer. Não estou dizendo isso por ter ouvido falar. Eu ouvi Senador da República tecendo esse tipo de comentário. Então, considero fundamental que o Ministro venha, e com tempo para fazer o debate.

Os procedimentos de instauração dessas regras e normas destinam-se, inclusive, a dar amparo e sustentação à decisão, pois é o médico que tem esse direito e que vai continuar tendo; ninguém pode intervir.

No entanto, haver parâmetros e normas gerais a serem seguidas – e estou falando com um médico, pois o Senador Valadares é da área médica...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares)

– Não, sou advogado e químico industrial.

A SR^a IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Então, desculpe-me.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares)

– É que eu me dediquei muito à saúde.

A SR^a IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Eu o vi fazendo defesa da saúde e pensei que V. Ex^a fosse médico.

De qualquer forma, Senador Valadares, temos de ter o entendimento de que todo esse debate serve para resguardar, inclusive, a decisão, que continuará sendo do médico. Então, nada melhor do que a vinda do Ministro, para poder prestar todos os esclarecimentos acerca dos procedimentos, que estão em debate, serão submetidos ao conjunto dos secretários estaduais e municipais de saúde, bem como ao Conselho Nacional de Saúde.

Portanto, é um processo em andamento. Ele não está deliberado; não estão fechadas ainda todas essas normas e parâmetros, cujo processo foi desencadeado pelo o Ministro Humberto Costa. Então, considero fundamental que o Ministro venha.

Quero dizer que concordo com o posicionamento de V. Ex^a de que, se pairarem dúvidas, as demais autoridades listadas devem ser ouvidas em um outro momento, até porque esse assunto não será o único da audiência. Já temos outros assuntos pautados, como a questão da crise do Rio de Janeiro, a questão da aplicação dos recursos da Funasa e outras matérias que estão já aprovadas em requerimentos anteriores.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares)

– Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Augusto Botelho.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Eu só gostaria de lembrar que o Senador Antonio Carlos Valadares foi o Relator da Emenda nº 29, aquela que regulamentou a verba da saúde. Por isso, até eu pensava que S. Ex^a era médico. S. Ex^a tem defendido a saúde realmente e, por isso, merece ser lembrado.

Eu gostaria de fazer somente uma observação em relação à matéria. Esse assunto criou muita polêmica. Realmente o que existe de claro é que temos deficiência de leitos de UTIs no Brasil. Essa é uma realidade que ninguém pode negar. Os parâmetros da OMS inclusive aumentaram de 3% para 6% dos leitos hospitalares.

Realmente os intensivistas, que são os médicos que cuidam das UTIs, estão a toda hora tomando essa decisão difícil – que querem atribuir ao Presidente Lula

– entre qual paciente vai ficar na UTI. A toda hora, eles têm esse problema, porque as UTI ficam superlotadas, temos deficiência de leitos, e ele tem de decidir.

Realmente, creio que a intenção do Ministro era criar um parâmetro para o médico ter mais um suporte, porque o suporte que usamos atualmente são suportes de treinamentos médicos já reconhecidos mundialmente para tomar essas decisões. Então, creio que realmente devemos discutir esse assunto. No entanto, esse assunto é estritamente especializado, decidido pelos intensivistas. Sou um médico cirurgião-geral e não tenho condições de decidir se o doente pode ou não ficar na UTI. Quem tem de decidir é um intensivista. Nós temos intensivistas no Brasil capazes que podem tomar essa decisão.

Sobre o problema filosófico da vida vegetativa, trata-se de uma outra discussão que temos de ter mais à frente. O fato é que temos deficiência de leitos hospitalares neste País, principalmente de UTIs intensivistas. Quanto a isso é que tentaremos ajudar a resolver por aqui.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares)

– Por último, concedo a palavra ao autor do requerimento, que a solicitou novamente.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr.

Presidente, desejo apenas esclarecer que as outras pessoas que estão convidadas a comparecer, na verdade, estão constando no outro requerimento. Fiz apenas um adendo. E os outros nomes estão previstos exatamente por causa da questão que suscitou o primeiro requerimento, que tratava da questão do desabastecimento de remédios da Aids, em razão de uma polêmica que houve no Ministério. E uma das pessoas que está sendo convidada é exatamente aquela que declarou que era de conhecimento do Ministro, sim, que existia risco de desabastecimento – depois o País teve de comprar remédios da Argentina.

Então, lamento que os outros não possam estar presentes, porque seria uma oportunidade de podermos ter até mesmo um esclarecimento mais adequado. Mas entendo que se deva ter uma cortesia maior...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares)

– Senador Eduardo Azeredo, regimentalmente falando, quando um Ministro de Estado comparece a uma Comissão, a reunião é exclusiva para ouvi-lo. Por isso, estamos seguindo essa trilha de acordo com os ditames criados no nosso Regimento.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Na

verdade, não é mera cortesia, mas um regulamento do Senado. Perfeito.

Agora, quero dizer que a nossa preocupação é porque, de acordo com as notícias divulgadas, na verdade, o Ministro não desmentiu, o Ministro só suspendeu.

Ele não disse que não estava discutindo aquilo. Sómente suspendeu. O que estamos discutindo é exatamente, no caso do CTI, a vida humana, a preservação de vidas humanas, a falta de leitos em CTI, não havendo, portanto, nenhum desrespeito por parte da Oposição. Pelo contrário, estamos respeitando a vida humana e tratando com seriedade uma questão que precisa ser conduzida com seriedade sim. A reação nossa é no sentido de que a Oposição, exercendo sua função de fiscalização, não permita que possa acontecer no País desrespeito à população como seria essa limitação e expulsão de CTI de quem tivesse uma perspectiva de vida menor.

Hoje, ainda vou usar da tribuna para falar sobre a pandemia – outro assunto sobre o qual o Ministro pode falar aqui. Foi noticiado o risco de uma pandemia. De maneira que quero pedir o voto dos Senadores a favor do requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares)

– O requerimento será colocado agora em votação.

As Sras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Há uma pauta extra que me foi solicitada por três Senadores do Rio Grande do Sul: os Senadores Paulo Paim, Sérgio Zambiasi e Pedro Simon.

Trata-se de um projeto que dispõe sobre a regulamentação das profissões de enólogo e técnico em enologia, envolvendo, em última instância, o vinho, ou seja, regulamentando a profissão dessas pessoas que têm o trato diário com o vinho.

Como disse, o autor é o Senador Sérgio Zambiasi, ao lado dos Senadores Paulo Paim e Pedro Simon.

Solicito à assessoria a verificação de quorum.

Temos quorum suficiente.

Designo, então, como Relator **ad doc**, para proferir seu parecer, o nobre Senador Romeu Tuma, do Estado de São Paulo, onde se produz muito vinho também.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Tomamos vinho Sangue de Boi lá em São Roque.

Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, já foi distribuído o Relatório bem elaborado pelo Senador Edison Lobão, que, infelizmente, não faz mais parte desta Comissão, propondo a regulamentação da profissão de enólogo e técnico em enologia.

Portanto, como o Rio Grande do Sul vem desenvolvendo com vitalidade a viticultura – e no Vale do São Francisco também há uma disposição da cultura da uva de primeira qualidade para a fabricação de vinho – vai crescendo a necessidade de especialistas no assunto, até porque a concorrência internacional obriga a uma qualidade mais aprimorada do nosso vinho, que vem conquistando alguns mercados externos.

Pediria licença para não ler por inteiro o Relatório, mas acho interessante que este proponha o reconhecimento dos diplomas de nível médio expedidos no Brasil, ou por escola estrangeira, se revalidado, de até 23 de dezembro de 1998, quando foi reconhecida pelo Ministério da Educação essa profissão, de curso médio, de tecnólogo em viticultura e enologia.

Portanto, chamo a atenção para o fato de que vai haver um reconhecimento não do curso superior, porque é correta essa análise de se reconhecer o curso médio até que haja o reconhecimento da profissão pelo Ministério da Educação.

Então, foi feita uma análise bastante bem elaborada pelo Senador Edison Lobão, a qual endosso. E o seu voto é favorável à aprovação.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Só queria dizer que viemos com uma disputa muito grande com os vinhos da Argentina e do Chile. E lá já existe a profissão de enólogo e também de técnicos em enologia.

Então, o Senador Sérgio Zambiasi está numa missão, nesse momento, na Amazônia, junto com o Exército brasileiro. E nós nos comprometemos com ele, conversando com V. Exª. Falei com a Líder Ideli Salvatti, conversei bastante com ela que entendeu que o Senador Sérgio Zambiasi, que é o principal autor desse Projeto, merecia a aprovação.

Por isso, peço a aprovação, em nome do vinho brasileiro.

Era isso, Sr. Presidente. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares)

– Concedo a palavra ao Senador Mão Santa e, em seguida, ao Senador Marcelo Crivella.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Sr. Presidente, Senador Antonio Carlos Valadares, é como o Padre Antônio Vieira dizia: “Um bem nunca vem só”. Essa inspiração do extraordinário Senador Paulo Paim está além do que se imagina. Primeiro, o vinho é a bebida mais antiga. O Cristo já andou multiplicando o vinho. Sabe-se que os grandes sábios diziam, na Grécia, que a mulher não era chamada como agora chamamos a Senadora a participar aqui, a mulher não participava. Eram somente os homens. Aí, eles caíam na bebedeira e quase todos aqueles filósofos foram homossexuais.

Então, o vinho é isso. E quero dizer o seguinte: sobre a riqueza hoje. O vinho... e começa com esse passo da qualidade. Bem aí, na Argentina, que é um país hoje onde a qualidade de vida é muito melhor do que no Brasil; a cultura do povo argentino é muito melhor. De tal maneira que visitei esse país, esse ano, umas duas vezes, e notei o seguinte, Senador Crivella: a Carta de Vinho – por isso que eles estão com o padrão de vida muito melhor do que o Brasil – não tem

um vinho francês, não tem um vinho chileno, australiano, português, nem brasileiro. É só vinho argentino. Quer dizer, isso é perspectiva de riqueza.

Da mesma maneira no Chile, Senador Crivella, e no Uruguai. Então, temos que buscar essa grande fonte de riqueza. No nosso país, o mais forte é o Rio Grande do Sul. Mas hoje não está limitado somente ao Rio Grande do Sul. Santa Catarina tem bons vinhos. E mais, Senador Crivella: no nosso Nordeste, em Petrolina e em Juazeiro da Bahia, estão já produzindo vinho, pela irrigação. O próprio Miollo, uma empresa forte na produção de vinho do Rio Grande do Sul, acabou de se implantar, melhorando a qualidade.

Então, com esse passo, inspirado pelo Senador Paulo Paim, que tão bem representa, e os outros também já seguiram, o Rio Grande do Sul – ele está com o apoio do Senador Sérgio Zambiasi e do Senador Pedro Simon e, hoje, de todos nós – há uma perspectiva também de riqueza para o Nordeste no Vale do São Francisco, em Petrolina, a vinicultura.

Sendo assim, começa com a qualidade. Estamos aqui para apoiar e para acelerar essa pretensão do Senador Paulo Paim, que já está tarde.

O SR. ROMEUTUMA (PFL – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Concedo a palavra pela ordem ao Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEUTUMA (PFL – SP) – Pediria licença a V. Ex^a para saber se posso votar, porque estou com um compromisso – já estão me esperando há uma hora – em respeito ...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Já vou colocar em votação nesse instante.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Mas ainda há três para falar.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Então, vamos colocar em votação nominal, por se tratar de uma matéria em caráter terminativo.

Então vamos colocar em votação nominal, em se tratando de matéria de caráter terminativo.

(Procede-se à votação nominal)

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Voto “sim”.

Quero fazer uma referência ao que disse o Senador Mão Santa quando mencionou que a questão do vinho hoje tem em Pernambuco, no Vale do São Francisco, uma grande significação.

(Procede-se à votação)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – O projeto foi aprovado com 10 votos favoráveis.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Senador, eu poderia falar sobre o Item nº 3 da pauta.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Como último item, para que mantenhamos o quorum.

Senadora Lúcia Vânia, logo após a apreciação desse projeto, em decisão terminativa, passaremos a palavra a V. Ex^a.

Item 3: Projeto de Lei do Senado nº 207, de 2002, que altera a Lei nº 10.205, para proibir a fixação de limite superior de idade para os doadores de sangue. O autor é o ex-Senador Carlos Bezerra. O Relator é o Senador Augusto Botelho, a quem concedo a palavra.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Eu já fiz o relatório na outra reunião. Vou fazer um resumo.

A Anvisa, que regula a matéria, fez uma portaria subindo a idade para 65 anos e permitindo doadores abaixo de 18 anos, desde que o médico da unidade receptora do banco de sangue fizesse uma avaliação e autorizasse. Então não há necessidade mais da lei, porque já foi resolvido pelo próprio Ministério da Saúde. Por isso, sou pela rejeição do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Em votação.

(Procede-se à votação nominal)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – O projeto foi rejeitado, com 10 votos, de acordo com o voto do Relator.

Temos o Projeto de Lei nº 206, de autoria do Senador Eduardo Azeredo. Como S. Ex^a não está presente e existem emendas que foram anexadas ao relatório, é de bom alvitre que o deixemos para outra reunião.

Concedo a palavra, pela ordem, à nobre Senadora Lúcia Vânia, que foi grande Presidente desta Comissão, a inspiradora dos nossos trabalhos.

A SR^a LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Sr. Presidente, agradeço as palavras elogiosas. Acredito que são palavras de amigo.

Quero cumprimentar a Vice-Presidente Patrícia, e os companheiros Senadores que estão presentes.

Pedi a palavra apenas para passar para a Comissão o andamento de um projeto de lei sobre o ato médico que sei que é interesse de todos os Senadores. Estou tendo absoluto cuidado em montar uma estrutura de discussão para este projeto. Em primeiro lugar, fizemos um estudo. Junto com a consultoria, formou-se um grupo de estudo específico para estudar a legislação de todas as categorias envolvidas na matéria. Já foi feita uma planilha, já foi feito o estudo em que se demonstra a zona cinzenta entre o projeto e as demais profissões. Há também uma equipe de juristas que está estudando a formatação do substitutivo. Esse trabalho está em andamento e deverá ficar pronto até o final desta semana. Tivemos oportunidade de ouvir todos os representantes, em primeiro lugar da área

médica, porque estamos regulamentando a profissão do médico; ouvimos todas as pessoas envolvidas, responsáveis por essa discussão: a Sociedade Brasileira de Medicina, os médicos da rede pública e da rede privada, fizemos um ofício para todos os secretários de Estado de saúde para encaminhar sugestões. Existe um *site* no meu gabinete especialmente para coletar todas as sugestões a respeito do ato médico. Fizemos uma carta aos presidentes de comissão de saúde das assembléias legislativas para que eles possam também abrir essa discussão em suas Casas legislativas. Para após a formatação do projeto, estamos marcando uma teleconferência para que o Brasil inteiro assista à formatação e à divulgação do primeiro anteprojeto, mas, antes disso, eu gostaria que o Sr. Presidente fizesse aqui uma comissão para, em primeira mão, participar das reuniões de formatação. É fundamental que eu tenha aqui a colaboração de alguns Senadores para que possamos formatar isso em conjunto; acho que cinco Senadores seria um quantitativo importante. Sr. Presidente, como estamos terminando esses estudos, fizemos através da Unesco também um levantamento em todos os países onde o sistema de saúde é mais avançado e está sendo feita uma comparação com o projeto. Marcamos mais ou menos do dia 20 de abril até 25, no máximo, para termos uma comissão que fosse informal, mas uma comissão da área de assuntos sociais para que pudesse, em primeira mão, discutir o substitutivo comigo, e juntos começarmos a trabalhar o projeto.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Senadora Lúcia Vânia, nós estamos totalmente de acordo com o requerimento de V. Ex^a no sentido de formarmos uma comissão que venha a participar ativamente dos trabalhos desenvolvidos por V. Ex^a como Relatora. Aliás, temos a maior confiança de que esse parecer vai atender a todas as correntes, a todos os segmentos e que nenhum deles será prejudicado.

Existe a Subcomissão de Saúde, que já foi constituída e tem Presidente designado, que é o Senador Papaléo, do Amapá, e Vice-Presidente o nobre Senador Augusto Botelho, que também é médico. Então colocamos à disposição de V. Ex^a a Subcomissão de Saúde para debater em fase terminal, ou melhor, final – fase final, porque estamos falando de Medicina. Em fase final, o bem elaborado o parecer de V. Ex^a.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT-PR) – Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Pois não, Senador.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Sr. Presidente, gostaria de parabenizar a Senadora Lúcia Vânia pelo encaminhamento. É um assunto que,

por um lado, interessa aos médicos, porque o Ato Médico, realmente, precisa ser atualizado, pois é um documento legal muito antigo. Porém, no meio tempo, surgiram tantas profissões na área da saúde, dando uma abordagem tão geral, tão holística hoje em dia, que precisamos ter também a previsão de participação dos outros setores de saúde. Então, é um assunto que vem sendo debatido no Brasil, polêmico, sem dúvida alguma, mas se pensarmos realmente em como tudo isso pode convergir para o bem-estar do paciente, que tem que ser o objetivo principal, podemos chegar a um bom resultado.

Concordo integralmente com o encaminhamento de V. Ex^a. Também sou membro da Subcomissão de Saúde – o vice-presidente está aqui, o Senador Augusto Botelho – e essa comissão tem todo o interesse, toda disposição de participar do processo.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Alguém mais gostaria de se manifestar?

A SR^a LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Gostaria, primeiro, de agradecer o Senador Flávio Arns e dizer que a solução apresentada por V. Ex^a vem ao encontro do que desejo. Se algum outro membro da Comissão, mesmo não sendo da área de Saúde, quiser tomar parte do debate, estamos abertos à participação.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Pois não, Senador Paulo Itaim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, faço questão de dar esse depoimento. Primeiramente, quero cumprimentar V. Ex^a pelo depoimento feito em relação à Senadora Lúcia Vânia como presidente desta comissão. Quero me somar a seu depoimento. No tempo que ela também presidia esta comissão, embora como membro da Mesa não pudesse participar ativamente, fui testemunha de que, toda vez que assuntos do campo social foram trazidos ao debate, de imediato a Senadora teve uma posição idêntica a sua. Então a minha homenagem é para V. Ex^a, como atual Presidente, e para a nossa ex-Presidente.

Quero também me inscrever para participar também nesse debate do Ato Médico. Como foi aqui dito, envolve médico, mas inúmeras outras categorias. Lembro-me de que quando estava na Vice-Presidência do Senado centenas de categorias me procuravam e eu remetia todos os encaminhamentos para a Senadora Lúcia Vânia, que, para alegria nossa, hoje, é relatora. E tenho certeza que S. Ex^a fará um substitutivo que vai contemplar todos setores envolvidos.

Meus cumprimentos a V. Ex^a, e a nossa reladora do Ato Médico, Senadora Lúcia Vânia.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Paulo Paim.

Quero também destacar a coragem que, podemos dizer, coragem cívica, desta mulher brasileira, Senadora Lúcia Vânia, em aceitar ser relatora de uma proposta que abrange interesses os mais diversos e contempla divergências. Mas tenho certeza absoluta que, com a sua habilidade, com o tratamento adequado que ela dará à matéria, chegaremos a um final feliz, com a participação, sem dúvida alguma, da Subcomissão de Saúde.

Por último, a Senadora Lúcia Vânia.

A SR^a LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Agradeço ao Senador Paulo Paim as palavras elogios. Quero dizer também da minha admiração pelo seu trabalho. Naturalmente a agilidade que sempre procuramos dar na Comissão de Assuntos Sociais quando se tratava de questões levantadas pelo Senador, fazíamos sabendo da respeitabilidade, da credibilidade que ele tem hoje junto aos trabalhadores de todo o País. Acho que nada mais fiz a não ser fazer justiça a um homem que é o orgulho desta Casa.

Quero cumprimentar V. Ex^a também pelas palavras. Quando o substitutivo estiver pronto, gostaria muito que V. Ex^a acompanhasse, *pari passu*, comigo as discussões.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Antes de encerrar a reunião, comunico à Casa que hoje conseguimos aprovar sete proposições, todas elas em caráter terminativo. Isso significa que esta Comissão está funcionando. Infelizmente o Plenário do Senado não está andando com a mesma velocidade, pelo fator impeditivo do bloqueio de nossa pauta em face das medidas provisórias. Esperamos que esse assunto seja resolvido o mais rápido possível, que o Senado e a Câmara se debrucem sobre esse problema e possam resolver em definitivo essa situação que, sem dúvida alguma, retarda o andamento, o bom trabalho do Senado Federal e da Câmara dos Deputados.

Ontem, o próprio Presidente do Congresso, o Senador Renan Calheiros, juntamente com a Mesa do Senado lamentaram essa situação. S. Ex^a concitou todas as lideranças partidárias a encontrarem uma solução, o mais rápido possível, para resolver esse problema aletivo que, sem dúvida alguma, retarda o andamento das matérias oriundas do próprio Legislativo, que ficam engavetadas, sem uma finalização.

Encerro esta reunião agradecendo a presença de todas as Sr^{as} Senadoras e de todos os Srs. Senadores.

Convoco a todos para uma reunião na próxima terça-feira, às 11 horas, com a presença do Ministro da Saúde, Sr. Humberto Costa.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 13h40min)

ATA DA DÉCIMA REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 3^a SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 52^a LEGISLATURA REALIZADA NO DIA 19 DE ABRIL DE 2005, TERÇA-FEIRA, ÀS 11:00 HORAS.

Às onze horas e vinte e três minutos, do dia dezenove de abril de dois mil e cinco, na Sala de reuniões da Comissão de Assuntos Sociais, é iniciada a reunião sob a presidência do Senhor Senador ANTÔNIO CARLOS VALADARES, com a presença dos (as) Senadores (as) MARCO MACIEL, JONAS PINHEIRO, RODOLPHO TOURINHO, FLEXA RIBEIRO, LÚCIA VÂNIA, NEY SUASSUNA, WIRLANDE DA LUZ, VALDIR RAUPP, MÃO SANTA, SÉRGIO CABRAL, PAPALÉO PAES, FLÁVIO ARNS, IDELI SALVATTI, MARCELO CRIVELLA, PAULO PAIM, PATÍCIA SABOYA GOMES, AUGUSTO BOTELHO, HERÁCLITO FORTES, JOSÉ JORGE, ROMEU TUMA, EDUARDO AZEREDO, FÁTIMA CLEIDE, E JOÃO CAPIBERIBE. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. Com a presença ainda dos Senhores Senadores, Arthur Virgílio, José Agripino, Delcídio Amaral, Tião Viana, Jorge Bonhausen, Antônio Carlos Magalhães e César Borges. O Senhor Senador Antônio Carlos Valadares declara abertos os trabalhos, propondo a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. É dado início a Audiência Pública com a presença do Ministro da Saúde, Dr. Humberto Costa, atendendo aos Requerimentos nº 10-CAS, de autoria dos Senadores Eduardo Azeredo e Arthur Virgílio, nº 11-CAS, de autoria do Senador Demóstenes Torres e Jonas Pinheiro e nº 17-CAS, de autoria do Senador Eduardo Azeredo. Foi realizada a exposição do Ministro da Saúde ficando marcada para o dia 28 de abril de 2005 às 11:00horas as interpelações dos Senhores Senadores.

Encerra-se a reunião às treze horas e sete minutos, lavrando eu, **Gisele Ribeiro de Toledo Camargo**, Secretária da Comissão de Assuntos Sociais, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Senador Antônio Carlos Valadares presidente, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Antônio Carlos Valadares**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Declaro aberta a 10^a Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais da 3^a Sessão Legislativa Ordinária da 52^a Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Atendendo aos Requerimentos de nºs 10, 11 e 17, de 2005, desta Comissão, comunico às Sras e aos Srs. Senadores a presença do Dr. Humberto Costa, Ministro de Estado da Saúde, para abordar os seguintes temas: crise do abastecimento de medicamentos contra a Aids; crise da saúde no Rio de Janeiro; atividades da Funasa, no tocante à aplicação de recursos nos programas de sua responsabilidade; e questão da fixação de regras para ingresso e permanência de pacientes nas unidades de tratamento intensivo.

Convidado a Senadora Ideli Salvatti, o Senador José Jorge e o nosso Senador Paulo Paim, do Rio Grande do Sul, companheiro dileto desta Comissão, para fazerem ingressar o nosso Ministro da Saúde nesta Comissão, a fim de proferir a sua palestra e participar dos debates, que – tenho certeza – serão construtivos e produtivos para a Nação.

Sr. Ministro Humberto Costa, antes de passar a palavra a V. Ex^a, que discorrerá sobre os assuntos atinentes aos requerimentos aprovados, em nome desta Comissão, gostaria de saudá-lo efusivamente e dizer que a Comissão de Assuntos Sociais sente-se honrada com presença tão ilustre. Posso afiançar-lhe que é grande a expectativa em torno da sua palestra, da sua presença, mesmo porque, de forma espontânea, logo após a escolha do novo Presidente desta Comissão e da nova Vice-Presidente, Senadora Patrícia Saboya, V. Ex^a teve a gentileza de ligar para mim, antes de qualquer convocação, dizendo que se sentiria muito satisfeito em aqui comparecer para não apenas fazer um relato de suas atividades gerais no Ministério, como participar de debates e questionamentos que sejam do interesse das Sras e dos Srs. Senadores.

Portanto, com esse intróito e com as boas-vindas desta Comissão, concedo a palavra ao Deputado e Ministro Humberto Costa para proferir a sua palestra.

O SR. MINISTRO HUMBERTO COSTA – Sr. Presidente, Senador Antonio Carlos Valadares, Sras e Srs. Senadores, Parlamentares, Deputados aqui presentes, profissionais da imprensa, funcionários do Senado, em primeiro lugar, agradeço o convite para estar aqui hoje e abordar os assuntos a que se referem os requerimentos.

Em verdade, quando conversei com o Senador Antonio Carlos Valadares, nossa intenção era apresentar o quadro das ações do Ministério da Saúde realizadas até o ano de 2004, bem como nossas prioridades para 2005/2006. No entanto, alguns temas se tornaram prementes.

Tomo a liberdade de pedir ao Senador Antonio Carlos Valadares que, em outra oportunidade, venhamos aqui para fazer um relato mais amplo das propos-

tas e das ações que foram planejadas pelo Ministério da Saúde e aproveitar esta reunião para atender às preocupações concretas que constam do requerimento que me foi encaminhado.

Em primeiro lugar, trarei do tema da crise da saúde na cidade do Rio de Janeiro. Vamos reproduzir uma apresentação que fizemos na Câmara dos Deputados que resume um conjunto de precedentes em relação à decisão tomada pelo Governo Federal e também ao que foi feito desde então.

Na avaliação que o Ministério da Saúde fez daquele quadro, chegou-se à conclusão de que não havia, por parte da Prefeitura do Município do Rio de Janeiro, vontade política e capacidade para gerir os recursos de que passou a dispor a partir de 1999, quando passou a ser gestora plena do Sistema Municipal de Saúde.

Alguns dados são relevantes no sentido de mostrar os problemas gerenciais. O Rio de Janeiro, por exemplo, tem a necessidade de 15.027 leitos hospitalares, de acordo com os parâmetros estabelecidos internacionalmente, e tem à sua disposição 20.960 leitos. Portanto, 28% acima da necessidade média, e há situação de filas e desassistência, apesar desse quadro.

Há a necessidade de 601 leitos, de acordo os parâmetros que utilizamos, tendo sob sua gestão 666 leitos. No entanto, apenas 69.402 diárias de UTIs foram utilizadas no ano de 2004, enquanto a disponibilidade de diárias era de 191.808.

O gestor apontava o atendimento aos usuários de outros Municípios como uma das causas da desorganização do sistema. No entanto, pelas informações geradas pela própria Prefeitura, 18,2% das internações foram de residentes em outros Municípios, percentual menor do que os de muitas capitais de Estado no Brasil.

Em relação a alguns programas específicos, podemos citar o Programa de Expansão e Consolidação da Estratégia de Saúde da Família, elaborado pelo Ministério da Saúde em conjunto com o Banco Mundial, cujo objetivo é apressar a implantação do Programa Saúde da Família nas maiores cidades do Brasil, com mais de 200 mil habitantes. Para o Rio de Janeiro foram reservados R\$ 23.324 milhões; a partir do projeto apresentado, o Município solicitou R\$ 2 milhões e somente comprovou a execução R\$ 802 mil, apesar de esse ser um programa-chave para o Rio de Janeiro, que dispõe de um atendimento básico bastante restrito e limitado.

O Programa Saúde da Família, em que pese o compromisso de implantação de 651 equipes, teve a implantação de apenas 57 equipes, o que representa 9% da meta estabelecida e uma cobertura de 3,3%.

Recebeu, por conta dessas equipes R\$ 1.915 milhão, mas poderia ter recebido R\$ 35,709 milhões. É claro que há uma contrapartida do Município para complementação do custo de cada equipe.

O Programa de Agentes Comunitários de Saúde recebeu R\$3,5 milhões dos R\$13,3 milhões que estavam programados por ter implantado apenas 1.038 dos 3.948 agentes comunitários previstos.

O Município não possui equipe de saúde bucal e deixou de receber R\$12.872.400,00 referentes a esses programas fundamentais para desafogar hospitais, pois eles organizam atenção básica. A Prefeitura abriu mão de receber, portanto, R\$56,5 milhões.

Outros recursos que o Município deixou de incorporar ao seu teto financeiro anual: R\$20,532 milhões por não haver se habilitado no piso de atenção básica ampliada, em virtude de não informar a existência de eletrocardiógrafo e odontólogo por dois anos – essa informação não veio –; R\$4,066 milhões por não informar o atendimento extra-hospitalar a pacientes de saúde mental – ou seja, existe, mas nunca foi registrado para ser pago –; R\$2,098 milhões ao não informar sua produção no programa Saúde da Família, o que representa 50% do que atualmente recebe na área; R\$14,028 milhões pelo fato de não ter aderido ao Samur – é importante dizer também que há contrapartida por parte do Município ou do Estado que implanta o Samur –; R\$6,051 milhões para as cirurgias eletivas, já que não apresentou projeto – a partir de hoje, estamos implementando o mutirão das cirurgias eletivas no Município do Rio de Janeiro com esses recursos. Portanto, um total de R\$36,5 milhões somente no ano de 2004.

Qual a situação encontrada em termos de assistência? Isto não foi dito apenas por nós, mas visto por nós e por diversas instituições que têm acompanhado a situação do Município do Rio de Janeiro, inclusive entidades da área da saúde, Conselho Municipal, Ministério Público etc.

Há um quadro de desassistência em saúde bucal, com baixa cobertura da atenção básica; unidades de urgência fechadas – por exemplo, o Pronto Socorro do Hospital Cardoso Fontes, com utilização de menos de 10% do total de leitos; situação de greve no Hospital do Andaraí, estando o Pronto Socorro e metade do centro cirúrgico fechados, em descumprimento a uma ordem judicial de reabertura; e situação grave também no Hospital da Lagoa –; falta de insumos, especialmente medicamentos, conforme apontado em denúncias e na própria auditoria do Ministério da Saúde; contratos de manutenção e registro de preços suspensos, alguns deles desde de junho de 2004; não-pagamento de cooperativas médicas, resultando na ausência ou

redução de médicos nas emergências dos Hospitais Miguel Couto, Souza Aguiar, Salgado Filho, Lourenço Jorge; desorganização da assistência hospitalar.

Outros fatores ainda: o Denasus, Departamento Nacional de Auditoria do SUS, aponta a grave situação em que se encontram as unidades de saúde sob responsabilidade do Município, colocando em risco a vida da população. O Conselho Municipal de Saúde aprovou um pedido de desabilitação do Município da condição de gestor pleno do Sistema Municipal de Saúde. Os Ministérios Públicos Estadual e Federal também questionaram o funcionamento de todo o sistema de saúde municipal. O Sindicato dos Médicos denunciou irregularidades identificadas por profissionais em diversas vistorias feitas, assim como denúncias do Ministério Público e do Conselho Regional de Medicina. Prestadores de serviços denunciam ao Ministério da Saúde o não-pagamento pelo gestor municipal de serviços prestados, especialmente serviços de hemodiálise.

Esse foi o quadro identificado em relação ao que era o balanço da situação da saúde no Município do Rio de Janeiro, quando o Governo Federal decidiu decretar a situação de calamidade pública. Por outro lado, ao longo do tempo, foi argumentado que o Ministério da Saúde, o Governo Federal, era o grande responsável por essa crise pelo fato de que não colocava recursos no Município do Rio de Janeiro.

No entanto, algumas informações são importantes. Primeiro, nas unidades de saúde municipalizadas, estão em atividade 10.433 servidores públicos federais com custo para o Ministério da Saúde, em 2004, de R\$321,361 milhões. É importante, inclusive, aqui, já de antemão, eliminar de imediato um sofisma que tem sido utilizado freqüentemente por algumas pessoas em meio a essa crise. Não existem hospitais federais municipalizados. Existem hospitais municipais que pertencem ao Município. Não existe essa figura de um hospital federal que está sob o comando do Município. O processo de municipalização, que é regulado pela Legislação do Sistema Único de Saúde, transfere a responsabilidade de gestão e de gerenciamento daquelas unidades efetivamente transferidas. Portanto, não existe também essa figura de devolver um hospital ao Governo Federal.

Além dos gastos de pessoal com as unidades de saúde municipalizadas, temos unidades próprias do Ministério da Saúde, como o Instituto de Traumatologia. Nossas estatísticas apontam que 73% das internações de alta complexidade em ortopedia são de pessoas moradoras do Rio de Janeiro. No Instituto do Câncer – Inca, 87% das quimioterapias, 76% das radioterapias e 53% das internações por câncer também são de pessoas do Rio de Janeiro. Isso porque

essas unidades deveriam ser referências estaduais e nacionais, não deveriam ser prioritariamente para o atendimento do Município, que deveria ter esses serviços organizados. O Hospital Geral de Bom Sucesso, em que, como hospital geral, a maioria dos pacientes são pessoas do Rio de Janeiro.

Houve incremento nos recursos aplicados pelo Ministério da Saúde nesses hospitais. Em 2004, foram investidos R\$608 milhões, sendo R\$217,6 milhões com pessoal.

Além disso, aprovamos para o Rio de Janeiro, um projeto denominado QualiSUS, cujo objetivo é a melhoria da qualidade do atendimento, envolvendo desde a reestruturação do funcionamento dos hospitais de grande porte na área de urgência até a aquisição de equipamentos e reformas.

No caso do Rio de Janeiro, destinamos R\$38,042 milhões para obras e equipamentos para cinco hospitais, sendo que, desses cinco, três eram diretamente do Município. O total destinado aos hospitais municipais era de R\$25,243 milhões. Um hospital era federal e o outro hospital estadual. No projeto de ampliação dos leitos de terapia intensiva, foram cadastrados cinco novos hospitais no Rio de Janeiro, 22 leitos de UTIs, o que correspondeu a um acréscimo de R\$1,249 milhão anualmente no teto financeiro do Município. O pagamento de pessoal cedido ao Município e as bolsas de residência médica atingem um total de R\$1,706 milhão. Juntando tudo isso que nós aqui falamos, inclusive os recursos que vão para o Município do Rio de Janeiro, mas que vão para os hospitais estaduais, o gasto do Ministério da Saúde na cidade do Rio de Janeiro anualmente é de aproximadamente 1 bilhão, 706 milhões e 081 mil reais, correspondendo a quase 5% de todo orçamento do Ministério da Saúde que é gasto no Município do Rio de Janeiro, seja diretamente nas nossas unidades, o repasse para a Prefeitura e para o Governo do Estado.

Além disso, efetivamos convênios com a Prefeitura do Rio de Janeiro num total de 73 milhões, 425 mil e 300 para a construção, reforma de unidades e aquisição de equipamentos para este ano de 2005. O Município do Rio de Janeiro recebe hoje um dos maiores **per capita** no que se refere aos recursos do Ministério da Saúde para média e alta complexidade num total de R\$129,49 por habitante/ano.

Dados do processo de negociação. Desde o início da atual crise, o Ministério da Saúde constituiu uma equipe para acompanhar, negociar e buscar uma solução, tendo como referência a defesa da saúde da população daquele Município.

É importante registrar algumas questões fundamentais. Em primeiro lugar, o processo de municipali-

zação da saúde do Rio de Janeiro aconteceu em 1999. Portanto, ainda na gestão passada. Por este processo de municipalização, diversas unidades, tanto hospitalares como ambulatoriais, foram repassadas para o Município do Rio de Janeiro e, dentro do contrato que foi formulado para esta municipalização, no caso de seis hospitais, havia uma previsão de repasse ou uma recomposição de recursos por parte do Ministério da Saúde para a substituição de pessoal que fosse acontecendo. Serviços seriam ampliados e haveria esta responsabilidade do Ministério em estabelecer essa recomposição. Este fato, inclusive, é inusitado. Apenas no caso do Rio de Janeiro, em relação a esses hospitais, e no caso do Rio Grande do Sul isso aconteceu.

No caso do Rio Grande do Sul, ainda no Governo passado, foi feita a recomposição deste pessoal e vem sendo feita anualmente por parte do Ministério da Saúde no Hospital Presidente Vargas, que fica em Porto Alegre.

No caso do Rio de Janeiro, o Governo passado não fez essa recomposição em 1999, nem em 2000, nem em 2001, nem 2002. É verdade que nós não fizemos esta recomposição em 2003, mas em 2004, diante da demanda que foi apresentada pela Prefeitura, nós iniciamos o processo de discussão em relação a esta questão. Todo esse processo iniciou quando o Prefeito, em meados do ano de 2004, começou a afirmar que ia devolver os hospitais que ele chama de “hospitais federais” ao Ministério da Saúde, por não ter custeio suficiente para bancar estes hospitais.

Nós dissemos claramente que isso não era possível e que o Ministério da Saúde, sob nenhuma hipótese, aceitaria esses hospitais de volta, mas estávamos abertos a discutir o tema do custeio.

No mês de janeiro deste ano, o Prefeito César Maia baixou um decreto onde definia as seguintes questões: primeiro, afirmava que não haveria mais contratação por parte do Governo Municipal de profissionais para suprir as necessidades desses hospitais que haviam sido municipalizados; segundo, que reduziria 20% do custeio por mês de cada uma daquelas unidades, envolvendo hospitais e postos de saúde, no prazo de cinco meses, então esses hospitais ficariam sem condições de funcionar pela inexistência de recursos e custeio. Além disso, definia, nesse decreto, que os profissionais que fossem contratados do Município poderiam fazer a opção por outros serviços que não essas unidades, caso estivessem lotadas.

Era o prenúncio de uma situação de absoluto caos. Hospitais sem reposição de pessoal, com a possibilidade de mudanças, de saída de pessoas para outras unidades hospitalares e, mais ainda, com o corte de custeio da ordem de 20% ao mês.

O Ministério da Saúde entrou com uma ação cautelar na Justiça e conseguimos uma liminar proibindo que este decreto fosse implementado, inclusive com fixação de multas para que não pudesse a Prefeitura incrementar aquela decisão.

Naquele momento, de posse dessa liminar, por intermediação da Casa Civil, procuramos um contato com o Prefeito do Rio de Janeiro, para que entrássemos num processo de discussão e negociação. Esse fato ocorreu em meados de janeiro. Marcamos uma reunião, no Rio de Janeiro, para o dia 2 de fevereiro e estivemos lá nesse dia, num jantar com o Prefeito. Apesar desse acerto de que iniciaríamos um processo de negociação, o Prefeito, por mais de uma vez, foi à imprensa, para atacar o Ministério, para nos atacar, para responsabilizar o Governo Federal pela situação de crise na cidade do Rio de Janeiro, na área da saúde.

Chegamos ao Rio de Janeiro e fomos convidados por um conjunto de entidades da área da saúde, que também desejavam discutir a crise. Essas entidades solicitaram que o Ministério promovesse uma espécie de intervenção no Rio de Janeiro ou, no mínimo, um processo de desabilitação da gestão municipal do Rio de Janeiro. Dissemos que não havia sentido em fazer isso, em primeiro lugar, porque já tínhamos concordado em iniciar um processo de negociação e não podíamos chegar com uma proposta de força, seja de intervenção ou do que quer que fosse. Em segundo lugar, ressaltamos que a figura da intervenção não existe no Sistema Único de Saúde; que não havia essa possibilidade, até porque uma intervenção havia sido tentada no Distrito Federal, com base numa iniciativa do Ministério Público Federal e do Ministério Público do Distrito Federal. Inclusive, fomos co-autores dessa ação. Na verdade, essa ação não redundou em resultado, exatamente porque não há essa figura definida. A Emenda Constitucional nº 29 prevê essa possibilidade, mas a compreensão é a de que não há, ainda, regulamentação que justifique a realização de uma intervenção.

Sendo assim, iniciamos o processo de negociação. A demanda do Município do Rio de Janeiro era a de que não apenas fizéssemos uma atualização desse contrato, que não havia sido honrado em 1999, 2000, 2001, 2002 e 2003, mas também procedêssemos ao pagamento do atrasado. Concordamos, inicialmente, em reconhecer R\$46 milhões, que agregaríamos ao teto do Município, referente ao ano de 2004. Quanto aos anos anteriores, discutiríamos a questão posteriormente, e o Ministério também entendia que deveria ter sido responsabilidade do Governo passado fazer esse pagamento em 1999, 2000, 2001 e 2003, o que não foi feito.

Fizemos essa proposta, para cobrir as despesas com pessoal nessas seis unidades municipalizadas, que tinham uma cláusula contratual que previa isso. Além disso, concordamos em manter os recursos do QualiSUS, que estavam definidos para o Município do Rio do Janeiro para investimentos, e mais um recurso para equipamentos e reformas em unidades de saúde municipalizadas, porque havia sido aprovado um convênio que dizia respeito à construção de uma nova maternidade e de algumas reformas em outras unidades. Entendemos que, se havia uma série de unidades que estavam em situação precária, deveríamos aplicar esses recursos nessas unidades. Nesse caso, mantivemos a proposta dos R\$55 milhões para atendermos a essas necessidades.

Além disso, não concordamos com a idéia que o Município tinha, num primeiro momento, de devolver nove ou seis unidades – não lembro o número; creio que nove – e dissemos que esse não era o interesse do Ministério, pois não fazia sentido, nem tinha fundamento legal essa questão. No entanto, concordávamos em receber duas unidades para ampliar os serviços que o Ministério da Saúde tem no Rio de Janeiro, no Instituto Nacional de Traumato-Ortopedia e no Instituto Nacional de Cardiologia. Aceitávamos receber os hospitais da Lagoa e de Ipanema e os incorporaríamos ao Ministério, o que redundaria também em um ganho indireto por parte da Prefeitura, porque se deixaria de pagar a esses profissionais e de arcar com os custos relativos a essas unidades.

A Prefeitura não aceitou a nossa proposição, agregou uma proposta de que juntássemos os valores atrasados de 1999, 2000, 2001, 2002 e 2003 e os transformássemos em investimentos, em equipamentos e em reformas para 2006 e 2007, tendo o Ministério da Saúde concordado com essa sugestão.

Então, além de incorporarmos os R\$46 milhões ao teto financeiro do Município para cobrir essas despesas, de garantirmos os investimentos em torno de R\$93 milhões nessa rede e de propormos a recepção dos hospitais da Lagoa e de Ipanema para que o Ministério da Saúde pudesse incorporá-los às suas unidades, comprometemo-nos em investir R\$89 milhões – como esses recursos não haviam sido pagos no período devido – em investimentos em 2006 e em 2007, conforme um plano de recuperação da rede transferida ao Município.

Portanto, esta era a síntese da proposta financeira, no total que representava, do Ministério da Saúde: R\$46 milhões a mais para o aumento do teto financeiro em 2005; R\$38 milhões para o QualiSUS, dos quais R\$25 milhões, especificamente, seriam para unidades da Prefeitura; R\$55 milhões para reformas e equipa-

mentos em 2005; R\$89 milhões para reformas e equipamentos em 2006 e em 2007; e R\$100 milhões, que equivaleriam a um cálculo aproximado que fizemos, em termos do que a Prefeitura economizaria com a vinda dessas duas unidades para a gestão do Ministério da Saúde.

Infelizmente, não conseguimos chegar a um consenso, porque a Prefeitura não aceitou essa proposta. Tentamos de todas as formas, utilizando até a intermediação do Deputado Alexandre Cardoso. Conversei, inclusive, com o Deputado Rodrigo Maia no sentido de que pudéssemos chegar ao fechamento dessa proposta. Entretanto, não houve a concordância do Governo Municipal.

Vínhamos já acompanhando a situação, que era de agravamento das condições de saúde no Município do Rio de Janeiro, ocorrendo até mesmo uma visão da população de que estaria havendo uma disputa política por parte do Ministério da Saúde e da Prefeitura Municipal em detrimento da saúde da população do Município do Rio de Janeiro. Um dos fatos mais importantes é que, ao mesmo tempo em que havia um grupo de trabalho negociando, o Prefeito freqüentemente usava a mídia para atacar-nos. Era estranho. Como poderíamos desenvolver um processo de negociação e de discussão para alcançarmos um consenso se, simultaneamente, alguém que participa da negociação ataca permanentemente a outra parte?

Além disso, a contraproposta final feita pelo Município era, além daquilo que oferecemos, conceder mais R\$17 milhões no teto, R\$114 milhões para despesas com custeio e R\$144 milhões para investimento livre. Nessa proposição, não houve três aspectos que consideramos fundamentais no compromisso do Governo do Município do Rio de Janeiro – uma vez que o Ministério da Saúde pretendia fazer esse acordo, mas queria uma contrapartida: primeiro, a ampliação da atenção básica no Município do Rio de Janeiro. Se esta não ocorrer, a população continuará, o tempo inteiro, indo em busca dos grandes hospitais, porque não encontra perto de casa o atendimento simples e elementar que pode resolver de 85% a 90% dos problemas. Então, uma das contrapartidas que pedimos foi a ampliação do Programa de Saúde da Família. A outra, a implantação da regulação de internamentos, consultas e urgências no Município do Rio de Janeiro, além da implantação do Samur, que é também um fator de organização do atendimento de urgência, emergência e regulação desse atendimento. Sem essas três condições, dificilmente a situação da saúde no Município do Rio de Janeiro poderá melhorar. No entanto, em nenhum momento, houve, por parte da Prefeitura do Rio de Janeiro, um

compromisso claro, explícito e com metas, para que viéssemos a atingir essa situação.

O que nós encontramos, portanto, no Município do Rio de Janeiro, a partir da decisão do Presidente? Na verdade, é importante ressaltar que o que aconteceu do ponto de vista jurídico foi a decretação de estado de calamidade pública na rede hospitalar do Município do Rio de Janeiro, com a requisição de seis unidades hospitalares, as quais são talvez as mais importantes para o atendimento hospitalar naquele Município e que passaram a ser coordenadas e administradas pelo Ministério da Saúde, no sentido de poder reestruturar esse trabalho que começamos a fazer lá.

No caso do Hospital do Andaraí, a emergência estava fechada. A emergência foi aberta no segundo dia de pós-requisição. Adquirimos dois aparelhos de ar condicionado para a emergência, procedemos ao conserto do ar condicionado central e outros equipamentos, além de substituição de lâmpadas, conserto de vazamentos e uma série de outras ações para que o hospital pudesse funcionar na parte da emergência.

A emergência do Cardoso Fontes estava fechada. Foi aberta no primeiro dia após a requisição. Abrimos 73 leitos. Abrimos o pronto atendimento de um ambulatório. Houve o restabelecimento dos serviços de vigilância, lavanderia, elevadores, medicamentos que estavam interrompidos e o conserto do ar condicionado.

O Hospital da Lagoa estava com 75% dos leitos fechados, 100% das salas cirúrgicas sem condições de uso, UTI fechada, ambulatório operando com 50% de sua capacidade. Houve abertura de 20 leitos, conserto de equipamentos e, progressivamente, estamos pondo as salas de cirurgia para funcionar, por conta dos reparos graves que precisavam ser feitos dentro do Hospital da Lagoa.

No Hospital de Ipanema, 40% dos leitos estavam fechados; 70% das salas cirúrgicas, desativadas; a sala de cirurgia ambulatorial, interditada pela Vigilância Sanitária estadual. Procedemos à abertura de 15 leitos, ativamos 30% das salas cirúrgicas, fizemos conserto de equipamentos, ar condicionados, câmaras mortuárias.

Vejamos a situação do Miguel Couto e Souza Aguiar. Havia problema principalmente de superlotação. Implantamos equipes de acolhimento, a classificação de risco para que as pessoas sejam atendidas de acordo com a gravidade do caso, e não com a ordem de chegada, além de uma central de regulação temporária, Ouvidoria e Conselhos Gestores nessas unidades. Contratamos profissionais, principalmente para as áreas de urgência e emergência. Fizemos alocação de equipamentos. Demos continuidade às reformas do QualiSUS, no caso do Souza Aguiar. No caso do

Miguel Couto, essas reformas estão-se iniciando. Procedemos à instalação de dois hospitais de campanha das Forças Armadas para desafogar principalmente o Souza Aguiar, o Cardoso Fontes e uma outra unidade do Município em Jacarepaguá, porque boa parte das pessoas procura essas unidades para atendimentos ambulatoriais. Esses dois hospitais de campanha ainda estão montados. Cumpriram seu papel. Começamos com uma média de 700 a 800 atendimentos por dia. Hoje, estamos com menos de 200 atendimentos por dia, chegando à faixa de 150, e esperamos em breve poder desativá-los. Além disso, fizemos um planejamento de mutirão de cirurgias eletivas visando a reduzir as filas para realizar cirurgias. Pois bem. Há uma informação do Ministério Público Estadual e do Ministério Público Federal do Rio de Janeiro de que haveria uma fila de quinze mil pessoas aguardando cirurgias eletivas. Então, resolvemos atender com aqueles recursos que estavam destinados ao Município do Rio de Janeiro no valor de seis milhões esse grupo de pessoas e isso foi organizado.

Hoje já começou a funcionar o Disk-Saúde para o Município do Rio de Janeiro onde as pessoas que já têm uma indicação cirúrgica passarão a ser orientadas para o atendimento e a realização das suas cirurgias. São vários procedimentos de cirurgias eletivas.

Quanto a falta de medicamentos e de material médico-hospitalar, nós adquirimos emergencialmente quatrocentos e dez itens de medicamentos, cinco milhões de reais, quinhentos e três itens médico-hospitalares e insumos, dois milhões. Regularizamos de imediato o estoque para um mês e estamos realizando uma nova compra emergencial para cinco meses. Tínhamos medicamentos vencidos e mal acondicionados no Cardoso Fontes, insumos para diagnósticos no limite do estoque.

Quanto a equipamentos, há equipamentos sem condições de uso ou funcionando precariamente. Foi encontrado um equipamento de raio-x no Hospital Andaraí encaixotado, que havia sido entregue no mês de setembro de 2004. Foi feito um processo de seleção pública e contratações emergenciais para os hospitais requisitados e implantação do Samur. Cerca de seiscentos e cinqüenta profissionais, além da recontratação de cento e trinta e três profissionais que eram de cooperativas e essas cooperativas estavam sem receber.

Quanto às condições prediais, há infiltrações em diferentes ambientes incluindo ambientes como centros cirúrgicos e UTIs, elevadores sem funcionar ou funcionando precariamente, ambientes sem climatização causando fechamento de leitos de UTI e salas cirúrgicas. As reformas estão sendo planejadas. Foram

feitos reparos emergenciais de elevadores, reparos emergenciais nos sistemas de geração.

Quanto à situação dos contratos, há contratos de serviços continuados vencidos e não renovados desde o mês de junho de 2004, contrato de prestação de serviços não-pagos, apesar de recursos já terem sido repassados pelo Ministério da Saúde. Um exemplo era a área de hemodiálise.

Quanto à falta de fiscalização dos contratos, fizemos a contratação emergencial dos serviços que estavam sem contratos, fizemos um processo licitatório centralizado o pregão para a contratação de serviços e estamos com diversos contratos sob análise do Denasus.

Então isso diz respeito à questão da situação do Município do Rio de Janeiro. Pretendemos, em relação ao Município do Rio de Janeiro, no espaço de tempo mais curto possível, fazermos com que esse processo seja superado, que a situação de calamidade nessa rede hospitalar municipal esteja superada e que tenhamos já um sistema de regulação funcionando efetivamente no Município do Rio de Janeiro, a implantação do SAMU e a apresentação ao Município de um projeto global de reestruturação da saúde no Município do Rio de Janeiro.

A partir da consecução desses objetivos, o Ministério da Saúde se sente inteiramente em condições de devolver essas unidades ao Município e, naturalmente, terá que ser um processo discutido, negociado porque outros pontos precisam ser objeto do debate, entre eles o atendimento básico.

Neste momento, temos trabalhado em conjunto com a Secretaria Estadual de Saúde que, juntamente conosco, está montando a central de regulação para internamentos, consultas especializadas e a central de regulação de urgência e emergência. Também há a participação de técnicos do Município na elaboração dessa proposta.

Estamos procurando organizar um sistema de pronto-atendimento para criar um cinturão em torno desses grandes hospitais, para evitar a superlotação. Estamos também desenvolvendo um trabalho junto com as prefeituras da Baixada Fluminense para que haja reestruturação do atendimento naquela região e, dessa forma, se reduzir a demanda por serviços na capital.

Em relação ao segundo ponto, que diz respeito ao suprimento de medicamentos anti-retrovirais, queria começar mostrando as ações relevantes que o Governo Federal desenvolveu na área da assistência farmacêutica.

Primeiro, duplicamos, ainda em 2004, o piso do incentivo da assistência farmacêutica básica para os

municípios que compunham o programa Fome Zero. De R\$1,00 por habitante/ano, passamos para R\$2,00 por habitante/ano.

Elevamos agora em 75% o incentivo para a aquisição de medicamentos básicos não nas cidades do programa Fome Zero, mas em todos os Municípios. Passamos de R\$1,00 por habitante/ano para R\$1,50 por habitante/ano a parte do Ministério da Saúde; houve um incremento de R\$0,50 para R\$1,00 para os Estados por habitante/ano, e para os Municípios, de R\$0,50 para R\$1,00, o que eleva o piso de atenção básica farmacêutica de R\$2,00 por habitante/ano para R\$3,50 por habitante/ano. Isso inclusive já foi pactuado na comissão tripartite.

Modernização e ampliação da capacidade instalada e de produção dos laboratórios oficiais. Investimos para a adoção das boas práticas farmacêuticas nos laboratórios públicos, equipamos vários desses laboratórios e ampliamos as compras que fazemos dos laboratórios farmacêuticos oficiais, que são 18 – vários deles inclusive pertencentes a Governos estaduais.

Adquirimos uma planta para a produção de medicamentos no Rio de Janeiro, ligada à Fiocruz, que deve ser inaugurada ainda neste ano de 2005.

Incluímos a política de fármacos e medicamentos na política industrial brasileira, para que tenhamos uma proposta, uma proposição, uma política específica para que o Brasil possa se tornar grande produtor de medicamentos, para adquirir auto-suficiência e também para o mercado externo.

Esses são os principais gastos do Ministério da Saúde com medicamentos, numa série histórica que vai de 2002 a 2005.

Para atendimento dos programas estratégicos, que são hanseníase, tuberculose, leishmaniose, vacinas, medicamentos para DSTs e AIDS, em 2002, houve um gasto de R\$997 milhões; em 2003, de R\$1,379 bilhão; em 2004, de R\$1,538 bilhão. Para 2005, a previsão de gastos é de R\$1,792 bilhão.

O incentivo financeiro aos municípios habilitados à parte variável do piso da atenção básica à assistência farmacêutica, em 2002, foi de R\$166 milhões; em 2003, de R\$174 milhões; em 2004, de R\$193 milhões; e, em 2005, deverá chegar a R\$281 milhões.

Com os medicamentos de dispensação em caráter especial, que são medicamentos de alto custo, para doenças raras – repassamos boa parte dos recursos para os Estados adquirirem –, em 2002, gastávamos R\$490 milhões; em 2003, R\$519 milhões; em 2004, R\$763 milhões; em 2005, vamos atingir quase um bilhão: R\$961 milhões.

Atenção aos portadores de coagulopatias, ou seja, aquisição de hemoderivados: em 2002, o Governo

gastou R\$273 milhões; em 2003, gastamos menos da metade, R\$102,445 milhões. Aqui, é importante lembrar que esse gasto pela metade foi exatamente por conta da licitação feita e que reduziu os preços em mais de 50% em relação aos hemoderivados. Ou seja, compramos mais hemoderivados pagando menos. No ano de 2004, R\$208 milhões; em 2005, a previsão é de R\$223 milhões. Vejam que ainda em 2005, com o crescimento de pacientes a receber o tratamento e o aumento de preço, ainda assim estamos gastando menos do que se gastava em 2002, no Governo passado.

Medicamentos cobertos na atenção hospitalar. São medicamentos que são cobertos pelas autorizações de internação hospitalar e também medicamentos para o câncer. Em 2002, R\$560 milhões; em 2003, R\$703 milhões; em 2004, R\$882 milhões; em 2005, R\$1 bilhão.

Portanto, se fizermos aqui o comparativo do gasto total de medicamentos por parte do Ministério da Saúde, vamos sair de R\$2,487 bilhões, em 2002, passando para R\$2,888 bilhões, em 2003; R\$3,584 bilhões, em 2004; e R\$4,257 bilhões, em 2005. Isso tudo de distribuição gratuita no Sistema Único de Saúde.

Aqui está um gráfico mostrando a evolução dos gastos do Ministério da Saúde com esses medicamentos, mostrando o crescimento.

Aqui é o comparativo percentual dos principais gastos do Ministério da Saúde com medicamentos e o orçamento executado para ações e serviços de saúde.

Também do ponto de vista de crescimento proporcional, tivemos um incremento significativo ao longo desses três anos com os gastos com medicamentos.

Aqui são os investimentos com os laboratórios oficiais, os laboratórios públicos. Nos anos de 2001 e 2002, foram investidos R\$20,7 milhões nos laboratórios públicos; em 2003, investimos R\$36 milhões; em 2004, R\$80 milhões na modernização desses laboratórios.

Entrando especificamente no tema dos medicamentos anti-retrovirais, aqui está a relação dos medicamentos atualmente distribuídos gratuitamente pelo Ministério da Saúde para as pessoas que têm AIDS, que precisam fazer uso desses medicamentos. Temos o Abacaví, Amprenaví, Ratazanaví, Didanozina, Efavirens, Estavudina, Indinavir, Laminuvina, Lopinaví, Ritonavir, Nelfinavir, Nevirapina, Ritonavir, Sacnavir, Talidomida, Tenofovir, Zidovudina. Dá um total de 16 medicamentos. Desse total, oito são produzidos pelo Brasil, que já produzia antes da Lei de Patentes, de 1996. De lá para cá, não houve qualquer quebra de patente no Brasil e, como tal, adquirimos os demais medicamentos dos laboratórios que produzem os medicamentos de marca.

Aqui é o quadro do número de pacientes que vêm usando medicamentos anti-retrovirais no Brasil a cada ano. Em 1997 eram 35.900; em 1998, 55.600; em 1999, 73 mil; no ano 2000, 87.500; em 2001, 104 mil; em 2002, 119 mil; em 2003, 132 mil; em 2004, 147 mil e para 2005 a previsão é de 166 mil.

Na verdade, há um incremento do número de pessoas recebendo medicamentos anti-retrovirais, mas isso não significa que a epidemia no Brasil veio se descontrolando, aumentando. O que tem acontecido é que a testagem tem se ampliado, o diagnóstico tem sido feito em mais serviços e mais pessoas que tinham necessidade desse medicamento têm acesso a ele atualmente. Hoje no Brasil nossas estimativas são de que 600 mil pessoas aproximadamente convivem com o vírus HIV; na verdade, boa parte dessas pessoas são soropositivas, elas não precisam necessariamente de utilizar o medicamento. Mas hoje, no Brasil, todos aqueles que necessitem do medicamento tem tido acesso a ele. É importante dizer que o Ministério da Saúde é responsável pelos medicamentos anti-retrovirais; e os medicamentos para doenças oportunistas como infecções e outras intercorrências são de responsabilidade dos Governos municipais e estaduais.

Qual foi a situação dos medicamentos anti-retrovirais no ano de 2004? Contratamos 47 milhões e 719 mil comprimidos do AZT mais 3TC, que é a Zidovudina, mais a Lamivudina; isso seria suficiente para a cobertura de março de 2004 a março de 2005. Tivemos problemas com atrasos desses medicamentos, atraso de dois meses, o Furpe, o laboratório da Furpe e Iquego tiveram problemas com a aquisição de matéria-prima que não foi entregue pelas empresas que ganharam as licitações no prazo determinado.

O Ministério da Saúde também não foi informado do atraso na entrega da matéria-prima, portanto, imaginávamos que receberíamos os medicamentos na época fixada. Pois bem, já próximos a receber a última parcela de 2004 não a recebemos, nem aquilo que seria o aditivo de 2004. Nesse caso, tivemos como consequência um aumento de consumo dos medicamentos isolados. Porque esses dois medicamentos podem ser dados numa dose única, uma única medicação; é o caso de muitos pacientes que utilizam os dois numa única fórmula, mas não existindo eles poderiam ser distribuídos separadamente, e foi o que aconteceu. Por conta disso houve um aumento do consumo individualizado desses medicamentos, então tivemos que garantir 30 milhões de comprimidos a mais de AZT, mais de 10 milhões de comprimidos a mais de 3TC.

A partir do momento em que recebemos a informação de que havia pontualmente falta de alguns desses medicamentos ou que os estoques estavam numa

situação de risco, de imediato, fizemos a importação de medicamentos da Argentina, fizemos uma aquisição emergencial por intermédio da Organização Panamericana de Saúde, fizemos uma aquisição emergencial do Laboratório brasileiro Medap e trabalhamos com os laboratórios oficiais a antecipação de entregas daqueles itens que estivessem disponíveis além de aquisição junto ao Unicef. Então rapidamente superamos aquele momento crítico com relação a esses medicamentos. Isso vale também para o AZT separadamente.

Quanto ao Indinavir, houve um declínio acentuado do consumo em 2003. Na verdade, a cada ano, é feita uma nova programação para a aquisição dos medicamentos anti-retrovirais, que é feita com base nos próprios protocolos clínicos adotados. Por exemplo, determinados medicamentos deixam de ser utilizados, ou passam a ser menos utilizados, pela introdução de novos medicamentos. No caso do Indinavir, houve um declínio acentuado de consumo em 2003. O que havia sido contratado em 2003 seria suficiente para o suprimento da maior parte do ano de 2004. No entanto, o Lifal, um dos laboratórios que nos supre, teve problemas com o fato de a matéria-prima que adquiriu ter sido rejeitada posteriormente e não cumpriu a pauta de entrega de 2.926.696 cápsulas, o correspondente a dois meses de consumo.

Além disso, tentamos que o FarManguinhos produzisse esse medicamento emergencialmente, mas ele não pôde fazê-lo, porque os equipamentos estavam quebrados. O que fizemos nesse momento? Fizemos um remanejamento de estoques entre Estados. Há estoques maiores em alguns Estados, menores em outros. Fizemos aquisições emergenciais ao próprio Lifal e ao Laboratório Merck. Importamos da Argentina e fizemos novos contatos com os laboratórios oficiais de Lafepe e FarManguinhos.

O Atazanavir de 150mg, remédio de marca sob patente, foi introduzido na rede pública em fevereiro de 2004. A cobertura prevista era para 2.000 pacientes. Esse planejamento que se constrói a partir das informações das diversas secretarias estaduais e municipais era para 2.000 pacientes no final de 2.004. Houve uma aquisição inicial de 1.060.000 cápsulas para atender a essa demanda. Porém houve, de fato, um aumento rápido do número de usuários dessa apresentação, ou seja, o remédio passou a ser prescrito numa velocidade maior do que aquela que era inicialmente a prevista e a planejada. Daí por que se iniciou um processo de aquisição de 1.345.000 cápsulas, em agosto de 2004, que foi finalizada em janeiro de 2005.

Como foi resolvido o problema de queda dos estoques? Pacientes que usam o Atazanavir de 200mg, que tiveram dificuldade de obtê-lo por causa do in-

remento das prescrições, passaram a utilizar o de 150mg para fazer essa compensação. Quer dizer, na dose de 200mg, mais o de 150mg fracionado. Por isso houve uma redução, no caso do Atazanavir, na dose de 200mg. Ele também foi introduzido na rede pública em fevereiro de 2004. A cobertura prevista era para 8.000 pacientes, por isso adquirimos 4.236.000 cápsulas. Como houve migração de vários pacientes que usavam a apresentação de 150mg, a partir de agosto de 2004, para essa apresentação, houve queda dos estoques e, então, negociamos uma nova aquisição, em dezembro de 2004, que foi finalizada agora em fevereiro de 2005.

Em fevereiro de 2005, tivemos uma situação crítica em alguns Estados, foi adotada essa dispensação fracionada para otimização do estoque existente na rede desde dezembro de 2004, importamos da Argentina, fizemos uma aquisição emergencial e tivemos uma antecipação das entregas de 2005 por parte do laboratório original.

O Tenofovir foi introduzido na rede pública, em julho de 2003, tinha uma cobertura incremental prevista para seis mil pacientes ao final de 2004. Foram adquiridos um milhão, novecentos e oitenta e seis mil comprimidos. Houve uma negociação de nova aquisição em dezembro de 2004 – aquisição finalizada no final de 2005; cobertura estimada da rede pública de saúde, com essa compra, até setembro de 2005. Tivemos uma situação crítica em alguns Estados. Houve uma dispensação fracionada. O que é uma dispensação fracionada? Ao invés da pessoa receber o medicamento para os trinta dias, recebe para os primeiros quinze dias e, depois, recebe para os quinze dias seguintes. Entretanto, também a situação do Tenofovir já foi solucionada.

Pois bem, esse é hoje o quadro de cada um desses medicamentos.

Quanto ao Atazanavir, tivemos entregas no mês de fevereiro, de março e de abril e temos previsão de entregas de maio até o final de dezembro, o que garante o suprimento de quinze meses. Isso tudo aqui já está comprado com entrega prevista. No caso do Atazanavir 200 mg, em fevereiro de 2005, tivemos uma situação crítica com o uso fracionado e cobertura com Atazanavir 150, segundo a necessidade de alguns Estados. Mas tivemos atendimento no mês de março, a entrega também agora no mês de abril e entregas programadas até maio do ano que vem, o que também viabiliza um suprimento de quinze meses.

Pode passar. No caso do Indinavir, vivemos, como eu disse, uma situação crítica no mês de fevereiro, mas já tivemos entrega de medicamentos no mês de março; agora, em abril, para três meses, março, abril e maio;

em maio, teremos mais uma entrega dos laboratórios para mais três meses. Essas entregas se estendem até abril de 2006, com suprimento para catorze meses e um estoque estratégico de dois meses e meio.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares)

– Pergunto ao Sr. Ministro da possibilidade de abreviar o término da sua palestra, tendo em vista que já temos um tempo razoável das palavras de V. Ex^a, para que os debates possam acontecer de imediato. Se, por acaso, houver alguma pergunta em que haja necessidade de retornar a esses temas, V. Ex^a terá possibilidade de fazer isso.

O SR. HUMBERTO COSTA – Eu poderia terminar pelo menos esse tema dos medicamentos anti-retrovirais?

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares)

– Pois não.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares)

– Senador José Jorge, seja breve, tendo em vista que o orador está na tribuna.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sr. Presidente, o orador é que não está sendo breve. Eu nem comecei ainda.

Na realidade, eu gostaria apenas de fazer uma solicitação. Como já são 12 horas e 30 minutos, a reunião começou às 11 horas e pouco, daqui a pouco todos teremos outras atribuições e há muitas pessoas inscritas, gostaria que V. Ex^a garantisse que, se hoje não concluirmos o debate, possamos continuar o debate na próxima semana, com o Ministro Humberto Costa – evidentemente, desde que o Ministro concorde.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – Sr. Presidente, tenho uma questão de ordem ainda mais objetiva.

Penso que o orador não tem culpa nenhuma. O orador se preparou para vir aqui e fazer as exposições que lhe foram solicitadas. E foram quatro: prestar esclarecimentos sobre a crise no abastecimento de medicamentos contra Aids; prestar esclarecimentos sobre a crise da saúde no Rio de Janeiro; prestar esclarecimentos sobre a atividade da Funasa – que me parece ser o próximo tópico; e prestar esclarecimentos sobre a questão da fixação de regras para o ingresso e permanência de pacientes na Unidade de Terapia Intensiva, UTI. Esse foi o último caso que levou os Senadores Eduardo Azeredo, Demóstenes Torres e Arthur Virgílio a fazerem esses requerimentos.

Minha proposta é mais objetiva. S. Ex^a está concluindo a exposição sobre a questão dos medicamentos contra Aids. Fazemos uma interrupção e o Ministro responde sobre esses dois temas que já consumiram

quase duas horas de exposição do Ministro. Em seguida, vamos para os outros dois temas. Senão, dilui-se, passa-se o tema sobre os índios, sobre a Funasa e perde-se o foco.

Não é culpa do Ministro.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Senador Tião Viana.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, ouvi a sugestão dos Senadores e a preocupação é com o tempo, pois temos hoje a possibilidade de votação em plenário de matérias que são relevantes e reuniões em várias comissões. Como o Ministro tem hoje a responsabilidade de governo de fazer uma exposição capaz de deixar absolutamente clara qualquer dúvida que houver sobre as indagações feitas pelos Srs Senadores, a minha sugestão é de que permitamos ao Ministro a livre oportunidade de deixar claras as suas afirmações e explicações. Suspendemos a reunião ao final da explicação de S. Ex^a e, na próxima semana, entramos na fase dos debates. Se não estiverem de acordo com a sugestão, não há problema algum. Não sei o que pensam os Senadores José Agripino, Jorge Bornhausen e Arthur Virgílio, que propuseram a audiência, ou o Senador Sérgio Cabral.

O SR PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Com a palavra o Senador Arthur Virgílio.

O SR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, o Ministro, certamente com as suas razões, está fazendo uma demorada e detalhada exposição.

De fato, ela começou às 11h15min, e S. Ex^a está falando há quase uma hora e quarenta minutos. Por outro lado, Senador Tião Viana, não sei se deveríamos abrir mão de algum debate hoje.

A vinda de V. Ex^a na semana que vem parece-me necessária, até por uma questão lógica, Sr. Ministro. Se V. Ex^a faz uma exposição tão detalhada e tão atenta, evidentemente não poderá supor que falaria por uma hora e meia e nós outros todos, por mais meia hora. Seria ilógico. A lógica seria V. Ex^a falar bastante. Aliás, não tenho nada contra V. Ex^a falar bastante. Eu tenho falado tanto a seu respeito aqui, que V. Ex^a deve falar tudo que quiser, à vontade. Portanto, eu quero falar bastante, bem como os Srs Senadores, e não quero cercear o Ministro. Eu gostaria que algum debate se fizesse hoje.

Vi que o Sr Ministro abordou duas questões: a do Atazanavir e a da intervenção que está atazanando o Rio de Janeiro. Não sei se não poderíamos começar por esses dois temas, mas sem esgotá-los. Ou seja, voltaríamos na semana próxima com o Atazanavir e com a intervenção no Rio de Janeiro.

Mais ainda, será muito difícil aqui impedir que alguém discuta um assunto: vinte e um indiozinhos morreram, coincidência com Tiradentes; dezenove por desnutrição, coincidência com o Dia do Índio. Não podemos imaginar que esta reunião, tranqüila e respeitosa, será também rápida. O Ministro tem toda razão, que S. Ex^a fale, mas que nós possamos falar também.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – V. Ex^a tem a palavra.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Eu gostaria apenas de colocar um adendo à sugestão do Senador Tião Viana. Penso que o Ministro tem todo direito, e obrigação, de fazer a exposição mais completa possível. Há um dado importante: já recebi parte da exposição de S. Ex^a por escrito, mas não recebi o objeto do requerimento. Eu não o assinei porque não sou titular, mas solicitei a titulares do meu Partido que fizessem o requerimento que anunciei no Plenário. Julgo-me, portanto, autor do Requerimento para esclarecimentos em torno de ações da Funasa.

A exposição do Ministro é bastante substantiva, tem muitos dados com os quais podemos concordar ou discordar.

Assim, eu gostaria de fazer um adendo à proposta do Senador Tião Viana no sentido de que a exposição do Ministro se complete sobre todos os temas, para que os papéis que aqui estão sendo entregues possam ser entregues por inteiro. Assim, se for o caso, teremos tempo para fazer uma avaliação crítica e estabelecer, como disse o Senador Aloizio Mercadante, um debate construtivo e qualificado em torno do interesse coletivo, porque o que está em pauta aqui é o interesse coletivo.

Se ele estiver sendo atendido sem demagogia, vamos aplaudir o Governo. Se, no entanto, isso não estiver ocorrendo, vamos criticar o Governo no sentido de corrigir rumos.

Esta é a minha proposta.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Sr. Ministro, pelas opiniões formuladas pelos Srs. Senadores, há um interesse muito grande dos Srs. Parlamentares em discutir em pormenores todos os assuntos que foram objetos do requerimento. Inclusive, só dois assuntos V. Ex^a falta abordar. V. Ex^a poderia encerrar, então, os dois pontos iniciais para partirmos...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Passei a concordar, Sr. Presidente, com o Senador Tião Viana.

A SR^a IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – A ponderação é no sentido de concluir a exposição.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – De concluir a exposição. Na semana que vem, haverá o debate.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Exponha à vontade hoje.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Foi aprovado um requerimento para que V. Ex^a falasse sobre quatro assuntos. Até agora, V. Ex^a falou sobre dois. Então, que todos os quatro sejam abordados. Na próxima semana será feito, então, o debate?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Entraremos diretamente no debate.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – É essa a formulação da proposta?

Inteiramente de acordo, Sr. Ministro.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – O PSDB passa a concordar.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Concedo a palavra a V. Ex^a para terminar.

O SR. MINISTRO HUMBERTO COSTA – Só há uma questão. Tenho que consultar minha agenda e ver se é possível na próxima semana.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Faça uma força, Sr. Ministro. Trata-se de um assunto importante. É importante a presença de V. Ex^a aqui, em respeito ao Congresso Nacional e a esta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Geralmente, realizamos reuniões ordinárias e extraordinárias da Comissão às quintas-feiras, em decorrência das várias reuniões realizadas nas terças e nas quartas-feiras. V. Ex^a pode apreciar sua vinda para a próxima quinta-feira, às 10h.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Será difícil que haja assunto mais importante na agenda do Ministro do que conversar com os congressistas. Tenho a impressão de que isso se refletirá no Deputado atento que sempre foi.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – V. Ex^a pode continuar a explanação.

O SR. MINISTRO HUMBERTO COSTA – Em relação ao AZT, houve entregas no mês de fevereiro. Passamos, como eu disse, por uma situação crítica no mês de março. Houve entregas em março e abril, e haverá uma nova entrega, que deve se estender de abril até o mês de julho. Passamos a dispor de um estoque estratégico de 5 meses para o AZT – e esse foi o objetivo da aquisição –, e de um suprimento garantido para doze meses, de acordo com o que foi adquirido.

Quanto ao AZT+3TC, atravessamos um período, em janeiro e fevereiro, em que houve uso fracionado, como disse. Existe um estoque estratégico para quatro meses. Pelas contas do foi adquirido, há um suprimento para quinze meses. Obviamente, dependemos, em

vários desses medicamentos, da produção dos laboratórios públicos.

Começamos a receber remessas de Lamivudina em março, de diversos laboratórios. Agora em abril, deveremos receber uma remessa que vai perdurar até o final de maio. Receberemos, em seguida, para junho e julho. Posteriormente, para um período mais amplo, garantindo, assim, um suprimento para treze meses.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – V. Ex^a tem a palavra, pela ordem.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – Sr. Ministro, há um zunzunzum de alguns ministros, questionando se V. Ex^a virá na próxima semana. Sei que V. Ex^a está acompanhado de seu staff, ao qual solicito que verifique a agenda, garantindo, assim, a data da vinda, a fim de que a proposta, de fato, permaneça acolhida e tranquila entre nós.

O SR. MINISTRO HUMBERTO COSTA – Está sendo feita a consulta sobre a possibilidade.

No caso do Tenofovir, já dissemos que enfrentamos uma situação crítica no mês de abril. Fizemos uma aquisição correspondente a treze meses e meio.

Estes são os recursos destinados ao programa da Aids. Para a aquisição de medicamentos anti-retrovirais foram destinados R\$550 milhões. Foi o previsto, definido pelo Orçamento. É importante sensibilizar os Senadores porque, ao longo do tempo, o programa de combate à Aids, do Ministério da Saúde, trabalhou com suplementações orçamentárias. E uma das razões para algumas dificuldades de negociação no ano passado foi o fato de que a suplementação orçamentária para o programa só foi votada na última semana de dezembro. Para este ano, estaremos encaminhando em breve a suplementação orçamentária para a aquisição de medicamentos anti-retrovirais. Precisamos, da parte do Congresso Nacional, de Deputados e Senadores, de uma atenção especial. A partir do próximo ano, modificaremos essa prática. Não há por que encaminhar metade do orçamento para, depois, sair em busca de suplementação orçamentária. Mas, este ano, será necessário que tenhamos essa sensibilidade por parte do Congresso Nacional, para que se possa cumprir inteiramente o programa este ano.

Então a previsão é R\$550 milhões, inferior ao que foi necessário e utilizado para atender à demanda de 2004, que foi de R\$621 milhões.

Além disso, houve a introdução de novos medicamentos no programa, o DDI entérico, a Enfuvirtida e a ampliação da demanda do atazanavir. E há uma estimativa da necessidade de recursos para atender à demanda de 2005, recompondo o estoque dos anti-

retrovirais no País, de R\$ 944 milhões. Portanto, a suplementação orçamentária que estamos encaminhando ao Congresso é de R\$394 milhões para o programa de anti-retrovirais.

Ações da Funasa, saúde indígena, saneamento ambiental.

Em relação à saúde indígena no Brasil, o sistema de atendimento à saúde indígena está distribuído em 34 distritos sanitários especiais indígenas, que correspondem a 3.627 aldeias, num total de 437.046 índios, utilizando um total de 9.309 profissionais, em 373 Municípios com aldeias.

Esses aqui são os distritos sanitários especiais indígenas. Vejam que têm uma conformação que não corresponde ao Município ou ao Estado. Às vezes, ultrapassa mais de um Estado ou é menor do que ele, por conta das particularidades que há na distribuição dessa população e da assistência que deve ser prestada a essa população indígena.

Aqui está a série histórica do financiamento da saúde indígena no Brasil:

Em 1999, tivemos R\$95.754 mil gastos com saúde indígena; em 2000, R\$154.752 mil; em 2001, R\$207.347 mil; em 2002, R\$233.645 mil; em 2003, R\$231.100 mil; e, em 2004, com valores que foram repassados até outubro de 2004, R\$263 milhões.

A execução orçamentária da Funasa, em relação às populações indígenas: R\$174,2 milhões; do Ministério da Saúde, via ações que acontecem pela Secretaria de Assistência à Saúde, R\$76,3 milhões; ações diretas de saúde, R\$69,3 milhões; segurança alimentar, R\$2,6 milhões; medicamentos, R\$10,1 milhões.

Repassa a convênios, ou seja, a Organizações Não-Governamentais, instituições que têm convênios para a política de saúde indígena: em 2003, R\$116 milhões; em 2004, R\$124 milhões.

Gastos com deslocamento de equipes e insumos: com a Funasa, R\$11,5 milhões; com conveniados, R\$18,7 milhões; num total de R\$30 milhões.

Quais foram as metas do PPA estabelecidas para o ano de 2004 para a população indígena?

Sabemos que, no Brasil, os indicadores de saúde nas populações indígenas são sensivelmente mais graves do que na população de um modo geral. Portanto, por exemplo, em 2002, tínhamos uma mortalidade infantil de 55,7 por 1.000 nascidos vivos, na população indígena. Para o ano de 2004, atingimos a meta de 48 por mil nascidos vivos e atingimos a meta de 47,4.

Malária. Tínhamos 56 casos novos por mil habitantes indígenas, a meta era de 42 por mil habitantes e chegamos a 46,6 por mil habitantes.

Em tuberculose, tivemos uma redução mais sensível. Em 2002, tínhamos 108,6 novos casos por 100 mil habitantes, a nossa meta era de 97 casos por 100 habitantes e atingimos 64,32 por 100 mil habitantes.

Portanto, é um resultado positivo importante. Aqui, temos um exemplo de um distrito sanitário especial yanomami que envolve Roraima e Amazonas, para que se tenha uma idéia da sua difusão, das dificuldades que se têm para se atingir essas comunidades.

Saneamento ambiental para a promoção da saúde.

Antes de falar de saneamento ambiental, que é uma outra atividade da Funasa, eu gostaria de dizer que, em relação à política de saúde indígena, fizemos uma verdadeira reestruturação a partir de 2003. Havia uma ausência de responsabilidade por parte do Ministério da Saúde e da Funasa por essas populações. Boa parte da prestação da assistência que era feita se fazia de forma desatirculada, desintegrada, isolada, por parte de organizações não-governamentais, que inclusive sofriam a rejeição das próprias comunidades indígenas. Algumas delas inclusive vítimas de denúncias, as mais diversas, de malversação de recursos, de mau atendimento a essas comunidades, de desvios, enfim. Portanto, foi feita toda uma reestruturação.

A responsabilidade sanitária pelos índios brasileiros passou a ser do Ministério da Saúde por intermédio da Funasa. Revimos todos os contratos que havia de organizações governamentais, de prefeituras, de governos estaduais com a Funasa para o atendimento dos índios, e várias dessas ONGs tiveram os seus convênios rompidos, permanecendo apenas aquelas que tinham desempenho adequado.

Além disso, ações passaram a ser feitas diretamente do Ministério da Saúde; outras ações, dos Municípios e outras dos Estados. Vamos ter oportunidade, quando dos debates, na semana que vem, de nos aprofundarmos nessas questões concretas.

Do ponto de vista do saneamento ambiental, a Funasa dispôs para o abastecimento d'água, no ano de 2003, R\$47.551 mil, beneficiando 53 mil famílias; esgoto, R\$33 milhões, beneficiando 25 mil famílias; as melhorias sanitárias domésticas, 26 milhões para 19 mil famílias; melhorias habitacionais, principalmente na área de chagas, 28 milhões, beneficiando 25 mil famílias; tratamento de resíduos sólidos, 12 milhões para

83 mil famílias; drenagem, oito milhões para nove mil famílias; saneamento básico, no total de 33 milhões, 608 mil para 30 mil e 278 famílias. Isso correspondeu ao ano de 2003, sendo que boa parte desses recursos e saneamento básico são restos a pagar do Projeto Alvorada.

Em 2004, tivemos esse incremento. Chegamos a um total de 533 milhões gastos pela Funasa com saneamento e incremento em todas as áreas: água, esgoto, melhoria sanitária doméstica, melhoria habitacional, resíduos sólidos, drenagem e o programa que implementamos para as regiões metropolitanas, para Municípios com mais de 250 mil habitantes.

Em 2005, a previsão é de um gasto de R\$794.510.000,00, também com um incremento nas mais diversas áreas e com um número de famílias bem maior sendo beneficiadas.

Pode passar.

Bem, isso diz respeito, então, às atividades da Funasa. Houve um outro ponto colocado na pauta, relacionado à adoção de critérios para internação em leitos de UTIs. Eu gostaria de esclarecer isso aos Senadores, da mesma forma como esclarecemos à população de um modo geral.

Em primeiro lugar, tivemos, do ano de 2003 para cá, um incremento significativo no número de novos leitos de UTIs, Unidades de Tratamento Intensivo. O Brasil ainda tem um déficit, em termos de leitos de tratamento intensivo, mas, a partir do episódio do Ceará, assumimos a postura de reduzir significativamente esse déficit até chegarmos aos padrões internacionais, que devem ser cumpridos, da relação leitos de UTI/leitos hospitalares.

Entre os anos de 2003 e 2004, até agosto desse ano, aumentamos em 2.555 as novas Unidades de Terapia Intensiva. Dos 21.528 leitos de UTIs existentes no Brasil, 12.870 pertencem ao SUS, ou seja, saímos de 10.200 leitos do SUS para 12.870.

Hoje, vários Estados estão acima da média preconizada pelo Ministério da Saúde e pelas instituições internacionais. Por exemplo, o Distrito Federal tem uma proporção de 9,02 de cobertura em termos de leitos de UTI, o que extrapola, inclusive, a média máxima, que seria de quatro a oito. O Espírito Santo tem 4,55; Goiás, 4,84; Mato Grosso do Sul, 4,72; Mato Grosso, 4,46; Paraíba, 5,42; Paraná, 5,25; Rio de Janeiro, 8,31; Rio Grande do Sul, 6,58; São Paulo, 7,36.

Os Estados em que temos déficit são principalmente os do Norte e Nordeste. Qual é a razão principal? A inexistência de profissionais intensivistas.

O Ministério da Saúde credenciou e continua a credenciar todos os leitos de UTIs que sejam solicitados pelos Municípios e pelos Governos estaduais. Apenas Estados como o Acre, Alagoas, Amapá, Amazonas, Ceará, Maranhão, Pará, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Rondônia, Roraima, Sergipe e Tocantins são Estados que não atingiram essa média. No entanto, se pegarmos alguns casos, por exemplo, a Bahia, dos 214 novos leitos de UTIs existentes em 2003, passamos para 618. Ainda estamos a uma cobertura de 1,84, mas houve um crescimento importante. No caso do Ceará, também houve um crescimento importante.

Hoje, a limitação para ampliarmos os leitos de UTIs é fundamentalmente profissionais. O que fizemos? Temos, hoje, junto à Comissão Nacional de Residência Médica, um pleito para a abertura de cursos de residência médica na área da UTI, na área de intensivistas, nessas regiões em que ainda há o déficit, além de que, junto com a Sociedade Brasileira de Terapia Intensiva*, estamos trabalhando a possibilidade de cursos de especialização de mais curta duração para esses profissionais intensivistas.

Ao lado disso, o Ministério está construindo uma rede de atendimento semi-intensivo. É aí onde entra a polêmica que foi mal colocada. Nós temos situações em que o paciente não está em condições tão graves que exija a UTI, mas também não está numa situação – digamos – de equilíbrio em que ele possa ser internado num leito comum. Então, para isso, é necessário que tenhamos, no Brasil, leitos intermediários, leitos semi-intensivos – a diferença de um leito de terapia intensiva diz respeito à proporção dos profissionais em relação ao número de pacientes e ao número de leitos – para casos como esses. Em outros casos também o paciente já se beneficiou o suficiente da UTI, no entanto, ele ainda não está em condições de voltar para um leito comum, hospitalar. Então, também nesses casos, a estrutura intermediária da rede semi-intensiva cumpriria esse papel.

Em nenhum momento o Ministério da Saúde cogitou – nem cogita, quero repetir aqui com todas as letras – de estabelecer qualquer tipo de restrição burocrática à internação de pessoas que precisam de leitos de UTIs. Protocolos para internação já existem, são feitos pelas próprias sociedades de especialistas e são homologados pelo Ministério da Saúde. Não é um burocrata do Ministério que vai definir quem entra

ou deixa de entrar em um leito de UTI. A última palavra em qualquer tipo de ação médica – e aqui estão vários profissionais – é do próprio médico. Não pode, não cabe e seria ilegal de nossa parte querer estabelecer qualquer tipo de restrição a um profissional de utilizar o seu discernimento diagnóstico e a sua orientação clínica para definir se interna ou não um paciente em UTI.

Então, o que houve foi uma politização desse processo de discussão, mal-entendidos, que terminaram sendo colocados por meio de matérias que foram feitas. Acho que nós também não explicamos devidamente a questão, mas eu quero repetir aqui, em quatro questões fundamentais.

Primeiro, a política do Governo Federal e do Ministério da Saúde é continuar ampliando os leitos de terapia intensiva até que nós atinjamos, no próprio SUS, aquela média que é orientação da Organização Mundial de Saúde, porque quando unimos o SUS e os leitos privados, o Brasil já está dentro dessa média, mas estamos falando do SUS. Queremos que o SUS, sozinho, tenha uma proporção em relação à população brasileira como um todo – embora nem toda a população brasileira utilize o SUS – para que estejamos dentro dessa média. Primeira questão.

Segunda questão: nenhum cidadão brasileiro que tenha necessidade de um leito de UTI deixará de ter acesso a esse leito por qualquer resolução burocrática feita pelo Ministério da Saúde ou por quem quer que seja.

Terceira questão: autoridade para definir o tipo de tratamento ou de procedimento que deve ser dado a um paciente numa situação crítica, qualquer que seja ela, é do profissional médico. Suspendemos a discussão desse assunto e só retornaremos quando pudermos nos reposicionar em termos da sociedade, de especialistas e dos profissionais, para que possamos discutir os cuidados. Quer dizer, os protocolos são importantes para discutirmos os cuidados e não para funcionar como barreira de entrada. Agora, como cuidar melhor de um paciente em condição grave? Que tipo de procedimento deve ser feito, que tipo de medicamento se deve utilizar? É um guia para o profissional e são coisas já existentes inclusive. Era isso basicamente que gostaria de colocar. Agradeço a atenção.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares)

– Obrigado Sr. Ministro.

Gostaria de fazer alguns registros.

Primeiramente, a presença que muito nos honra do Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal e ex-Presidente do Congresso Nacional, Senador Antonio Carlos Magalhães; como também a presença dos eminentes Par-

lamentares Deputado Federal Antonio Carlos Magalhães Neto; Rodrigo Maia, Líder do PFL na Câmara dos Deputados; Deputado Ronaldo César, Secretário de Saúde do Rio de Janeiro.

Destaco também que, desde a primeira hora, esteve presente nesta Comissão o Presidente da Subcomissão de Saúde, Senador Papaléo Paes. Já tenho confirmada a presença do Sr. Ministro para continuação do nosso debate, onde serão enfocados os temas que foram objeto dos requerimentos, na quinta-feira da próxima semana, às 10 horas. O Sr. Ministro remanejou a sua agenda para atender às Srs. e aos Srs. Senadores.

Os autores dos requerimentos, Senadores Arthur Virgílio, Eduardo Azeredo, Jonas Pinheiro, aqui representado pelo Senador José Agripino, foram bastante precisos e exatos nas formulações por meio dos requerimentos, onde os assuntos exigiram do Sr. Ministro um detalhamento profundo da sua ação administrativa no Ministério da Saúde. Daí, essa exposição levou muito tempo para um esclarecimento aprofundado das matérias que foram alvo dos requerimentos.

Agradeço a sugestão dos Senadores Tião Viana, Sérgio Cabral, Arthur Virgílio e do próprio Líder do PFL, Senador José Agripino, no sentido de que dividíssemos a convocação do Sr. Ministro, Dr. Humberto Costa, em duas etapas. Na primeira, S. Ex^a faria uma exposição enfocando todos os assuntos que constam dos requerimentos aprovados. E, numa outra reunião, faríamos os debates. Primeiramente, falarão, como é de praxe, regimental, os autores dos requerimentos.

Nesta reunião, já estavam escalados para falar, em nome do PSDB, o Senador Eduardo Azeredo, autor do requerimento, o Senador Arthur Virgílio e o Líder do PFL, Senador José Agripino, representando o Senador Jonas Pinheiro, que é um dos autores do requerimento.

Fica acertado que, na próxima reunião, o Ministro da Saúde estará aqui às 10 horas. Já há quinze oradores inscritos, fora os autores do requerimento. Isso é o demonstrativo, sem dúvida alguma, do interesse o Senado Federal, especificamente a Comissão de Assuntos Sociais, tem pelos assuntos relacionados com a saúde pública do Brasil.

Sr. Ministro, V. Ex^a concorda, então, com a sua presença na próxima quinta-feira, às horas? V. Ex^a, se quiser, tem a palavra. (Pausa.)

O Sr. Ministro consulta a Mesa se poderemos começar exatamente às 11 horas, porque tem um compromisso com os governadores? (Pausa.)

Então, fica acertado assim.

Muito obrigado. Está encerrada esta reunião.

(Levanta-se a reunião às 13h08min)

ATA DA DÉCIMA SEGUNDA REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 52ª LEGISLATURA REALIZADA NO DIA 05 DE MAIO DE 2005, QUINTA-FEIRA, ÀS 10:00 HORAS.

Às onze horas e trinta e três minutos, do dia cinco de maio de dois mil e cinco, na Sala de reuniões da Comissão de Assuntos Sociais, é iniciada a reunião sob a presidência do Senhor Senador ANTÔNIO CARLOS VALADARES, com a presença dos (as) Senadores (as) **MARCO MACIEL, RODOLPHO TOURINHO, FLEXA RIBEIRO, LEONEL PAVAN, REGINALDO DUARTE, VALDIR RAUPP, MÃO SANTA, SÉRGIO CABRAL, PAPALÉO PAES, ANTÔNIO CARLOS VALADARES, FLÁVIO ARNS, IDELI SALVATTI, PAULO PAIM, PATRÍCIA SABOYA GOMES, HERÁCLITO FORTES, ROMEU TUMA, EDUARDO AZEREDO, PEDRO SIMON, GERSON CAMATA, CRISTOVAM BUARQUE, E JUVÊNCIO DA FONSECA**. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão, justificando ausência o Senhor Senador Augusto Botelho. O Senhor Senador Antônio Carlos Valadares declara abertos os trabalhos, propondo a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. É dado início à votação dos projetos, **Item 1 PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO, Nº 39, de 2004. “Institui a Frente Parlamentar do Emprego”**. Autor: Senador Marcelo Crivella. Relator: Senador Paulo Paim. Relator “ad hoc” Senador Heráclito Fortes. Resultado: **Aprovado**. Os itens 3 e 8 foram retirados de pauta a pedido dos Relatores. Os demais itens da pauta, 2,4,5,6,7,9 e 10 foram adiados.

Fizeram uso da palavra os Senadores: **Heráclito Fortes e Flávio Arns**. Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, encerra-se a reunião às onze horas e quarenta e seis minutos, lavrando eu, **Gisele Ribeiro de Toledo Camargo**, Secretária da Comissão de Assuntos Sociais, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Senador Antônio Carlos Valadares presidente, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Antônio Carlos Valadares**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. PSB-SE) – Havendo número regimental, declaro aberta a 12ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior.

As Srs. Senadores que aprovam querem permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A pedido do relator, Senador Papaléo Paes, fica retirado de pauta o item 03, PLS nº 246/2004. A pedido da relatora, Senadora Patrícia Saboya Gomes, fica retirado de pauta o item 08, o PLS 155, de 2003.

Senhores Senadores temos alguns projetos que são terminativos e apenas um, consubstanciado no item nº 01, não terminativo. O relator deste projeto é o Senador Paulo Paim e trata-se de um Projeto de Resolução do Senado nº 39/2004, que institui a Frente Parlamentar do Pleno Emprego. O autor é o Senador Marcelo Crivella. Gostaria que o parecer fosse passado às mãos do Senador Heráclito Fortes para que, como relator **ad hoc**, pudesse fazer a leitura do mesmo. Agradeceria a V. Exª, Senador Heráclito Fortes, se substituísse o relator.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – O Senador Paulo Paim, como relator titular dessa matéria, de autoria do Senador Marcelo Crivella, possibilita que o Congresso Nacional, por intermédio do Senado da República, tenha a sua Frente Parlamentar de Pleno Emprego. Sou inteiramente favorável, porque penso ser um movimento no qual os dois Senadores, o relator e o autor do Projeto, são envolvidos e as argumentações aqui embutidas justificam plenamente a sua criação. Tecnicamente é viável, não há nenhum vício que possa impedir a sua aprovação e, portanto, sou favorável à aprovação do projeto de autoria do Senador Marcelo Crivella.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. PSB-SE) – Em discussão.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Concordo plenamente com a argumentação do Senadores Paulo Paim e Heráclito Fortes e penso que essa Frente Parlamentar pode contribuir muito com esta Comissão, pois pode fazer uma análise muito interessante de como programas sociais, como Primeiro Emprego, Agente Jovem e Pró-Jovem, vêm sendo desencadeados pelo Brasil. Está extremamente relacionada com itens fundamentais para o País, expectativas do povo e os objetivos desta própria Comissão. Portanto, também me manifesto favoravelmente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. PSB-SE) – De fato, a aprovação desta Frente Parlamentar, que é uma proposição do Senador Marcelo Crivella, poderá contribuir para a alavancagem do emprego em nosso país. Vivemos um momento de dificuldades, não só nas áreas urbanas como também nas áreas rurais, para a introdução de novos empregos para milhares e milhares de jovens que batem à porta do mercado de trabalho e não encontram ocupação. Penso ser legítima essa preocupação do Senador Marcelo Crivella e creio que tudo o que puder ser feito para debater esse

problema do emprego deva vir ao encontro do desejo, dos anseios da sociedade brasileira.

Temos, nos centros urbanos, um índice de violência avassalador. São assaltos praticados à luz do dia, invasões nos supermercados, em locais até próximos a delegacias de polícia, como aconteceu recentemente em Aracaju, no Estado de Sergipe, invasão de domicílios, toma-se dinheiro na marra de aposentados que saem do banco, das filas bancos, onde foram pagar as suas contas e, de repente, são abordados por assaltantes no meio da rua. Logicamente que esta é uma situação não apenas de distorção das condições sociais do Brasil, como também encontra suas causas na falta de ocupação de jovens entre 14 e 25 anos de idade. Por isso, enalteço essa iniciativa do Senador Marcelo Crivella, na certeza de que é mais um ponto desta Comissão de Assuntos Sociais em favor da sociedade brasileira, justamente num setor dos mais graves. Segurança pública e emprego são hoje os fatores mais preocupantes da nossa sociedade e é em função disso que, de dois em dois anos, deparamo-nos com as eleições. Quando não são as eleições municipais, são as eleições nacionais para Presidente da República, para Governadores de Estado e Senadores. Durante esse período eleitoral, cria-se uma expectativa de que milhares e milhares de empregos serão gerados e de que as políticas econômicas vão se voltar nessa direção. E qual não é a nossa frustração quando, governo após governo, não se consegue resolver este assunto. Notadamente, porque as condições econômicas não são favoráveis e hoje estamos vinculados, infelizmente, ao que chamamos de economia globalizante, onde a concorrência predatória tem contribuído para o fortalecimento das economias mais fortes em detrimento das economias subdesenvolvidas. Essa política predatória passa pelas taxas que são cobradas dos nossos produtos, como a laranja e a soja, pelos países ricos, como os Estados Unidos, que colocam barreiras alfandegárias, gerando dificuldades enormes e gerando desemprego nos países produtores de natureza subdesenvolvida. Por isso, estimo que a discussão deste projeto simples, mas de tema tão importante, terá repercussão na vida social do povo brasileiro.

As Sr^{as}s e os Srs. Senadores que aprovam querem permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Gostaria de avisar aos Srs. Senadores que temos ainda nove itens terminativos e, em face de outras reuniões que estão sendo realizadas no mesmo horário, em outras Comissões, não poderemos colocar esses projetos em votação, porque não há quórum adequado.

Concedo a palavra ao Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Gostaria apenas de levantar uma preocupação com V. Ex^a. Sabemos que existe um processo de contenção de despesas aqui no Senado Federal que hoje, no Bra-

sil, é fundamental. Temos que racionalizar gastos, ver o que é essencial, o que é secundário e diminuir o orçamento não apenas aqui do Congresso Nacional, deve ser um esforço que tem que ser feito em toda a sociedade. Porém, aqui dentro da Comissão e dentro das várias Comissões, temos sempre a necessidade de realizarmos audiências públicas para instruir projetos de lei, fazer a discussão desses projetos, chamar especialistas... Diria que a realização de audiências públicas faz parte da essencialidade das atividades legislativas, pois precisamos ter o parecer da sociedade em relação a um conjunto de medidas que estejam em tramitação nessa Comissão e nas demais e, ao mesmo tempo, sentimos dificuldades, em princípio na marcação de audiências públicas, quando se indica o nome, de conseguir o financiamento da vinda das pessoas convidadas para participarem aqui das Comissões. É claro que sempre existe o apelo para que a entidade da qual este convidado participe ajude a custear e, muitas vezes, o fazem, mas não é sempre que podem fazê-lo. Portanto, faria um apelo a V. Ex^a, como Presidente desta Comissão – mas creio ser um problema em todas as Comissões –, que quando houvesse um debate nesse sentido com a Presidência da Casa – inclusive já oficiei para o Presidente Renan Calheiros com esta linha de argumentação –, que considerasse as despesas com audiências públicas, na hipótese da pessoa não poder financiar a vinda, como uma despesa essencial para a boa tramitação do processo legislativo nesta Casa. E ainda diria, com relação à contenção de gastos, que deveríamos tomar um pouquinho de cuidado, pois pode prejudicar o andamento dos processos e essa interação que precisa acontecer com a sociedade como um todo. É um apelo que faço a V. Ex^a e creio que, se pudéssemos até aprovar alguma coisa nesse sentido aqui na Comissão, deveríamos levar esta preocupação para a Presidência da Casa.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. PSB-SE) – Creio que V. Ex^a está fazendo uma sugestão que tem sentido. Em caráter de excepcionalidade, há pessoas que são convidadas para comparecerem a reuniões da nossa Comissão, como as convocações feitas aqui para audiências públicas, mas não têm condições de pagar a passagem de avião e de pagar uma diária de hotel, e isso poderia ser considerado pela Mesa do Senado como uma atividade tipicamente legislativa. Entretanto, como as demandas são muito grandes, já que há dez Comissões funcionando agora no Senado, fica difícil, devido ao projeto de contenção de despesas, o Senado atender a todas as pretensões. Porém, creio que existem casos excepcionais que devem ser considerados pela Mesa e a despesa aprovada para atender audiências públicas.

Encerro esta reunião e convoco uma outra para a próxima quinta-feira, às 10h, quando iremos tratar de interesses da sociedade brasileira.

(Levanta-se a reunião 11h47min.)

**SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE
ASSISTÊNCIA SOCIAL AOS PORTADORES
DE NECESSIDADES ESPECIAIS**

**ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO DE INSTALAÇÃO
DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL AOS PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA
ORDINÁRIA DA 52ª LEGISLATURA REALIZADA
NO DIA 17 DE MAIO DE 2005, TERÇA-FEIRA, ÀS
18:30 HORAS.**

Às dezoito horas e cinqüenta e oito minutos, do dia dezessete de maio de dois mil e cinco, na Sala de reuniões da Comissão de Assuntos Sociais, sob a presidência do Senhor Senador Antônio Carlos Valadares, reúne-se a Subcomissão Permanente de Assistência Social aos Portadores de Necessidades Especiais, com a presença dos Senadores **LÚCIA VÂNIA, PAULO PAIM, AUGUSTO BOTELHO, PAPALÉO PAES, FLÁVIO ARNS, EDUARDO AZEREDO E PATRÍCIA SABOYA GOMES**. Deixam de comparecer os demais membros da Subcomissão. Fizeram uso da palavra os Senhores Senadores PAULO PAIM, PATRICIA SABOYA GOMES, LÚCIA VÂNIA, E AUGUSTO BOTELHO. A presente reunião destina-se à eleição do Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão Permanente de Assistência Social aos Portadores de Necessidades Especiais. Distribuídas as cédulas e procedida a votação, a Senhora Presidente convida o Senhor Senador Augusto Botelho e o Senador Papaléo Paes para servirem como escrutinadores, sendo verificado o seguinte resultado: para Presidente – Senador Eduardo Azeredo, com 5 votos; para Vice-Presidente – Senador Flávio Arns, com 5 votos. São declarados eleitos o Senador Eduardo Azeredo e o Senador Flávio Arns, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente. O Senador Eduardo Azeredo, presidente e o Senador Flávio Arns eleito assumem a presidência agradecendo os votos de seus pares. Foi realizada pelo Engenheiro Adriano Bezerra de Faria Presidente Comissão de Acessibilidade de Senado Federal, uma exposição acerca das atividades que estão sendo desenvolvidas no Senado Federal. Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, encerra-se a reunião às dezenove horas e quarenta e seis minutos, lavrando eu, **Gisele Ribeiro de Toledo Camargo**, Secretária da Comissão de Assuntos Sociais, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Senador Eduardo Azeredo, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador Eduardo Azeredo, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Carlos Valadares. PSB-SE) – Havendo número regimental, declaro

aberta a 1ª reunião de instalação da Subcomissão Permanente de Assistência Social aos Portadores de Necessidades Especiais, criada pelo Requerimento nº 12, de 2005, em 16 de março deste ano, de autoria do nobre Senador Eduardo Azeredo.

Gostaria de indicar o eminente Senador Paulo Paim como membro suplente desta Comissão, em substituição à Senadora Fátima Cleide.

A presente reunião se destina à eleição do Presidente e do Vice-Presidente da Subcomissão.

Existe apenas uma chapa registrada, dos eminentes Senadores da Comissão de Assuntos Sociais. Para Presidente, o Senador Eduardo Azeredo; para Vice-Presidente, o Senador Flávio Arns.

As cédulas para votação já se encontram devidamente rubricadas pela Presidência da Comissão de Assuntos Sociais. Então, iniciaremos de imediato a votação pela chamada a que iremos proceder.

Senador Eduardo Azeredo, se V. Exª quiser poderá votar em si mesmo.

Senador Flávio Arns.

Senador Papaléo Paes, V. Exª já pode votar.

Depois V. Exª, Senador Augusto Botelho.

Convido os Senadores Papaléo Paes e Augusto Botelho para servirem de escrutinadores.

Por unanimidade, portanto, contando os votos dos membros da Subcomissão, foram eleitos: para Presidente, o Senador Eduardo Azeredo e para Vice-Presidente, o Senador Flávio Arns. (Palmas.)

Antes de convidar os eleitos a assumirem a Mesa dos trabalhos e a tomarem posse nessa função importante, gostaria de parabenizar os escolhidos, pois são Senadores da melhor qualificação, preparados para o exercício de qualquer missão neste Senado Federal. Ambos têm se desincumbido com raro brilhantismo, eficiência e espírito público nas Comissões de que participam e também têm tido uma atuação muito efetiva e preponderante no Plenário do Senado Federal.

Essa Subcomissão tem uma tarefa muito importante a realizar, uma vez que o Brasil, sendo – como é ainda – um país subdesenvolvido, tem muito a trabalhar para reduzir a deficiência de todos os matizes que existem no Brasil.

Sou um político que governei um Município do interior de Sergipe, onde comecei a minha vida política, Simão Dias, e pude verificar pessoalmente que havia toda espécie de deficiência a ser combatida. O governo municipal tinha que se desdobrar, naquela época, para dar assistência aos desvalidos da sorte. Por exemplo, para pessoas que tinham um defeito na visão, a coisa mais difícil era arranjar um médico – que chamávamos de médico de vista – oftalmologista. Hoje, ainda, em algumas comunidades do interior do

Brasil, apesar dos recursos que foram aumentados por meio do SUS para dar assistência a todos os setores deficientes no nosso País, ainda existem dificuldades tremendas para o atendimento nesse campo.

Portanto, devemos discutir, debater e trazer aqui autoridades do setor de saúde, autoridades governamentais, municipais, estaduais e federais, para que encontremos os caminhos e possamos construir novos rumos, em função desse problema grave existente no Brasil, onde mais de 14% são deficientes, segundo dados informados pelo próprio autor do requerimento para a criação dessa Subcomissão. A correção passa por um trabalho conjunto e integrado do Senado Federal, por meio da nossa Subcomissão, com o Ministério da Saúde e os demais órgãos da administração estadual e municipal.

Também quero registrar a presença da Senadora Patrícia Saboya Gomes, Vice-Presidente da Comissão de Assuntos Sociais.

Neste momento, convido o Presidente, Senador Eduardo Azeredo, e o Vice-Presidente, Senador Flávio Arns, para assumirem as elevadas funções para as quais foram designados pelo nosso Senado Federal.

Com muita honra, passo a V. Ex^a a Presidência. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Azeredo. PSDB-MG) – Sr^{as}s e Srs. Senadores, senhoras e senhores que aqui comparecem, quero inicialmente agradecer aos meus colegas que nos honram com a sua confiança – e mim e ao Senador Flávio Arns – para a instalação desta Subcomissão de Assuntos Sociais para Pessoas com Deficiência. Esse nome, na próxima reunião, já precisamos acertar para que fique em definitivo: “Subcomissão de Assuntos Sociais para Pessoas com Deficiências”, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais.

O nosso Presidente é o Senador Antonio Carlos Valadares e a nossa Vice-Presidente a Senadora Patrícia Saboya Gomes, que aqui estão presentes. Temos como objetivo dar seguimento a um trabalho que foi realizado pelo Senador Flávio Arns, nos últimos dois anos.

A minha palavra, além de agradecimento, é no sentido de registrar a importância do trabalho do Senador Flávio Arns, que já tem uma vida dedicada à questão ligada às pessoas com deficiência.

Registro também a presença do Deputado Federal Eduardo Barbosa, que foi presidente da Federação das APAEs de Minas, foi Secretário de Assuntos Sociais no meu Governo – era um nome bem grande lá: Secretaria do Trabalho, Assuntos Sociais, da Criança e do Adolescente. S. Ex^a é também dedicado às questões das pessoas com deficiências.

Senador Flávio Arns, como todos dissemos aqui, é o nosso guru no Senado nas questões relacionadas às pessoas com deficiência.

Pessoalmente, o meu primeiro cargo público que ocupei depois de ser analista de sistemas por 11 anos foi o de Presidente da Prodeme, a Empresa de Informática de Minas, no Governo Tancredo Neves. Naquela época, fui procurado por uma pessoa que me pediu que abrisse oportunidade de estágio para dois deficientes visuais para serem programadores de computador. Cocei a cabeça e disse: Meu Deus, como eu vou fazer agora? Como eles serão programadores de computador?

Buscamos o apoio dos fabricantes de computadores à época e, com os equipamentos especiais, que eram muito difíceis à época – tiveram de ser importados – tivemos um trabalho inicial. Foi então que eu pude ver a importância das pessoas e a sua dedicação.

Lembro-me que era uma época difícil, de altos índices de inflação, quando havia uma efervescência sindical, havia sempre a busca de novos salários, porque os salários, depois de três meses de correção, já estavam defasados outra vez. Uma das analistas de sistemas que trabalhavam me disse que o de mais importante aconteceu foi ver a valorização do ambiente de trabalho a partir da presença das pessoas deficientes. Os outros funcionários todos passaram a valorizar muito mais o trabalho vendo o esforço, o incentivo e a solidariedade, ao verem o esforço que faziam os deficientes visuais.

Daí eu pude, a partir desse momento que foi muito importante para mim, ao ver a importância de uma pessoa deficiente trabalhar, dar o seu esforço no dia-a-dia, nos outros cargos que pude ocupar até hoje, sempre exercitar, com muito sucesso, a participação de outras pessoas com deficiência em várias outras situações, seja na prefeitura de Belo Horizonte, no Governo do Estado e aqui no Senado.

Na verdade, as Sr^{as}s e os Srs Senadores, já conseguimos avanços importantes junto com a Câmara dos Deputados para que haja sempre conquistas nos vários setores da Sociedade, seja na Previdência, no trabalho e em todos os segmentos em que é importante o reconhecimento do setor público e da iniciativa privada de que as pessoas com deficiência precisam, por mérito, ter um tratamento diferenciado no sentido da discriminação positiva.

O objetivo nosso, portanto, é o de aprimorar toda essa legislação; de cobrar o que existe, afinal, o Brasil é, eu diria, muito avançado em termos de legislação. Temos uma boa legislação, entre as melhores do mundo. O problema é o cumprimento da legislação, o que nem sempre acontece.

Para isso convidamos, para essa primeira reunião de instalação da subcomissão, que o grupo do Senado Federal, responsável pela acessibilidade ao Senado Federal, o Presidente é o Engenheiro Adriano Bezerro de Faria, que ele pudesse fazer uma apresentação para nós sobre o que está sendo feito no Senado, em termos de adaptação da acessibilidade, depois de um trabalho muito bem feito no ano passado.

Antes de convidar o Adriano para fazer sua apresentação e de conceder a palavra ao Senador Flávio Arns, quero registrar algumas presenças: Carolina Sanches, que é assessora técnica da Corde, da Secretaria de Direitos Humanos; Rosana Cipriano Jacinto, que é da Associação de Pais e Amigos dos Deficientes Auditivos de Brasília; Francisca Oliveira Pereira, chefe de gabinete; Cristina Portela; Otílio Rodrigues Santacruz; de Emens Pereira de Souza, advogado e presidente da Associação dos Advogados Trabalhistas do DF; Leonardo Cortes Almeida; Ricardo Leite Chaves, técnico legislativo do Prodasen, no suporte dos nossos trabalhos; Lúcia de Fátima Silva Leite, do GDF; Cláudio Rechman, do Instituto de Projetos Avançados; Susana Rui, da Secretaria de Assistência Médica e Social do Senado; Bárbara Campos Ramos, secretária parlamentar da Deputada Marinha Raupp; Tatiana Mares Guia, assessora do Senado Federal; Afonso Celso Vieira de Queiroz, diretor da Secretaria de Engenharia e de Ana Valéria Araújo de Assis.

Agradecendo a presença de todos, concedo a palavra ao Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT-PR) – Gostaria, em primeiro lugar, de destacar essa iniciativa da Comissão de Assuntos Sociais do Senado.

O Presidente é o Senador Antonio Carlos Valadares; a Senadora Patrícia Saboya Gomes é Vice-Presidente. Trata-se de uma comissão que se preocupa, entre outros aspectos importantes, com a construção da cidadania para grupos fundamentais, marginalizados, muitas vezes, em nossa sociedade. Há estudos e trabalhos voltados para a criança e para os adolescentes. A Senadora Patrícia Gomes tem um trabalho reconhecido no Brasil inteiro nesse sentido. É um trabalho voltado para os idosos e, também, para as pessoas com deficiência. É uma comissão que se preocupa com dignidade, com direitos humanos e com respeito para que o Brasil se transforme por meio da construção da cidadania.

Temos aqui o Senador Augusto Botelho, sempre entusiasmado nessa área. S. Ex^a é membro da Comissão. Temos, também, o Senador Paulo Paim, que é o autor do Estatuto do Idoso, já aprovado, e é autor também do Estatuto da Pessoa com Deficiência, que está em tramitação no Senado Federal e está sendo

debatido com a sociedade – esse projeto será objeto de análise este ano.

Está presente o Deputado Eduardo Barbosa, amigo de Minas Gerais e, como já foi mencionado, ex-Presidente da Federação Nacional das Apaes – dois mil municípios no Brasil contam com as associações de pais e amigos dos excepcionais.

Temos, agora, a formação desta Comissão. Como o Senador Eduardo Azeredo falou, vai haver uma proposição para que se promova uma pequena alteração de nome. A comissão vai passar a chamar-se Subcomissão Permanente de Assuntos Sociais para Pessoas com Deficiência. Esta comissão é de Assuntos Sociais, porque trata de assistência, saúde, Previdência, trabalho, são várias áreas que têm como objetivo a promoção social do cidadão. No meio desses cidadãos, há pessoas com deficiências.

De acordo com todos os debates acontecidos no Conselho Nacional de Direitos da Pessoa com Deficiência, optou-se por uma definição que englobasse as pessoas com problemas visuais, auditivos, físicos, com características mentais diversas, altistas, com problemas múltiplos: pessoas com deficiência. Há um grande debate sobre os termos “necessidades especiais” e “pessoas portadoras de deficiência”. Então, é uma unificação, vamos dizer, da terminologia a partir do que os movimentos sociais consideram.

Quero dizer que estou ao lado do presidente, o Senador Eduardo Azeredo. S. Ex^a é uma pessoa que possui uma capacidade extraordinária para o diálogo, uma grande capacidade de aglutinação, tem interesse e uma grande sensibilidade para um conjunto de áreas, incluindo a área das pessoas com deficiência. Minha esposa e eu somos pais de uma pessoa de trinta anos de idade com deficiência. Eu posso dizer, com absoluta confiança, que confiamos 100%, como pais e como parlamentares, no trabalho do Senador Eduardo Azeredo.

Assim, é uma honra, é um privilégio para todos os pais e amigos e pessoas dessa área no Brasil poderem contar com vários Senadores e Senadoras, mas particularmente, poder contar com alguém, na Presidência desta Comissão, tão importante, que é da mais absoluta confiança e credibilidade para com o movimento, que é o Senador Eduardo Azeredo.

Que nós possamos sempre nos reunir, discutir, ver o que é necessário para a área, conhecer os desafios que estão colocados para a área, junto com toda a comunidade que está aqui presente e também nos assistindo pela televisão, particularmente com a Corde, Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa com Deficiência, aqui representada pela Carolina e por todos os movimentos, para que todos juntos

– Senado, Câmara dos Deputados, com o Deputado Eduardo Barbosa – possamos transformar a realidade do Brasil a favor de todos e também da pessoa com deficiência.

Que bom que estamos aqui! Que a gente possa, ao final deste trabalho, dizer: valeu a pena!

Obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Azeredo. PSDB-MG) – Quero registrar a presença da Kátia Regina Alexandrino de Oliveira, Presidente da Associação dos Surdos de Brasília.

Concedo a palavra à Senadora Patrícia Gomes.

A SR^a PATRÍCIA SABOYA GOMES (PPS-CE)

– Sr. Presidente, Senador Eduardo Azeredo, Sr. Vice-Presidente, Senador Flávio Arns, Srs. membros da Comissão e demais presentes, antes de mais nada, quero pedir desculpas, porque estava no Plenário e por isso não tive a possibilidade de dar um voto tão importante como esse.

Mas quero trazer aqui as minhas palavras de congratulações, os meus parabéns a esta Comissão que, sem dúvida alguma, vai poder fazer um trabalho extraordinário. Eu tenho muito orgulho de ser membro dela. É fácil de fazer uma previsão como essa, porque temos à frente dos trabalhos duas pessoas que, antes de serem parlamentares, são dois seres humanos que têm uma grande sensibilidade não só com relação a essa causa das pessoas com deficiência, mas também com relação a tantas outras causas que eu tenho tido privilégio e a oportunidade de debater com os dois Senadores. Tive o privilégio de ter o Senador Eduardo Azeredo como Vice-Presidente de uma CPI muito dura, muito difícil, que investigou, por mais de um ano, as redes de exploração sexual de crianças e adolescentes em nosso País. Tive também o privilégio de ter o Senador Flávio Arns com a sua palavra, com a sua sensibilidade, com seu equilíbrio, em nossa Comissão.

Espero poder dar o melhor de mim, dar o que pude aprender ao longo da minha vida pública e pessoal nesta Comissão que fará a diferença, pela dedicação, pelo assunto tão relevante que nós estamos tratando.

O Senador Eduardo Azeredo acaba de colocar aqui uma experiência, na sua forma mineira de falar, com tanta delicadeza, sobre o momento que o levou a despertar para a importância da inclusão das pessoas com deficiência em nossa sociedade. Infelizmente, a realidade de nosso País ainda é muito dura, e muitas pessoas acabam sendo excluídas da nossa sociedade. Às vezes a gente anda fora do nosso País e vê, em países mais desenvolvidos, como a convivência com as pessoas que têm deficiência é algo diferente.

Certa vez viajei com meu filho, ainda pequeno, para a Disney, e ele me perguntou: mãe, aqui tem mais deficientes do que no Brasil? Eu não sei das estatísticas, mas certamente há outro tipo de condição, de estrutura que dá uma garantia às pessoas que têm deficiência possam participar da sociedade.

Portanto, esse é um problema não só político, não só de legislação, mas que envolve também uma mudança cultural. Cabe a nós, como parlamentares, como representantes dos nossos Estados, trazer esse problema para cá e lutar por uma sociedade mais justa, mais livre, mais democrática, em que todas as pessoas que tenham as suas diferenças possam conviver em harmonia e, mais do que isso, como muita felicidade.

Portanto, quero trazer apenas a minha palavra aqui, a felicidade de fazer parte desta Comissão, parabenizar os dois Senadores pela condução da Comissão e dizer da certeza da seriedade e da profundidade com que esse assunto será tratado nesta Subcomissão.

Parabéns. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Azeredo. PSDB-MG) – Muito obrigado, Senadora Patrícia Saboya, pelo depoimento e pelas palavras.

Realmente, hoje tivemos no Plenário um clima muito tenso, e é bom que estejamos aqui, nesta Subcomissão, em paz, em nome do PT, do PSDB, todos juntos neste objetivo maior, que é o da inclusão, e que realmente possamos ter um avanço significativo.

Registro a presença da ex-Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, Senadora Lúcia Vânia, ao lado dos Senadores Augusto Botelho e Paulo Paim. Nós os consideramos pessoas sempre dispostas a discutir as modificações e os avanços necessários.

Antes de começar – ainda no meu estilo mineiro, como disse a Senadora Patrícia Saboya –, quero falar das experiências que temos na vida. Neste último domingo, eu estava almoçando em um restaurante em Belo Horizonte, quando um rapaz me abordou e, com um jeito alegre, disse-me, com toda franqueza, com toda sinceridade, suas opiniões sobre questões políticas. Naquele momento simples, pensei como é que, ali, na maior tranquilidade, ele estava tão à vontade, tão por dentro dos assuntos, pela espontaneidade com que traduzia suas opiniões. Todos que estavam à mesa naquela hora ficaram atentos com essas pessoas que chamamos de excepcionais, que são excepcionais na alegria, na forma de enfrentar a vida.

Concedo a palavra à Senadora Lúcia Vânia.

A SR^a LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, gostaria aqui de manifestar o meu voto favorável, embora tenha chegado atrasada, mas não poderia deixar de vir cumprimentar dois grandes Senadores comprometidos com o social.

É com muita alegria, Senador Eduardo Azeredo, que vejo V. Ex^a conduzindo esta Subcomissão, que é da mais alta importância. Acredito que, juntamente com o Senador Flávio Arns, podemos aqui e agora realmente fazer um trabalho em favor daqueles que tanto lutam para ter assegurados os seus direitos.

A questão da acessibilidade é fundamental e deve ser tratada com muita veemência. É preciso que este País pare e enxergue a necessidade que todos os seres humanos têm de ter qualidade de vida. E esta Subcomissão, sem dúvida alguma, vai lutar e, pela garra de V. Ex^a, pela experiência, pela sensibilidade, eu tenho certeza de que tudo que faremos aqui será com muito boa vontade e com sucesso.

Muito obrigada. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Azeredo) – Obrigado, Senadora Lúcia Vânia.

Passo a palavra ao engenheiro Adriano Bezerra de Faria, que vai fazer uma apresentação sobre os trabalhos da Comissão de Acessibilidade do Senado. Vemos já no dia-a-dia as modificações que aqui acontecem. Pode sentar-se aqui conosco, por favor.

O SR. ADRIANO BEZERRA DE FARIA – Exm^o

Sr. Presidente da Comissão das Pessoas Portadoras de Necessidades Especiais, Senador Eduardo Azeredo, Exm^o Sr. Senador Flávio Arns, Senador Paulo Paim, Senador Augusto Botelho, Senadora Lúcia Vânia, Senadora Patrícia Saboya, meus senhores e minhas senhoras. Vou fazer uma apresentação da nossa Comissão de Acessibilidade, que tem por finalidade dar soluções aos problemas existentes no Senado.

A nossa Comissão de Acessibilidade foi criada através do Ato nº 147, do Diretor-Geral, Dr. Agaciel Maia, mas toda a iniciativa foi do Senador Flávio Arns. Lembro-me bem de que, desde que o Senador chegou ao Senado Federal, em seu Gabinete, já pediu: “Como vamos fazer para os meus convidados chegarem até aqui?” Foi um problema, e tivemos que fazer algumas adaptações no gabinete dele para atender aos convidados dele.

A partir disso, foi editado um Ato do Diretor-Geral, e a Comissão de Acessibilidade vem trabalhando em cima do Decreto nº 5.296, de 2004, que regulamentou as Leis de nº 10.046 e 10.098, do ano de 2000.

A partir daí é que vamos começar o nosso trabalho. Além disso, também queremos e vamos trabalhar em cima do Estatuto da Pessoa com Deficiência, um projeto do Senador Paulo Paim que está em tramitação no Senado Federal. Após a sua aprovação, queremos trabalhar em cima dele.

O Programa de Acessibilidade do Senado Federal, para ter uma eficiência maior, para fazermos um trabalho melhor, resolvemos subdividi-lo em três

grupos. Esta é uma foto que mostra a dificuldade que há no Senado para o acesso às galerias e ao Plenário pela parte superior. Ela mostra um triciclo, com o nosso companheiro de Comissão, Sr. Aires. Podemos ver a dificuldade. Pretendemos dar soluções a esses problemas existentes no Senado.

O primeiro subgrupo criado foi o subgrupo de infra-estrutura predial. O nosso subgrupo, inicialmente, atua em cima do trabalho que foi feito pela Corde, que fez um trabalho para o Senado no ano passado por solicitação do Senador Flávio Arns. Trabalhando em cima disso, já realizamos mais ou menos 30% dos problemas existentes no relatório.

Dentre os problemas que já solucionamos estão as guias de acesso às entradas. É perfeitamente visível que já foram quebradas essas barreiras. Havia problemas de placas do Detran em cima das calçadas que dão acesso ao Senado, o que já solucionamos; todas já foram retiradas. Quanto às plantações, havia até Coroa-de-Cristo na beirada das calçadas, o que dava muito problema aos deficientes que chegavam aqui, e até as mulheres reclamavam porque agarrava nas saias delas.

Outro problema que estamos atacando é o problema das instalações sanitárias para deficientes, que são muito precárias no Senado. Já vínhamos trabalhando nisso, mas com pouco entusiasmo. Agora estamos trabalhando mais intensamente para dar soluções aos problemas das instalações sanitárias para deficientes.

Caminhando nas entradas do Senado, primeiramente, fomos quebrando o problema das rampas de acesso. Hoje ao se chegar ao Senado já se encontram as guias quebradas, as calçadas, já fizemos algumas rampas na biblioteca para diminuir os degraus e chegamos até o ponto central, que é o Palácio do Edifício principal, onde fizemos rampa no café dos Senadores e a rampa de acesso à tribuna de honra do Senado.

Hoje é perfeitamente acessível aos cadeirantes chegarem até esses locais. Também destacamos uma reforma que fizemos na gráfica do Senado, na Data Senado, onde funciona o 0800, para o qual já fizemos o projeto totalmente adaptado que já está funcionando 100% para os deficientes.

Devemos enfatizar que o Senado já está adquirindo dois triciclos para colocar nas portarias do Senado. Esses triciclos visam atender as pessoas com deficiência e as pessoas com necessidades especiais, como idosos e outros que não tem condições devido às longas distâncias no Senado Federal. O complexo do Senado é muito grande. Então, nós precisamos de carrinho para o deslocamento dessas pessoas com necessidades especiais.

Ao lado ali, aquela foto significa o problema de elevadores que nós temos no Senado Federal, do difícil acesso aos elevadores. Por exemplo, este prédio aqui, Ala Senador Alexandre Costa e Ala Senador Nilo Coelho. Nós temos problemas no subsolo. As obras civis já foram feitas, agora falta comprar os equipamentos, e esses equipamentos, tanto da Ala Senador Nilo Coelho como do Salão Negro do Senado Federal, estão sendo adquiridos para solucionar esse problema de acesso. E nós vamos ter acesso para os deficientes ao Plenário do Senado Federal, o que não existe. Aquela escada vai ser usada pelas pessoas com boa locomoção. Os deficientes vão usar o elevador, que já está em processo de licitação.

O subgrupo também tem informações. Nós podemos informar que todos os novos projetos do Senador, todos os projetos de arquitetura do Senado para a Unilegis, Anexo III e auditório já foram elaborados pelo escritório de Oscar Niemeyer, todos perfeitamente adaptados à nova legislação.

Queremos também enfatizar que nós temos um contrato com o escritório de Oscar Niemeyer para fazer estudos sobre essas adaptações que são necessárias no Senado. Tudo isso nós levamos ao escritório, e o escritório nos dá soluções para implementarmos dentro do Senado Federal.

O outro subgrupo criado foi o subgrupo de acessibilidade digital. Esse subgrupo está tendo um apoio muito importante do Presidente da Casa. O Presidente tem mandado assessores até à Comissão, porque quer dar prioridade muito especial a isso. Por quê? Porque o Decreto nº 5.296 prevê que seja instalado o Portal do Senado até dezembro de 2005. Então, S. Ex^a está interessado em solucionar esse problema. Tornar o portal acessível, dentro dos padrões internacionais, é uma prioridade do Senado Federal. Para isso, já está em licitação a contratação de empresas para que possam fazer o treinamento das equipes que desenvolverão as páginas para o sítio do Senado. Esse contrato está sendo feito para que sejam contratadas pessoas para fazer o treinamento e também de consultoria de implantação do portal. A comissão de acessibilidade não esqueceu dela própria e está fazendo um portal da sua comissão, que será implantado brevemente.

O terceiro grupo é o grupo de capacitação e sensibilização. Foi feita uma autorização para que o ILB fizesse um treinamento das pessoas no Senado. Quais são essas pessoas? As pessoas que recebem, as pessoas de portaria, as pessoas das relações públicas, as

pessoas de biblioteca, todos esses, para saber como se recebe um deficiente, para saber como atender melhor. O Senado quer dar esse exemplo.

A TV Senado também tem nos ajudado bastante nos seus programas e colocado à disposição a sua estrutura, para que a acessibilidade seja mais divulgada.

O subgrupo de capacitação e sensibilização também tem trabalhado num manual de acessibilidade. Esse manual visa a mostrar quais são as dificuldades que existem para que sejam solucionados os problemas. E daí, do grupo de sensibilização e capacitação, sai o trabalho da nossa logomarca. Essa logomarca foi criada pelo pessoal da Secretaria de Comunicação, que tem à frente o nosso criador, Caetano Rê. Então, ele criou isto, e a nossa comissão acatou: o símbolo de uma borboleta. Por que a borboleta? A borboleta foi criada como o símbolo da sensibilidade por ser um animal em transformação, um animal de beleza, leveza e acessibilidade. Esse foi o principal motivo. Queremos levá-lo à frente.

Concluindo, quero dizer que, por meio da Comissão de Acessibilidade, dos Senadores, o Senado quer dar um exemplo aos demais órgãos. O Senado quer trabalhar para dar um exemplo sobre a necessidade da acessibilidade. O movimento de acessibilidade está tornando corpo, está crescendo aos poucos. Cremos que, com o apoio de nossos parlamentares, chegará à sociedade muito rapidamente, a exemplo de outros movimentos. Falo de movimentos em defesa dos negros, em defesa da mulher, de movimentos ambientalistas. Esses movimentos chegam à sociedade para divulgar a acessibilidade.

Contamos com o apoio da alta direção da Casa e dos senhores Senadores para que nossa Comissão seja mais bem divulgada.

Citaremos uma frase do ex-Presidente John Kennedy: “Admito que a pessoa com deficiência seja vítima do destino, mas não posso admitir que seja vítima da indiferença”. É o nosso ponto final.

Muito obrigado.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Azeredo. PSDB-MG) – Nossos agradecimentos ao Dr. Adriano pelo trabalho de toda a equipe. Pudemos ver que, realmente, vamos dando passos importantes na acessibilidade no Senado Federal.

Algum Senador deseja usar a palavra? Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT-RS) – De forma bem rápida quero cumprimentar o Dr. Adriano, que fez sua exposição há alguns momentos. Cumprimento também o nosso Presidente, Senador Eduardo Azeredo, e o Senador Flávio Arns.

Quero falar de minha satisfação por estar aqui. Confesso que estava muito magoado por não estar na Comissão. Vejam bem como é interessante: esta é uma Subcomissão. Falei com a assessoria da Comissão, que entrou em contato com o Presidente e com o Relator. Disseram-me que iriam dar um jeito.

Quero, de público, agradecer à Senadora Fátima Cleide. Como apreciaria muito estar aqui, S. Ex^a cedeu-me seu lugar de suplente. Estou muito feliz como suplente, em função da causa, do movimento.

O Senador Flávio Arns era ainda Deputado Federal. Tomei a liberdade, um dia, de apresentar a proposta do Estatuto Iá. Falei com o Senador Flávio Arns. Vou apresentar a proposta, mas faremos um longo debate com a sociedade. Estou muito feliz com o trabalho realizado. Por isso, S. Ex^a é o nosso mestre nessa área, como disse o nosso Presidente. Está debatendo com todo o Brasil. Diria que foram, quem sabe, centenas de reuniões. É aqui nesta Comissão que faremos o grande debate. Falo não só do Estatuto, mas de todos os temas que envolvem as pessoas com deficiência.

Muitos não sabem, mas darei o meu depoimento. Tenho uma irmã que é totalmente cega. Ficou cega com quarenta anos de idade. Foi nessa ocasião que acordei para uma questão que envolve tanto a nossa gente, o nosso povo.

Estou aqui para ser um soldado raso no encaminhamento dessa mensagem, que é muito bonita. É uma mensagem que mexe muito com todos nós. É claro que o tema da igualdade racial mexe muito comigo, tanto quanto o tema do idoso e o do salário mínimo. No entanto, nenhum tema mexe tanto comigo quanto esse, que mexe com os nossos corações, com a nossa mente, com a nossa alma, com os nossos sentimentos.

Sabemos que as pessoas com deficiência – elas podem ter uma ou outra deficiência; podem ter duas, três –, com certeza, são muito eficientes em 95% das outras áreas.

Por isso, meus parabéns a vocês. Estou muito feliz em estar aqui ao lado de vocês, caminhando nessa cruzada nacional para, mais do que nunca, fazer com que as pessoas com deficiência tenham o espaço de que têm direito. Esse espaço elas estão conquistando. Por isso, vocês estão de parabéns!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Azeredo. PSDB-MG) – Obrigado, Senador Paulo Paim. V. Ex^a não é soldado raso, mas um general aqui conosco.

Concedo a palavra ao Senador Augusto Botelho.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Bom, gostaria de parabenizar o expositor e de dizer que estou muito feliz em estar nesta Comissão, porque uma das coisas que mais fazia sofrer nos meus 32 anos de Medicina era chegar perto de um pai – fiz muitos partos –, quando constatava que a criança era deficiente, e comunicar ou apenas confirmar. Isso me fez sofrer muito.

Esse sentimento me trouxe para esta Comissão, e tenho esperança de que agora, com V. Ex^as, que já têm, Senadores Flávio Arns e Azeredo, experiência nesse campo, possamos fazer muitas coisas por eles. Tenho certeza de que, com essa equipe – com o nosso companheiro Paim, um lutador dessas causas; com a Senadora Lúcia Vânia –, vamos conseguir melhorar a vida e contribuir para que essas pessoas tenham independência. O nosso principal objetivo para os deficientes é a sua independência econômica e financeira. Vamos contribuir para isso.

A minha esperança é muito grande, e a deposito na experiência de V. Ex^as. Podem contar com o meu trabalho no que puder ser feito para melhorar a vida das pessoas.

(Aplausos.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Azeredo. PSDB-MG) – Obrigado, Senador Augusto Botelho.

Registro o trabalho da TV Senado, que tem sido muito positivo em favor da inclusão das pessoas com deficiência, e o apoio do Diretor-Geral, Agaciel Maia, e dos nossos Presidentes, o Presidente José Sarney e o Presidente Renan Calheiros, que têm dado todo o apoio para que o Senado possa avançar com o seu projeto de acessibilidade.

Para concluir, registro também que nós, Senadoras e Senadores, nesta Comissão, procuramos exatamente avançar muito na legislação brasileira, o que é a nossa obrigação. Fazemos isso numa época em que a classe política é muito atingida por exemplos de maus políticos. É muito importante que estejamos aqui unidos, trabalhando muito a favor da boa política, da política que dá resultados efetivos para a população.

Muito obrigado a todos.

Está encerrada a reunião.

(Aplausos.)

(Levanta-se a reunião às 19h16min.)

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE TRABALHO E PREVIDÊNCIA

ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO DE INSTALAÇÃO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE TRABALHO E PREVIDÊNCIA DA 3^a SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 52^a LEGISLATURA REALIZADA NO DIA 07 DE ABRIL DE 2005, QUARTA-FEIRA, ÀS 10:30 HORAS.

Às dez horas e trinta e um minutos, do dia sete de abril de dois mil e cinco, na Sala de reuniões da Comissão de Assuntos Sociais, sob a presidência da Senhora Senadora Patrícia Saboya Gomes, reúne-se a Subcomissão Permanente de Trabalho e Previdência, com a presença dos Senadores **LUCIA VÂNIA, MARCELO CRIVELLA, PAULO PAIM, AUGUSTO BOTELHO, LEONEL PAVAN E PATRÍCIA SABOYA GOMES**. Deixam de comparecer os demais membros da Subcomissão. Fizeram uso da palavra os Senhores Senadores **MARCELO CRIVELLA, PAULO PAIM E LEONEL PAVAN**. A presente reunião destina-se à eleição do Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão Permanente de Trabalho e Previdência. Distribuídas as cédulas e procedida a votação, a Senhora Presidenta convida o Senhor Senador Augusto Botelho para servir como escrutinador, sendo verificado o seguinte resultado: para Presidente – Senador Paulo Paim, com 3 votos a favor; para Vice-Presidente – Senador Marcelo Crivella, com 3 votos a favor. São declarados eleitos o Senador Paulo Paim e o Senador Marcelo Crivella, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente. O Senador Paulo Paim, presidente eleito assume a presidência, agradece os votos de seus pares. Foi aprovado o Requerimento nº 01 de 2005 de autoria do Senador Paulo Paim, que requer a realização de Audiência Pública com vistas a tratar das questões do Desemprego e Redução de Jornada de Trabalho, a luz da proposta legislativa PEC 75/2003 em trâmite nesta casa. Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, encerra-se a reunião às dez horas e quarenta e quatro minutos, lavrando eu, **Gisele Ribeiro de Toledo Camargo**, Secretária da Comissão de Assuntos Sociais, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Senador Paulo Paim, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Paulo Paim**, Presidente.

A SR^a PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes. PPS-CE) – Bom dia a todos. Havendo número regimental, declaro aberta a primeira reunião de instalação da Subcomissão Permanente do Trabalho e Previdência, criada pelo Requerimento nº 02, de 2005, em 24 de fevereiro de 2005, de autoria do Senador Paulo Paim.

A presente reunião se destina à eleição do Presidente e do Vice-Presidente desta Subcomissão. Foi registrada, até o momento, a seguinte chapa: Para Presidente, o Senador Paulo Paim; para Vice-Presidente, o Senador Marcelo Crivella.

Sobre a mesa encontra-se à disposição das Sras e dos Srs. Senadores cédulas de votação devidamente

rubricadas pela Presidência, que deverão ser utilizadas após a chamada nominal para votação.

Começarei a votação, porque logo em seguida temos uma audiência pública.

Senador Marcelo Crivella, que já pode votar, Senador Paulo Paim e Senador Augusto Botelho.

Encerrada a votação, convido o Senador Augusto Botelho para proceder à apuração dos votos.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Por unanimidade, três votos.

A SR^a PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes. PPS-CE) – Por unanimidade, três votos.

Presidente: Paulo Paim.

Vice-Presidente: Marcelo Crivella.

Convido, então, os eleitos, Senadores Paulo Paim e Marcelo Crivella, para ocuparem seus lugares à mesa e, em seguida, usarem da palavra.

Com a palavra, o Senador Marcelo Crivella, Vice-Presidente desta Subcomissão.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL-RJ) – Sr^a Presidente, Sr. Senador Paulo Paim, Sr. Senador Augusto Botelho, quero dizer que é uma honra para nós, do Partido Liberal, compormos essa Subcomissão, principalmente neste momento, Sr^a Presidente, porque estamos discutindo nesta Casa uma obra, que foi a PEC Paralela, que teve a participação fundamental do Senador Paulo Paim na sua construção, elaboração, encaminhamento e luta para que ela passasse na Câmara dos Deputados, onde ficou parada por mais de um ano. Penso que começamos com muita alegria esta Subcomissão, porque hoje vamos ouvir aquelas representações profissionais que não foram incluídas na questão do teto que foi votado na Câmara.

Portanto, é com muita alegria, com muito prazer e com muita disposição para o trabalho que assumo o cargo de Vice-Presidente da nossa Subcomissão Permanente do Trabalho e Previdência.

Muito obrigado, Sr^a Presidente.

A SR^a PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes. PPS-CE) – Obrigada, Senador Marcelo Crivella.

Com a palavra, o Presidente da Subcomissão Permanente do Trabalho e Previdência, Senador Paulo Paim.

O SR PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT-RS) – Sr^a Presidente, Senadora Patrícia Saboya Gomes, é uma alegria estarmos aqui neste momento.

A Subcomissão do Trabalho e Previdência, ora instalada, também tem o Senador Marcelo Crivella, também lutador pelas causas populares, pelo campo social. Também é o que V. Ex^a, Senadora, representa como ninguém, por isso é a nossa presidente em exercício.

Teremos muito trabalho, sem sombra de dúvida. Depois, em seguida, sei que V. Ex^a vai acabar passando a presidência a mim e ao Senador Marcelo Crivella para presidiros, já, um trabalho que é da Subcomissão e é da Comissão, que é o debate sobre a PEC Paralela, para o qual já está confirmada a presença

de todas as entidades envolvidas no tema e, também, do Senador-Relator Rodolpho Tourinho.

Se o Senador Marcelo Crivella me permitir, eu queria, já como primeiro ato desta Comissão, que nós votássemos hoje, ainda, uma audiência pública para o dia 2 de maio para discutirmos a questão do desemprego vinculado à redução de jornada.

Eu vou dizer porque eu trouxe hoje este Requerimento. Por incrível que pareça, eu tive, ontem, na **TV Senado**, um debate com o empresário mais bem sucedido deste País – do Paraná, não é do meu Estado. Ele me provou que, na empresa dele, ele reduziu de 44 para 36 horas a jornada de trabalho e aumentou a produtividade, aumentou o lucro.

Então, eu quero que ele conte essa experiência para nós, aqui, na Comissão de Assuntos Sociais. Porque, normalmente, na questão de emprego, de renda e jornada, fica o empresário contra e o trabalhador a favor. Esse empresário – diz ele que é muito bem sucedido –, com 2.500 empregados, quer vir contar aqui a sua experiência.

Então, se a Presidência permitir – e, também, o nosso Vice –, nós aprovaríamos, extrapauta, já uma audiência pública, em resumo, para discutirmos o desemprego no próximo dia 12 de maio.

Pergunto à Assessoria se há algum encaminhamento.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL-RJ)

– Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT-RS)

– Com a palavra, V. Ex^a, para encaminhar a votação.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL-RJ)

– Sr. Presidente, eu gostaria de encaminhar esta votação porque eu conheço esta empresa – é a Colway.

O SR PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT-RS)

– Exatamente – é essa empresa. Eu fiquei conhecendo ontem.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL-RJ)

– Ela tem uma extraordinária estratégia de trabalho. Ela reduziu a jornada de trabalho – eles trabalham em quatro turnos de seis horas – produzem 200 mil pneus por mês e vendem. Está crescendo muito e é fantástico porque os empregados participam de academia de ginástica, recebem assinatura de jornal em casa e são pagos para lerem o jornal. Realmente, é um avanço nas relações de trabalho que precisa ser notificado, aparecer no Brasil, para nos mostrar o caminho – e é uma maneira de se diminuir o desemprego, que hoje é a pior coisa que aflige o Brasil.

Então, acho que V. Ex^a traz este Requerimento num momento exato, e, com certeza, ele deve ser aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT-RS)

– Então, encaminho, já em nome da Subcomissão, com o orgulho da presença, aqui, da minha Presidente da Comissão de Assuntos Sociais.

Se os Srs. Senadores concordam...

A SR^a PATRÍCIA SABOYA GOMES (PPS-CE)

– Sr. Presidente, Senador Paulo Paim, antes de V. Ex^a colocar em votação, eu gostaria só de parabenizar o Presidente da Subcomissão Permanente do Trabalho e Previdência e o Vice-Presidente, Senador Marcelo Crivella, dizendo que, certamente, esta Subcomissão terá um papel fundamental para tratar, que é, principalmente, a questão a que V. Ex^a se refere: a questão do desemprego.

V. Ex^a tem uma história de vida e uma trajetória política dedicada a essas questões, principalmente às questões sociais. Ao logo da minha vida, também, eu tenho procurado me dedicar, dando ênfase à questão da infância e da juventude. Nós sabemos que esses problemas e as mazelas que existem em nosso País infelizmente colocam, de forma vulnerável e fragilizada, um dos segmentos mais importantes – mas infelizmente que ainda não recebe atenção suficiente –, o das crianças e dos adolescentes que são obrigados, cedo, a saírem de casa, na labuta diária de trabalhar e de abandonar a escola, que, infelizmente, ainda não é boa e nem de qualidade. Se nós tivéssemos um outro tratamento para a questão de suas famílias, de seus pais, talvez tivessem um trabalho digno. Sei porque venho de um Estado muito pobre e muito sofrido, que é o Estado do Ceará, onde o número de desempregados é algo também alarmante e que dói no coração de uma gente tão boa, tão generosa, tão criativa e tão disposta a trabalhar, mas que, infelizmente, acorda e dorme sem a possibilidade de emprego. Certamente, esta, talvez, seja uma das maiores humilhações que um homem, que um pai de família, que uma dona de casa pode sofrer.

Eu tenho certeza de que, pelo perfil de V. Ex^a, pelo perfil humanitário do Senador Marcelo Crivella, esta Subcomissão vai, também, poder fazer um trabalho nessa direção.

Portanto, antes de colocar em votação, eu gostaria de passar a Presidência para V. Ex^a e ficar aqui ao seu lado, desejando boa sorte e que nós possamos, mais uma vez, trabalhar em conjunto, trabalhar unificado por um Brasil mais justo e por um Brasil melhor de verdade.

Parabéns.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT-RS)

– Mais uma vez cumprimento a Senadora Patrícia pelo depoimento que deu aqui, um depoimento sempre carregado de uma dose de emoção. Acho isso muito bonito, muito bonito mesmo, quando fala do desemprego, das crianças, das mulheres e dos homens que lutam para ter direito a um posto de trabalho.

Mediante tudo o que foi dito aqui e querendo agilizar o trabalho, o Senador Crivella, com quem vamos dividir a Presidência dos trabalhos hoje e sempre, já pedia a mim a possibilidade de as pessoas poderem entrar e sentar para iniciarmos a audiência específica que vai debater a PEC Paralela.

Senador Pavan, eu vou colocar em votação o requerimento para discutir – casualmente V. Ex^a acompanhou o trabalho dessa empresa lá do Paraná que tem uma experiência interessante de redução da jornada sem redução de salário e gerou muitos empregos.

Estou encaminhando o requerimento já como primeiro trabalho desta nossa Subcomissão e com o apoio da Comissão principal, para debatermos emprego, redução de jornada. S. Ex^a seria um dos painelistas principais.

Se V. Ex^a concorda, assim como os que estão à Mesa, nós colocamos em votação o requerimento.

Em votação.

As Sras e os Srs. Senadores que o aprovam querem permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado por unanimidade.

Vamos fazer um pequeno intervalo para retomarmos os trabalhos da Comissão principal.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB-SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT-RS) – Senador Pavan.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB-SC) – Seria um outro assunto, só para deixar registrado em ata.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT-RS) – Nós suspendemos os trabalhos por cinco minutos para que as pessoas possam chegar.

Estão encerrados os trabalhos da Subcomissão. Voltaremos à audiência pública da Comissão de Assuntos Sociais, para a qual a Senadora Patrícia terá que se deslocar.

Se V. Ex^a quiser, inclusive, pode dizer o motivo da sua ausência. É um projeto interessante.

A SR^a PATRICIA SABOYA GOMES (PPS-CE) – Obrigada, Senador Paulo Paim. É que hoje vai ser sancionada a lei de autoria da Senadora Ideli Salvatti que autoriza aquelas mulheres que forem ter filhos na maternidade, nos hospitais públicos, a que possam ser acompanhadas daqueles que desejarem.

Esse também é um projeto de humanização no serviço de saúde e que vai garantir que tantas mulheres, numa hora tão preciosa e tão bonita da sua vida, possam estar ao lado de quem mais querem bem, de seus companheiros, de seus familiares ou de seus amigos.

Como fui relatora do projeto, dando parecer favorável, e este também é um momento importante na luta dos direitos da criança e do adolescente, eu farei a abertura dos trabalhos e logo em seguida irei ao Palácio, acompanhando a Senadora Ideli Salvatti.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT-RS) – Estão encerrados os trabalhos da Subcomissão.

(Levanta-se a reunião às 10h46min.)

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO DE INSTALAÇÃO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE DA 3^a SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 52^a LEGISLATURA REALIZADA NO DIA 06 DE ABRIL DE 2005, QUARTA-FEIRA, ÀS 11:30 HORAS.

Às onze horas e trinta e sete minutos, do dia seis de abril de dois mil e cinco, na Sala de reuniões da Comissão de Assuntos Sociais, sob a presidência da Senhora Senadora Patrícia Saboya Gomes, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos Senadores **EDUARDO AZEREDO, PAPALÉO PAES, FLÁVIO ARNS, AUGUSTO BOTELHO, ROMEU TUMA E PAULO PAIM**. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. Fizeram uso da palavra os Senhores Senadores **EDUARDO AZEREDO, AUGUSTO BOTELHO E PAPALÉO PAES**. A presente reunião destina-se à eleição do Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde. Distribuídas as cédulas e procedida a votação, a Senhora Presidenta convida o Senhor Senador Eduardo Azeredo para servir como escrutinador, sendo verificado o seguinte resultado: para Presidente – Senador Papaléo Paes, com 4 votos; para Vice-Presidente – Senador Augusto Botelho, com 4 votos. São declarados eleitos o Senador Papaléo Paes e o Senador Augusto Botelho, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente. O Senador Papaléo Paes, presidente eleito assume a presidência, agradece os votos de seus pares e comunica a visita à Subcomissão permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde de membros do Conselho Nacional de Saúde. Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, encerra-se a reunião às doze horas e nove minutos, lavrando eu, **Gisele Ribeiro de Toledo Camargo**, Secretária da Comissão de Assuntos Sociais, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Senador Papaléo Paes, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Papaléo Paes**, Presidente.

A SR^a PRESIDENTE (Senadora Patrícia Saboya Gomes. PPS – CE) – Bom-dia a todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a reunião de instalação da Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde, criada pelo Requerimento nº 09, de 2005, em 10 de março de 2005, de autoria do Senador Papaléo Paes.

A presente reunião destina-se à eleição do Presidente e do Vice-Presidente desta Subcomissão.

Foi registrada, até o momento, a seguinte chapa: para Presidente, o Senador Papaléo Paes, e para Vice-Presidente, o Senador Augusto Botelho.

Sobre a Mesa, encontram-se, à disposição das Sras e dos Srs. Senadores, cédulas de votação devidamente rubricadas pela Presidência, que deverão ser utilizadas após a chamada nominal para votação.

Procedo à chamada nominal neste momento. Cada Senador deverá pegar sua cédula rubricada e colocá-la na urna.

(Procede-se à chamada nominal.)

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Azeredo.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Srª Presidente, Senadora Patrícia Saboya Gomes, quero dizer da importância da instalação desta Subcomissão de Saúde, que abordará um dos temas mais importantes do País. Tanto o Senador Papaléo Paes quanto o Senador Augusto Botelho participam da Frente Parlamentar de Saúde, que é ativa e tem meu conterrâneo, o Deputado Federal Rafael Guerra, como Presidente. Para a Comissão de Assuntos Sociais, a instalação desta Subcomissão de Saúde tem grande relevância. Sem dúvida alguma, merece a presença de todos, pois precisamos ter vigilância sobre as questões de saúde.

Ainda hoje teremos a presença do ex-Deputado Ronaldo Cezar Coelho, Secretário de Saúde do Rio de Janeiro, na reunião da Executiva do PSDB, expondo sua posição em relação à questão da saúde no Rio de Janeiro, que é grave, mas não única. Os problemas do SUS ocorrem em todo o País, daí a importância da nossa Comissão estar sempre subsidiando as ações da Comissão de Assuntos Sociais.

A SRª PRESIDENTE (Senadora Patrícia Saboya Gomes. PPS – CE) – Agradeço a palavra do Senador Eduardo Azeredo e o convido a fazer a contagem dos votos.

Em seguida, passarei a palavra ao Senador Augusto Botelho.

Concluída a apuração, o resultado é o seguinte: 4 votos para a chapa em que é Presidente o Senador Papaléo Paes e Vice-Presidente o Senador Augusto Botelho.

Convidou os 2 para ocuparem seus lugares à Mesa e, em seguida, usarem a palavra.

Com a palavra o Senador Augusto Botelho.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Eu gostaria de agradecer o apoio dos companheiros e dizer que esta Comissão é muito importante porque é a voz da saúde dentro da Casa. Claro que há vozes

mais ativas como as de V. Exª e do Senador Eduardo Azeredo, e, principalmente, quero reafirmar meu compromisso e o do Senador Papaléo em continuar fazendo com que o SUS se aperfeioe e chegue às pessoas. Vamos continuar uma batalha que começamos ano passado em relação aos medicamentos, uma ferida que tem no SUS que temos que trabalhar para corrigi-la. Também vamos rever e analisar algumas metas da 11ª Conferência de Saúde para tentar aperfeiçoar e seguir os rumos propostos por ela.

Este é o nosso compromisso neste mandato na Comissão.

A SRª PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes. PPS – CE) – Com a palavra o nosso Presidente da Subcomissão da Saúde, Senador Papaléo Paes.

O SR. PAPALÉO PAES (PMDB – AP) – Muito obrigado, Srª Senadora Patrícia Gomes, Presidente desta reunião. Quero cumprimentar os Senadores Augusto Botelho e Eduardo Azeredo e agradecer a confiança que estão mais uma vez nos dando para que possamos continuar desenvolvendo este trabalho que, acredito, muito importante para a Comissão de Assuntos Sociais e para o Senado Federal.

Tínhamos a Subcomissão de Saúde Provisória, que foi proposta no início do nosso mandato e que resultou em ações importantes, inclusive, hoje, daqui a pouco, vou fazer o registro, estamos dando entrada num projeto de decreto legislativo e 2 projetos de lei, resultados das nossas audiências públicas. Mas, mais importante do que a nossa Subcomissão de Saúde foi exatamente termos conseguido transformá-la em uma Subcomissão Permanente, que passou a ser denominada Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde. Então, este termo consegue abranger toda a questão saúde e faz com que possamos discutir mais intensamente nas nossas audiências públicas este problema gravíssimo que estamos enfrentando na saúde brasileira, e não quero dizer que seja problema de governo, mas realmente de consequências das nossas dificuldades nesta área que são permanentes. Sempre digo, pela nossa experiência, não é, Senador Augusto Botelho, que nunca tenhamos a utopia de pensar que vamos resolver os problemas da saúde, porque nunca conseguiremos resolvê-los, o que podemos fazer é organizar, gerar expectativas positivas, é ter condições de solucionar questões imediatas ou mediadas, mas resolver definitivamente, isso não existe. Por isso, a importância dessa vigilância permanente que temos que ter nesta questão da saúde.

Sr^a Presidente, registro, com muita honra, o trabalho da Subcomissão de Saúde, que trouxemos para cá como uma continuidade daquele trabalho. Isso resultou num projeto de lei no qual vamos dar entrada agora, que dispõe sobre incentivos fiscais à produção de fármacos, dos seus insumos e de medicamentos resultados das nossas audiências públicas. Então, quando assinamos aqui como Presidente da Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde, estamos assinando pela definição atual, mas é resultado daquelas nossas audiências públicas.

Um outro projeto de lei, que altera a Lei nº 10.147, de 21 de dezembro de 2000, que dispõe sobre a incidência da Contribuição para Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público – Pis/Pasep, e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – Cofins, nas operações de venda dos produtos a que especifica a Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004, que dispõe sobre a Contribuição para Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público – Pis/Pasep, e da contribuição para o financiamento da seguridade social, incidente sobre a importação de bens e serviços e dá outras providências, para reduzir as alíquotas desses produtos nas operações com produtos farmacêuticos de que trata.

Isso também foi muito discutido na nossa então Subcomissão de Saúde e um projeto de decreto legislativo. Este projeto de decreto legislativo dispõe sobre a sustação do parágrafo único do art. 7º do Decreto 3.181, de 23 de setembro de 1999.

Inclusive, vou lê-lo, porque é curto:

O Congresso Nacional decreta:

Fica sustada a vigência do parágrafo único do art. 7º do Decreto 3.181, de 23 de setembro de 1999, que regulamenta a Lei nº 9.787, de 10 de fevereiro de 1999, que dispõe sobre a vigilância sanitária, estabelece o medicamento genérico, dispõe sobre a utilização de nome genéricos em produtos farmacêuticos e dá outras providências.

Então, aqui apresentamos uma justificativa que realmente vem a atender uma necessidade que já tínhamos a respeito desse assunto.

Sr^a Presidente, agradeço mais uma vez a confiança de todos e desejar que todos nós possamos justificar esta Subcomissão como uma Subcomissão Permanente.

Muito obrigado.

A SR^a PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes. PPS – CE) – Bem, eu gostaria de parabenizar o Se-

nador Papaléo e o Senador Augusto Botelho por mais uma missão tão nobre dentro de seus mandatos, duas pessoas, dois Senadores que têm buscado, ao longo dos seus mandatos, defender a saúde das pessoas no nosso País, principalmente daqueles mais pobres, os mais humildes, aqueles que não têm, infelizmente, tido acesso a uma saúde boa e de qualidade.

Esta Casa é testemunha do trabalho que os dois Senadores e tantos outros vêm fazendo.

Acho que esta Subcomissão poderá, como disse o Senador Eduardo Azeredo, fazer um **link** importante com a Frente Parlamentar, que tem tido uma atuação forte, determinada e importante nos momentos difíceis que o País possa estar passando.

Portanto, quero desejar aos dois boa sorte, colocar o nosso trabalho também à disposição de V. Ex^{as}, para que possamos tratarmos aqui de assuntos bastante relevantes.

E eu, como aquela que vem buscando, ao longo da minha vida pública e da minha pessoal, defender os direitos da criança e do adolescente, coordenando a Frente Parlamentar pelos Direitos da Infância e da Adolescência no Senado, que possamos trabalhar juntos, porque, infelizmente, as crianças acabam sendo o segmento da nossa sociedade mais frágil e mais vulnerável, inclusive as questões de doenças.

Coloco o trabalho também da Frente Parlamentar à disposição de V. Ex^a, esperando que essa Subcomissão possa servir de exemplo e os resultados V. Ex^a já aponta com projetos de lei, que foram estudados e debatidos. Que possamos, enfim, dar continuidade a esse trabalho.

Portanto, para finalizar, encerrar esta nossa reunião, eu gostaria de convidar a todos para amanhã, às 10h30min, participarmos da instalação de uma Subcomissão do Trabalho e Previdência, e, em seguida, às 11h30min, participar de uma audiência pública que vai tratar dos assuntos relacionados à PEC Paralela.

Antes de encerrar as minhas palavras, passo a Presidência ao Senador Papaléo, para que possa encerrar, com as suas próprias palavras, esta reunião.

Parabéns.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP)

– Sr^a Presidente, muito obrigado pela deferência. Nós ficamos muito honrados de podermos neste momento, até abrilhantando a instalação desta Subcomissão, receber a visita dos membros do Conselho Nacional de Saúde – Dr. Antonio Alves, do Ministério da Saúde; Sr^a Francisca Valda, representantes dos trabalhadores; Francisco Monteiro, representante das entidades médicas; Geraldo Adão Santos, representante os usuá-

rios; Lirce Lamonier, representante dos usuários; Luiz Fernando Silva, representante dos prestadores de serviços; Volmir Raimondy, representante dos usuários, mais a Sr^a Solange Belchior, representante dos trabalhadores.

Assim, é muito importante essa visita. Eu poderia até convidá-los para compor, no nosso plenário...

(Cumprimentos.)

Quero registrar a satisfação, repito, de estarmos recebendo os membros do Conselho Nacional de Saúde, exatamente na véspera do Dia Mundial da Saúde, que é amanhã. Isso é uma honra muito grande para nós. É lógico que tiveram oportunidade de participar neste momento da instalação desta Subcomissão de Saúde, Acompanhamento, Defesa e Promoção da Saúde. Nós queremos colocar à disposição dessa instituição tão importante, que é o Conselho Nacional de Saúde, a nossa Subcomissão.

Nossa Subcomissão tem como característica a discussão da questão da saúde. Recebemos, inclusive, sugestões sobre temas que podemos discutir exaustivamente. O Conselho é uma instituição extremamente abrangente da área da saúde e por isso esperamos receber dele sugestões que são realmente importantes para a questão da saúde nacional.

Peço permissão a Sr^a Presidente da Comissão de Assuntos Sociais para, em nome dessa Comissão, reconhecer a importância da visita dos membros do Conselho Nacional de Saúde e também para nos colocarmos à disposição desse Conselho, para que possamos colaborar com as ações importantes que desenvolve no cenário nacional.

Vamos conceder a palavra à Senadora Patrícia Gomes, ao Senador Papaléo Paes, ao Senador Augusto Botelho, ao Senador Eduardo Azeredo, aos nossos colegas do Conselho e às demais pessoas presentes.

O SR. GERALDO ADÃO SANTOS – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Senhoras e Senhores, em nome do Conselho Nacional de Saúde, sentimo-nos honrados em termos sido convidados para essa solenidade e aqui estamos representando esse Conselho na representação de todos os segmentos. Particularmente, eu, Geraldo Adão Santos, sou representante dos aposentados, pensionistas e idosos no Conselho Nacional de Saúde e também no Conselho Nacional dos Direitos do Idoso. Sabemos avaliar a importância da transformação de uma Comissão Temporária para uma Comissão Permanente e da importância da relação entre o Conselho Nacional e o Parlamento. Já temos uma relação de convivência longa e muito importante, de muita contribuição, através da Frente Parlamentar.

Agora, tendo essa Comissão, certamente, será muito oportuna a nossa relação mais estreita entre o Conselho e o Senado também.

Somos, como representantes dos usuários, como todos os representantes de outros segmentos, realmente pessoas comprometidas com esse sistema, que acreditam no SUS como um sistema considerado por nós a maior conquista da sociedade brasileira, que completa agora 15 anos. Já é um sistema consolidado, mas ainda está em fase de efetivação. Sabemos que, pelos seus princípios e diretrizes, o SUS está muito bem estruturado, muito bem legalizado, já está organizado, implantado em praticamente todos os Municípios brasileiros. Mas temos defendido que, desde 1999, quando chegamos a este Conselho, além de um esforço conjunto de todos os atores do sistema, que são os gestores, os prestadores, os trabalhadores e os próprios usuários, há necessidade de um esforço para uma integração de maior responsabilidade conjunta e que o SUS, para sua efetivação, depende não só do cumprimento pleno dos seus princípios e diretrizes, mas também da incorporação definitiva dos atributos da qualidade dos serviços e da humanização no atendimento. Esse é um trabalho que o Conselho vem desenvolvendo desde 1999 e que, felizmente, no Governo do Fernando Henrique Cardoso, foi transformado em Política Nacional de Humanização, abrangendo o atendimento a nível hospitalar. Agora, com o Governo do Presidente Lula, foi transformado em Política Nacional de Humanização. Então, sabemos que é um passo importante para o aperfeiçoamento desse sistema. Vamos precisar muito da participação dos membros desta Casa, do Senado e da Câmara, assim como os Conselhos Estaduais precisarão muito das Assembléias Legislativas e os Conselhos Municipais das Câmaras Municipais para que tenhamos realmente força para fazer esse SUS se efetivar conforme está previsto, conforme está organizado e conforme ainda está na expectativa de seus usuários. Senadora, ouvi V. Ex^a dizendo agora, há pouco, que o SUS, para atender às pessoas mais carentes, mais necessitadas – realmente, temos uma população muito carente, muito necessitada, muito grande –, é preciso que todos os olhares dos brasileiros e todos os esforços realmente se voltem para o SUS. Também trabalhar não só a questão da saúde sob o aspecto curativo, mas precisamos começar a trabalhar a prevenção. Sabemos da importância da intersetorialidade da saúde com a educação para trabalharmos a prevenção a partir da educação, da questão do Ministério da Agricultura, da questão da alimentação, que ainda é uma carência

muito grande neste País, a questão do meio ambiente e tantas outras. Então, é uma interação muito ampla que precisamos exercer e o SUS ainda carece dela. Evidentemente que a sociedade, organizada através dos Conselhos, através das suas entidades e com o Poder Legislativo, acredito que vamos caminhar muito mais rápido e vamos solucionar melhor essas questões. Agradeço imensamente essa oportunidade e essa honra de estar aqui falando nesta Comissão em nome do Conselho Nacional, de todos os nossos companheiros e companheiras do Conselho Nacional, e principalmente em nome do cidadão brasileiro. O SUS foi criado para atender a todos os brasileiros e atender bem, sem discriminação e sem privilégios. Evidentemente, temos de dar uma assistência mais adequada e mais imediata aos mais necessitados, mas todo brasileiro, mesmo aquele que não paga imposto, está sustentando esse sistema para atender a todos. Que esse dinheiro seja efetivamente bem fiscalizado e bem aplicado para o bem-estar de todos os brasileiros, porque esse é um esforço que todos nós devemos fazer. Qualquer pessoa que tenha a saúde fragilizada merece toda a atenção, todo o respeito, toda a consideração e todo esforço de todos nós.

Agradeço a oportunidade destas palavras.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP)

– Também agradecemos as suas palavras, porque realmente elas vêm traduzir a definição exata do que é o SUS. Hoje, realmente, vemos que existe essa expectativa muito positiva no sentido de conseguirmos orientar algumas situações que ainda são deficitárias, normais.

Lembro que, em 1984, era Secretário de Saúde do Estado do Amapá e fui assinar o primeiro convênio – que seria aquele convênio de onde nasceu o SUS, que eram as ações integradas e descentralizadas da saúde, depois passou para Sistema Único e Descentralizado da Saúde – e quando chegamos ao SUS, de qualquer maneira, não foi nada inventado, sendo apenas uma evolução de um processo por isso que ele é estabelecido como um sistema forte, que precisa dos seus aperfeiçoamentos principalmente nessa questão de recursos, porque a área da saúde necessita de muitos recursos.

Mas existe essa confiança de todos nós de que só temos a evoluir com esse sistema. Já estamos conseguindo observar essa evolução, realmente, sentir que melhorou em muito a saúde pública brasileira, nesse sentido. Claro que temos as diversas deficiências, podemos ser críticos 24 horas dessa questão, mas não

podemos desprezar a evolução que tivemos no Sistema Único de Saúde.

Então, parabenizo o senhor, parabenizo todos os membros do Conselho. E digo, mais uma vez, que estamos aqui à disposição para as suas sugestões, críticas e as referências que precisamos ter para melhorar o nosso trabalho na área legislativa.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP)
– Com a palavra a Senhora Solange Belchior.

A SR^a SOLANGE BELCHIOR – Sou Solange Belchior, Conselheira Nacional de Saúde, represento os trabalhadores no Conselho. Queríamos deixar uma solicitação para a Comissão. Primeiro, um trabalho mais próximo nosso com a Comissão.

O Conselho Nacional de Saúde, criado por lei, tem a função de deliberar sobre as políticas de saúde. E existem algumas construções já elaboradas com a sua trajetória de 80 anos de existência, que poderiam estar contribuindo com a Comissão com alguns projetos que aqui tramitam, inclusive até sugerindo alguns projetos que ainda faltam para o SUS assim funcionar.

Estamos solicitando uma aproximação mais direta com esta Comissão em especial. Não que as outras não sejam importantes, mas nossa identidade é muito mais com esta do que com as outras Comissões da Casa.

Além disso, temos uma grande preocupação e queríamos solicitar de V. Ex^a uma prioridade, enquanto Presidente, e a todos os membros desta Comissão em relação à regulamentação da Emenda à Constituição nº 29, que ainda está em pauta e que já está passando do prazo.

A Emenda à Constituição nº 29 garante recursos da esfera federal ou municipal e nacional no Sistema Único de Saúde. O que temos convivido, além de tudo o que foi falado, corrupção, uso da verba inadequadamente, é a renúncia de receita.

Muita vezes uma cidade inteira ou um Estado inteiro funcionam com o recurso unicamente do Ministério da Saúde. E é claro que o recurso somente de uma das receitas não é suficiente.

Então, é preciso que alguns projetos de lei que aqui hoje tramitam e que vão chegar a esta Comissão, em algum momento, sejam realmente prioritários e que possamos estar contribuindo, inclusive, com as discussões aqui desenvolvidas. Estamos aqui, enquanto Conselho Nacional de Saúde, com um pedido a esta Comissão, solicitando que ela sensibilize as outras Comissões para que a Emenda à Constituição nº 29 seja aprovada com a maior agilidade de tempo possível,

para que ela já seja incorporada nos Orçamentos de 2006 das Prefeituras e dos Governos Estaduais.

Além disso, outros projetos de lei que aqui tramitam, que vão chegar aqui, que são referentes ao Sistema Único de Saúde, que temos parecer favorável a eles, alguns temos parecer desfavorável, porque prejudicariam a organização da saúde no País, que gostaríamos de estar construindo uma pauta contínua com o senhor, deixar que um convite do Conselho Nacional de Saúde para que o senhor esteja presente em uma das nossas reuniões, sei que o senhor tem uma agenda difícil, obviamente o convite é extensivo a todos os membros da Comissão. Teremos enorme prazer de recebê-los lá, mas gostaríamos de não só recebê-los numa visita, mas estar construindo pautas contínuas das políticas de saúde que temos ainda; como o senhor disse, o SUS é um processo em construção, não está acabado, e temos muito o que fazer, achamos que podemos contribuir com V. Ex^{as}s, com esta Comissão em especial.

Agradecemos muito pelo Dia Mundial da Saúde, que comemoramos no dia 07, mas hoje já sentimos que é uma atividade do Dia Mundial da Saúde, que é a possibilidade do controle social e do Parlamento construírem juntos as próximas políticas de saúde que venham implementar.

Em nome do Conselho Nacional de Saúde agradeço e gostaria de deixar o convite de todo o Pleno do Conselho para que o senhor nos visite, de acordo com a sua agenda, se possível na próxima reunião que vai acontecer 12, 13 e 14 de abril aqui em Brasília. O Conselho tem sede no Ministério da Saúde, 1º andar, anexo, gostaríamos muito de ter a presença do senhor lá.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP) – Agradeço, em nome da Subcomissão, o convite. E a intenção é exatamente essa: integração com as instituições que fazem a saúde no nosso País.

Alguém deseja fazer uso da palavra?

Agradeço, então, mais uma vez, a presença muito honrosa para todos nós, e o convite que nos foi feito estendo à toda a Subcomissão porque somos cinco membros, e aguardamos uma comunicação oficial de data para também, com muita honra, comparecermos à reunião.

Não havendo mais nenhum assunto a ser tratado, encerramos a reunião.

(Levanta-se a reunião às 12 horas e 09 minutos.)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE – CMA

ATA DA 7^a REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 3^a SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 52^a LEGISLATURA, DO DIA 26 DE ABRIL DE 2005, ÀS 11:30 HORAS.

Às doze horas e dois minutos do dia vinte e seis de abril de dois mil e cinco, na Sala nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador **LEONILDO QUINTANILHA**, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com a presença dos Senadores **HERÁCLITO FORTES, CÉSAR BORGES, FLEXA RIBEIRO, NEY SUASSUNA, LUIZ OTÁVIO, GERSON CAMATA, VALDIR RAUPP, ANA JÚLIA CAREPA, SIBÁ MACHADO, JOÃO RIBEIRO, SERYS SHLESSARENKO, AUGUSTO BOTELHO, CRISTOVAM BUARQUE, ANTONIO CARLOS VALADARES, IDELI SALVATTI e FLÁVIO ARNS**. Aberta a reunião, o Senhor Presidente coloca em votação a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A seguir, a Comissão passa a deliberar a pauta. **Item 01) Requerimento nº 10, de 2005-CMA**, que “requer, nos termos regimentais e constitucionais, que seja convidado o Senhor MÁRIO MUGNAINI, Secretário da Câmara de Comércio Exterior, e, também, um Representante da Federação das Indústrias de São Paulo – FIESP, para, em Audiência Pública, prestar esclarecimentos aos Senadores desta Comissão sobre a legalidade do aumento do preço do aço nos contratos assinados pelas companhias siderúrgicas brasileiras no mercado internacional; o impacto do aumento sobre a produção e a inflação; os efeitos das medidas de liberação do imposto de importação sobre os produtos siderúrgicos; e quais as medidas podem ser tomadas para minimizar os efeitos negativos do aumento do preço do aço sobre a economia brasileira. **Autoria:** Senador AUGUSTO BOTELHO. Resultado: **APROVADO. Item 02) Requerimento nº 11, de 2005-CMA**, que “requer nos termos regimentais e constitucionais, que sejam convidados os Senhores LEOPOLDO AFFONSO COLLOR DE MELLO, MARCOS COIMBRA, dono da agência de pesquisas *Vox Populi* e DELÚBIO SOARES, tesoureiro nacional do Partido dos Trabalhadores, para, em Audiência Pública, prestar esclarecimentos aos Senadores

desta Comissão sobre reportagem publicada na revista Istoé, em sua edição do último dia 6 de abril, que trata do envolvimento dos convidados no caso conhecido como “Dossiê Cayman”. **Autoria:** Senador **ARTHUR VIRGÍLIO**. **Resultado:** **REJEITADO**. Usa da palavra a Senadora **IDE利 SALVATTI**. **Item 03) Requerimento nº 12, de 2005-CMA**, que “requer, nos termos do art. 397, I, do Regimento Interno, e com base no que estabelece o art. 50 da Constituição Federal, a convocação da Excelentíssima Senhora Ministra de Estado de Minas e Energia, os Excelentíssimos Senhores Presidentes da Petrobrás e Eletrobrás, o Diretor-Presidente da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), o Presidente da Central Única das Comunidades do Estado do Amazonas, Sr. Raimundo Santos e o Professor Ronaldo Fernandes da Silva, para prestar pessoalmente, perante esta Comissão, informações sobre a falta de controle na alocação de recursos da Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis (CCC) do setor elétrico nacional”. **Autoria:** Senador **VALDIR RAUPP**. **Resultado:** **APROVADO como convite**. Usam da palavra as Senadoras **IDE利 SALVATTI** e **ANA JÚLIA CAREPA** e o Senador **VALDIR RAUPP**. **Item 04) Requerimento nº 13, de 2005-CMA**, que “requer, nos termos do art. 113, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de reunião conjunta das Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA e da Comissão de Assuntos Sociais – CAS, para debater e deliberar o PLS 216, de 2003”. **Autoria:** Senador **ANTONIO CARLOS VALADARES**. **Resultado:** **APROVADO**. Usam da palavra as Senadoras **IDE利 SALVATTI**, **SERYS SLHESSARENKO** e **ANA JÚLIA CAREPA** e os Senadores **NEY SUASSUNA**, **ANTONIO CARLOS VALADARES**, **VALDIR RAUPP** e **FLÁVIO ARNS**. **Item 05) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 88, DE 2004, NÃO TERMINATIVO**, que “acrescenta parágrafo único ao art. 31 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Proteção e Defesa do Consumidor, dispondo sobre o direito de examinar o produto no ato da compra. **Autoria:** Deputado **CELSO RUSSOMANO**. **Relator:** Senador **VALDIR RAUPP**. **Parecer:** Favorável, nos termos do substitutivo que apresenta. **RESULTADO:** **Retirado de pauta a pedido do Relator**. Em seguida, é aprovado o requerimento da Senadora **IDE利 SALVATTI** pela apreciação, **extra-pauta**, de dois requerimentos. **Item 01) Requerimento nº 14, de 2005-CMA**, que “nos termos do art. 90, inciso XII, combinado com o art. 93, inciso I do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada Audiência Pública perante esta Comissão com a finalidade de instruir o PLS 216, de 2003, sobre o qual esta Comissão deverá opinar, com

os seguintes convidados: representante do Ministério da Saúde; do Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; do Ministério da Justiça; do Ministério do Meio Ambiente; do Ministério da Fazenda; da Petrobrás e da Associação de Fabricantes de Pneu.” **Autoria:** Senadora **IDE利 SALVATTI** e outros Senhores Senadores. **Resultado:** **APROVADO**, com aditamento do Senador **ANTONIO CARLOS VALADARES** opinando que seja reunião conjunta com a Comissão de Assuntos Sociais. **Item 02) Requerimento nº 15, de 2005-CMA**, que “requer, nos termos regimentais, seja ouvido por esta Comissão o Senhor **WALDIR PIRES**, Ministro da Controladoria-Geral da União, com o objetivo de apresentar informações referentes ao Programa de Fiscalização a partir de Sorteios Públicos”. **Autoria:** Senadora **IDE利 SALVATTI**. **Resultado:** **APROVADO**. A seguir, o Senhor Presidente Senador **LEOMAR QUINTANILHA** comunica aos membros da Comissão do adiamento da Reunião Conjunta com a Comissão Mista de Orçamento e outras Comissões do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, bem como do recebimento dos Avisos nº 273, 296, 328, 379 e 1770, todos de 2005, oriundos do **Tribunal de Contas da União**, contendo cópia do Acórdão, bem como Relatório e Voto que os fundamentam. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e trinta e sete minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra dos acompanhamentos taquigráficos. – Senador **Leomar Quintanilha**, Presidente.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS DA REUNIÃO DA CMA DE 26-4-2005

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB-TO) – Havendo número regimental, declaro aberta a 7ª Reunião Ordinária da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura.

As Srs e os Srs. Senadores que concordam com a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Passamos aos itens da pauta de hoje.

Item 1:

Requerimento de autoria do eminente Senador Augusto Botelho que requer, nos termos regimentais e constitucionais, seja convidado o Sr. Mário Mugnaini Jr., Secretário da Câmara de Comércio Exterior, e também um representante da Federação das Indústrias de São Paulo – Fiesp, para, em audiência pública, prestar

esclarecimentos aos Senadores desta Comissão sobre a legalidade do aumento de preço do aço nos contratos assinados pelas companhias siderúrgicas brasileiras no mercado internacional, o impacto do aumento sobre a produção e a inflação, os efeitos das medidas de liberação do imposto de importação sobre os produtos siderúrgicos e quais medidas podem ser tomadas para minimizar os efeitos negativos do aumento do preço do aço sobre a economia brasileira.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Sras e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Item 2:

Requerimento de autoria do eminente Senador Arthur Virgílio que, nos termos regimentais e constitucionais, requer sejam convidados os Srs. Leopoldo Afonso Collor de Mello, Marcos Coimbra, dono da agência de pesquisa Vox Populi, e Delúbio Soares, Tesoureiro Nacional do Partido dos Trabalhadores, para, em audiência pública, prestar esclarecimentos aos Senadores desta Comissão sobre a reportagem publicada na revista **IstoÉ**, em sua edição do último dia 6 de abril, que trata do envolvimento dos convidados no caso conhecido como Dossiê Caimán.

Em discussão.

A SR^a IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, peço a palavra para fazer o encaminhamento contrário à aprovação do requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB-TO) – Com a palavra, a eminente Senadora Ideli Salvatti.

A SR^a IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, quero apenas fazer o encaminhamento contrário à aprovação do requerimento, tendo em vista que a matéria não traz nenhum ingrediente novo, é uma acusação, é briga de família, e a citação do Delúbio Soares é a citação de uma outra pessoa que se refere a ele, não tendo nenhum vínculo com a matéria em exame.

Peço a rejeição integral do requerimento de audiência.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB-TO) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira mais discutir, vamos deliberar sobre o assunto. Manifestação contrária da eminente Senadora Ideli Salvatti.

As Sras e os Srs. Senadores que aprovam o requerimento queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Rejeitado.

Item 3:

Requerimento do eminente Senador Valdir Raupp que requer, nos termos do art. 397, inciso I, do Regimento Interno, e com base no que estabelece o art.

50 da Constituição Federal, a convocação da Exm^a Sra. Ministra de Estado de Minas e Energia, os Exm^{os} Srs. Presidentes da Petrobras e Eletrobrás, o Diretor-Presidente da Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel, o Presidente da Central Única das Comunidades do Estado do Amazonas, Sr. Raimundo Santos, e o professor Ronaldo Fernandes da Silva para prestarem, pessoalmente, perante esta Comissão, informações sobre a falta de controle da alocação de recursos da Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis – CCC, do setor elétrico.

Em discussão.

A SR^a IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB-TO) – Com a palavra, a eminente Senadora Ideli Salvatti.

A SR^a IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Tenho apenas duas observações. Primeiro, temos tido como prática em todas as Comissões – apesar de termos a prerrogativa da convocação dos Ministros – termos sempre aprovado na ótica do convite, até para facilitar a questão da agenda dos Ministros.

Solicito, em primeiro lugar, que fosse trocado de convocação para convite. No dia 19 de abril, foi aprovado requerimento semelhante na Comissão de Assuntos Econômicos. Então, talvez fosse conveniente nós trabalharmos na perspectiva de ter uma audiência conjunta entre as duas Comissões, até para economizarmos o tempo dos Senadores, das Senadoras e até da própria Ministra.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB-TO) – Tem razão V. Ex^a. Nós consideramos, também, mais elegante o convite ao invés da convocação que o convite se transforma em convocação caso não seja aceito. E também vamos entrar em contato com a Comissão de assuntos econômicos para que nós possamos discutir a possibilidade de realizar conjuntamente esta sessão, esta reunião.

Com a palavra, o eminente Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB-RO) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, eu cheguei um pouco atrasado, cheguei neste momento, e concordo plenamente com a Senadora Ideli Salvatti. Como autor do requerimento, lá na CAE eu pedi que mudasse o termo convocação para convite e o mesmo eu estou fazendo aqui, na Comissão de Fiscalização e Controle. E também que a reunião seja feita conjunta, para ganharmos tempo, a CAE e esta Comissão.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB-TO) – Tem V. Ex^a razão e ouviu as manifestações a

respeito do assunto expendidas pela Presidência. Senadora Ana Júlia, V. Ex^a deseja...

A SR^a ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA)

– Não, não. Na verdade era isso. Queria dizer, mas o Senador Valdir Raupp, que é o autor, estava aqui. É que, quando foi aprovado na CAE, foi para ser feito de forma conjunta com esta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB-TO)

– Continua em discussão o requerimento. (Pausa.)

Não havendo mais quem queira se manifestar, em votação.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Item 4:

Requerimento do eminentíssimo Senador Antonio Carlos Valadares que, nos termos do art. nº 113 do Regimento Interno do Senado Federal, requer a realização de reunião conjunta das Comissões do meio ambiente e defesa do consumidor e fiscalização e controle para debater e deliberar o PLS nº 216 de 2003.

Em discussão. (Pausa.)

O SR. FLÁVO ARNS (Bloco/PT-PR) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB-TO) – Com a palavra, o eminentíssimo Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT-PR) – Sr. Presidente, eu sou o autor desse projeto de lei que, na verdade, até com muita honra o Senador Antonio Valadares é o relator, e este projeto trará da contra-partida ambiental para a questão dos pneus. Todo tipo de pneu seja pneu novo, pneu remodelado, pneu recauchutado, fabricado no Brasil ou importado. E trata da contra-partida ambiental. No ano passado foram feitas várias audiências públicas porque o meio ambiente fazia parte da Comissão dos assuntos sociais. Então, para haver uma discussão conjunta deste processo de lei é que ficou, então, acertado a busca deste entendimento com V. Ex^a e com os membros desta Comissão, para que se houvesse uma discussão conjunta e votação deste processo de lei numa reunião conjunta das duas Comissões. Eu acho algo muito pertinente, muito bom e isso adiantará o trabalho também e fará com que as duas Comissões possam votar sobre o assunto e para não procrastinar mais ainda a deliberação deste assunto, nesta reunião conjunta seria feito. Então, é, na verdade, uma decisão até de toda a Comissão e o Senador Antonio Carlos Valadares escreve o requerimento e eu acho, neste sentido, que é algo muito importante.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB-TO) – Com a palavra, o Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Presidente, na Comissão de assuntos sociais, o andamento deste projeto foi objeto de discussão entre seus membros. E até por consenso não só dos membros como das próprias lideranças, nós aceitamos que, se é melhor uma vez que o projeto, de qualquer maneira, passaria por esta Comissão precedida por V. Ex^a, que ele fosse discutido em conjunto pelas duas Comissões. Primeiro, a Comissão de Assuntos Sociais que passou muito tempo com este projeto. Fui e continuei relator lá na Comissão. Ouvimos diversas autoridades do Governo e também empresários do ramo de pneus.

O relatório já está praticamente pronto. Apenas falta delinear a parte final do relatório com as emendas apresentadas pelo nobre Senador Valdir Raupp, emendas que considero substanciais e importantes não apenas para a elucidação da matéria, como também para o seu aprimoramento.

Na verdade, essa discussão conjunta das duas Comissões foi proposta na Comissão de Assuntos Sociais por intermédio, inclusive, da participação da Senadora Ideli Salvatti.

Essa era a informação que eu gostaria de prestar a V. Ex^a e à Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB-TO) – Senador Antonio Carlos Valadares, a Mesa pondera a V. Ex^a, que é autor do requerimento, se não seria possível, nessa audiência pública, ouvir também outra parte que tem um ponto de vista quanto à matéria relativa à importação de carcaças de pneus?

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Já que esta Comissão tem toda a autoridade para decidir a respeito da matéria, jamais eu poderia manifestar-me contra. Logicamente, numa reunião convocada para deliberar, teríamos de ouvir antes as autoridades convidadas. Como essa matéria não foi acompanhada por todos os Senadores das duas Comissões, uma vez que houve mudança de Membros, seria de bom alvitre ouvirmos, sem dúvida alguma, pessoas interessadas de um lado e de outro.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB-TO) – Exatamente. Estabelecer-se-ia o contraditório.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – O confronto democrático.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB-TO) – E ofereceríamos aos Srs. Senadores uma visão mais ampla da questão sob os dois pontos de vista.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Entretanto, não podemos passar a impressão de que queremos empurrar com a barriga ou procrastinar essa matéria, já que as Comissões têm a função de deliberar e não de atrasar o andamento dos trabalhos. Compreendo que existem restrições, resistências no âmbito do próprio Governo à aprovação da matéria. Naturalmente, poderemos ouvir outra vez essas autoridades governamentais para que apresentem novamente os seus argumentos. Além disso, deve haver a controvérsia de outras pessoas que também têm interesse na aprovação da matéria.

Sr. Presidente, agradeço a V. Ex^a.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

A SR^a IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB-TO) – Eminent Senador Ney Suassuna, antes de conceder a palavra a V. Ex^a, quero esclarecer a proposta com o eminent Senador Antonio Carlos Valadares. A proposta de reunião conjunta das duas Comissões não invoca o nome de instituições que poderiam estar envolvidas.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Poderíamos incluí-las.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB-TO) – V. Ex^a apresentaria um requerimento ou nós mesmos o providenciaríamos?

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, poderíamos ouvir o autor da matéria, a Senadora Ideli Salvatti e também o Senador Ney Suassuna, que está estudando o assunto e, de comum acordo, estabeleceríamos quantas e quais pessoas seriam chamadas para essa audiência pública coletiva.

A SR^a IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB-TO) – Concedo a palavra à Senadora Ideli Salvatti.

A SR^a IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, construímos esse acordo para a deliberação conjunta das duas Comissões não apenas para que a matéria efetivamente fosse discutida e solucionada, mas também por estarmos preocupados com a situação, visto que não havia uma Comissão específica para tratar da questão do meio ambiente, porque esse assunto estava contemplado na Comissão de Assuntos Sociais. Com a reestruturação das Comissões, a Comissão de Fiscalização e Controle absorveu o tema do meio ambiente. Portanto, muitos dos Senadores que compõem esta Comissão não participaram das audiências e dos debates sobre essa matéria, que tem complexidade

porque envolve relações internacionais, comércio, importação, meio ambiente, uma série de questões que precisa ser analisada na sua totalidade.

Construímos o acordo para a deliberação conjunta das duas Comissões, mas creio que o bom senso exigiria que oportunizássemos a todos os membros desta Comissão, porque o assunto carece de conhecimento, para que se delibere de forma tranquila.

Estávamos até com certa dificuldade de apresentar ou não o requerimento da oitiva das autoridades, mas, inclusive, pela própria fala do Senador Antonio Carlos Valadares, se sairmos daqui com o compromisso de realizar rapidamente a audiência, ganharemos tempo para o convencimento e para a facilidade da deliberação.

Sugerimos os seguintes entes a serem convidados: Ministério da Saúde; Secretaria do Comércio Exterior, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; Departamento de Defesa do Consumidor, do Ministério da Justiça; Secretaria de Qualidade Ambiental dos Assentamentos Humanos, do Ministério do Meio Ambiente; Coordenação-Geral de Controle e Qualidade Ambiental, do Ibama; Petrobras, que também está envolvida; e o representante da Associação de Fabricantes de Pneus, que tem conversado com os Senadores de modo mais ostensivo. O Ministério da Fazenda não consta da minha relação.

Essas foram as sugestões que a Assessoria nos apresentou.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB-TO) – V. Ex^a esclareceu bem para todos os membros desta Comissão a preocupação da Presidência com relação ao fato de a matéria não ter sido discutida até então. Nessa audiência pública, os membros desta Comissão terão oportunidade de conhecer mais profundamente a matéria e, talvez, na própria reunião, contribuir com a sua deliberação.

A SR^a IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, inclusive, em termos de encaminhamento, se fosse possível e houvesse consenso, aprovaríamos o requerimento da realização da audiência conjunta e também o da audiência pública, que antecederia aquela.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB-TO) – Entendi que seria uma só. Serão duas audiências, então?

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Sr. Presidente, gostaria de dar um aparte acerca desse assunto.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB-TO) – Concedo a palavra ao eminent Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Quanto à ação conjunta das duas Comissões, numa reunião e num debate conjuntos, não há problema algum. Entretanto, no que tange à deliberação, é necessário que cada Comissão tenha a sua. Estou aqui há 12 anos e nunca vi duas Comissões juntas deliberarem no mesmo momento. Concordo que haja reuniões conjuntas, mas seriam separadas as votações da Comissão de Meio Ambiente e da outra Comissão.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Senador Ney Suassuna, permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Ouço V. Ex^a com prazer.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Numa mesma reunião, pode haver deliberações por parte de cada uma das Comissões separadamente. Os dois Presidentes estarão presentes. Tal fato já ocorreu, inclusive, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Fiz essa consulta à Secretaria.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Mas, se as duas Comissões estão reunidas, e se os membros estão presentes, as votações seriam separadas.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB-TO) – V. Ex^a e o Senador Ney Suassuna têm razão: as votações devem ocorrer separadamente nas duas Comissões, mas podem ser realizadas numa única sessão.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB-RO) – Sr. Presidente, esclareça-me apenas uma dúvida: deverá haver um ou dois relatórios, um relator de cada Comissão?

A SR^a SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Sem dúvida, serão dois relatórios.

A SR^a IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Para esta Comissão, é preciso haver relatório.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB-TO) – É admissível um único relatório, sim.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Tem que ser um de cada Comissão. Pode até ser o mesmo relator e o mesmo relatório, mas cada Comissão tem que ter o seu relatório.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB-TO) – Naturalmente, pode haver deliberação separada em cada uma das Comissões.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Fui relator em três Comissões simultaneamente, mas cada Comissão teve um relatório.

A SR^a SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB-TO) – Concedo a palavra à eminente Senadora Serys Slhessarenko.

A SR^a SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Apenas a título de esclarecimento, o requerimento que a Senadora Ideli apresentou – de que inclusive tanto eu quanto a Senadora Ana Júlia Carepa somos co-autoras – demanda audiência pública. A reunião conjunta das duas Comissões e a discussão acerca de serem separadas as votações é um tema. A realização de audiência pública é outro assunto.

Pelo que estou entendendo, o que deve acontecer primeiramente é a audiência pública, que deve ser realizada aqui com todos os participantes, para obtermos os esclarecimentos necessários. Depois da audiência pública, ocorrerá a reunião conjunta das duas Comissões.

Seria assim?

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB-TO) – O requerimento propõe a realização da audiência pública e, na seqüência, a deliberação.

A SR^a SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – A audiência pública é só da nossa Comissão. A conjunta é outra coisa.

A SR^a ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Pela ordem.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – V. Ex^a concede o aparte?

Senadora Ana Júlia, para melhor esclarecimento...

A SR^a ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – É para isso.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Quero ajudar.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB-TO) – Faremos a audiência pública desta Comissão e realizaremos a reunião conjunta para deliberar, com votação separada nas duas Comissões.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – A nossa sugestão não é esta. Alguns Senadores não participaram das audiências públicas que se realizaram no ano passado, uma vez que não participavam da Comissão de Assuntos Sociais. Então, seria de bom alvitre que também da audiência pública participassem os Senadores das duas Comissões, até para melhor aprofundamento do assunto, para que S. Ex^as votem conscientemente.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB-TO) – Eminent Senador, da parte da Presidência não há nenhuma objeção. Precisamos convidar a Comissão de Assuntos Sociais para saber se ela se dispõe a participar.

A SR^a SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT)

– Cujo Presidente está aqui.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB-TO) – Então, implicitamente, está convidada e aceita o convite.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Informo que fui designado Relator pela Senadora Lúcia Vânia quando S. Ex^a era Presidente da Comissão de Assuntos Sociais. Depois fui eleito Presidente e estou com este projeto polêmico nas minhas mãos e quero dar fim, do ponto de vista positivo, ao meu trabalho. Quero que meu trabalho tenha fim, porque para isso fomos eleitos.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB-TO) – V. Ex^a tem razão. O requerimento é polêmico, mas de alto interesse da nação.

Concedo a palavra ao eminentíssimo Senador Flávio Arns, inscrito em primeiro lugar.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB-TO) – Desculpe-me Senador Flávio Arns. V. Ex^a está inscrito em primeiro lugar.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Esclareço a V. Ex^a e aos demais Senadores que até não sei por que o projeto é tão polêmico do ponto de vista do Governo. Sou da Base do Governo. Sou do Partido dos Trabalhadores e não entendo a razão pela qual o Executivo ou os representantes dos Ministérios estão tornando a polêmica tão grande. Basta dizer que, em termos de recauchutadores, há no Brasil 300 mil pessoas trabalhando; em termos de reformadores, de remoldados, há, somente na grande Curitiba, uma fábrica com praticamente mil trabalhadores.

Tendo acabado esse projeto com a dengue, com esse passivo ambiental daquelas montanhas de pneus que vemos nos filmes e nas propagandas, admira-me que o Ministério do Meio Ambiente, que tem uma posição a favor de que esses pneus fiquem no meio ambiente ou, eventualmente, o Ministério da Saúde, cuja posição não conheço.

Estamos falando da contrapartida ambiental para todo tipo de pneu existente. Então, se se importa uma Mercedes com cinco pneus, é preciso destruir os cinco pneus. É preciso destruir pneus recauchutados ou recapados dos caminhões. Dessa forma, vamos acabar com o passivo ambiental. Não entendo, pois esta lei, na verdade, repete aquilo que o Conama já vem fazendo. Estranho, então, tudo isso, porém concordo com V. Ex^a que houve uma reestruturação das comissões - e é interessante debater o assunto, chamar as

pessoas e deliberar sobre o assunto. Então, acho que isso é bem interessante.

Queria fazer uma observação no requerimento da Senadora Ideli Salvatti e sugerir-lhe que, para tal audiência sugerimos as seguintes participações:

1) Representante do Ministério da Saúde. Tudo bem, o Ministro vai dizer quem virá para a audiência. Eu colocaria na mesma linha de raciocínio para os demais, representante do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio. Ele vai dizer quem vem participar;

2) Representante do Ministério do Meio Ambiente. Temos duas pessoas do meio ambiente, uma do Ibama e a outra dos assentamentos humanos. Então, representante do Ministério do Meio Ambiente. A Ministra Marina Silva vai dizer que quer o fulano, cicrano, etc. vão lá;

3) Representante da Petrobrás;

Então, só o representante. O Ministério vai dizer. Às vezes podemos dizer “não, essa secretaria vai”, e o Ministro acha que deve ir outra pessoa. Representante do Ministério da Saúde, representante do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, representante do Ministério da Justiça, representante do... E se o Ministério da Justiça achar que deve fazer a defesa do consumidor, ótimo, então vai lá, e ele decide quem virá à audiência.

Penso nesse sentido e de sempre haver, naturalmente, uma oportunidade para que os dois lados sejam ouvidos, e não haja simplesmente a posição unicamente, governamental.

Estranho a posição governamental e por isso que disse que tomo um pouco de cuidado em dizer se é o Executivo que pensa desse jeito ou são pessoas dos Ministérios que pensam desse jeito. Já discutimos muito isso com Ministros, e eles têm uma posição favorável, e, de repente, vem um documento sem assinatura.

Aliás, acho que é incrível que venha um parecer do Governo sem assinatura. Quero saber quem é que está assinando para chamar a pessoa e dizer “olha, falei com o Ministro, que tinha uma opinião, e você está escrevendo alguma coisa e tem opinião contrária”. Pelo menos que o parecer que venha do Governo venha com assinatura. O João está aqui dizendo e vou perguntar para o Ministro se aquela opinião do João é a do Ministro, porque acho que são documentos apócrifos que estão chegando a nossas mãos vindos do Executivo.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB-TO) – Senador Flávio Arns, só para a Mesa entender, a propositura de V. Ex^a vem ao encontro daquela que foi apresentada pela Senadora Ideli Salvatti.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Do mesmo jeito, só que em vez de dizer que Secretaria dizer, seguindo a primeira parte do requerimento, representante do Ministério da Saúde, representante do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, e o Ministério dizer.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB-TO) – Estaria faltando só um outro que ela indicou, que seria...

A SR^a ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA)
– Está detalhado no requerimento quem seria.

O que o Senador...

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB-TO) – A associação de importadores e...

A SR^a ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA)
– Não, no caso dos Ministérios tem, por exemplo, Secretaria Nacional de... Em relação ao meio ambiente e... Em vez de colocar especificamente qual seria – pode até ser que seja essa –, quem determinará será no caso o Ministro ou a Ministra que tiver à frente de cada órgão. É isso.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB-TO) – Eu comprehendi.

A SR^a ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA)
– Na verdade, o que ele está solicitando é uma concordância dos que assinamos o requerimento no sentido de que, em vez de ir um requerimento dessa forma, a gente faria de outra. Então, acho que a gente faz um acordo aqui, está aprovado o requerimento, e a gente só redige de uma outra forma. É isso. Fica assim, então, Senador?

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Está ótimo.

A SR^a ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA)
– Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB-TO) – Eu só queria entender se também nesse requerimento seria incluído o representante da Associação de Fabricantes de Pneus.

A SR^a ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA)
– Está no requerimento sim.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB-TO) – Então, vamos deliberar aqui sobre o requerimento do eminente Senador Antonio Carlos Valadares que trata da realização da reunião conjunta das duas comissões.

Certamente essa reunião deverá ocorrer depois da audiência pública.

Os Srs. Senadores que aprovam o requerimento do Senador Antonio Carlos Valadares, permaneçam como estão. (Pausa).

Aprovado.

Vamos deliberar agora.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB-TO) – Tem a palavra V. Ex^a pela ordem.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Os termos do requerimento da Senadora Ideli Salvatti são no sentido de ouvir as autoridades só a Comissão de Assuntos, só a Comissão de V. Ex^a?

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB-TO) – Vou proceder à leitura.

V. Ex^a havia sugerido que fossem ouvidas as duas comissões.

O requerimento da eminente Senadora Ideli Salvatti é vazado nos seguintes termos:

Nos termos do art. 90, inciso XII, combinado com o art. 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro seja realizada audiência pública perante esta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com a finalidade de instruir o PLS nº 216, de 2003, sobre o qual esta Comissão deverá opinar.

Para tal audiência, sugerimos as participações de representantes do Ministério da Saúde, do Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio, do Ministério do Meio Ambiente, da Petrobras, do Ministério da Justiça e do representante da Associação de Fabricantes de Pneus.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Eu gostaria que se colocasse um adendo para que, nessa audiência pública, se realizasse a sessão conjunta das duas comissões.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB-TO) – E já houve concordância...

A SR^a SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT)
– Mas não será nessa reunião a decisão.

A SR^a ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA)
– Não, é diferente. São outras coisas. Ele está propondo que a audiência pública seja feita pelas duas comissões.

A SR^a SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT)
– Só que tem que ficar claro que não é o momento da decisão.

A SR^a ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA)
– Eu acho que está claro.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB-TO) – Muito claro.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Não vai haver nem tempo para deliberar, não é, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB-TO) – Exatamente.

Só para esclarecer. A eminente Senadora Ideli Salvatti apresenta um requerimento de reunião da

Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle para debater o PLS nº 216, convidando os representantes das instituições elencadas, e o eminente Senador Antonio Carlos Valadares apresenta um adendo ao requerimento para que essa audiência pública também conte com a participação da Comissão de Assuntos Sociais.

Vamos submeter a proposta à deliberação do Plenário.

Os Srs. Senadores e Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada.

Item nº 5:

Projeto de lei de autoria do Deputado Russomanno, cujo Relator é o Senador Valdir Raupp, que solicita seja ele retirado de pauta.

S. Ex^a será atendido.

Foi retirado de pauta o Item nº 5.

Comunicado.

De ordem do 1º Vice-Presidente, no exercício da Presidência da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, Senador Efraim Moraes, comunico aos Srs. Parlamentares que, por solicitação do Presidente do Banco Central do Brasil, Dr. Henrique Meirelles, foi adiada a primeira reunião conjunta de audiência pública, prevista para amanhã, terça-feira, dia 26 de abril de 2005, às 15 horas, e nova data será confirmada posteriormente pelo Presidente daquele órgão técnico [o Banco Central].

Sr^{as}s Senadoras, Srs. Senadores, dou conhecimento aos membros desta Comissão do recebimento dos Avisos nºs 273, 296, 328, 379 e 1770, todos de 2005, oriundos do Tribunal de Contas da União, contendo cópia do acórdão, acompanhado do relatório e voto que os fundamentam. Cópias desses avisos serão distribuídas aos eminentes Srs. Senadores.

A SR^a IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB-TO) – Com a palavra a Senadora Ideli Salvatti.

A SR^a IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Eu queria saber da possibilidade de inclusão, extrapauta, de um requerimento que apresentamos para que fosse convidado para vir a esta Comissão o Ministro da Controladoria-Geral da União, Dr. Waldir Pires, para que ele possa apresentar o resultado de mais de 2 anos da atividade de sorteio das prefeituras, monitorada pela Controladoria-Geral da União. Não só o resultado, mas quais são as principais ilegalidades e irregularidades que vem sendo encontradas nesse trabalho e principalmente os encaminhamentos e o resultado desses encaminhamentos, o combate ao desvio de recursos, à corrupção, que possa ser encontrada nessas auditorias.

Então, nossa solicitação é de que o requerimento possa ser incluído extrapauta e possa ser deliberado nesta Comissão no dia de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB-TO) – Em deliberação da Comissão a inclusão do requerimento da Senadora Ideli Salvatti na extrapauta de hoje.

As Sr^{as}s Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Em votação o requerimento de autoria da Senadora Ideli Salvatti, que, nos termos regimentais, sugere ser ouvido por esta Comissão o Sr. Waldir Pires, Ministro da Controladoria-Geral da União, com o objetivo de apresentar informações referentes ao programa de fiscalização a partir dos sorteios públicos.

Em discussão o requerimento. (Pausa)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Sr^{as}s Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença dos eminentes Senadores.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 12h37min)



EDIÇÃO DE HOJE: 150 PÁGINAS